



TJRJ



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

Desembargador  
**Claudio de Mello Tavares**  
Presidente

---

# RELATÓRIO ANUAL 2019



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

# **RELATÓRIO ANUAL**

## **2019**

DESEMBARGADOR CLAUDIO DE MELLO TAVARES  
PRESIDENTE

## **ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**

PRESIDENTE

**Desembargador CLAUDIO DE MELLO TAVARES**

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

**Desembargador BERNARDO MOREIRA GARCEZ NETO**

1º VICE-PRESIDENTE

**Desembargador REINALDO PINTO ALBERTO FILHO**

2º VICE-PRESIDENTE

**Desembargador PAULO DE TARSO NEVES**

3ª VICE-PRESIDENTE

**Desembargadora ELISABETE FILIZZOLA ASSUNÇÃO**

## **ÓRGÃO ESPECIAL**

VAGAS DE ANTIGUIDADE

**Desembargador Luiz Zveiter**

**Desembargador Antonio Eduardo Ferreira Duarte**

**Desembargadora Nilza Bitar**

**Desembargadora Maria Inês da Penha Gaspar**

**Desembargadora Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo**

**Desembargador Reinaldo Pinto Alberto Filho**

**Desembargador Milton Fernandes de Souza**

**Desembargador Otávio Rodrigues**

**Desembargador Nildson Araújo da Cruz**

**Desembargador Nagib Slaibi Filho**

**Desembargador Adriano Celso Guimarães**

**Desembargador Bernardo Moreira Garcez Neto**

**Desembargadora Elisabete Filizzola Assunção**

VAGAS DE ELEIÇÃO

**Desembargador Claudio de Mello Tavares**

**Desembargador Marco Antonio Ibrahim**

**Desembargadora Leila Maria R. P. de Carvalho e Albuquerque**

**Desembargador Rogério de Oliveira Souza**

**Desembargador Paulo de Tarso Neves**

**Desembargador Elton Martinez Carvalho Leme**

**Desembargadora Katya Maria de Paula Menezes Monnerat**

**Desembargadora Maria Angélica Guimarães Guerra Guedes**

**Desembargador Antônio Iloízio Barros Bastos**

**Desembargador Adolpho Correa de Andrade Mello Junior**

**Desembargadora Sandra Santarém Cardinali**

## CONSELHO DA MAGISTRATURA

Desembargador Claudio de Mello Tavares  
Desembargador Bernardo Moreira Garcez Neto  
Desembargador Reinaldo Pinto Alberto Filho  
Desembargador Paulo de Tarso Neves  
Desembargador Elisabete Filizzola Assunção  
Desembargador Luiz Felipe Miranda de Medeiros Francisco  
Desembargador Renata Machado Cotta  
Desembargador Fabio Dutra  
Desembargador Sidney Rosa da Silva  
Desembargador Sergio Ricardo de Arruda Fernandes

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS (COLEN)

Desembargador José Muiños Piñeiro Filho  
Desembargador Antonio Carlos Nascimento Amado  
Desembargadora Inês da Trindade Chaves de Melo  
Desembargador Marcelo Lima Buhatem  
Desembargador Marcus André Chut

## COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO (COREG)

Desembargador Fernando Antônio de Almeida  
Desembargador Cairo Ítalo França  
Desembargador Cláudia Pires dos Santos Ferreira  
Desembargador Plínio Pinto Coelho Filho  
Desembargador Maria Isabel Paes Gonçalves

## JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Dr. Luiz Eduardo Cavalcanti Canabarro  
Dr. Luiz Umpierre de Mello Serra  
Dr. Marcello Rubioli  
Dr. Afonso Henrique Ferreira Barbosa  
Dr. Leandro Loyola de Abreu  
Dr. Fábio Ribeiro Porto

## GABINETE E DIRETORIAS GERAIS

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES)

**Maria da Glória Motta Mendes de Farias Mello**

DIRETORIA GERAL DE APOIO AOS ÓRGÃOS JURISDICIONAIS (DGJUR)

**Alessandra Fabrício Anátocles da Silva Ferreira**

DIRETORIA GERAL DE COMUNICAÇÃO E DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO (DGCOM)

**Solange Rezende Carvalho Duarte**

DIRETORIA GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS (DGPES)

**Gabriel Albuquerque Pinto**

DIRETORIA GERAL DE LOGÍSTICA (DGLOG)

**Francisco Marcos Motta Budal**

DIRETORIA GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (DGPCF)

**Claudio Torres Carvalho**

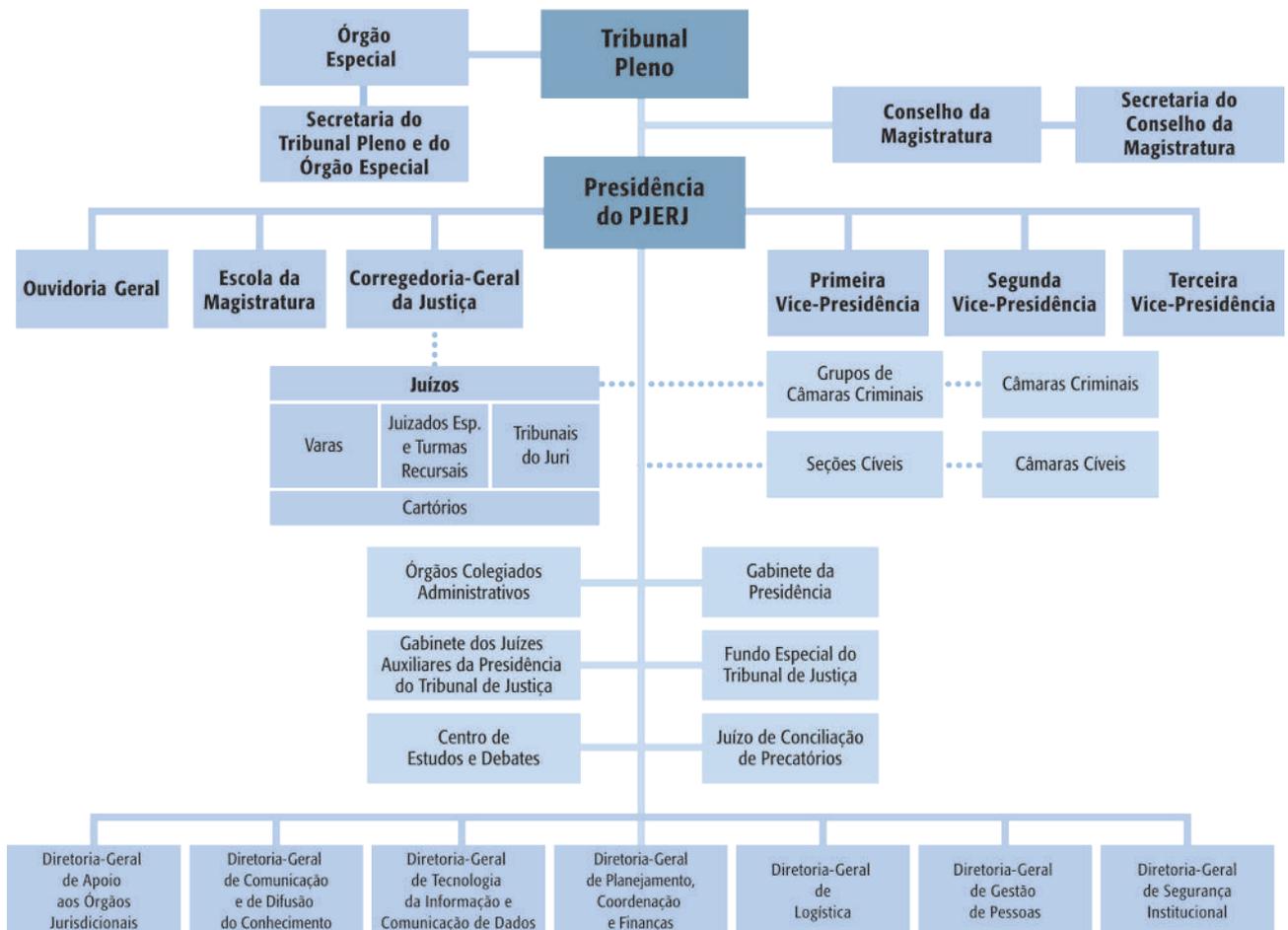
DIRETORIA GERAL DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (DGSEI)

**Coronel Francisco Costa Matias de Carvalho**

DIRETORIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE DADOS (DGTEC)

**Humberto Vieira da Cruz**

## ORGANOGRAMA | ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR



## **DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS**

### **MISSÃO**

Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado à sua natureza, visando a pacificação social e a efetividade de suas decisões.

### **VISÃO**

Consolidar-se como instituição pacificadora e solucionadora dos conflitos da sociedade.

### **POLÍTICA DA QUALIDADE**

Prestar jurisdição e apoio à solução de conflitos mediante a valorização de magistrados e servidores, implementando práticas de gestão que impulsionem a instituição a alcançar seus objetivos.

### **VALORES**

Ética

Probidade

Transparência

Integridade

Acesso à Justiça

Celeridade

Responsabilidade social e ambiental

Imparcialidade

Efetividade

Modernidade



# Sumário

<b>1. Apresentação</b>	<b>9</b>
<b>2. Plano Geral do Relatório</b>	<b>17</b>
<b>3. Planejamento e Gestão</b>	<b>21</b>
<b>4. Governança Institucional</b>	<b>25</b>
<b>5. Prestação Jurisdicional</b>	<b>39</b>
<b>6. Garantia dos Direitos da Cidadania</b>	<b>91</b>
<b>7. Gestão de Pessoas</b>	<b>99</b>
<b>8. Tecnologia da Informação</b>	<b>111</b>
<b>9. Orçamento e Finanças</b>	<b>117</b>
<b>10. Estrutura Predial e Logística</b>	<b>141</b>
<b>11. Segurança</b>	<b>187</b>
<b>12. Comunicação e Difusão do Conhecimento</b>	<b>203</b>



# APRESENTAÇÃO



## 1. APRESENTAÇÃO

Prezados,

Em diversas oportunidades, externei meu desejo de ver um Judiciário sempre forte, unido e prestigiado a ocupar o lugar que merece no cenário social e político deste País. Um Judiciário independente e à altura de seus valorosos integrantes, que possa colaborar efetivamente na construção de uma sociedade livre, mais justa, fraterna e solidária.

Globalização, avanços tecnológicos, novas descobertas científicas e relações sociais complexas fazem parte deste mundo em constante mutação. O Poder Judiciário também passa por uma mudança de paradigmas na sua gestão administrativa e judicial.

Com a ampliação de seus serviços e de sua atuação, decorrente das exigências e necessidades da sociedade contemporânea, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro adotou um modelo gerencial, onde conceitos e termos clássicos das organizações privadas passaram a fazer parte de seu cotidiano: planejamentos, finalidades, metas, resultados, indicadores estatísticos...

Como parte dessas mudanças, o Poder Judiciário brasileiro adotou progressivamente o sistema processual eletrônico. As novas tecnologias tornaram-se imprescindíveis para a facilitação do acesso à Justiça, impostergável garantia democrática conferida pela Constituição Federal de 1988.

Em 9 de dezembro de 2019, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro iniciou, pelo Fórum de Maricá, a implementação do Processo Judicial eletrônico (PJe). A iniciativa é um programa piloto do sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e foi um importante passo de uma grande jornada para um Judiciário mais célere, auxiliado pela tecnologia do PJe – um modelo de política pública de plataforma digital.

No entanto, sem determinação, de nada valerão a tecnologia e os recursos materiais. Eles não serão suficientes sem o acréscimo da sensibilidade pertinente ao ser humano, que capacita magistrados e servidores a compreenderem que quem procura o Judiciário geralmente o faz como recurso extremo, quando todas as vias extrajudiciais se frustraram na busca da solução do conflito.

As máquinas e os recursos tecnológicos facilitam nossa vida e minimizam nossos esforços, mas não nos humanizam. A sensibilidade para as necessidades humanas é o fator que desperta nosso anseio por fazer o melhor e nos habilita a tirar maior proveito do progresso tecnológico no cumprimento de nossas tarefas.

Atento aos anseios da sociedade fluminense por um Judiciário mais célere, convocamos, após realização de estudo orçamentário e financeiro, mais de 400 candidatos aprovados no concurso de 2014, medida necessária para preencher a carência decorrente da aposentadoria de servidores. Também serão realizados, no ano de 2020, concursos públicos para admissão de 50 juízes substitutos e de 160 serventuários.

Preocupado em atender às legítimas expectativas dos servidores do Judiciário Fluminense, o Órgão Especial aprovou, por unanimidade, no início de outubro, a Minuta de Anteprojeto de Lei que permitia a progressão funcional a cada dois anos. A lei foi aprovada pela Assembleia Legislativa alguns dias depois e sancionada pelo governador na mesma data.

Até então, a progressão e a promoção dos serventuários só poderiam ocorrer com a vacância de cargos. A partir de agora, a evolução funcional ocorrerá a cada dois anos, inicialmente, observados alguns critérios, como a exigência de capacitação continuada pela ESAJ. Conseguimos ainda pagar a primeira parcela do 13º salário no mês de julho, o que não ocorria desde 2015.

Após diligentes tratativas com a Amil, o reajuste do plano de saúde dos servidores foi fixado em patamar inferior ao sugerido pela Agência Nacional de Saúde (ANS) e aos aumentos ofertados por outras operadoras de saúde. Para compensar o descredenciamento da Rede D'Or, a Amil disponibilizou aos servidores os hospitais Samaritano e Pró-Cardíaco. Inspirado no Programa Médico de Família, foi implantado o Espaço Saúde Amil para acompanhamento da saúde dos servidores como forma de prevenção de doenças, tendo por escopo cuidar da saúde, e não da doença.

No tocante à segurança pública, o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro adotou diversas medidas para tornar mais célere a prestação de serviços. Visando o aperfeiçoamento do combate ao crime organizado, o Órgão Especial aprovou, em julho de 2019, a proposta de transformação da 25ª Vara Criminal da Capital na 1ª Vara Criminal Especializada. Essa nova serventia foi instalada em 12 de setembro para julgar processos envolvendo lavagem de dinheiro e outros atos praticados por organizações criminosas, como as milícias.

A Central de Audiência de Custódia de Benfica, que até então possuía duas carcera-gens masculinas, com um total de 60 vagas, e uma feminina, com 10 vagas, foi ampliada em 14/08/19, passando a contar com cinco carcera-gens masculinas para um total de até 210 presos; uma feminina, para até 30 mulheres; e uma para militares e policiais presos.

Uma parceria selada com as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde permite que o preso passe por uma anamnese médica para a obtenção de informações sobre sua saúde, de sorte a impedir que presos com alguma doença contagiosa, por exemplo, entrem no sistema prisional sem tratamento prévio e contaminem outras pessoas.

Também merece destaque a inauguração, em dezembro de 2019, da Central de Mandados e a expansão do Centro Integrado de Videoconferência no Complexo Penitenciário de Gericinó, na Zona Oeste do Rio, por meio de convênio de cooperação técnica com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap). Cinco oficiais de justiça trabalham diariamente na nova

Central de Mandados, uma realização pioneira do Tribunal de Justiça do Rio. A medida vai facilitar o trabalho dos oficiais de justiça para intimar os detentos e entregar os alvarás de soltura, com menor dispêndio de tempo e recursos, evitando o deslocamento desnecessário entre os fóruns.

Outra parceria foi firmada com a Rio Ônibus garantindo passagens de ônibus aos apenados que deixam o sistema penitenciário e não têm dinheiro para retornar para casa.

O enfrentamento de questões que afetam diretamente as crianças e os adolescentes representa um desafio colocado às instituições governamentais e não governamentais, pois implica em mudanças culturais, políticas, econômicas e nas relações sociais no processo de defesa da vida e da cidadania, cientes todos nós de que, quando as condições para o desenvolvimento na Primeira Infância são boas, maiores são as probabilidades de a criança explorar todo o seu potencial, tornando-se um adulto mais equilibrado, produtivo e realizado.

Dentro desse tema, um projeto que merece destaque é o Entregar de Forma Legal é Proteger, da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas de Infância, da Juventude e do Idoso (CEVIJ). Ele foi um dos três ganhadores do Prêmio do CNJ como melhores projetos voltados para a Primeira Infância do Brasil. Ao todo, concorreram ao prêmio 42 projetos de todos os estados da federação, na categoria Sistema de Justiça.

A 15ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, realizada de 25 a 29 de novembro, resultou na prolação de 1.626 sentenças em casos de violência doméstica. No mesmo período, foram concedidas 700 medidas protetivas de urgência para garantir a segurança da vítima de violência doméstica, determinando o afastamento do agressor.

O Programa Justiça Itinerante completou, em 2019, 15 anos. Nesse período, os ônibus rodaram mais de 900 mil quilômetros pelas estradas fluminenses fazendo um total de 1.267.885 atendimentos. Esse programa superou mais do que distâncias geográficas entre o Judiciário e a população do estado: tirou da invisibilidade famílias inteiras, deu nova identidade aos que escolheram o próprio gênero, levou cidadania a quem sequer podia caminhar com as próprias pernas e abriu portas para a realização de sonhos.

A Dívida Ativa foi outro tema que mereceu atenção do nosso Tribunal. Firmamos convênios com mais de 20 prefeituras, garantindo aos devedores de impostos municipais, como IPTU e ISS, descontos de até 100% em juros e multas e parcelamento da dívida em até 24 meses. Os municípios arrecadam mais, e, por conseguinte, melhores serviços podem prestar à população.

Em meio às dificuldades financeiras enfrentadas pelo Governo do Estado e pelos municípios, houve um alívio para o bolso de milhares de credores que estavam na fila dos precatórios. O Judiciário do Estado do Rio de Janeiro pagou mais de R\$ 1,8 bilhão aos credores, com a expedição, pela Divisão de Precatórios Judiciais (DIPRE), de 10.121 mandados de pagamento entre janeiro e novembro de 2019.

A agilização dos pagamentos se deve, em boa parte, à reestruturação da Divisão de Precatórios, iniciada em agosto de 2018 e concluída na atual Administração, com a melhoria da estrutura física da Divisão e a adoção do sistema eletrônico, o que permitiu a digitalização dos mais de 26 mil processos que compõem hoje o acervo da DIPRE.

Outra novidade que promete fazer andar a fila de pagamentos em 2020 é o Juízo de Conciliação. Através do chamado Acordo Direto, o ente devedor propõe ao credor o pagamento imediato da dívida mediante um abatimento sobre o valor do título. A primeira experiência dessa modalidade foi realizada com a Prefeitura de Niterói, em dezembro.

Foi publicado, no dia 21/02/19, o Ato Normativo nº 03/2019, que disciplina a licitação na modalidade pregão, responsável hoje por mais de 96% dos certames realizados pela Corte. Além de determinar a utilização preferencial da modalidade pregão, principalmente eletrônico, o texto reforça a preocupação com a economia em escala e o desenvolvimento sustentável. Sempre que possível, será privilegiada a realização de compras compartilhadas com outros órgãos públicos, devendo o Tribunal, preferencialmente, figurar como órgão gerenciador da contratação.

Na área de sustentabilidade, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro entregou 150 kg de tampinhas plásticas recolhidas dos coletores instalados em prédios do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital. A renda da venda das tampinhas é destinada à compra de cadeiras de rodas para a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR).

A área social também mereceu atenção especial e centenas de pessoas foram beneficiadas através de projetos desenvolvidos pelo Tribunal de Justiça abrangendo, entre outros, moradores em vulnerabilidade social, idosos, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas ou em situação de abrigo e egressos do sistema penitenciário.

A consulta ao Diário de Justiça Eletrônico foi facilitada e o Portal do Conhecimento, criado em 15 de janeiro de 2019 – constituído de acervos selecionados de jurisprudência, doutrina e legislação – teve, até o mês de novembro, mais de 4.7 milhões de acessos, com média mensal de, aproximadamente, 428 mil acessos.

Para melhor comunicação com a população, foi contratado um serviço de mailing com cerca de 25 mil contatos de jornalistas e de influenciadores digitais. Nosso alcance nas mídias sociais foi ampliado: 5.213.622 pessoas foram alcançadas no Facebook e 2.993.139 no Instagram.

O Museu da Justiça-Centro Cultural do Poder Judiciário recebeu/atendeu 22.909 pessoas até novembro de 2019, sendo este, apesar de parcial, o melhor resultado encontrado na série histórica desde a sua primeira medição em 2017, ano em que houve a criação da nova estrutura unificando o antigo Museu da Justiça e o CCPJ-Rio. Esse resultado se deve, principalmente, ao aumento das atividades oferecidas ao público por meio do estabelecimento de novas parcerias incorporadas aos programas de sucesso anteriores.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro possui magistrados e servidores que compreendem a complexidade de suas ações; percebem que o direito tem suas raízes submersas em valores históricos; olham para a origem das causas que lhes são submetidas; preocupam-se com as circunstâncias preexistentes que determinaram o surgimento do litígio; apreendem as razões que amparam as pretensões das partes; vivem a realidade presente e refletem sobre as consequências concretas de seu julgamento.

O Judiciário deve ser capaz de solucionar conflitos de conteúdo social, político e jurídico. Devemos produzir Justiça e contribuir para o equilíbrio social na nossa esfera de atuação, tendo nossas decisões respeitadas como essência do Estado Democrático de Direito, com o qual temos um compromisso inarredável. Apenas com um Judiciário forte e infenso a pressões é que a cidadania brasileira encontrará abrigo para buscar o seu desenvolvimento com paz social.

Como corolário da missão, desempenhada pelos magistrados e servidores em busca de um atendimento de qualidade, ágil e eficaz, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro foi, pelo décimo ano consecutivo, campeão de produtividade dentre os 27 tribunais estaduais do país.

Nossa atuação deve ser pautada em prol da efetivação dos direitos fundamentais e sociais. O Poder Judiciário não pode ser compreendido como mero aplicador técnico da lei. A sociedade brasileira espera que este Poder seja – verdadeiramente – produtor de justiça. E é nesse sentido que estamos trabalhando.

Que Deus continue nos abençoando.

Atenciosamente,

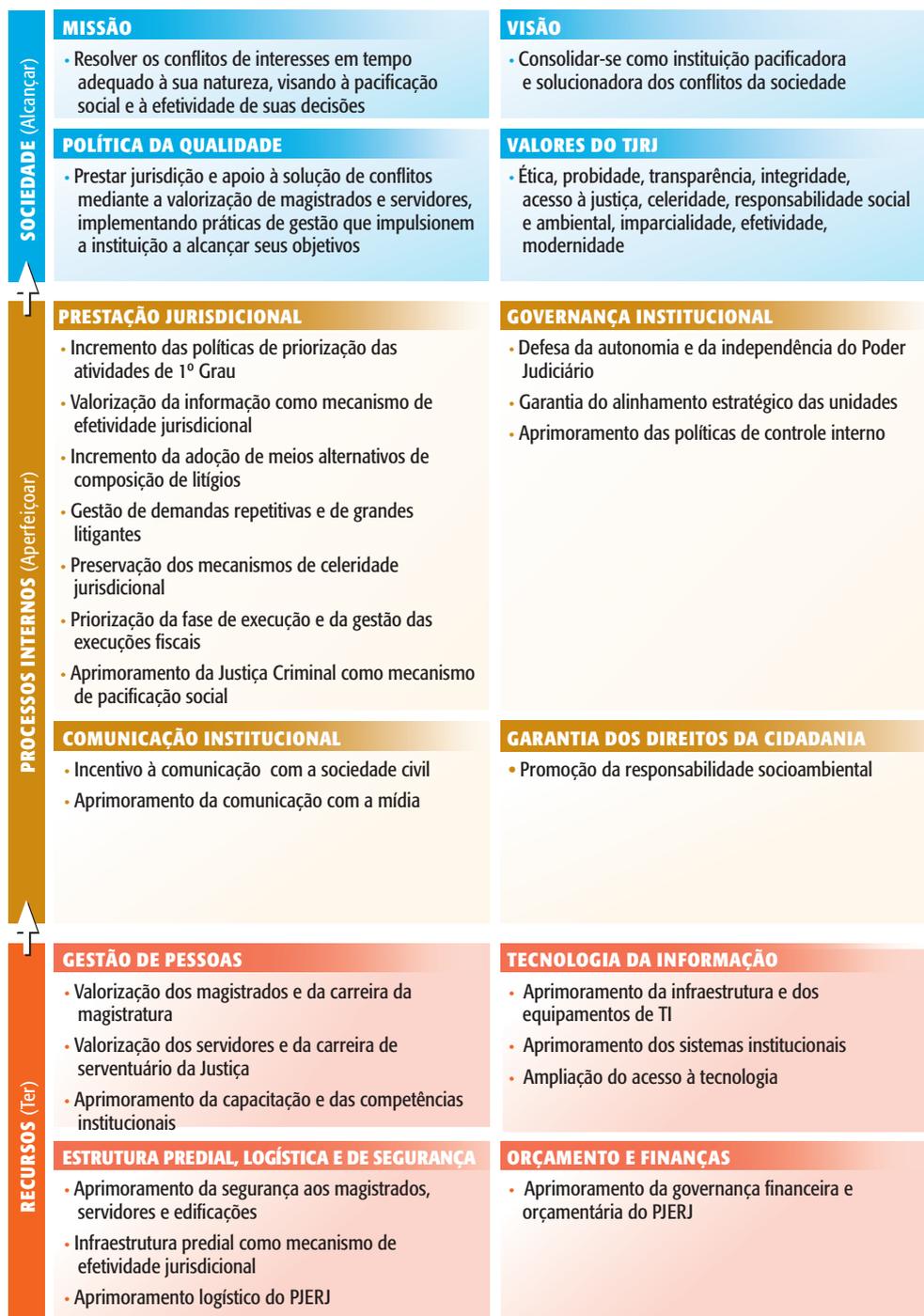
Desembargador Claudio de Mello Tavares

Presidente



# PLANO GERAL DO RELATÓRIO

## MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



## 2. PLANO GERAL DO RELATÓRIO

O presente relatório está organizado tendo por base os temas do planejamento estratégico mostrados no Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJerJ), que é o resumo gráfico dos focos da estratégia institucional. São eles: Prestação Jurisdicional, Governança Institucional, Garantia dos Direitos da Cidadania, Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação, Orçamento e Finanças, Estrutura Predial, Logística e de Segurança e Comunicação e Difusão do Conhecimento (imagem ao lado).

Na sequência do relatório, são apresentadas as seguintes seções:

O panorama geral da instituição visa demonstrar o contexto no qual a nova Administração assumiu a gestão e sua evolução no decorrer de 2019.

A seção de planejamento e gestão demonstra como se deu a elaboração, a execução e o acompanhamento do Plano Estratégico da gestão ao longo de 2019.

As demais seções se estruturam de acordo com os temas adotados no mapa estratégico e os respectivos objetivos, que foram desenvolvidos pela Administração em seu primeiro ano de gestão.

São relatadas também iniciativas da Administração que não necessariamente compõem a estratégia, mas que concorreram para o desenvolvimento de cada tema específico trabalhado pelo PJERJ e para o aprimoramento das atividades desta Corte ao longo do ano.



# PLANEJAMENTO E GESTÃO



### 3. PLANEJAMENTO E GESTÃO

#### ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO

No que diz respeito ao planejamento, o início de gestão foi marcado pela continuidade no atendimento às diretrizes que vinham sendo adotadas pela Administração anterior, com fulcro na Resolução CNJ nº 198, de 1º de julho de 2014, que estabeleceu a estratégia para o Judiciário no período de 2015 a 2020.

Tal estratégia, a nível nacional, previu o estabelecimento de temas (macrodesafios) em torno dos quais seriam desenvolvidos objetivos em todas as Cortes do país, cujo período de planejamento deveria avançar além de uma gestão. Dessa forma, vários projetos estratégicos tiveram sua continuidade assegurada conforme afirmado no Plano Estratégico aprovado para o biênio 2019/2020: "... garantir que ações importantes iniciadas por gestões passadas possam ser continuadas, condição necessária à efetividade e à eficiência operacional."

Seguindo tal premissa, a Comissão de Gestão Estratégica e Planejamento (COGEP), em reuniões realizadas nos meses de abril, junho e agosto de 2019, debateu a estratégia a ser adotada na instituição e formalizou a documentação do planejamento estratégico, bem como deliberou por encaminhá-la ao Egrégio Órgão Especial para homologação.

Objetivos e temas de planejamento foram associados em um Mapa Estratégico, representação gráfica da estratégia, que explicita não só a direção da atuação administrativa no biênio, como o alinhamento à estratégia nacional instituída pela Resolução CNJ nº 198/2014.

O Planejamento Estratégico do biênio 2019/2020 foi elaborado pela Comissão de Gestão Estratégica e Planejamento (COGEP) em 2019, e, com a publicação da Resolução TJ/OE nº 15/2019, foram aprovados o Plano Estratégico, o Plano de Ação Governamental (PAG), a Matriz de Indicadores Estratégicos e o Plano de Comunicação da Estratégia do PJERJ.

Para execução do plano estratégico, 36 propostas de projetos estratégicos foram analisadas pela COGEP na primeira reunião da comissão, realizada em 10 de abril de 2019. Destas, 22 eram novas e 14 de continuidade. Todas as propostas de projetos de continuidade foram aprovadas, bem como 16 das propostas novas. Uma delas foi integrada a projeto já existente, uma foi rejeitada, outra necessitou de nova redação e para as demais foi determinada sustentação oral na reunião seguinte.

Na segunda reunião da COGEP, em 25 de junho de 2019, foi apresentada mais uma proposta de continuidade e houve sustentação oral referente a três propostas da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e Juventude e Idoso (CEVIJ), mas não houve consenso por parte do Colegiado, tendo sido determinado Plenário Virtual para nova análise.

Já na terceira reunião, em 22 de agosto de 2019, houve aprovação de proposta já existente, bem como de nova proposta e foram rejeitadas as três que haviam sido objeto de análise no Plenário Virtual.

Ressalte-se que tais propostas foram formuladas pelas unidades administrativas e por Colegiados Administrativos do Tribunal.

Os projetos que compõem o plano estratégico estão alinhados ao Plano de Ação Governamental (PAG), assegurando-se assim os recursos orçamentários necessários à execução dos mesmos. O acompanhamento da fase executiva dos projetos estratégicos está baseado na análise dos dados de cada iniciativa estratégica, verificando-se junto aos respectivos gestores o percentual e a pontualidade de cumprimento das ações e diligenciando-se quanto às respectivas pendências no âmbito da diretoria responsável ou de outras diretorias cujas atuações sejam importantes para o progresso do projeto.

Dos 34 projetos estratégicos selecionados pela COGEP para o biênio 2019/2020, 15 são projetos de continuidade, ou seja, foram iniciados em gestões anteriores, e, devido à complexidade e ao tempo que demandam, perpassam as administrações.

Até o mês de outubro de 2019, o percentual de implementação dos projetos estratégicos atingiu 19% em relação ao total de ações planejadas. Dos 26 projetos em andamento, 13 estavam no prazo e igual número apresentou atrasos em suas execuções.

Além do acompanhamento do percentual de implementação dos projetos, a estratégia também vem sendo monitorada por um conjunto de indicadores estratégicos aprovados pela COGEP. A adoção de indicadores estratégicos na gestão do Tribunal é parte da metodologia Balanced Scorecard (BSC), prevista nas diretrizes da Resolução CNJ nº 198/2014. Tais indicadores, adequados às peculiaridades da estratégia da instituição, evidenciam o impacto da implementação dos projetos estratégicos na realização dos objetivos fixados pela Administração, e consignados no Mapa Estratégico, medindo o grau de seu atingimento.

Em 2019, foram realizadas três reuniões de análise da estratégia pela COGEP com o intuito de aprovar o planejamento estratégico, analisar os resultados dos indicadores estratégicos e das Metas Nacionais do CNJ, entre outros assuntos referentes à estratégia da instituição.

# GOVERNANÇA INSTITUCIONAL



## 4. GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

### ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO

A governança institucional é o processo pelo qual, de acordo com a literatura em administração, se organiza e distribui a autoridade e as responsabilidades numa organização e se realiza a prestação de contas. Esse processo compreende, necessariamente, três grandes áreas ligadas ao desenvolvimento da missão da organização, que são:

- a) a definição do seu papel no ambiente, do público que atende e dos vínculos com outras organizações;
- b) as escolhas estratégicas e o impacto de suas ações sobre a comunidade;
- c) a construção do conhecimento necessário à sua atuação, por meio de sistemas e desenvolvimento de pessoas.

Esse processo tem por objetivo melhorar o desempenho organizacional, contribuir para a redução de riscos e alinhar as ações à estratégia do PJERJ mediante o desenvolvimento das estruturas de governança, baseadas nos princípios de eficiência, transparência e prestação de contas para alcance de resultados institucionais que satisfaçam as expectativas da sociedade.

Para o biênio 2019/2020, a Administração manteve como objetivos da governança, no mapa estratégico, a defesa da autonomia e da independência do Poder Judiciário, o alinhamento estratégico das unidades do Tribunal e o aprimoramento das políticas de controle interno.

### GARANTIA DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DAS UNIDADES DO TJRJ

No que diz respeito à construção do conhecimento necessário ao desempenho das atividades do Tribunal na área jurisdicional e administrativa, a governança da instituição envolve a documentação e a manutenção permanente dos processos de trabalho dos seus órgãos e a implementação de sistemas de gestão, além do planejamento estratégico, que detalha a estratégia traçada em cada biênio para desenvolvimento dos objetivos institucionais. Pelo exercício coordenado dessas atividades, promove-se o alinhamento estratégico dos órgãos, potencializando os recursos e ações em prol do atingimento das metas postas pela Administração.

### ROTINAS ADMINISTRATIVAS (RAD) E INDICADORES

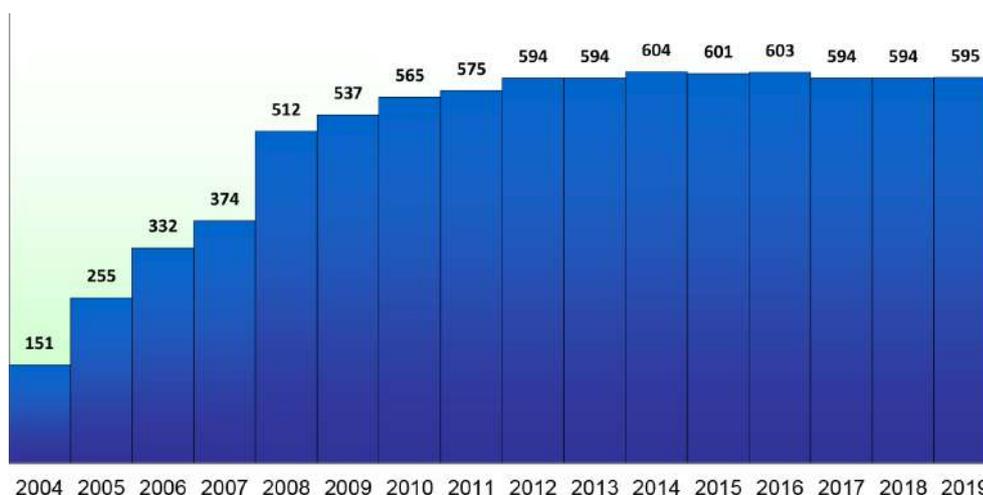
As rotinas administrativas (RADs) são resultado do mapeamento e documentam os diversos processos de trabalho no TJRJ, permitindo assim, a compreensão de cada etapa do processo, as interações com outras áreas, a padronização do procedimento a ser executado, a transparência, o treinamento de novos servidores, o uso dos processos modelados como base para a construção de sistemas computadorizados, estudos para

automação de sistemas de gestão, a criação e a mensuração de indicadores das atividades para melhor monitoramento e o controle dos processos de trabalho da Instituição.

Até o mês de novembro, o Tribunal somou 595 processos de trabalho documentados em Rotinas Administrativas, o que, juntamente com formulários e manuais de procedimentos, totalizou 1.613 documentos controlados.

O gráfico abaixo demonstra a evolução do sistema documental da instituição desde a sua implantação.

Acervo Anual de RAD do PJERJ



RAD - Evolução Anual do Acervo

O gráfico indica uma estabilização da documentação de processos, cabendo, no entanto, ressaltar que o percentual de Rotinas Administrativas revisadas atingiu, aproximadamente, 68%, o que demonstra a vitalidade e a utilidade do sistema, bem como o esforço das unidades jurisdicionais e administrativas em mantê-lo.

Em 2019, destacam-se:

- Elaboração das árvores de processos de trabalho, mapeamento; desenho, redesenho de fluxogramas, elaboração de Diagrama de Contexto, elaboração das Rotinas Administrativas e publicação dos processos de trabalho do gabinete do Desembargador Nagib Slaibi;
- Redesenho dos fluxogramas, elaboração e publicação das rotinas das Câmaras Cíveis; elaboração da árvore de processos, diagrama de contexto, redesenho e publicação dos processos de trabalho do Departamento de Execução de Contratos de Prestação de Serviços da Diretoria-Geral de Logística, mapeamento, desenho, elaboração e publicação das Rotinas Administrativas do Departamento de Engenharia da Diretoria-Geral de Logística;
- Mapeamento e publicação de processos de trabalho da Divisão de Precatório do Gabinete da Presidência; elaboração do fluxograma de processo do trabalho do Protocolo Violeta Laranja (projeto estratégico);

- Mapeamento, desenho do fluxograma do processo de trabalho e elaboração da Rotina Administrativa do processo de trabalho de abrigamento de vítimas de violência doméstica atendidas durante o Plantão Judiciário pela equipe CEJUVIDA (projeto estratégico);
- Mapeamento, desenho do fluxograma do processo de trabalho e elaboração da Rotina Administrativa para apoiar a prestação jurisdicional de competência da Infância e Juventude no Plantão Judiciário (projeto estratégico);
- Elaboração dos fluxos para automação do sistema de Vara Cível; mapeamento, desenho do fluxograma do processo de trabalho e elaboração da Rotina Administrativa para prestar apoio técnico interdisciplinar ao custodiado na Central de Audiência de Custódia;
- Mapeamento, desenho do fluxograma do processo de trabalho e elaboração da Rotina Administrativa para prestar apoio interdisciplinar nas Centrais de Penas e Medidas Alternativas e na Divisão de Penas e Medidas da Vara de Execuções Penais;
- Mapeamento, desenho do fluxograma do processo de trabalho e elaboração da Rotina Administrativa para gerir dados estatísticos no Portal GMF;
- Mapeamento, desenho do fluxograma do processo de trabalho e elaboração da Rotina Administrativa para processar expedientes de competência do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário;
- Mapeamento, desenho do fluxograma do processo de trabalho e elaboração da Rotina Administrativa Achados e Perdidos;
- Desenho do fluxograma do processo de trabalho de Concessão de Diárias; apoio na realização da Pesquisa de Satisfação das unidades certificadas pela NBR ISO 9001:2015.

Para finalizar a participação no Grupo de Trabalho de Câmaras Cíveis e no Grupo de Trabalho de Câmaras Criminais (projeto estratégico) foram realizadas 21 reuniões tendo como objetivo a revisão e a melhoria do processo de trabalho dos segmentos Cível e Criminal em 2º grau de jurisdição.

Entre as principais melhorias nos processos de trabalho nas Câmaras e no Órgão Especial destacam-se:

- Integração do sistema e-JUD e o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) no procedimento Expedir Mandados de Prisão e Alvará de Soltura;
- Padronização do procedimento para expedição de intimações;
- Solicitação para mudança na contagem de prazos de mesa e locais virtuais para que tais prazos sejam contados em dias úteis apenas; alterações de nomenclaturas de pastas virtuais;
- Levantamento dos requisitos para unificação do Registro Judiciário Individual (RJI); solicitação para criação de campo para Relator Designado no gerenciador de sessão; digitalização dos acervos físicos da 6ª e da 18ª Câmaras Cíveis.

## SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO (SIGA) E CERTIFICAÇÃO ISO

O Tribunal põe à disposição das unidades jurisdicionais e administrativas dois sistemas de gestão: um baseado na norma ISO 9001 e o SIGA, que foi desenvolvido internamente de forma colaborativa com os órgãos do próprio Tribunal.

A Administração atual manteve a forma de ingresso voluntário para as unidades organizacionais no SIGA, isto é, por livre adesão do Magistrado Titular do Juízo ou do Diretor-Geral da unidade administrativa.

Para o ano de 2019, o escopo foi ampliado para 251 unidades, com a separação de 24 Unidades Adjuntas das respectivas Varas. Dessa forma, o escopo do SIGA JURIS conta com varas, unidades adjuntas, juizados e cinco Centrais de Cumprimento de Mandados da capital. Portanto, o ano de 2019 se inicia com 251 unidades com SIGA JURIS, e, ao longo do ano, tivemos seis unidades para implementação, totalizando, ao final de 2019, 257 serventias judiciais inseridas no SIGA. No SIGA administrativo, o escopo é de 27 unidades, com 12 unidades implementadas. Para o ano de 2020, temos a previsão de 14 serventias judiciais para inserção no SIGA.

Na área jurisdicional, o SIGA está implementado em 38,53% das unidades jurisdicionais do PJERJ.

### Evolução da participação do SIGA JURIS - Dados GABPRES/DEGEP



Atualmente, os sistemas de gestão adotados abrangem a área fim (jurisdicional) e a área meio (administrativa). As unidades aderentes aos sistemas estão apresentadas na tabela a seguir:

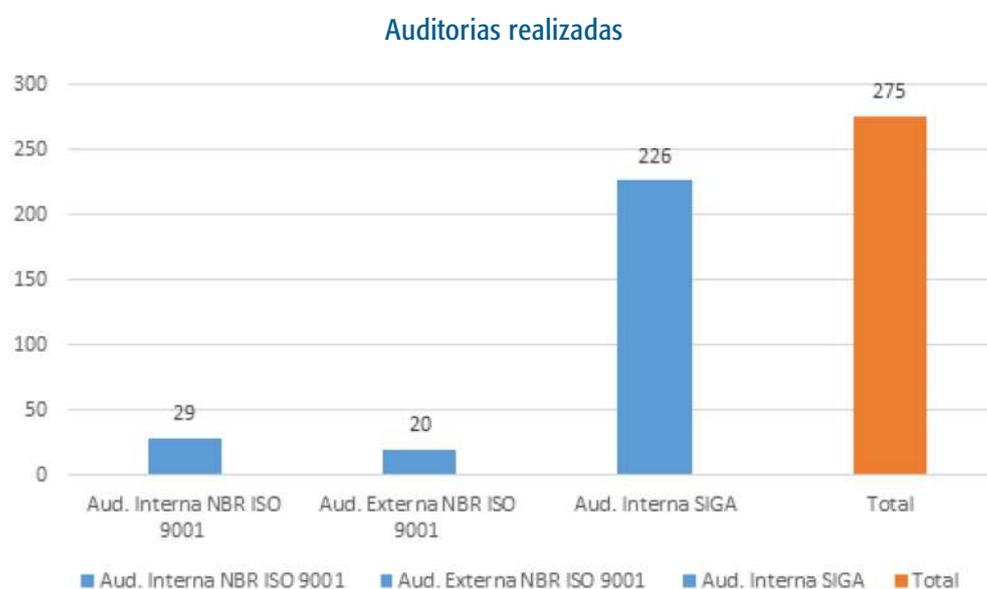
Área	Sistema de Gestão SIGA	Sistema de Gestão NBR ISO 9001	Abrangência Total
Área Jurisdicional	251 unidades	26 unidades	277 unidades
Área Administrativa	12 unidades	14 unidades	26 unidades

A experiência acumulada desde 2004 demonstra que o processo de implementação/manutenção do SIGA vem, gradativamente, sendo absorvido pelos participantes como colaboração, recurso e apoio prestados pela Administração às unidades, na medida em que disponibiliza ferramentas de gestão que auxiliam na melhoria das atividades. Uma vez que os sistemas de gestão são percebidos e assimilados internamente como apoio às atividades das unidades, seus procedimentos são incorporados ao dia a dia dos servidores, que passam a encontrar na integração com os consultores internos uma possibilidade de intercâmbio que leva à melhoria dos resultados dos processos de trabalho, e, concomitantemente, a uma melhoria do ambiente de trabalho.

Os sistemas de gestão são avaliados através de auditorias de gestão, que são uma forma de avaliar a efetividade dos sistemas adotados pelo Tribunal, consistindo numa oportunidade de revisão do funcionamento interno das unidades, do grau de adoção dos controles administrativos e dos resultados obtidos, medidos por indicadores vinculados aos objetivos da organização.

As auditorias de gestão permitem identificar o grau de eficiência da própria operação, e, também, identificar oportunidades de melhoria em um processo contínuo. Nos sistemas de gestão certificados de acordo com a norma ISO 9001, as auditorias externas foram conduzidas pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, e as internas contaram com a atuação de profissionais contratados e de servidores integrantes do quadro de auditores do PJERJ. As unidades integradas ao SIGA foram auditadas exclusivamente por auditores do quadro do PJERJ.

Em 2019, em cumprimento ao programa aprovado pela administração, foram realizadas 275 auditorias de gestão.



Visando ao aperfeiçoamento dos seus sistemas de gestão, o Tribunal está reformulando a trilha de capacitação de auditores internos, que são incumbidos de examinar o grau de implementação do SIGA e a aderência à Norma ISO 9001 e difundem pela organização o conhecimento administrativo adquirido. Atualmente, nosso quadro conta com 22 auditores internos aptos a liderarem equipes de auditoria.

Para alinhar as ações com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), em 2019 foi implementada pela Divisão de Avaliação de Sistema de Gestão (GABPRES/DIASI) uma avaliação documental nas unidades inseridas no SIGA.

Tal avaliação, que tem foco nos resultados das serventias, consiste na análise dos relatórios de indicadores extraídos do sistema DCP, tais como o atendimento às metas 01 e 02, a redução de acervo e os autos paralisados.

Os dados oriundos desses relatórios foram divulgados aos envolvidos, bem como à Administração Superior.

## ATUAÇÃO DOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS

Os Órgãos Colegiados Administrativos atuam auxiliando a Presidência do TJRJ a alcançar os objetivos estratégicos traçados para o biênio 2019-2020, como a promoção da responsabilidade socioambiental; o aprimoramento da infraestrutura, dos equipamentos de TI e dos sistemas institucionais; o incremento das políticas de priorização das atividades de 1º grau; o fortalecimento da Política Judiciária de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; a valorização da Primeira Infância e o aprimoramento do Modelo de Gestão das Execuções Fiscais, entre outros.

Até o final de novembro de 2019 o Tribunal possuía 80 (oitenta) colegiados instituídos pela Presidência do TJRJ. Desses, 46 (quarenta e seis) tiveram atividades medidas no período referente aos meses de julho, agosto e setembro de 2019. Houve um aumento no percentual da participação dos Órgãos Colegiados na Gestão Administrativa do Tribunal, de 56,36% para 61,33%, quando comparado à primeira medição da atual Gestão.

## PROJETO ESTRATÉGICO: POLÍTICA DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

Visa implementar a Governança Institucional mediante a elaboração da Política, visando estabelecer as diretrizes da governança no PJERJ, gerir o desempenho da alta administração, zelar por princípios de ética e conduta, gerir os riscos organizacionais, promover transparência, responsabilidade e prestação de contas, assegurando a efetiva atuação da auditoria interna.

Esse projeto está em andamento, e, preliminarmente, foram levantados no PJERJ os seguintes eixos de governança: capacidade de resposta (modernização da gestão), integridade (padrões de conduta e combate à corrupção) e melhoria regulatória (criação e avaliação de políticas).

## PROJETO ESTRATÉGICO: IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO PJERJ

Com a vigência da Lei n.º 13709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), a partir de agosto de 2020, houve a necessidade de formação de grupo multidisciplinar para o desenvolvimento de uma política adequada de tratamento de dados no âmbito do PJERJ, já que as sanções impostas pela referida lei são bastante rígidas.

Dessa forma, este projeto busca estabelecer diretrizes gerais para a implementação da LGPD no âmbito do PJERJ, tanto no que se refere aos dados gerados em meio digital, quanto os gerados em meio físico. São necessárias regras que protejam os usuários do PJERJ, bem como a própria instituição, de questões de segurança relativas à referida lei.

O Departamento de Gestão Estratégica e Planejamento (GABPRES/DEGEP), em parceria com a Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (DGTEC), irá coordenar a documentação do projeto e seu posterior monitoramento.

## INCREMENTO DAS POLÍTICAS DE PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE 1º GRAU

A priorização do 1º grau é o principal objetivo no tema da prestação jurisdicional, marca da gestão no tocante à atividade-fim do Tribunal, em continuidade à diretriz da gestão antecedente. É no 1º grau de jurisdição que é solucionada a maior parte dos conflitos e são os provimentos dos juízos singulares os que maior impacto têm na vida dos jurisdicionados – sem esquecer que é neles que se dá a execução de todos os julgados. A ênfase dada pela Administração a esse segmento, portanto, é uma escolha pela efetividade da jurisdição e pela potencialização da justiça.

Nesse sentido, a Administração vem aprimorando a gestão mediante a expansão do SIGA, que é um conjunto de métodos de trabalho e controles administrativos que permite melhoria na administração das unidades jurisdicionais e que se encontra estabelecido no PJERJ desde 2008. Com a sua implementação, além da melhoria do ambiente de trabalho, as unidades elevam a sua produtividade. Em 2019, o SIGA continuou sendo oferecido pela Administração como um serviço de apoio às unidades de 1º grau, e a adesão ao SIGA, sob a forma de ingresso voluntário, evoluiu de 215 para 251 unidades jurisdicionais. No âmbito administrativo manteve-se o número de 12 unidades que aderiram ao SIGA.

O Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro foi instituído através do Ato Executivo nº 105/2015, com alterações promovidas pelo Ato Executivo nº 87/2016. E seus membros foram definidos através do Ato Executivo nº 165/2019.

Em 2019, o Colegiado realizou cinco reuniões, tendo sido emitidas 113 deliberações, das quais 84 foram devidamente cumpridas.

O objetivo de incremento da priorização ao 1º grau continua sendo desenvolvido por meio de projetos estratégicos, ações e atividades correlatas a seguir apresentados.

### PROJETO ESTRATÉGICO: FORTALECIMENTO DA POLÍTICA JUDICIÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (RESOLUÇÃO CNJ Nº 254/2018) (CONTINUIDADE)

Proposto pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM), este projeto busca a expansão e a interiorização do PROJETO VIOLETA, que visa garantir a segurança e a proteção máxima das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, permitindo uma prestação jurisdicional de forma célere àquelas que estão com sua integridade física, e até mesmo com a vida, em risco, concedendo as medidas protetivas de urgência em até quatro horas.

Contempla a expansão e a interiorização do PROTOCOLO VIOLETA LARANJA, que visa acelerar o acesso à Justiça das mulheres sobreviventes (vítimas diretas) e eventuais familiares (vítimas indiretas) em situação de extrema vulnerabilidade e em risco de morte ou de grave lesão à sua integridade física, assegurando que medidas protetivas de urgência sejam concedidas em espaço de tempo adequado, nos crimes de feminicídio, reduzindo o lapso temporal entre o registro do fato e a decisão judicial que as concede.

Também está direcionado para o fortalecimento e divulgação das atribuições da Central Judiciária de Abrigamento Provisório da Mulher Vítima de Violência Doméstica (CEJUVIDA), que é um serviço integrado ao Plantão Judiciário que tem por objetivo intermediar o acesso urgente de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e de seus filhos menores, às casas-abrigo, encaminhadas pelos magistrados com competência em Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, fora do horário forense, em finais de semana ou feriados, quando, por qualquer motivo, não estejam funcionando os serviços especializados nos Centros de Referência da Mulher.

### PROJETO ESTRATÉGICO: REESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL DE TESTAMENTARIA E TUTORIA JUDICIAL (CONTINUIDADE)

O projeto estratégico visa a reestruturação das rotinas administrativas da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial (CTTJ) e da infraestrutura logística e de pessoal, além da capacitação da unidade com levantamento de todas as atribuições envolvidas no sistema DCP.

Dentre os benefícios do projeto estão: a melhoria no fluxo do processo de trabalho e a reestruturação dos controles e indicadores de gestão da unidade.

### PROJETO ESTRATÉGICO: PLANO DE VALORIZAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA (CONTINUIDADE)

Elaborado pela Coordenadoria das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso (CEVIJ), colegiado administrativo da Presidência, esse projeto visa a implementação de medidas administrativas no âmbito da jurisdição criminal, da execução penal, da infância e do 2º grau de jurisdição a fim de assegurar a prioridade de tramitação e a celeridade de processos envolvendo, direta ou indiretamente, crianças na primeira infância bem como sujeitos de medidas protetivas, aí incluídas gestantes ou mães presas que convivam com filho no cárcere.

Será implantado o projeto piloto 'Amparando Filhos', voltado para mulheres mães que cumprem pena privativa de liberdade, moradoras da cidade do Rio de Janeiro, com filhos de 0 a 12 anos, com objetivo de traçar caminhos para elaboração das medidas de proteção sociojurídica aos seus filhos e minimizar os efeitos danosos do encarceramento em suas múltiplas dimensões, através da integração dos serviços da Assistência Social.

O projeto também tem por alvo a capacitação das equipes interdisciplinares das Varas de Infância, Juventude e Idoso, visando a adesão – e posterior difusão na rede de atendimento – de metodologia específica de cuidado de crianças na primeira infância, de 0 a 6 anos de idade, sujeitos de medidas protetivas, buscando promover maior celeridade e efetividade nos respectivos processos, inclusive e, especialmente, os de adoção.

Contempla, ainda, a implementação do projeto piloto "Pai Presente" no Degase, com a criação do Núcleo de Valorização da Paternidade, a fim de contribuir para o reconhecimento da paternidade através de uma política de valorização da mesma, que viabilize a diminuição do contingente dos jovens e de seus filhos sem o registro paterno.

## PROJETO ESTRATÉGICO: JUSTIÇA EFICIENTE

Projeto de responsabilidade da Corregedoria Geral da Justiça que visa o planejamento das ações da CGJ, com foco no aumento da produtividade de juízes e servidores, lastreada em dados objetivos, notadamente indicadores do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), homologados e disponibilizados pelo DEIGE com os exatos componentes da Resolução nº 76 do CNJ extraídos dos sistemas corporativos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ) tendo como base o caderno de indicadores do CNJ a serem fornecidos pelo DEIGE.

## PROJETO ESTRATÉGICO: APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (CONTINUIDADE)

O projeto foi iniciado em 2017, com a digitalização dos processos físicos e o mapeamento de processos de trabalho. No entanto, existe um volumoso acervo de execuções penais que vem sendo digitalizado para adequação ao sistema informatizado PROJUDI.

Em consequência, houve modificações no processamento na VEP, procedimentos ainda não mapeados/sistematizados, havendo a necessidade de serem atualizados os processos de trabalho.

Verifica-se ainda um significativo quantitativo de ações intentadas contra a VEP no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por conta dos benefícios não apreciados.

Dessa forma, o projeto contempla a continuidade da reestruturação das Rotinas Administrativas da Vara de Execuções Penais (VEP), adequando-as ao novo sistema informatizado, que serão incorporadas à Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), bem como o levantamento dos novos processos de trabalho com a definição de indicadores de desempenho, a fim de permitir o monitoramento do desempenho dos órgãos jurisdicionais, em conformidade com o novo sistema informatizado.

## VALORIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO MECANISMO DE EFETIVIDADE JURISDICIONAL

A disponibilidade de meios adequados de acesso à informação constitui, na atualidade, importante instrumento de realização da efetividade da jurisdição.

Recursos informacionais, em maior parte computadorizados e acessíveis por meio de redes de comunicação, são indispensáveis tanto para a atividade dos magistrados como para os advogados, as partes e os representantes das funções essenciais à Justiça.

Do mesmo modo, a informação jurisdicional correta e acessível atende a sociedade em geral, seja como forma de difusão de direitos, seja como em razão da sua disponibilidade para pesquisas acadêmicas.

Por todos esses aspectos, a informação serve à construção da efetividade das decisões entre as partes assim como para o público, o que concorre para revigorar o valor da Justiça no meio social.

## PROJETO ESTRATÉGICO: DIGITALIZAÇÃO DE ACERVOS CARTORÁRIOS – LIVRO ELETRÔNICO

Projeto, desenvolvido pela Corregedoria Geral da Justiça, que visa a substituição do manuseio dos livros físicos em papel pelos arquivos digitais, contendo as imagens dos registros e a totalidade de seu conteúdo, transformando o acervo físico num banco de dados eletrônico capaz de ser perpetuado, mantido e manuseado de forma menos custosa.

Atualmente, apenas os atos praticados após 2007 compõem o banco de dados do PJERJ. No entanto, o acervo cartorário do Estado do Rio de Janeiro compreende um conjunto volumoso de livros, demandando custos elevados de manutenção e restauração. Além disso, buscas efetuadas de forma manual causam desgaste e dificultam a localização dos assentos quando novas certidões são solicitadas. Por fim, as dificuldades tanto para a localização dos referidos arquivos quanto a demora na pesquisa dos mesmos, têm gerado transtornos às partes. Afinal, eles dependem dessas informações para o exercício da cidadania.

Com a sua conclusão, espera-se que o cidadão tenha à sua disposição um banco de dados com todas as informações extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro para pesquisa, enquanto que, para o Poder Judiciário, criar-se-á um acervo unificado, o qual permitirá a produção de estatísticas e maior controle sobre os atos praticados, uma vez que a alteração da base de dados estará sob seu controle e fiscalização.

Por tratar-se de projeto de grande monta, e que demanda grandes esforços, a sua divisão será em etapas ou módulos, de forma a se cumprir no biênio 2019-2020 a importação de dados que já se encontram digitalizados para o banco do PJERJ e a elaboração de projeto piloto de digitalização para os serviços que ainda não avançaram no processo de virtualização de acervo. O PJERJ receberá os dados eletronicamente em seu banco.

## PROJETO ESTRATÉGICO: DESENVOLVIMENTO DE BANCO DE DADOS DE DEPÓSITO DE FIRMAS

Projeto desenvolvido pela Corregedoria Geral da Justiça que visa organizar e democratizar o acesso aos dados públicos de Depósito de Firmas do Estado do Rio de Janeiro. Seu desenvolvimento pretende garantir direitos de cidadania, trazendo benefícios na relação do PJERJ com seus jurisdicionados.

A inexistência de ferramenta que preste esse serviço obriga o cidadão a se dirigir a cada cartório para localizar firma depositada.

Essa iniciativa permitirá a criação de Banco de Dados de Depósito de Firmas a ser disponibilizado para consulta on-line no Portal Extrajudicial, por nome e/ou CPF, para localizar serviço extrajudicial onde se encontra depositada a firma pesquisada.

## PROJETO ESTRATÉGICO: SIGA NAS SECRETARIAS DE CÂMARAS

Projeto que visa proporcionar a melhoria da prestação jurisdicional da segunda instância para a sociedade. Como resultado, teremos o SIGA implementado nas secretarias das Câmaras Cíveis e Criminais, que passarão a ter os processos de trabalho mapeados, documentados, medidos e controlados, e seu ambiente de trabalho organizado segundo os fundamentos da ergonomia: conforto, segurança e eficiência.

Em 2019, foram realizadas 21 reuniões, com previsão de continuidade e ampliação do projeto até o final da gestão.



# PRESTAÇÃO JURISDICIONAL



## 5. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

### INCREMENTO DAS POLÍTICAS DE PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO 1º GRAU

As Diretorias Gerais da Presidência são especializadas, de acordo com cada atividade desenvolvida, e prestam apoio às unidades que compõem o Tribunal de Justiça deste estado a fim de que cumpram a missão institucional e alcancem a visão, previamente definida no Mapa Estratégico.

No caso, cabe à Diretoria Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais (DGJUR) auxiliar na prestação jurisdicional disponibilizando às serventias, nas ações sob o pálio da Justiça gratuita, peritos, tradutores, intérpretes, bem como apoiar os Juízos na realização de exames genéticos, auxiliar na instrução e formalização de convênios de Dívida Ativa, de Intercâmbio de Dados, em estatísticas gerenciais de primeiro e segundo graus e disponibilizar a Justiça Itinerante à sociedade, alimentar os indicadores do Portal do Observatório da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, bem como os do Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária, dentre outros.

Sendo assim, seguem abaixo as principais atividades desenvolvidas nessa área:

#### PERITOS

A atividade de cadastramento de peritos é regida pela Resolução do Conselho da Magistratura nº 2/2018, que consolida as normas, orientações e procedimentos para execução das atribuições do Serviço de Perícias Judiciais, no que se refere à realização de perícia em processos judiciais com deferimento da assistência judiciária gratuita e processos inerentes a Acidente do Trabalho.

Atualmente, o cadastro conta com 3.798 peritos cadastrados em diversas especialidades, tendo sido registrado o ingresso neste ano de 1143 novos profissionais.

Podemos destacar as seguintes atividades desenvolvidas durante o ano:

- Atuação da DGJUR no curso promovido pela ESAJ de formação de novos peritos, denominado Procedimentos Internos Periciais, tendo sido quatro cursos ministrados durante 2019, com 320 participantes ao todo.





Workshop promovido pela Light em parceria com o Tribunal, através do DEINP/SEJUD. Um workshop sobre sistemas distribuídos de medição de energia foi realizado em 31/10/2019, tendo como público-alvo peritos judiciais engenheiros e arquitetos cadastrados no PJERJ. O objetivo foi promover uma troca de

conhecimento de modo que os peritos tenham maior embasamento para viabilizar uma análise técnica mais eficaz.

Segue também a matéria do workshop publicada no site do tribunal:

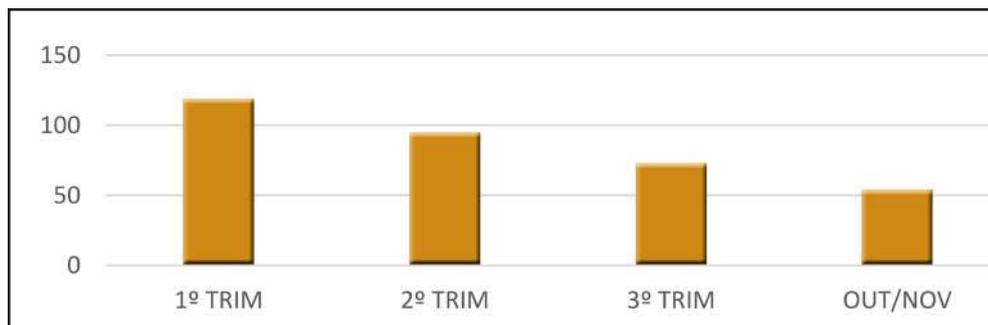
<https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/6818591>

## TRADUTORES E INTÉRPRETES

Em apoio à prestação jurisdicional, foram disponibilizados tradutores e intérpretes de libras pelo Serviço de Rogatórias, Extradicações e Interpretação (SEREI), bem como o serviço de perícias genéticas nas ações em que estejam sob o pálio da Justiça gratuita, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de novembro de 2019. Até novembro de 2019, foram realizadas 341 traduções, 107 interpretações e 3581 exames de DNA.

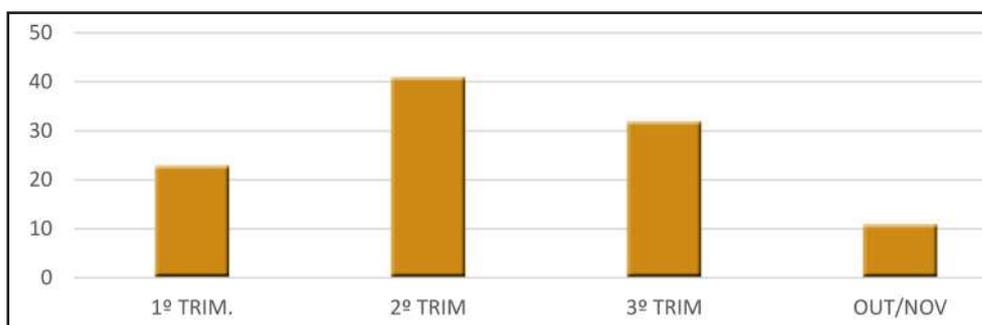
DGJUR/SEREI	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	OUT/NOV	TOTAL
TRADUTORES	119	95	73	54	341

### TRADUTORES



DGJUR/SEREI	1º TRIM.	2º TRIM	3º TRIM	OUT/NOV	TOTAL
INTERPRETAÇÕES	23	41	32	11	107

## INTERPRETAÇÕES



## LEILOEIROS E CORRETORES DE IMÓVEIS

O credenciamento de leiloeiros e corretores de imóveis segue as diretrizes normativas do Ato Conjunto Normativo TJ/CGJ 07/2018, bem como a Resolução CNJ nº 236/2016. O processo conta com a atuação das diretorias gerais de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais, a de Tecnologia da Informação e a de Segurança Institucional.

No ano de 2019 a atual administração da DGJUR autuou 20 processos de leiloeiros, credenciou três até o mês de novembro e um corretor de imóveis. Atualmente, o cadastro possui 32 leiloeiros e cinco corretores de imóveis ativos. Além disso, foram promovidas melhorias no processo de trabalho, expedindo atestados de capacidade técnica e documentando nos autos os principais pontos do credenciamento, como a comprovação da experiência, requisitos técnicos de informática e de filmagem da alienação judicial.

## JUSTIÇA ITINERANTE

O Programa surgiu como um novo paradigma de realização da prestação jurisdicional. Na verdade, a Justiça Itinerante é um programa vanguardista, prático e acessível principalmente em relação aos cidadãos que possuem maior dificuldade de acesso aos serviços públicos. Em outras palavras, é um projeto inovador porque é a própria Justiça que vai ao encontro das pessoas com mais necessidades.

Nestes 15 anos de funcionamento do Programa, até o momento foram realizados 1.267.922 atendimentos e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro se faz presente nos 26 postos da Justiça Itinerante localizados nos municípios de Aperibé, Areal, Belford Roxo, Carapebus, Cardoso Moreira, Campos dos Goytacazes (Morro do Coco e Goytacazes), Japeri, Duque de Caxias (Jardim Primavera), Comendador Levy Gasparian, Macuco, Nova Iguaçu (Vila de Cava), Quatis, São Gonçalo (Jardim Catarina), São Francisco do Itabapoana, São José de Ubá, Tanguá, Varre-Sai e na cidade do Rio de Janeiro (Campo Grande, Cidade de Deus, Maré/Manguinhos, Nova Sepetiba, Rocinha, Realengo e Vila Cruzeiro/Alemão), além do posto da Justiça Itinerante especializado em Registro Tardio de Nascimento, localizado na Praça XI.

Seguem anexados os relatórios de atendimentos nos postos regulares da Justiça Itinerante e o consolidado de atendimentos nos eventos realizados em parceria com outras instituições.

## JUSTIÇA ITINERANTE 2019 - EVENTOS CONSOLIDADO

DATA	EVENTO	TOTAL DE ATENDIMENTOS
24/03	"Curta a Praça" - Praça Cruz Vermelha/Colégio Cruzeiro	96
30/03	Ação Social ACARI – Conselho Tutelar de Ramos	97
26/04	Jl Sistema Penitenciário – Instituto Penal Vicente Piragibe - Bangu	101
18/05	Jl INES – Instituto Nacional de Educação dos Surdos	120
21/05	Jl Sistema Penitenciário – Instituto Penal Plácido Sá Carvalho - Bangu	92
26/05	"Curta a Praça" - Praça Cruz Vermelha/Colégio Cruzeiro	157
27/05	Jl Perícias – Belford Roxo	7
08/06	Ação Social Realengo – Faculdade São José	231
30/06	Defensoria Pública em Ação nas Ilhas do RJ – Ilha de Paquetá	1384
22/07	Jl Perícias – Belford Roxo	13
24/07	Jl Perícias – Campo Grande	15
10/08	Defensoria Pública em Ação com PM – CEFAP – Sulacap	248
18/08	"Curta a Praça" - Praça Cruz Vermelha/Colégio Cruzeiro	127
23/08	Jl Sistema Penitenciário – Instituto Penal Vicente Piragibe – Retorno	142
24/08	Ação Cidadania Caravana Vale – Itaguaí	291
28/08	Jl Sistema Penitenciário – Instituto Penal Edgard Costa - Niterói	125
14/09	Defensoria Pública em Ação com PM – Palácio Guanabara	77
24/09	Jl Sistema Penitenciário – Instituto Penal Plácido Sá Carvalho - Retorno	292
25/09	Jl Perícias – Belford Roxo	18
05/10	Defensoria Pública em Ação com PM – 20º BPM - Mesquita	77
23/10	Jl Sistema Penitenciário – Instituto Penal Edgard Costa – Retorno	109
30/10	Jl Perícias – Campo Grande	14
23/11	Defensoria Pública em Ação nas Ilhas do RJ – Paraty	1041
27/11	Jl Perícias – Belford Roxo	11
29/11	Jl Sistema Penitenciário – Presídio Nilza da Silva Santos – Campos dos Goytacazes	462
01/12	"VIVA SÃO JOÃO" – São João de Meriti	2027
	<b>Total geral</b>	<b>7374</b>

## Relatório Estatístico dos Atendimentos - 2019 - Justiça Itinerante

Atendimentos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
<b>Tombamentos</b>													
<b>Localidades</b>													
Aperibé	145	143	124	130	149	135	71	149	99	112			1257
	25	22	21	14	12	18	10	19	0	11			152
Areal	629	407	402	245	569	317	226	569	393	630			4387
	120	167	33	66	60	73	53	57	48	19			696
Batan	336	441	434	374	211	0	194	232	249	295			2766
	34	41	17	43	41	8	0	1	84	44			313
Belford Roxo	1034	1369	1088	882	2007	1340	349	2061	880	1088			12098
	68	69	52	46	120	57	73	101	108	27			721
Carapebus	86	102	95	42	150	75	55	136	140	129			1010
	12	5	19	19	28	6	14	16	23	14			156
Cardoso Moreira	54	78	40	38	98	56	38	74	66	74			616
	62	58	35	40	107	85	74	61	57	92			671
Cidade de Deus	322	319	338	212	427	213	136	306	275	360			2908
	1	38	27	12	28	17	16	28	21	25			213
Goytacazes (Campos)	1042	1305	973	1338	1351	970	519	980	751	1459			10688
	24	56	72	38	51	34	39	43	33	178			568
Japeri	435	334	307	209	510	312	209	513	421	557			3807
	69	57	70	35	90	49	50	110	70	70			670
Jardim Primavera (D. de Caxias)	3577	2521	2332	1552	3534	1694	1785	4427	3380	4170			28972
	105	75	48	121	137	38	277	125	95	286			1307
Levy	132	186	172	322	213	216	119	245	353	242			2200
	13	33	23	28	38	22	29	29	43	26			284
Macuco	81	102	96	110	108	110	58	108	124	118			1015
	15	16	8	13	13	18	14	24	5	16			142
Maré	322	281	456	334	292	388	296	286	236	478			3369
	67	110	76	67	65	54	31	78	43	83			674
Morro do Coco (Campos)	116	217	166	162	135	120	127	152	107	175			1477
	4	11	4	12	10	5	20	4	9	10			89
Nova Sepetiba	393	314	431	403	299	364	172	397	279	378			3430
	32	64	36	53	65	58	32	55	49	51			495
Quatis	56	127	102	42	109	91	51	92	107	88			865
	12	11	8	5	19	2	9	24	21	20			131
Rocinha	142	151	262	73	122	119	102	301	351	286			1909
	11	17	1	6	31	30	19	61	23	37			236
São Gonçalo (J.Catarina)	1099	642	984	949	1309	577	189	328	2414	2110			10601
	52	47	76	66	73	6	0	10	100	92			522
São Francisco de Itabapoana	197	251	104	174	189	205	114	174	195	72			1675
	19	14	5	0	13	13	0	10	5	12			91
São José de Ubá	112	55	61	73	33	96	38	109	64	97			738
	4	11	4	9	16	4	12	11	13	11			95
Subregistro	403	537	402	244	571	338	304	514	551	402			4266
	57	76	66	34	69	50	40	113	73	101			679
Tanguá	508	392	335	330	418	389	201	545	461	521			4100
	47	46	53	39	62	48	25	47	48	41			456
Varre-Sai	109	119	77	108	132	105	61	114	164	137			1126
	21	12	14	18	22	17	10	18	17	16			165
Vila Cruzeiro - Alemão	394	331	482	559	352	317	165	328	363	209			3500
	33	60	41	53	35	40	16	40	37	27			382
Vila de Cava	2240	2217	1760	2225	2286	2280	999	2290	2689	1759			20745
	93	101	56	74	77	83	33	83	72	74			746
<b>Atendimentos</b>	<b>13964</b>	<b>12941</b>	<b>12023</b>	<b>11130</b>	<b>15574</b>	<b>10827</b>	<b>6578</b>	<b>15430</b>	<b>15112</b>	<b>15946</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>129525</b>
<b>Tombados</b>	<b>1000</b>	<b>1217</b>	<b>865</b>	<b>911</b>	<b>1282</b>	<b>835</b>	<b>896</b>	<b>1168</b>	<b>1097</b>	<b>1383</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10654</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>14964</b>	<b>14158</b>	<b>12888</b>	<b>12041</b>	<b>16856</b>	<b>11662</b>	<b>7474</b>	<b>16598</b>	<b>16209</b>	<b>17329</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>140179</b>

## AMPLIAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA (CONTINUIDADE)

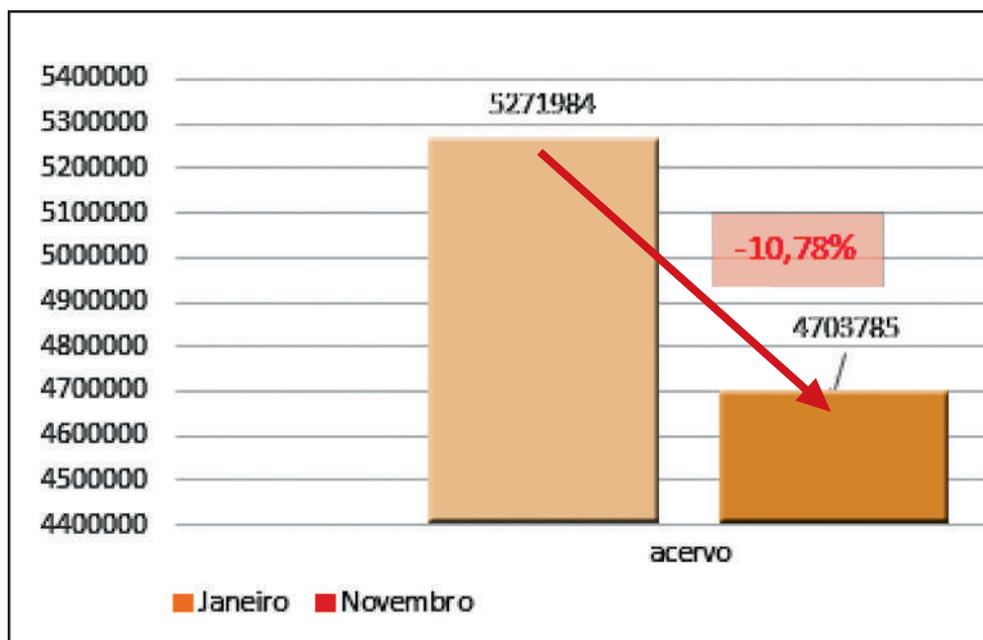
Diante dos dados apurados acerca do acervo das serventias de Dívida Ativa que, no início do ano, representavam 62% de todos os processos do PJERJ, demonstrando o grau de congestionamento nesta competência, foi decidido pela Comissão de Gestão Estratégica e Planejamento (COGEP), a continuidade do projeto de ampliação do Modelo de Gestão da Dívida Ativa.

Em prosseguimento ao trabalho desenvolvido pela CODIV em gestões anteriores, foi elaborado projeto de Ampliação do Modelo de Gestão da Dívida Ativa, acrescentando serventias ao seu escopo com os seguintes eixos: Renovação do Convênio de Cooperação Técnica e Material para Prestação Jurisdicional nos processos de execução da Dívida Ativa com a implementação da ferramenta das citações por e-carta, fomento à implementação da GRERJ compartilhada específica de Dívida Ativa, promoção da redução do acervo físico e aumento da arrecadação, incentivo à adoção de relevantes medidas pelas Procuradorias dos municípios e prefeituras, tais como, higienização do cadastro e realização do protesto, quando aplicável.

Como resultado do trabalho realizado verifica-se:

- Redução de processos físicos e eletrônicos das 24 Comarcas participantes do projeto em 568.199, até novembro/2019, cerca de 10,78%, em comparação com o acervo inicial referente a janeiro/2019, dentro da meta planejada para o ano.
- Redução do prazo do retorno do AR de cinco anos da data da emissão para 23 dias em média, com a implementação do e-carta.
- Aumento da receita de custas e taxas advinda de 13 concilias, ainda em andamento, totalizando prévia parcial no valor de R\$ 72.504.418,76.
- Formalização de 24 convênios de Dívida Ativa com a inclusão da cláusula do e-carta.

### CODIV - Acervo físico e eletrônico



Resultados consolidados alcançados em 2019 em relação a 2018 quanto ao tratamento dos processos de competência de dívida ativa:

#### Tombados Geral

2018	2019	Varição Quantitativa	Varição Percentual
221.728	301.559	79.831	36,00%

#### Arquivados

2018	2019	Varição Quantitativa	Varição Percentual
386.185	1.224.346	838.161	+217,04%

#### Acervo Geral

2018	2019	Varição Quantitativa	Varição Percentual
5.337.642	4.458.803	-878.839	-16%

Redução de 3,47% na taxa de congestionamento global.

## PRECATÓRIOS

### Gestão de Precatórios

#### Pagamentos Efetuados aos Credores de Precatórios

	Pagamentos		
	Ano/Mês	Quantidade de Pagamentos	Total R\$
<b>Pagamentos Precatórios 1º Semestre 2019</b>	jan/19	2547	310.144.579,21
	fev/19	360	50.786.202,85
	mar/19	218	42.819.486,94
	abr/19	1452	352.314.127,51
	mai/19	702	77.456.102,11
	jun/19	414	55.666.246,09
	Total	5693	889.186.744,71

No primeiro semestre de 2019, a Divisão de Precatórios Judiciais realizou 5.693 pagamentos aos credores de precatórios. A Divisão está empenhada em dar continuidade aos pagamentos de precatórios em que o ente devedor encontra-se no regime comum, conforme artigo 100 da Constituição Federal. É objetivo da Divisão gerir os recursos dos entes devedores enquadrados no regime especial, conforme preceitua a Emenda Constitucional 99/2017 e proceder o pagamento dos precatórios em tempo razoável. Cabe ressaltar que se encontra em processo de melhoria contínua a implementação do Portal de Precatórios no sítio de Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o Sistema de Processamento Virtual (Sistema Hólos) e o Sistema de Pagamento de Precatórios para atender à atual demanda da Divisão e alcançar os resultados desejados.

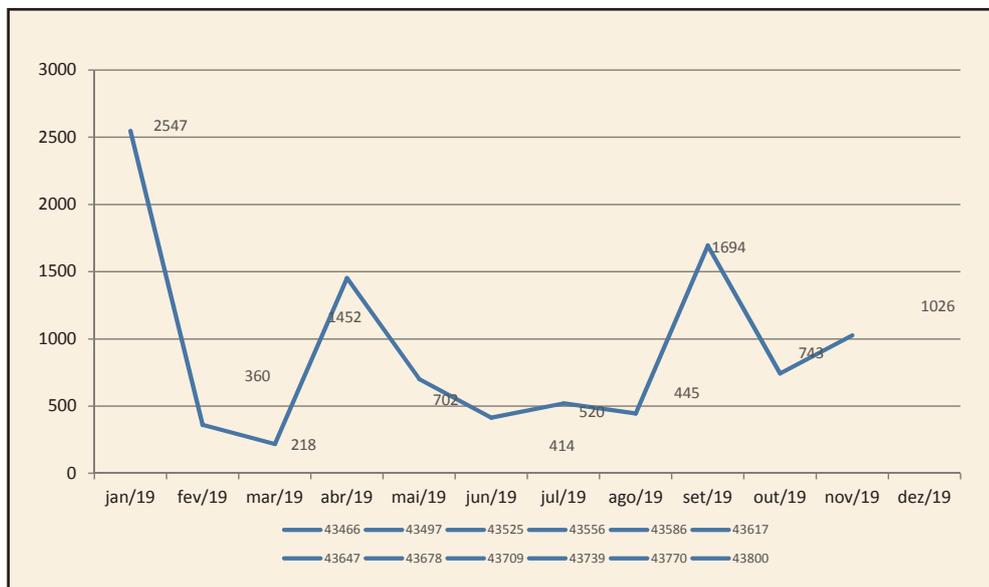
Pagamentos Efetuados aos Credores de Precatórios



Pagamentos Efetuados aos Credores de Precatórios

	Pagamentos		
	Ano/Mês	Quantidade de Mandados de Pagamento	Total R\$
<b>Precatórios pagamentos aos credores efetuados no ano de 2019</b>	jul/19	520	52.200.443,11
	ago/19	445	81.181.065,37
	set/19	1694	428.573.169,36
	out/19	743	68.600.953,95
	nov/19	1026	314.451.179,89
	dez/19		em andamento
	<b>Total</b>	<b>4428</b>	<b>945.006.811,68</b>

Pagamentos Efetuados aos Credores de Precatórios



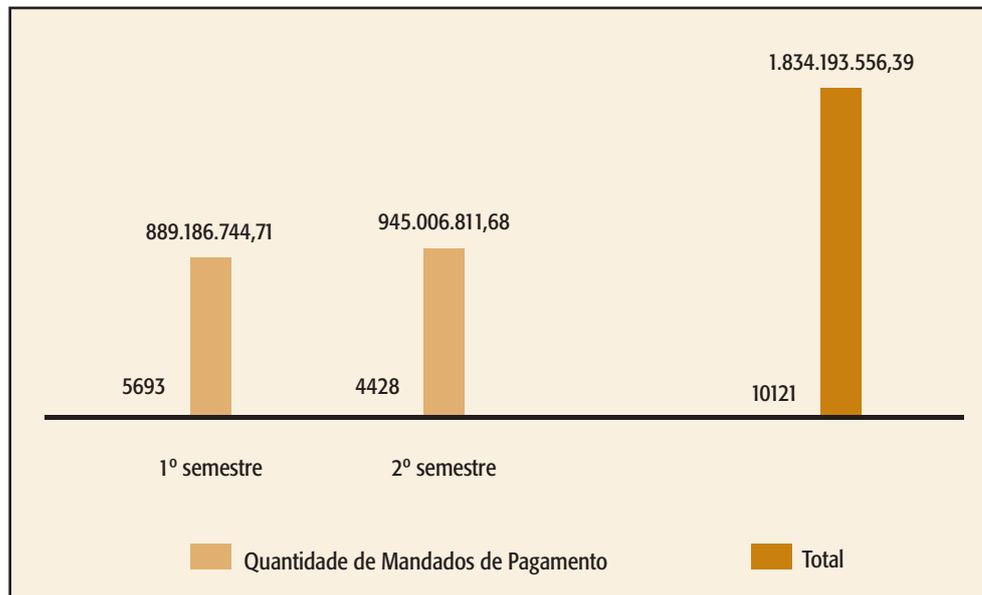
No segundo semestre de 2019 a Divisão de Precatórios Judiciais (DEPRE/DIPRE) realizou 4428 pagamentos até novembro/2019 aos credores de precatórios, totalizando o montante de R\$ 945.006.811,68 (novecentos e quarenta e cinco milhões, seis mil, oitocentos e onze reais e sessenta e oito centavos)

A implementação do sistema web (holos) foi realizada no setor de pagamento, Introdução de relatórios, metodologia de monitoramento da estatística de pagamentos. Criação do processo administrativo de pagamento no sistema web (Hólos), digitalização e indexação dos PA's.

Abertura de contas para precatórios através de remessa eletrônica para o Banco do Brasil.

### Total de Pagamentos

				Pagamentos		
2019	Ano/Mês	Quantidade de Mandados de Pagamento	Total R\$			
	1º semestre	5693	889.186.744,71			
	2º semestre	4428	945.006.811,68			
	Total	10121	1.834.193.556,39			



## CONVÊNIOS DE INTERCÂMBIO DE DADOS E DE COOPERAÇÃO

Outrossim, procurando aperfeiçoar os processos de intercâmbio de dados de modo a auxiliar na busca de informações de interesse judicial, ou no intuito de estabelecer a cooperação mútua junto às instituições públicas, foram elaborados convênios no âmbito da Diretoria Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais, conforme descrito a seguir:

- Convênio PJERJ x Rioprevidência – Objetivo: Possibilitar o acesso do Rioprevidência ao Portal de Serviços do PJERJ, através do Sistema de Cadastro Presencial, visando a comunicação eletrônica para visualização, recebimento e encaminhamento de respostas referentes a ofícios expedidos pelo PJERJ – Processo nº 2016-058637;
- Convênio PJERJ-VEP x SEPOL - DRCPIM – Objetivo: Destinação de bens apreendidos por intermédio da DRCPIM, cuja designação dependa de autorização do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, utilizando-se a mão de obra das internas do Sistema Prisional Fluminense, para a descaracterização dos bens e confecção de peças de artesanato, a fim de que sejam doadas a órgãos ou entidades de caráter científico, cultural, educacional, hospitalar, penal militar e social, bem como instituições sem fins lucrativos, de caráter beneficente – Processo nº 2018-033071;
- Convênio PJERJ x Light – Objetivo: Disponibilização de canal de consulta de dados cadastrais específicos de clientes da Light, via internet, ao PJERJ, a ser utilizado pelos juízes e/ou por servidores autorizados pelos mesmos, limitando-se a três servidores por Vara/Juizado, permitindo, dessa forma a localização de partes, testemunhas ou pessoas vinculadas a ações que tramitem nos mencionados Juízos – Processo nº 2013-086445;
- Convênio PJERJ x TJPR – Objetivo: Transmissão e compartilhamento de experiências em TI entre os Tribunais de Justiça, em especial em sistemas de processamento eletrônico de processos judiciais e administrativos, bem como os concernentes procedimentos necessários ao pleno desenvolvimento de suas ferramentas – Processo nº 2017-077740;
- Convênio Projeto Violeta Itaboraí – Objetivo: Cooperação técnica e material para a expansão do Projeto Violeta, vencedor da XI edição do prêmio INNOVARE em 2014, a fim de promover a garantia da segurança e da proteção máxima das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, acelerando o acesso à Justiça daquelas que estão com sua integridade física e até mesmo com a vida em risco, mediante a conjugação de esforços para apoio e atuação de equipe multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados da área psicossocial (psicólogos e assistentes sociais), disponibilizados pela Prefeitura de Itaboraí para atuarem no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Especial Adjunto Criminal da referida Comarca – Processo nº 2019-0146626;
- Convênio Conselho Federal da OAB – Objetivo: Acesso à consulta ao banco de dados da OAB pelo PJERJ, para que a referida consulta integre os sistemas informatizados de registro e controle de informações processuais do Poder Judiciário – Processo nº 2019- 0169312;

- Convênio Estácio de Sá (Casa da Família) – Objetivo: Estabelecer, entre a Universidade e o Tribunal, programa de cooperação abrangendo o cumprimento de estágio obrigatório não remunerado por bolsa-auxílio e auxílio transporte com desempenho das atividades de aperfeiçoamento acadêmico-profissional, em auxílio às Equipes Técnicas Interdisciplinares Cíveis (ETICs) junto aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e de Cidadania (CEJUSCs) e às Casas da Família – Processo nº 20190064407;
- Convênio PGE- RS – Objetivo: Possibilitar o acesso da PGE/RS ao Portal de Serviços do PJERJ, através do Sistema de Cadastro Presencial, visando comunicação eletrônica para visualização, recebimento e encaminhamento de respostas referentes a citações, intimações e ofícios expedidos pelo PJERJ – Processo 2017-0076566;
- Convênio Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro – Objetivo: A Câmara de Resolução de Litígios de Saúde (CRLS) reunirá defensores públicos designados para atuação em processos de saúde, procuradores do estado da Procuradoria de Serviços de Saúde, procuradores do município da Procuradoria de Serviços Públicos e representantes da SES, da SMS e da SAS/MS, por meio do DGH, para promover o atendimento de partes assistidas pela DPGE e pela DPU e que demandem prestação de serviço de saúde, de modo a evitar o ajuizamento de ações, buscando solução administrativa para oferta de medicamento e de insumos para saúde, agendamento de procedimentos cirúrgicos e eletivos, de tratamentos médicos ou de exame médico e internações – Processo nº 2019-0033204;
- Convênio Sala Lilás Centro RJ – Objetivo: Consiste na cooperação técnica e material visando à humanização da sala do Instituto Médico-Legal Afrânio Peixoto/IMLAP- SEDE, para as mulheres vítimas de violência no município do Rio de Janeiro e adjacências – Processo nº 2015-055086;
- Convênio TRF x JFRJ X PJERJ Sistema AJG – Objetivo: Colaboração entre os partícipes para utilização do Sistema AJG pelo PJERJ como ferramenta de gestão do cadastro de profissionais, nomeações e pagamento de honorários de advogados dativos, peritos, intérpretes e tradutores que atuarem como auxiliares dos Juízos de Direito, no âmbito da jurisdição delegada – Processo nº 2019-0181949;
- Convênio Projeto Violeta Araruama – Objetivo: Consiste na cooperação técnica e material para a expansão do Projeto Violeta, vencedor da XI edição do Prêmio INNOVARE em 2014, a fim de promover a garantia da segurança e da proteção máxima das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, acelerando o acesso à Justiça daquelas que estão com sua integridade física e até mesmo com a vida em risco, mediante a conjugação de esforços para apoio e atuação de equipe multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados da área psicossocial (psicólogos e assistentes sociais), disponibilizados pela Prefeitura de Araruama para atuarem no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Especial Adjunto Criminal da referida Comarca – Processo nº 2019-0154553;
- Convênio Projeto Violeta Expansão – Objetivo: Cooperação técnica e material visando a expansão do Projeto Violeta, vencedor da XI edição do Prêmio Innovare em 2014, a fim

de estabelecer estrutura capaz de garantir a aplicação, em todas as Comarcas do Estado do Rio de Janeiro, de modo a contribuir para a erradicação da violência doméstica, na medida em que o Protocolo acelera o acesso à Justiça das mulheres em situação de extrema vulnerabilidade e em risco grave de morte ou lesão à sua integridade física, garantindo a expedição de medidas protetivas em curto espaço de tempo – Processo nº 2018- 0231481;

- Convênio Sala Lilás Campo Grande – Objetivo: Consiste na cooperação técnica e material visando a humanização de espaços destinados a mulheres vítimas de violência no bairro de Campo Grande e adjacências – Processo nº 2018- 071647;
- Convênio Sala Lilás Petrópolis – Objetivo: Consiste na cooperação técnica e material visando a humanização de espaços destinados pelo posto regional de polícia técnico científica de Petrópolis, onde funciona o IML, para atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica em Petrópolis – Processo nº 2019-0069988;
- Convênio Audiência de Custódia – Objetivo: Implementar estrutura básica para o funcionamento da audiência de custódia nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro contando com o apoio logístico da Polícia Civil, da Secretaria de Administração Penitenciária e da Secretaria de Saúde do município/estado – Processo nº 2015-120460;
- Convênio CNJ - Termo de Cooperação Técnica – Termo de adesão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ao Termo de Cooperação Técnica nº 007/2015 para efetiva implantação do Projeto Audiência de Custódia, de modo a fomentar e viabilizar a operacionalização da apresentação pessoal de autuados aos presos em flagrante delito à autoridade judiciária, no prazo máximo de 24 horas após sua prisão, contando com o apoio do efetivo funcionamento das Centrais Integradas de Alternativas Penais, Centrais de Monitoração Eletrônica e serviços correlatos com enfoque restaurativo e social aptos, em suma, a oferecer opções concretas e factíveis ao encarceramento provisório de pessoas – Processo nº 2015-180030;
- Convênio MPRJ – Utilização de Sistema Cadastro Presencial – Objetivo: Permissão de acesso ao Sistema de Cadastro Presencial disponibilizado, bem como a utilização do Portal para citações, intimações e comunicações entre o MPRJ e o PJERJ – Processo nº 2014-032072;
- Convênio JUCERJA – Formalização de novo convênio de Cooperação Técnica – Objetivo: Disponibilização, pela JUCERJA ao PJERJ, de procedimento de consulta ao cadastro de empresas e de visualização de documentos digitalizados mediante acesso ao site [www.jucerja.rj.gov.br](http://www.jucerja.rj.gov.br) – Processo nº 2019-0630993;
- Convênio CDLRIO – Formalização de novo convênio – Objetivo: Integração tecnológica das informações provenientes dos bancos de dados do CDLRIO e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para facilitar a disponibilização de dados para a localização de pessoas, agilizando assim o provimento jurisdicional – Processo nº 2019-06309936;

- Convênio TIM – Formalização de Convênio de Cooperação Técnica – Objetivo: Disponibilizar, via web, aos magistrados e servidores, o sistema eletrônico intitulado INFOTIM, para acesso a dados de clientes e registros de fluxos telefônicos e de dados, que sejam necessários para a instrução de processos judiciais e em conformidade com a legislação vigente – Processo nº 2019-0074244.

#### MATÉRIAS RELACIONADAS AO TEMA (CONCÍLIAS E EVENTO DO E-CARTA):

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/6656802>

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/6733467>

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/6739568>

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/6834374>

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/6855016>

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/6868653>

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/6881227>

#### APOIO ADMINISTRATIVO AO GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Instituído pelo Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 04/2017, que dispõe sobre sua reorganização e funcionamento, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (GMF/RJ) é um órgão colegiado administrativo, vinculado à Presidência deste TJERJ que conta com estrutura de apoio administrativo da Diretoria Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais (DGJUR), nos termos do artigo 5º do referido Ato Executivo.

Desse modo, para suas atribuições administrativas, o GMF/RJ conta com uma equipe, lotada na DGJUR, que exerce as atividades de secretaria e processamento, monitoramento e customização do portal do GMF e questões relativas à coleta e tratamento de dados e à análise e tratamento dos dados estatísticos recebidos pelos órgãos externos a fim de que sejam inseridos no respectivo portal.

Para fins de exemplificação, tais atribuições compreendem: 1) o apoio no processamento dos procedimentos GMF; 2) o gerenciamento do e-mail institucional do Grupo; 3) a manutenção do Portal GMF/RJ; 4) coleta, tratamento e produção de relatórios mensais a

serem divulgados no referido Portal; e 5) comunicação, aos juízos criminais competentes, de questões referentes a prisões de mulheres gestantes, lactantes ou com filhos menores de 6 anos.

Em relação ao mencionado processamento GMF, coube à DGJUR, em 2019:

- O recebimento, a autuação e o arquivamento de expedientes do GMF (com protocolização de 135 novos procedimentos, entre físicos e eletrônicos);
- Proferir 233 despachos (não incluídas aqui meras aberturas de conclusão ou remessas), com relatório ou certidão, para fins de instrução dos autos, após pesquisa processual e de antecedentes do próprio GMF/RJ;
- A elaboração de 240 minutas de decisões de mérito ou despachos interlocutórios submetidos à Coordenação GMF/RJ;
- A confecção de 61 ofícios e 18 memorandos, bem como sua expedição;
- A gestão do acervo (de cerca de 200 processos com andamento ao longo do ano), zelando pelo regular andamento dos feitos e dando cumprimento às determinações judiciais (tais como acompanhar o sobrestamento, remeter autos à GABPRES-DICOL para inclusão em pauta, cientificar os membros do GMF/RJ de algum processo e diligenciar o 'plenário virtual').

Outra importante atribuição do GMF/RJ, desempenhada por esta Diretoria Geral, é a fiscalização e monitoramento de diversos indicadores relativos à Justiça Criminal, à Execução Penal e ao Sistema Socioeducativo, mediante a produção de relatórios mensais, com publicação no Portal GMF.

Para tanto, a cada mês, são elaborados 61 novos gráficos produzidos a partir de dados coletados de órgãos como Degase, SIPEN/SIIAD e COFEMCI, e também de unidades internas como DGTEC e o próprio Departamento de Apoio ao Segundo Grau de Jurisdição (DGJUR), desta Diretoria Geral.

Assim, mensalmente, são confeccionados e divulgados os seguintes relatórios e estatísticas:

#### **Estatística: Censo Sistema Socioeducativo**

- I. Adolescentes por Unidade de Internação - Entradas
- II. Adolescentes por Unidade de Internação - Saídas
- III. Adolescentes por Criaad - Entradas
- IV. Adolescentes por Criaad - Saídas

#### **Estatística: Censo Justiça Criminal**

- I. Mandados de Prisão 1º grau por Situação do Mandado
- II. Alvarás de Soltura 1º grau por Competência
- III. Mandados de Prisão 2º grau por Situação do Mandado
- IV. Mandados de Prisão 2º grau por Tipo de Prisão
- V. Mandados de Prisão 2º grau por Sexo Biológico

- VI. Mandados de Prisão 2º grau por Classe do Processo
- VII. Alvarás de Soltura Expedidos 2º grau
- VIII. Penas e Medidas Alternativas Aplicadas Diversas da Prisão
- IX. Benefícios Apreciados (Vara com Competência de Execução Penal)

#### **Estatística: Censo Sistema Prisional**

- I. População Carcerária por Tipo de Regime
- II. População Carcerário por Sexo Biológico
- III. Tipo de Regime por Sexo Biológico
- IV. População Carcerária por Faixa Etária
- V. Efetivo de Presas Grávidas e Lactantes
- VI. Efetivo de Presas Grávidas e Lactantes por Unidade Prisional

#### **Relatório: Audiências de Custódia**

- I. Série Histórica de Audiências de Custódia Realizadas – Últimos 12 meses
- II. Série Histórica de Prisões em Flagrante 1º grau – Últimos 12 meses
- III. Série Histórica de Presos não Apresentados ao Juiz de Custódia – Últimos 12 meses
- IV. Série Histórica de Concessões de Liberdade – Últimos 12 meses
- V. Série Histórica de Conversão de Prisão em Flagrante em Prisão Preventiva – Últimos 12 meses

#### **Relatório: Decisões Proferidas**

- I. Concessões de Liberdade ao Custodiado em Juízos não Afetos às Centrais de Custódia – Últimos 12 meses
- II. Conversão de Prisão em Flagrante em Prisão Preventiva em Juízos não Afetos às Centrais de Custódia – Últimos 12 meses

#### **Relatório: Entradas e Saídas do Sistema Carcerário**

- I. Série Histórica – População Carcerária – Últimos 12 meses – Internos
- II. Série Histórica – População Carcerária – Últimos 12 meses - Ingressos
- III. Série Histórica – População Carcerária – Últimos 12 meses – Egressos e Evasão
- IV. População Carcerária – Últimos 12 meses
- V. População Carcerária por Tipo de Regime – Últimos 12 meses
- VI. Série Histórica de Presas Grávidas e Lactantes – Últimos 12 meses
- VII. Saídas de Presas Grávidas e Lactantes – Últimos 12 meses
- VIII. Série Histórica – População Carcerária – Últimos 12 meses – Transferências Internas e Externas
- IX. Série Histórica – População Carcerária – Últimos 12 meses – Internos Trabalhando e Estudando
- X. População Carcerária – Informações Gerais – Últimos 12 meses – Apresentação Médica e Agendamento Perícia Médica

**Relatório: Penas e Medidas Alternativas**

- I. Série Histórica de Penas e Medidas Alternativas Aplicadas Diversas da Prisão – Últimos 12 meses

**Relatório: Quantidade de Benefícios Ajuizados**

- I. Série Histórica de Benefícios Ajuizados - Vara com Competência de Execução Penal – Últimos 12 meses – Benefícios Ajuizados
- II. Série Histórica de Benefícios Ajuizados - Vara com Competência de Execução Penal – Últimos 12 meses – Benefícios Apreciados e Não Apreciados
- III. Série Histórica de Benefícios Apreciados - Vara com Competência de Execução Penal – Últimos 12 meses – Benefícios Concedidos de Ofício, Deferidos e Indeferidos

**Relatório: Entradas e Saídas do Sistema Socioeducativo**

- I. Série Histórica de Efetivo – Últimos 12 meses
- II. Sistema de Identificação de Adolescentes – Últimos 12 meses – Ingressos
- III. Sistema de Identificação de Adolescentes – Últimos 12 meses – Evasão, Saídas e Reingresso
- IV. Sistema de Identificação de Adolescentes – Últimos 12 meses – Transferências, Audiências, Descumprimento de Medida e Liberdade Assistida
- V. Adolescentes nas Unidades de Internação – Entradas e Saídas – Últimos 12 meses
- VI. Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (Criaad) – Entradas e Saídas – Últimos 12 meses

**Relatório: Mandados de Prisão e Alvarás de Soltura**

- I. Série Histórica de Mandados de Prisão 1º grau – Últimos 12 meses
- II. Série Histórica de Alvarás de Soltura 1º grau – Últimos 12 meses
- III. Alvarás de Soltura 1º grau por Competência – Últimos 12 meses
- IV. Série Histórica de Alvarás de Soltura 1º grau por Competência – Últimos 12 meses
- V. Série Histórica de Mandados de Prisão Expedidos 2º grau – Últimos 12 meses

Vale ressaltar que a manutenção do portal compreende, ainda, a atualização das informações do GMF/RJ e sua composição, bem como a pesquisa e seleção de notícias relevantes que sejam de interesse do Grupo para publicação e divulgação.

Destaque-se também que, dentre os dados coletados mensalmente, aqueles que indiquem a tramitação de ação penal em que tenham sido presas, provisoriamente, mulheres gestantes, lactantes ou com filhos menores de 6 anos, são repassados, por e-mail, ao juízo e magistrado competentes, a fim de que considerem quanto à aplicação das diretrizes adotadas pelo STF, em relação à primeira infância (conforme decidido no processo nº 2017-050751).

Assim, desde julho/2019, quando se iniciou tal procedimento, foram remetidos 34 e-mails alertando magistrados da área criminal sobre a referida situação.

De tais dados, ainda, extraem-se as informações lançadas pela DGJUR no site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em portal próprio, “Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes”.

Vale dizer, por fim, ainda que não seja do GMF/RJ, mas dada a pertinência, que esta DGJUR compila e lança, mensalmente, as estatísticas do portal “Observatório Judicial da Violência contra a Mulher” através de 12 indicadores sobre a matéria (Ações penais mais distribuídas; Processos em trâmite no estado; Novos procedimentos; Medidas protetivas de urgência; Audiências; Prisões; Sentenças; Projeto Violeta; Feminicídio; CEJUVIDA; NUDECA; e Semana Justiça pela Paz em Casa) com o objetivo de promover o acompanhamento estatístico do fenômeno no Judiciário com a finalidade de embasar a elaboração de ações consistentes no âmbito da administração judiciária visando a eficácia no combate a esse tipo de violência.

## INSTALAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE VARAS

A Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ), instituída pelo Ato Executivo nº 1204/2013 publicado no DJERJ de 17/05/2013, com a alteração promovida pelo Ato Executivo nº 85/2016, publicado no DJERJ de 28/06/2016, primou pelo funcionamento efetivo, eficiente e eficaz dos serviços judiciais prestados à sociedade, aplicando as melhores práticas de gestão no exame de dados estatísticos de produtividade dos órgãos judiciais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. A COMAQ, dentre outras deliberações, promoveu a instalação e a transformação de serventias judiciais, conforme descrito abaixo.

- Cria a 1ª Vara Criminal Especializada da Comarca da Capital, por transformação da 25ª Vara Criminal da Comarca da Capital (Resolução nº 10/2019);
- Instala a 1ª Vara Criminal Especializada da Comarca da Capital, por transformação da 25ª Vara Criminal da Comarca da Capital e dá outras providências (Ato Executivo nº 175/2019).

## PRESERVAÇÃO DOS MECANISMOS DE CELERIDADE JURISDICIONAL

### a. Aperfeiçoamento da Gestão Organizacional da Segunda Instância

A atual Administração permeia sua política de gestão de forma participativa, envolvendo os atores na busca de melhores práticas, dialogando e buscando consensos.

Motivado pela necessidade de alinhamento em observância à pluralidade de práticas no exercício das atividades das Secretarias, foram instituídos dois Grupos de Trabalho (Ato Executivo nº 146/2019) em 26 de junho de 2019, visando discutir e desenhar em conjunto a uniformização dos procedimentos das Secretarias das Câmaras no sentido de implementar a padronização e regulamentação dos processos de trabalho convergentes e promover a valorização das boas práticas.

A necessidade de buscar sintonia e uniformização dos procedimentos das Secretarias garante maior segurança no exercício das atribuições dos servidores, bem como imprime transparência aos usuários.

Ressalto a importância dessa oportunidade em que os servidores que atuam diretamente no exercício de suas atividades foram conclamados a participar da construção de um modelo inovador de gestão, onde o envolvimento dos atores que lidam diariamente com o produto final – o processo – poderão conhecer outras formas de olhar para a sua própria atribuição e estabelecer rotinas produtivas, refletindo positivamente no atendimento às partes e aos advogados.

#### Deliberações do GT-Câmaras (concluídas)

- Solicitação à DGTEC de mudança de nomenclatura de pastas “Adiados e retirados” para “Adiados e retirados de pauta”;
- Solicitação à DGTEC de mudança de nomenclatura “Aguardando julgamento STF/STJ”, para “Aguardando julgamento OE/ STF/ STJ “com marcador de 90 dias”;
- Solicitação à DGTEC de criação das pastas com denominação “Aguardando decurso de prazos após julgamento- 30 dias” e “Aguardando decurso de prazos após julgamento- 45 dias”;

#### Deliberações do GT-Câmaras (em andamento)

- Solicitação à Administração Superior de integração do sistema EJUD com o SIPEN – Abertura de processo SEI nº 2019-0615905;
- Solicitação à Administração Superior de integração do sistema EJUD com o sistema da Polinter- Abertura de processo SEI nº 2019-0615862;
- Criação de Grupo Emergencial de Auxílio aos órgãos julgadores – GEAP – Secretarias- Ato Executivo TJ nº 221/2019 visando inicialmente dar tratamento excepcional ao passivo existente, decorrente de ordens judiciais referentes aos mandados de prisão, alvarás de soltura, mandados de recolhimento ou das decisões judiciais eventualmente emanadas pelos órgãos julgadores a partir de 21/05/2018, capazes de modificar o status do acusado no banco de dados do Banco Nacional de Mandados de Prisão.

**Movimentação Processual e Indicadores**  
**TJERJ em Números**  
 DGJUR-DEIGE-DICOL Mês: Novembro/2019

<b>Movimentação Processual</b>	
<b>Ações e Recursos novos:</b>	
1º grau	50.502
JE	49.778
TR	6.310
<b>Execuções novas:</b>	
1º grau	8.758
JE	2.924
Fiscais	75.556
<b>Ações e Recursos Pendentes: (Não inclui as execuções fiscais)</b>	
1º grau	3.613.536
JE	578.000
TR	18.061
<b>Ações e Recursos baixados:</b>	
1º grau	273.684
JE	68.973
TR	8.623
<b>Taxa de Congestionamento Total</b>	
<b>Fase de Conhecimento:</b>	
1º grau	71,88%
JE	40,24%
TR	14,89%
<b>Fase de Execução:</b>	
1º grau	88,97%
JE	45,05%

## Cadastro de Serventias Novembro/2019

Comarcas	81
Regionais	14
Câmaras	35
Cíveis	27
Criminais	8
Total de Varas	524
Cível	198
Família	89
Criminal	89
Vara Única	37
1ª Vara	20
2ª Vara	20
Fam. Inf. Juv. e Id.	19
Fazenda Pública	17
Inf. Juv. e Id.	14
Órfãos e Sucessões	9
Empresarial	7
Execuções Penais	1
Auditoria Militar	1
Inf. e Juv.	1
Registros Públicos	1
Execuções e Medidas Socioeducativas	1
Juizados Especiais	149
Juizados Especiais Cíveis e adjuntos	127
Juizados Especiais Criminais e adjuntos	16
Juizado da Fazenda Pública	5
Juizado Especial do Torcedor e dos Grandes Eventos do Rio de Janeiro (Adjunto)	1
Juizados de Violência contra a Mulher e JECRIM e adjuntos	77
Juizados de Violência contra a Mulher	11
Turmas Recursais	8
Cível	5
Criminal	2
Fazenda Pública	1

## Taxa de Congestionamento no Primeiro Grau

Congestionamento na fase de conhecimento no 1º Grau

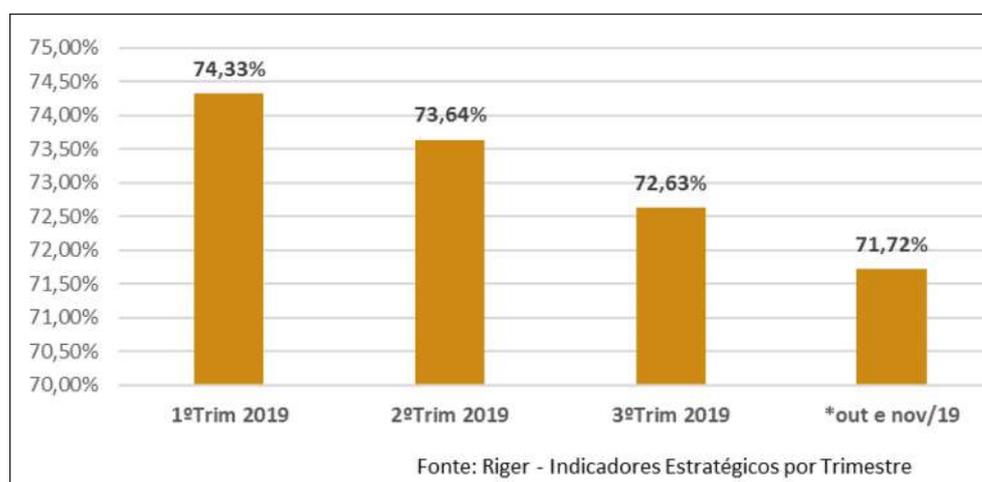
Meta 2019: reduzir para 72,31% no 4º trimestre

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTrim 2019	2ºTrim 2019	3ºTrim 2019	out e nov/19
Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	1.039.762	1.071.780	1.115.875	1.152.164
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau	3.010.349	2.994.408	2.960.764	2.922.203
<b>TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA FASE DE CONHECIMENTO NO 1º GRAU</b>	<b>74,33%</b>	<b>73,64%</b>	<b>72,63%</b>	<b>71,72%</b>

O indicador monitora o congestionamento dos processos na fase de conhecimento, no 1º grau (Varas), fazendo a relação dos processos arquivados definitivamente, os processos remetidos ao TJ (2º grau) e os processos em que se iniciou a liquidação, o cumprimento de sentença ou a execução, com os processos ainda existentes em cartório (casos pendentes). Houve um aumento no resultado de processos de conhecimento baixados no 1º grau em outubro e novembro de 2019 (1.152.164 processos) ante o 4º trimestre de 2018 (1.016.310 processos), no entanto, o mês de dezembro de 2019 ainda não foi concluído.

Com a atual redução do resultado percentual no último período, a meta de 72,31% foi atingida. O cálculo inclui os processos trabalhados nos últimos 11 meses. Ressalte-se que a comparação com o ano de 2018, que findou com 74,75% de congestionamento, denota uma melhoria nesse último período. Note-se, ainda, a diminuição no total de processos pendentes, quando no 4º trimestre de 2018, foram 3.009.405 contra 2.922.203 no último período de 2019, o que significa diminuição na produção.

### Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento no 1º Grau



### Congestionamento na Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais

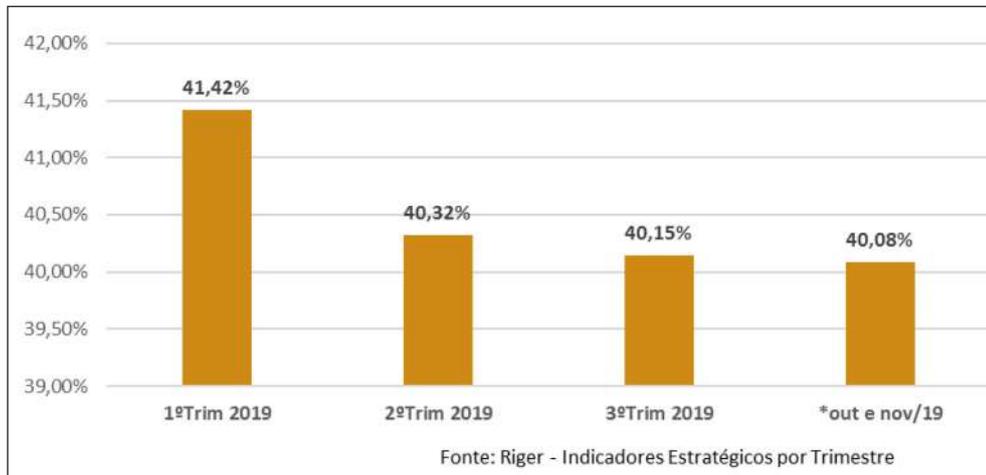
Meta 2019: reduzir para 41,35%, no 4º trimestre

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1º Trim 2019	2º Trim 2019	3º Trim 2019	out e nov/19
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais	825.091	830.944	811.542	798.513
Casos Pendentes nos Juizados Especiais	583.362	561.362	544.332	534.125
<b>CONGESTIONAMENTO NA FASE DE CONHECIMENTO NOS JUIZADOS ESPECIAIS</b>	<b>41,42%</b>	<b>40,32%</b>	<b>40,15%</b>	<b>40,08%</b>

Trata-se de um indicador que monitora o congestionamento nos Juizados Especiais e possui um sentido de melhoria de “quanto menor, melhor”. O 4º trimestre de 2018 demonstrou um resultado de 831.146 processos baixados nos Juizados Especiais, e, nos meses de outubro e novembro de 2019 o resultado foi de 798.513, contudo resta acrescentar o mês de dezembro, ainda não finalizado.

O ano de 2018 encerrou com a Taxa de Congestionamento de 38,88%. O período analisado apresenta um resultado de 40,08%, ou seja, o percentual nesse trimestre aponta que a meta foi atingida.

### Congestionamento na Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais



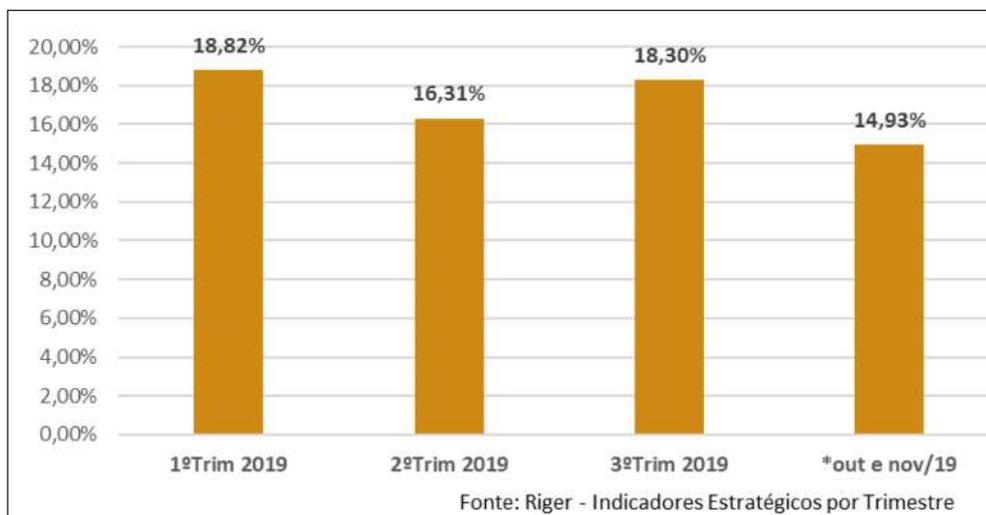
### Congestionamento nas Turmas Recursais

Meta 2019: reduzir para 15% no 4º trimestre

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1º Trim 2019	2º Trim 2019	3º Trim 2019	out e nov/19
Total de Processos Baixados na Turma Recursal	101.135	103.033	100.290	102.940
Casos Pendentes na Turma Recursal	23.439	20.081	22.457	18.061
<b>CONGESTIONAMENTO NAS TURMAS RECURSAIS</b>	<b>18,82%</b>	<b>16,31%</b>	<b>18,30%</b>	<b>14,93%</b>

A meta estipulada em 2018 foi a redução para 15% de congestionamento, a qual foi alcançada: “quanto menor, melhor”. Ressalta-se que a mesma foi estipulada com base no resultado de 2018, que fechou com 18,89%. Mantivemos a meta para 2019 a fim de efetivar melhorias para atingi-la nesse ano. Necessário, contudo, continuar o monitoramento dos processos que chegam às Turmas para que tenham um breve retorno, após decididos. Os resultados apresentados melhoraram, fechando os meses de outubro e novembro de 2019 com 14,93%, lembrando que o mês de dezembro ainda não foi concluído.

### Congestionamento nas Turmas Recursais



### Congestionamento na Fase de Execução no 1º grau (sem execução fiscal)

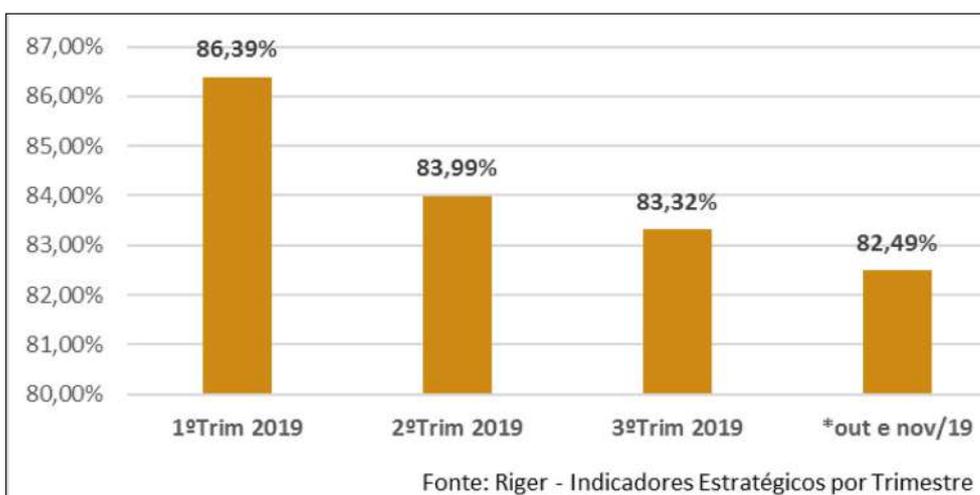
Meta 2019: alcançar 84,64%, no 4º trimestre

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTrim 2019	2ºTrim 2019	3ºTrim 2019	out e nov/19
Total de Processos de Execução Baixados no 1º Grau	108.796	131.785	139.192	146.414
Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	690.822	691.542	695.069	689.766
<b>CONGESTIONAMENTO NA FASE DE EXECUÇÃO NO 1º GRAU</b>	<b>86,39%</b>	<b>83,99%</b>	<b>83,32%</b>	<b>82,49%</b>

Ressalta-se que o congestionamento na fase de execução no 1º grau não contabiliza os executivos fiscais, sendo necessário o monitoramento dos processos de título executivo judicial e extrajudicial. O sentido de melhoria do indicador é “quanto menor, melhor”.

Percebe-se que a relação entre a quantidade de processos de execução baixados no 1º grau, no ano de 2018, e a de processos baixados no 1º grau, nos últimos dois meses, aumentou, o que impactou de forma positiva para o atual resultado de 82,49%. A meta estipulada em 84,64% foi alcançada, em que se pese o mês de dezembro ainda não finalizado.

### Congestionamento na Fase de Execução no 1º grau (sem execução fiscal)



### Congestionamento na Fase de Execução nos Juizados Especiais

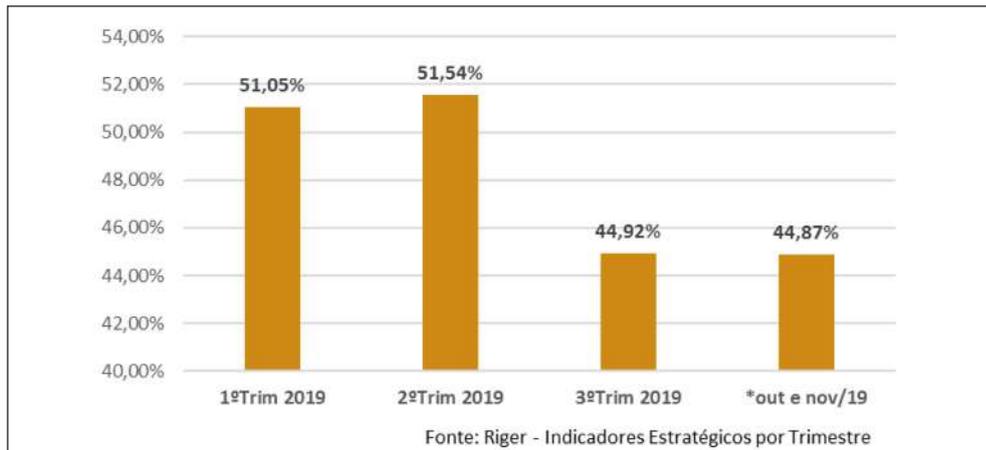
Meta 2019: reduzir para 54,55%, no 4º trimestre

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTrim 2019	2ºTrim 2019	3ºTrim 2019	out e nov/19
Total de Processos de Execução Baixados no Juizado Especial	63.109	56.356	56.661	53.702
Casos Pendentes de Execução no Juizado Especial	65.808	59.938	46.214	43.703
<b>CONGESTIONAMENTO NA FASE DE EXECUÇÃO NOS JUIZADOS</b>	<b>51,05%</b>	<b>51,54%</b>	<b>44,92%</b>	<b>44,87%</b>

O sentido de melhoria é “quanto menor, melhor”. Observa-se que houve um aumento na quantidade de processos baixados e uma redução na quantidade de processos pendentes, comparados ao mesmo período do ano de 2018.

Nos Juizados Especiais, o congestionamento na fase de execução foi reduzido, sendo que o 4º trimestre de 2018 apresentou um resultado de 53,03%. Importante lembrar que no 2º trimestre de 2019 houve um aumento para 51,54%. Nos meses de outubro e novembro de 2019, o resultado foi de 44,87%, traduzindo-se em meta alcançada.

### Congestionamento na Fase de Execução nos Juizados Especiais



### Congestionamento das Ações de Execução Fiscal

Meta 2019: reduzir para 94,98%, no último trimestre

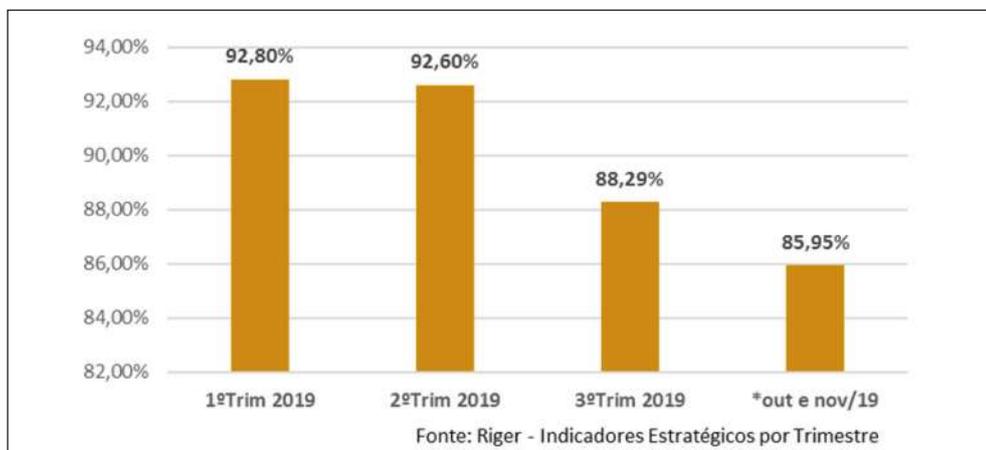
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1º Trim 2019	2º Trim 2019	3º Trim 2019	out e nov/19
TBaixExFis - Total de Processos de Execução Fiscal Baixados	495.489	503.357	787.901	954.923
CpExFis - Casos Pendentes de Execução Fiscal	6.390.805	6.298.232	5.943.040	5.840.809
<b>CONGESTIONAMENTO DAS AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL</b>	<b>92,80%</b>	<b>92,60%</b>	<b>88,29%</b>	<b>85,95%</b>

O resultado apresentado nos meses de outubro e novembro de 2019 é melhor em relação ao 4º trimestre de 2018, o que é positivo, tendo em vista que o sentido de melhoria do indicador é “quanto menor, melhor”.

Tal resultado já era esperado, diante das diversas ações implementadas junto às Centrais da Dívida Ativa, referentes à redução de acervo.

No último trimestre do ano de 2018, foram baixados 435.779 processos e os executivos fiscais representavam um acervo de 6.453.787 processos, enquanto que, no período atual, 954.923 processos foram baixados e os executivos fiscais representam um acervo de 5.840.809. O que contribuiu também com a melhoria da produtividade nas centrais foi a criação da Comissão da Dívida Ativa (CODIV), a qual deliberou nesse sentido.

### Congestionamento das Ações de Execução Fiscal



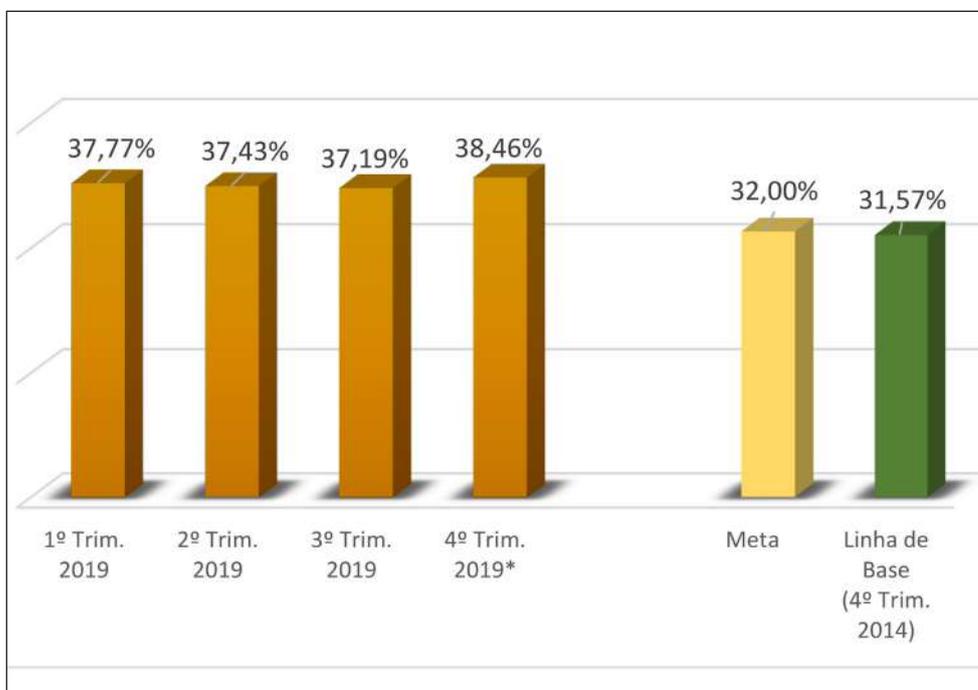
### Taxa de Congestionamento no Segundo Grau

Com o resultado do terceiro trimestre de 2019 de 37,19%, percebe-se que houve uma boa produtividade de processos baixados, posto apresentar quantidade maior que a dos processos pendentes, o que foi positivo.

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTrim 2019	2ºTrim 2019	3ºTrim 2019	Out/19 e Nov/19
Total de Processos de Conhecimento Baixados no 2º grau	173.631	177.719	184.599	180.264
Casos Pendentes de Conhecimento no 2º grau	105.373	106.295	109.321	112.642
<b>TAXA DE CONGESTIONAMENTO NO 2º GRAU</b>	<b>37,77%</b>	<b>37,43%</b>	<b>37,19%</b>	<b>38,46%</b>

O terceiro trimestre fechou com um congestionamento de 37,19%, índice bem abaixo de 50%, que é considerado um bom resultado. O quarto trimestre ainda não finalizado revela a tendência de aumento do índice para 38,46%, o que demonstra o provável não atendimento à meta de 32%. Talvez a meta tenha sido superestimada, provocando um esforço extraordinário para a sua conquista. Necessária a revisão da meta para o ano de 2020.

### Congestionamento 2º Grau



## ATENDIMENTO À DEMANDA NO PRIMEIRO GRAU

### Índice de Atendimento à Demanda no 1º Grau (Conhecimento)

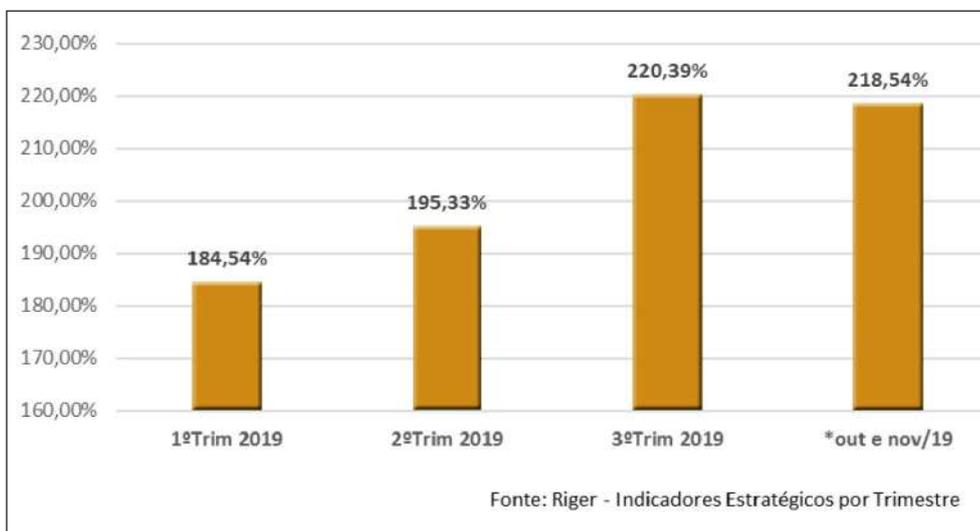
Meta 2019: alcançar 164% em 31/12/2019

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTrim 2019	2ºTrim 2019	3ºTrim 2019	out e nov/19
Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	240.654	287.886	340.502	226.695
Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	130.409	147.382	154.497	103.733
<b>ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA NO PJERJ - 1º GRAU</b>	<b>184,54%</b>	<b>195,33%</b>	<b>220,39%</b>	<b>218,54%</b>

O índice de atendimento à demanda é um indicador que contabiliza os processos baixados e os novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”, pois, se a quantidade de processos arquivados for superior à quantidade de processos que entram, o comportamento do indicador será positivo.

Para a verificação da meta são contabilizados os resultados dos quatro trimestres, e, o que se percebe é que o ano de 2018 fechou com um índice de 177,83%, bem superior à meta estipulada de 164%. Continuou-se com a mesma meta para 2019 para que se persista nos bons resultados apresentados em 2018. O crescimento continua sendo observado, conforme os resultados de 2019 com 218,54% nos meses de outubro e novembro, superando com folga a marca de 2018. A meta foi alcançada.

### Índice de Atendimento à Demanda no PJERJ – 1º Grau (Conhecimento)



### Índice de Atendimento à Demanda nos Juizados Especiais (Conhecimento)

Meta 2019: alcançar 142% no 4º trimestre

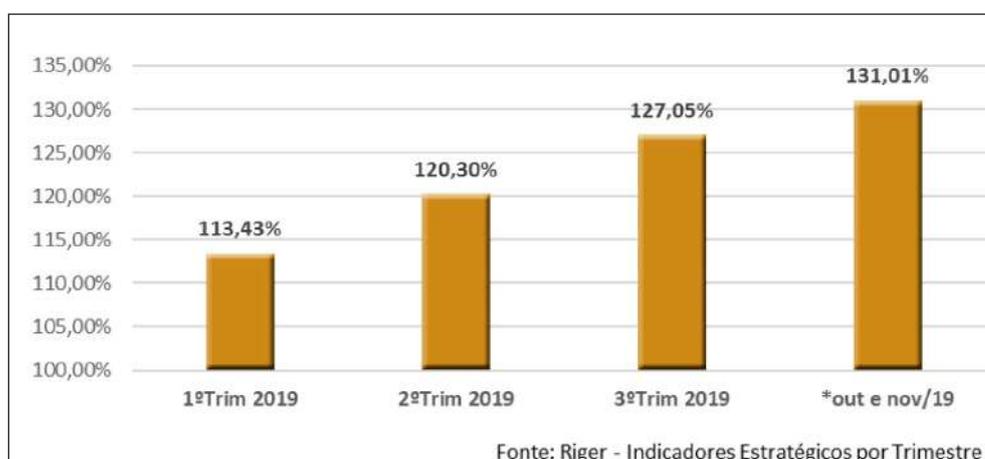
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTrim 2019	2ºTrim 2019	3ºTrim 2019	out e nov/19
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais	178.164	209.511	226.499	141.120
Casos Novos de Conhecimento de Juizado Especial	157.067	174.162	178.280	107.714
<b>ATENDIMENTO À DEMANDA NOS JUIZADOS ESPECIAIS</b>	<b>113,43%</b>	<b>120,30%</b>	<b>127,05%</b>	<b>131,01%</b>

Em relação aos Juizados Especiais, denota-se que a meta de 142% não foi alcançada em 2018, dessa forma continuamos a perseguir a mesma meta.

O resultado do segundo trimestre de 2019 foi de 120,43%. E, tendo em vista que o sentido de melhoria é “quanto maior, melhor”, apesar de ter aumentado o resultado no segundo trimestre de 2019 para 120,30%, ainda não foi suficiente, restando frustrado o alcance da meta.

O crescimento, contudo, tem se demonstrado consistente. Devemos considerar também que o quarto trimestre encontra-se em aberto e espera-se encerrar o ano corrente bem próximo à meta determinada.

### Atendimento à Demanda nos Juizados Especiais (Conhecimento)



### Índice de Atendimento à Demanda - Turmas Recursais

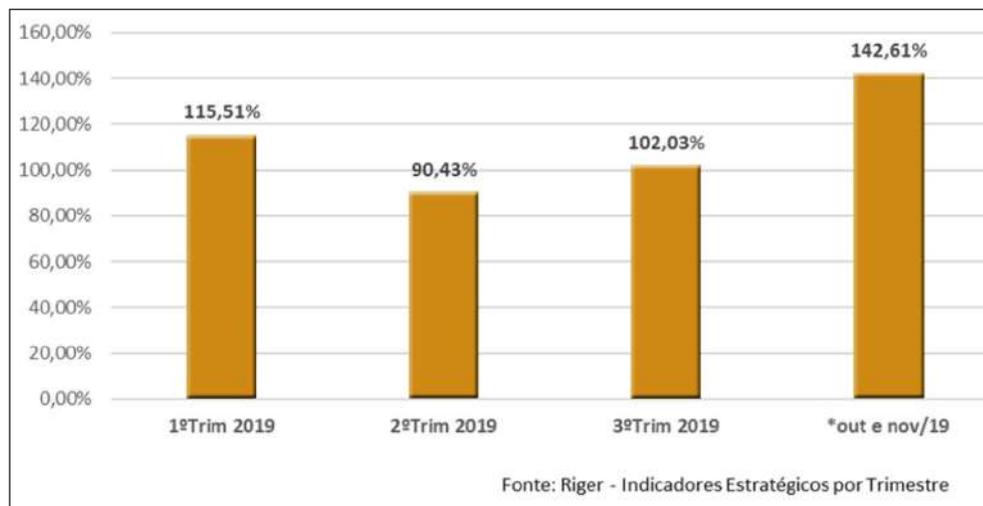
Meta 2019: alcançar 112% em 31/12/2018

	1º Trim 2019	2º Trim 2019	3º Trim 2019	out e nov/19
Total de Processos Baixados na Turma Recursal	22.889	20.081	26.537	20.396
Casos Novos de Turma Recursal	19.815	22.205	26.008	14.302
<b>ATENDIMENTO À DEMANDA NAS TURMAS RECURSAIS</b>	<b>115,51%</b>	<b>90,43%</b>	<b>102,03%</b>	<b>142,61%</b>

O índice de atendimento à demanda contabiliza os processos decididos nas Turmas Recursais e devolvidos aos Juizados, bem como os processos que chegam para as Turmas.

Denota-se uma diminuição na produtividade, tendo em vista que no quarto trimestre do ano de 2018 foram baixados 21.759 processos, e, no 4º trimestre de 2019, ainda em aberto, 20.396 processos. A proporção de atendimento à demanda atingiu um total de 142,61%. A meta foi alcançada.

### Atendimento à Demanda nas Turmas Recursais



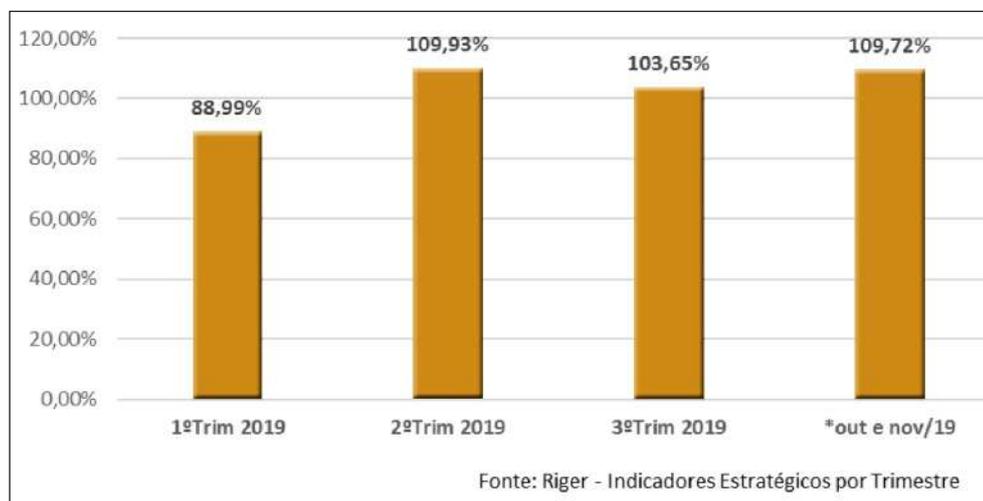
### Índice de Atendimento à Demanda na Fase de Execução no 1º Grau (sem Executivos Fiscais)

Meta 2019: alcançar 90% em 31/12/2019

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1º Trim 2019	2º Trim 2019	3º Trim 2019	out e nov/19
Total de Processos de Execução Baixados no 1º Grau	29.716	35.853	43.300	31.169
Casos Novos de Execução em 1º Grau	33.394	32.615	41.777	28.409
<b>ATENDIMENTO À DEMANDA NA FASE DE EXECUÇÃO NO 1º GRAU</b>	<b>88,99%</b>	<b>109,93%</b>	<b>103,65%</b>	<b>109,72%</b>

Esse indicador monitora as execuções (judicial e extrajudicial) baixadas e as novas e, quanto maior o índice, melhor a produtividade. Para o ano de 2019 continuamos com a meta de 2018, de 90%, com o propósito de alcançá-la nesse ano, já que em 2018 frustrou-se no resultado. No quarto trimestre de 2019, ainda em aberto, a proporção de atendimento à demanda atingiu um total de 109,72%. A meta foi alcançada.

### Atendimento à Demanda na Fase de Execução no 1º Grau (sem Execução Fiscal)



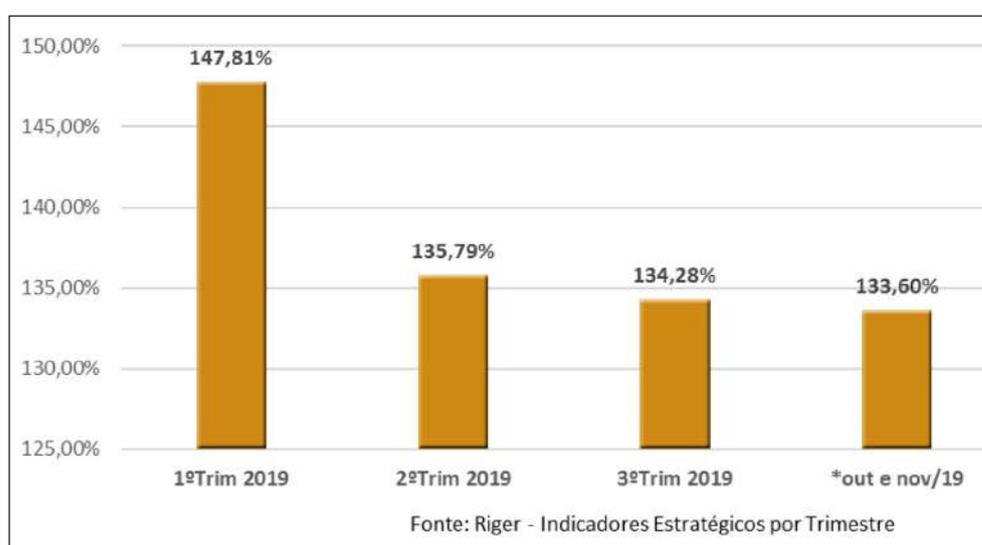
### Índice de Atendimento à Demanda na Fase de Execução nos Juizados Especiais

Meta 2019: atingir, no mínimo, 121,56%, em 31/12/2019

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTrim 2019	2ºTrim 2019	3ºTrim 2019	*out e nov/19
Total de Processos de Execução Baixados nos Juizados Especiais	14.117	13.799	15.391	9.232
Casos Novos de Execução nos Juizados Especiais	9.551	10.162	11.462	6.910
<b>ATENDIMENTO À DEMANDA NA FASE DE EXECUÇÃO NOS JUIZADOS</b>	<b>147,81%</b>	<b>135,79%</b>	<b>134,28%</b>	<b>133,60%</b>

A meta de 2019 foi a mesma de 2018, já que não foi atingida. O atendimento à demanda, na fase de execução, nos Juizados Especiais, no quarto trimestre de 2019, ainda em aberto, alcançou um índice de 133,60%. Aponta-se que os casos novos de execução baixaram em relação aos resultados de 2018 (1º trimestre = 10.527; 2º trimestre = 13.692; 3º trimestre = 13.939 e 4º trimestre = 11.309), sendo que no terceiro trimestre de 2019 foi de 15.391. Meta alcançada.

#### Atendimento à Demanda na Fase de Execução nos Juizados



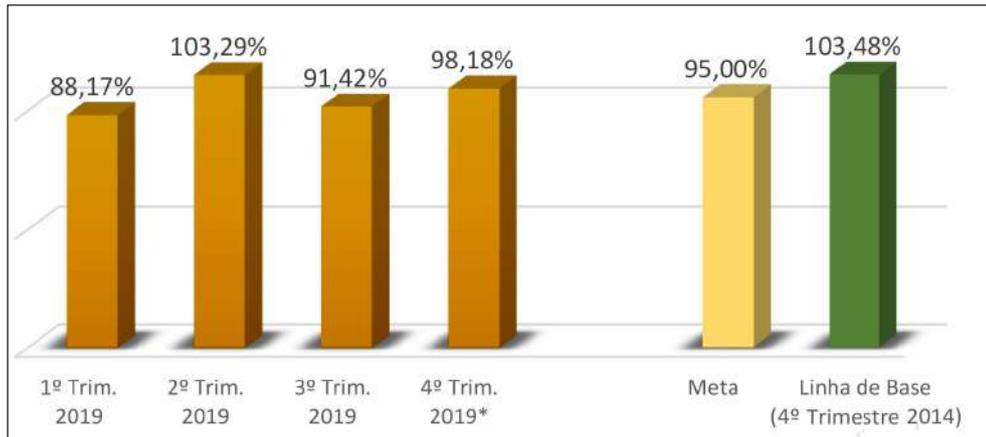
### ATENDIMENTO À DEMANDA NO SEGUNDO GRAU

O índice de atendimento à demanda é um indicador que contabiliza os processos baixados e os novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”, pois, se a quantidade de processos baixados for superior à quantidade de processos que entram, o comportamento do indicador será positivo.

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTrim 2019	2ºTrim 2019	3ºTrim 2019	Out/19 e Nov/19	TOTAL P/META
Total de Processos Baixados no 2º Grau	39.962	50.102	54.477	35.685	180.226
Casos Novos de 2º Grau	45.325	48.505	59.591	36.346	189.767
<b>ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA NO PJERJ - 2º GRAU</b>	<b>88,17%</b>	<b>103,29%</b>	<b>91,42%</b>	<b>98,18%</b>	<b>94,97%</b>

Para a verificação da meta são contabilizados os resultados dos quatro trimestres, e o que se percebe é que, até o fim do mês de novembro/2019, temos um índice de 94,97%, um pouco abaixo da meta estipulada de 95%. Neste caso, podemos considerar a meta praticamente alcançada.

## Índice de Atendimento à Demanda no PJERJ - 2º Grau



## PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO NO PRIMEIRO GRAU

## Produtividade do Magistrado na Fase de Conhecimento no 1º Grau

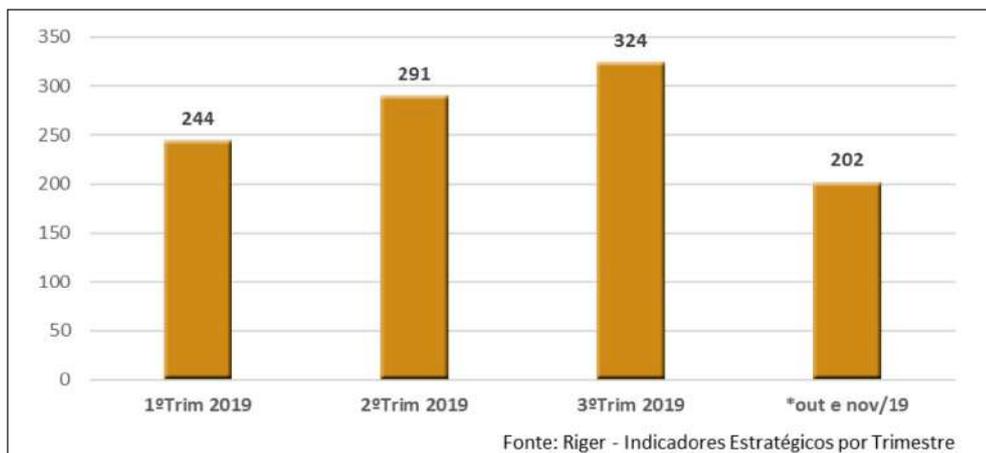
Meta 2019: totalizar 1.176 sentenças de conhecimento/juiz, em 31/12/2019

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTrim 2019	2ºTrim 2019	3ºTrim 2019	out e nov/19	TOTAL P/ META
Sentenças de Conhecimento no 1º Grau	154.079	183.348	204.501	127.660	669.588
Total de Magistrados no 1º Grau	631	631	631	631	631
<b>PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO NA FASE DE CONHECIMENTO NO 1º GRAU</b>	<b>244</b>	<b>291</b>	<b>324</b>	<b>202</b>	<b>1.061</b>

Esse indicador tem o objetivo de avaliar a produtividade dos juizes do 1º grau, na fase de conhecimento, para o qual foi estipulada a meta de 1.176 sentenças/juiz, tendo como sentido de melhoria o “quanto maior, melhor”.

A meta não foi atingida em 2018, por isso foi replicada para 2019. No segundo trimestre de 2019, apesar de ter aumentado o número de juizes de 603 para 631, a média foi praticamente igual a todos os trimestres do ano de 2018, repetindo, quando atuavam 603 juizes no primeiro grau (média de processos por juiz em cada trimestre no ano de 2018 – 1º trimestre = 246; 2º trimestre = 276; 3º trimestre = 301 e 4º trimestre = 262), havendo uma melhoria a cada trimestre. Meta ainda não alcançada, mas deve-se considerar o último trimestre ainda em aberto.

## Produtividade do Magistrado na Fase de Conhecimento no 1º Grau



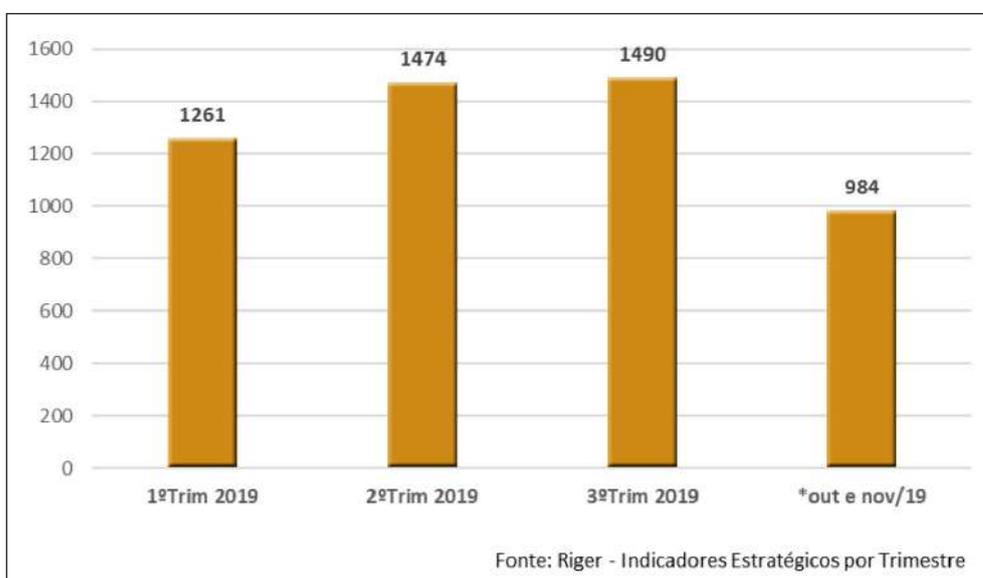
### Produtividade do Magistrado na Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais

Meta 2019: obter a produtividade de 5.500 sentenças, em 31/12/2019

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTrim 2019	2ºTrim 2019	3ºTrim 2019	out e nov/19	TOTAL P/ META
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais	160.098	187.229	189.218	125.003	661.548
Total de Magistrados nos Juizados Especiais	127	127	127	127	127
<b>PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO NA FASE DE CONHECIMENTO NOS JUIZADOS ESPECIAIS</b>	<b>1.261</b>	<b>1.474</b>	<b>1.490</b>	<b>984</b>	<b>5.209</b>

Meta anual, que foi replicada em 2019. O resultado só poderá ser avaliado ao final do ano. Porém, podemos apontar que houve aumento de produtividade individual dos magistrados ao longo dos trimestres de 2019. Meta ainda não alcançada, mas deve-se considerar o último trimestre ainda em aberto.

### Produtividade do Magistrado na Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais



### Produtividade do Magistrado nas Turmas Recursais

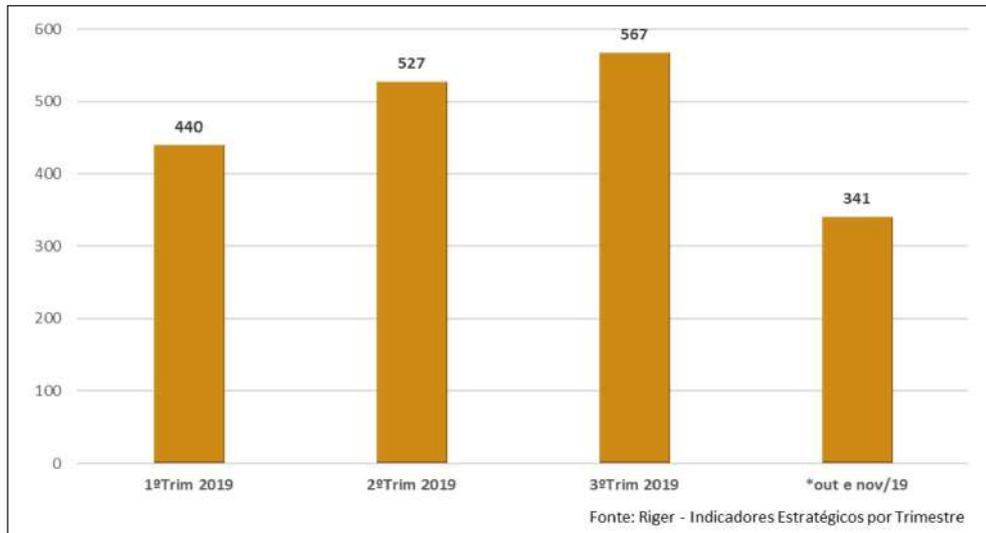
Meta 2019: totalizar 2.880 decisões, em 31/12/2019

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTrim 2019	2ºTrim 2019	3ºTrim 2019	4ºTrim 2019	TOTAL P/ META
Total de Decisões que põem fim à relação processual na Turma Recursal	19.799	23.736	25.530	15.356	84.421
Total Magistrados nas Turmas Recursais	45	45	45	45	45
<b>PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO NAS TURMAS RECURSAIS</b>	<b>440</b>	<b>527</b>	<b>567</b>	<b>341</b>	<b>1.876</b>

Devido ao resultado desse indicador ser anual, só poderá ser avaliado ao final do ano. Nas Turmas Recursais, porém, a produtividade nos trimestres de 2019 conseguiu se aproximar aos resultados das médias de produtividade/ magistrado obtidos em 2018 (1º trimestre = 502; 2º trimestre = 545; 3º trimestre = 600 e 4º trimestre = 514).

Apesar de inferior no primeiro trimestre desse ano, nos trimestres seguintes houve uma melhoria contínua (1º trimestre = 440; 2º trimestre = 527; 3º trimestre = 567). Registre-se a influência de elementos que impactaram negativamente para esse resultado: redução na distribuição dos Juizados e envio de processos para as TRs. Meta não alcançada.

### Produtividade do Magistrado nas Turmas Recursais



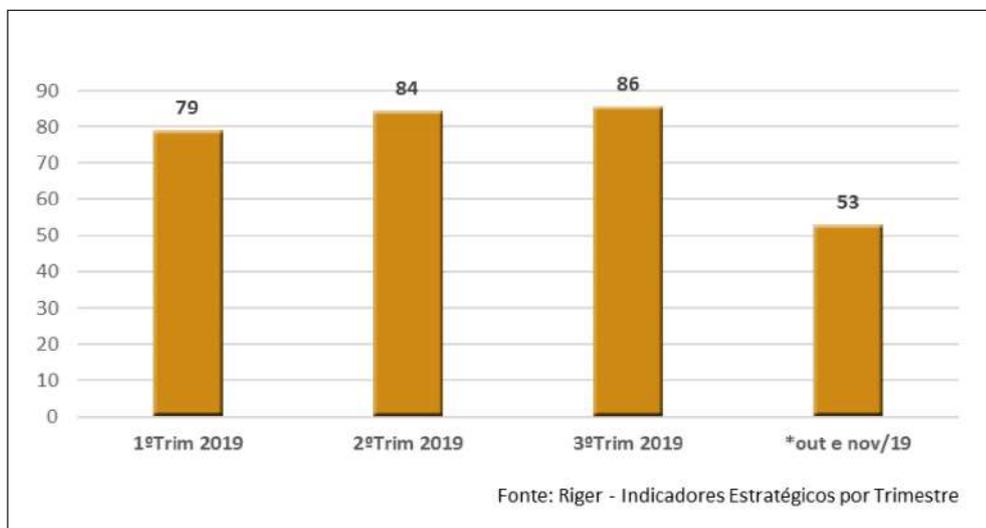
### Produtividade do Magistrado na Fase de Execução nos Juizados Especiais

Meta 2019: totalizar 500 sentenças na Fase de Execução por magistrado em 31/12/2019

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTrim 2019	2ºTrim 2019	3ºTrim 2019	out e nov/19	TOTAL P/ META
SentExJE - Sentenças em Execução nos Juizados	10.039	10.723	10.884	6.736	38.382
MagJE - Total de Magistrados nos Juizados Especiais	127	127	127	127	127
<b>PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO NA FASE DE EXECUÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS</b>	<b>79</b>	<b>84</b>	<b>86</b>	<b>53</b>	<b>302</b>

Para a verificação da meta, necessária a contabilização do resultado de todos os trimestres, não tendo havido produção suficiente para atingir 500 sentenças/por juiz, nos Juizados Especiais, na Fase de Execução em relação ao ano de 2018, sendo que o resultado foi de 363 sentenças / Magistrado na Fase de Execução, naquele ano. No ano de 2019, ainda se percebeu um baixo resultado nesse indicador, que se equipara aos resultados do ano anterior: 2018 (1º trimestre = 82; 2º trimestre = 92; 3º trimestre = 101; 4º trimestre = 88). Pontua-se que, em 2019, os resultados estão semelhantes. Meta não alcançada.

### Produtividade do Magistrado na Fase de Execução nos Juizados Especiais



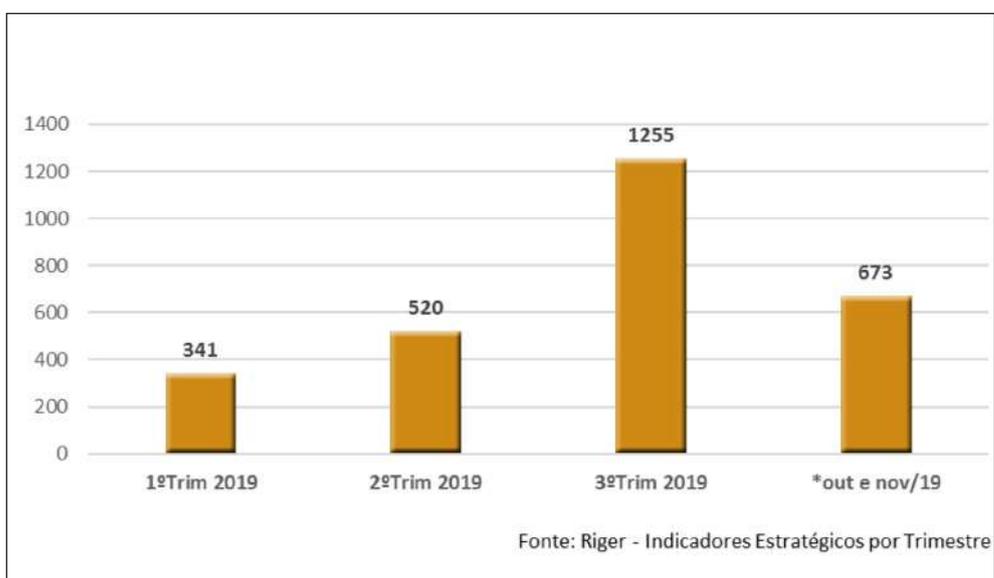
### Produtividade do Magistrado na Fase de Execução no 1º Grau (com execução fiscal)

Meta 2019: totalizar 780 sentenças em 31/12/2019

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTrim 2019	2ºTrim 2019	3ºTrim 2019	out e nov/19	TOTAL P/ META
SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau (SentEx1º)	215.025	328.358	792.130	424.386	1.759.899
Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	631	631	631	631	631
<b>PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO NA FASE DE EXECUÇÃO NO 1º GRAU</b>	<b>341</b>	<b>520</b>	<b>1255</b>	<b>673</b>	<b>2.789</b>

O sentido de melhoria do indicador é “quanto maior, melhor”. O resultado de 2018 foi de 1.473 sentenças e a meta estipulada, de 780 sentenças/por juiz no 1º grau, na fase de execução, o que demonstra a alta produtividade. Replicada a meta para 2019. Observa-se o aumento significativo no segundo trimestre de 2019 em relação ao primeiro trimestre desse mesmo ano, de 341 para 520 sentenças em processos em fase de execução por magistrado no 1º grau. A meta foi alcançada.

### Produtividade do Magistrado na Fase de Execução no 1º Grau



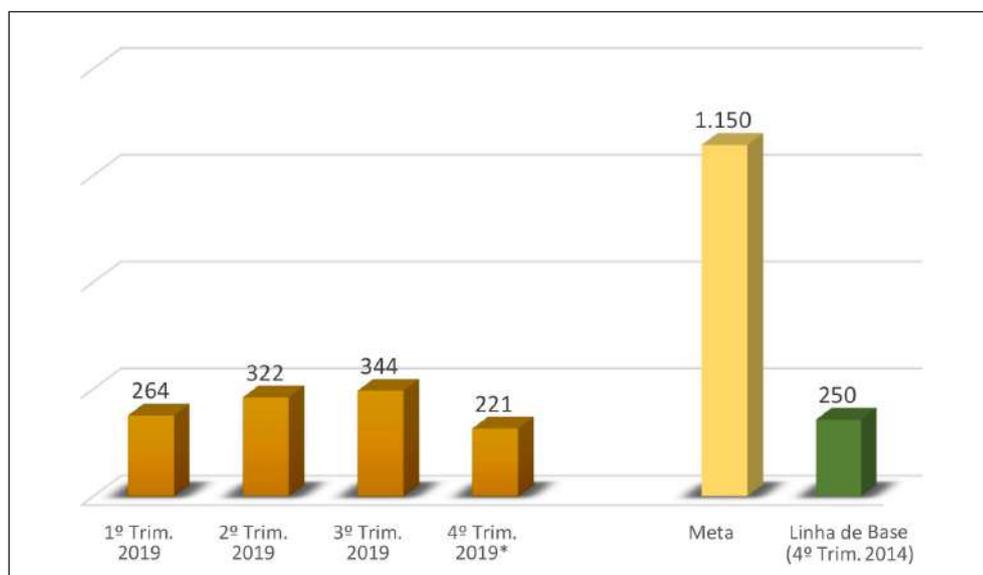
### Produtividade do Magistrado no Segundo Grau

Esse indicador tem o objetivo de monitorar os processos julgados por cada desembargador no segundo grau.

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTrim 2019	2ºTrim 2019	3ºTrim 2019	Out/19 e Nov/19	TOTAL P/ META
Decisões no 2º grau	49.889	61.240	65.395	41.989	218.513
Total de Magistrados no 2º grau	189	190	190	190	190
<b>PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO NO 2º grau</b>	<b>264</b>	<b>322</b>	<b>344</b>	<b>221</b>	<b>1.150</b>

Devido à meta o resultado será melhor avaliado ao longo do ano. Porém, podemos apontar que o total de decisões no terceiro trimestre de 2019 (65.359) foi melhor que no segundo trimestre de 2019 (61.240). Verifica-se que com o resultado apresentado em outubro e novembro de 2019, mesmo sem o cômputo do mês de dezembro, a meta foi alcançada.

### Produtividade do Magistrado no Segundo Grau



### METAS NACIONAIS DO CNJ – ATÉ NOVEMBRO/2019

#### Meta 1: 99,56%

Julgar mais processos de conhecimento do que distribuídos, excluídos suspensos e sobrestados.

#### Meta 2: 1º grau – 107,01% / 2º grau – 124,15% / JE e TR – 110,36%

Julgar 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 1º Grau; 80% dos distribuídos até 31/12/2016 no 2º Grau e 90% dos distribuídos dos até 31/12/2016 em Juizados e TR.

#### Meta 3: 94,20%

Aumentar o Índice de Conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

#### Meta 4: 105,62%

Julgar 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2016.

#### Meta 6: 1º grau – 117,38% / 2º grau – 103,05%

Julgar 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau e 80% das distribuídas até 31/12/2017 no 2º grau.

#### Meta 8: 35,90% (feminicídio); 83,76% (violência doméstica)

Julgar 50% dos casos pendentes relacionados ao feminicídio e 50% dos casos pendentes de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2018.

#### Meta específica Justiça Estadual: N/D

Implantar o processo eletrônico em 10% das unidades com competência criminal condicionada à disponibilização do módulo criminal do PJE até fevereiro de 2019.

## NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (NUPEMEC)

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), órgão colegiado administrativo vinculado à Presidência do Tribunal de Justiça, responsável pela proposição de iniciativas que estimulem e viabilizem práticas autocompositivas, nos moldes da Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, auxilia a Presidência nas relações interinstitucionais úteis à implementação do Plano Estadual de Autocomposição.

Neste exercício, o colegiado do NUPEMEC esteve reunido por sete vezes na Secretaria do Núcleo para planejamento, implementação, manutenção e aperfeiçoamento das ações voltadas ao cumprimento da política e suas metas.

## INCREMENTO DA ADOÇÃO DE MEIOS ALTERNATIVOS DE COMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS

O emprego da conciliação e da mediação para solução de conflitos é uma prática há muito institucionalizada nesta Corte de Justiça, mesmo antes da edição da Resolução CNJ nº 125/2010 – norma que veio a instituir a política nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário – e conta com projetos e atividades de longo prazo, que trazem resultados expressivos, em especial nas competências de família, empresarial e consumidor.

A Lei 13.105/15 (Código de Processo Civil) atribui central importância à mediação e à conciliação, reconhecendo tais práticas como instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios, com reflexos na redução da judicialização dos conflitos de interesses, na diminuição da quantidade de recursos e de execução de sentenças, cabendo ao Judiciário prover o necessário apoio ao desenvolvimento de tais atividades.

Além da continuidade das políticas públicas de conciliação e mediação iniciadas em gestões anteriores, o NUPEMEC sempre objetiva expandi-las, haja vista que o Código de Processo Civil instituiu, como direito das partes no procedimento comum, uma oportunidade para composição, anterior à defesa. Ademais, a Lei nº 13.140/2015 (Lei da Mediação) veio a regular pormenorizadamente a mediação judicial, extrajudicial e na administração pública.

Nesse passo, para o incremento da resolução alternativa de conflitos, foi desenvolvido um projeto estratégico, além de várias outras ações, todos abordados a seguir.

## APRIMORAMENTO DOS MECANISMOS DE MEDIAÇÃO E DOS MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (CONTINUIDADE)

O projeto teve continuidade na atual Administração e tem por finalidade aprimorar os métodos autocompositivos com o desenvolvimento de ferramentas que facilitem a resolução de conflitos por meios consensuais. Propõe o mapeamento dos processos de trabalho para apoio às atividades de mediação e de conciliação garantindo maior presteza na entrega de resultados às demandas apresentadas, contribuindo para a pacificação social.

A otimização dos procedimentos autocompositivos contribui para diminuir a excessiva judicialização dos conflitos, reduzir a propositura de demandas judiciais repetitivas, e desonerar a aplicação de recursos humanos, reduzindo custos e permitindo uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz.

As ações constantes do projeto visam à criação e difusão de uma cultura da consensualidade e da paz, por meio da solução dialógica e criativa dos conflitos sociológicos, à utilização preferencial dos mecanismos consensuais extrajudiciais como os mais adequados à solução dos conflitos e à redução sistemática e consistente do número de distribuição de ações judiciais.

### CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE NOVOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA - CEJUSCS

Estudos realizados a partir do acompanhamento estatístico periódico dos Juízos apontaram a necessidade de ampliação da rede de atendimentos com a criação de novos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, a fim de atender à normatização do Conselho Nacional de Justiça.

Com isso, no corrente ano, foram criados 33 (trinta e três) CEJUSCs, sendo que o de Angra dos Reis foi o mais recentemente criado, através da Resolução TJ/OE nº 20/2019. Segue a lista dos CEJUSCs criados, com as respectivas datas de instalação:

CEJUSCS	DATA DE INSTALAÇÃO
ARMAÇÃO DOS BUZIOS	30/10/2017
BARRA MANSA	30/10/2017
BELFORD ROXO	16/04/2010
CABO FRIO	27/09/2016
CAMPOS DOS GOYTACAZES	06/05/2015
CAPITAL	10/12/2009
CAPITAL - Regional de BANGU	28/03/2012
CAPITAL - Regional da BARRA DA TIJUCA	16/04/2010
CAPITAL - Regional de CAMPO GRANDE	16/04/2010
CAPITAL - Regional da ILHA DO GOVERNADOR	30/10/2017
CAPITAL - Regional de JACAREPAGUÁ	16/04/2010
CAPITAL - Regional da LEOPOLDINA	28/03/2012
CAPITAL - Regional de MADUREIRA	16/04/2010
CAPITAL - Regional do MEIER	16/04/2010
CAPITAL - Regional da PAVUNA	16/04/2010
CAPITAL - Regional de SANTA CRUZ	16/04/2010
CAPITAL - IV JECRIM da Comarca da Capital (Leblon)	06/07/2011
CORDEIRO/MACUCO	30/10/2017
DUQUE DE CAXIAS	16/04/2010
MACAÉ	30/10/2017

NITERÓI	16/04/2010
NITERÓI - Regional da REGIÃO OCEÂNICA	30/10/2017
NOVA FRIBURGO	16/04/2010
NOVA IGUAÇU	16/04/2010
PETRÓPOLIS	16/04/2010
PETRÓPOLIS - Regional de ITAIPAVA	30/10/2017
SÃO GONÇALO	16/04/2010
SÃO JOÃO DE MERITI	16/04/2010
SAQUAREMA	30/10/2017
RIO DAS OSTRAS	11/09/2018
TRÊS RIOS	16/04/2010
VALENÇA	30/10/2017
VOLTA REDONDA	09/04/2014

Depois do necessário estudo de viabilidade da ampliação da rede de CEJUSCs, realizado pelo NUPEMEC, deflagraram-se processos administrativos para a criação de CEJUSCs para as seguintes Comarcas/Localidades: Cachoeiras de Macacu – Processo nº 2017-0028573 e Capital – Infância, Juventude e Idoso – Processo nº 2017-020442. Os CEJUSCs das Comarcas de Angra dos Reis – Processo nº 2017-0065501, Vassouras, Itaperuna, Itaguaí e Mesquita foram criados por Resolução TJ/OE, mas ainda não foram instalados.

No que se refere à ampliação da estrutura física de atendimento, as restrições orçamentárias impediram a lotação, mesmo em número mínimo, de servidores e/ou colaboradores nos CEJUSCs, em especial no CEJUSC da Capital, o que determinou o redimensionamento do plano inicial e a redução da capacidade de atendimento.

## RESULTADO DAS MEDIAÇÕES REALIZADAS NO TJRJ EM 2019 (ATÉ NOVEMBRO)



Cumprе ressaltar que os processos de trabalho dos CEJUSCs são mapeados com o apoio do GABPRES/DEGEP.

## CURSOS DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES

Em parceria com a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), em 2019, foi oferecido o Curso de Formação em Mediação Judicial para uma turma de 40 alunos.

O NUPEMEC também promoveu, em conjunto com a Escola de Administração Judiciária (ESAJ), a capacitação de servidores e voluntários em Métodos Consensuais de Solução de Conflitos para atuação específica nos CEJUSCs. Foram realizadas 18 (dezoito) turmas de capacitação, sendo certo que 405 (quatrocentos e cinco) alunos concluíram a formação teórica. Os CEJUSCs atendidos foram os seguintes, além de uma turma na Capital exclusiva para servidores:

CEJUSC	Nº de turmas
Cabo Frio	1
Nova Iguaçu	1
Madureira	1
Leopoldina	1
Cordeiro/ Macuco	1
Nova Friburgo	1
Campos dos Goytacazes	1
Bangu	1
Três Rios	1
Santa Cruz	1
Barra Mansa	1
Petrópolis	1
Niterói	1
Volta Redonda	1
Campo Grande	1
Macaé	1
Jacarepaguá	1
Pavuna	1

Considerando que, após a realização do módulo teórico de, no mínimo, 40 (quarenta) horas/aula, é necessário que o candidato a Mediador Judicial realize o módulo prático, estágio supervisionado, de 60 (sessenta) horas em um dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), como complementação de sua formação básica, em obediência aos termos da Resolução CNJ nº 125/2010, com redação conferida pela Emenda nº 02 de 2016.

Encontram-se em estágio supervisionado nos CEJUSCs, até o presente momento, 481 (quatrocentos e oitenta e um) alunos em formação oriundos dos cursos de mediação oferecidos pelo TJRJ, através da Escola de Administração Judiciária (ESAJ) e da Escola da Magistratura (EMERJ); e 192 (cento e noventa dois) alunos em formação oriundos das Instituições de ensino credenciadas ou conveniadas por Tribunal de Justiça, por Tribunal Regional Federal ou pela ENFAM, ou, ainda, que solicitam ao NUPEMEC.

Insta salientar que o NUPEMEC firmou convênio referente ao reconhecimento de escolas para formação de mediadores conforme Resolução ENFAM nº 06/2016, com redação dada pelo Resolução ENFAM nº 03/2017, a saber: CENTRO BRASILEIRO DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM (CBMA) – Processo 20180077973; AB CAMARA DE MEDIAÇÃO RJ – Processo 20180100580; CENTRO DE MEDIAÇÃO MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS E SISTEMA RESTAURATIVOS (CEMEAR) – Processo 20180164546; CENTRO DE MEDIAÇÃO E CAPACITAÇÃO LTDA (COMEDIAR) – Processo 20180095230; MEDIARE CURSOS TECNICOS E GERENCIAIS LTDA ME – Processo 20180054443; EQUILIBRE GESTÃO DE CONFLITOS LTDA – Processo 20180129618; MEDIAÇÃO BRASIL CONSULTORIA E TREINAMENTO EIRELLI – Processo 20170091161; CENTRO DE ATENDIMENTO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS CÂMARA PRIVADA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM LTDA. (C.A.S.A.) – Processo 20180081008.

O NUPEMEC também autoriza a realização de estágio supervisionado de alunos oriundos de escolas privadas, mediante solicitação por processo administrativo, a saber: Universidade Candido Mendes (IUPERJ) – Processo 20180225322; Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM) de Duque de Caxias – Processo 20180077514; Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais (IBMEC) – Processo 20180186767; Universidade Católica de Petrópolis (UCP) – Processo 20160033395; Procuradoria Geral do Município de Rio das Ostras – Processo 20170073394; Câmara Municipal de Niterói/Coordenadoria de Defesa do Consumidor (CODECON) – Processo 20170080733; GIAR Centro de Mediação de Capacitação – Processo 20160197167; Comissão de Mediação e Conflitos da OAB/RJ – Processo 20170065408.

### CONVÊNIOS E PARCERIAS FIRMADOS PARA O APRIMORAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO

O NUPEMEC buscou firmar convênios e parcerias com instituições públicas e privadas para estimular a adoção da autocomposição. Os convênios e parcerias servem como incentivo às empresas formadoras de grandes volumes de demandas ao uso preferencial e sistemático de solução consensual e extrajudicial (pré-processual) dos conflitos.

O TJRJ firmou este ano, através da atuação do NUPEMEC, quatro convênios de interesse para a sociedade fluminense:

I - Renovado o convênio com a Universidade Católica de Petrópolis (UCP), Termo 00303772019, Processo 2016033395, considerando que a implantação do Polo Avançado de Solução de Conflitos Extrajudiciais (PASCE), em 2017, nas dependências da UCP, contribui para uma abordagem humanística sobre os conflitos e suas soluções, consolidando a implantação de uma cultura de paz, auxiliando na diminuição da quantidade de processos judiciais, uma vez que se direciona a prevenir a judicialização dos conflitos, estimulando-se a utilização de meios adequados à solução destes;

II - Celebrado convênio com a cidade de Niterói, Termo 00306772019, Processo 2018188168, para formação e supervisão de mediadores comunitários pelo NUPEMEC para atuarem nos núcleos de Mediação Comunitária contribuindo no Pacto Niterói Contra Violência instituído pela Prefeitura;

III - Celebrado convênio com a Fundação Getulio Vargas (FGV) Projetos, Termo 00307082019, Processo 2018243828, objetivando disponibilizar, customizar e implantar plataforma digital para operar o centro integrado de solução de conflito em setores especializados, sem ônus para o Tribunal; e

IV - Celebrado convênio com a Fundação Getulio Vargas (FGV) Projetos, Termo 00307092019, Processo 2018243830, objetivando disponibilizar, customizar e implantar plataforma digital para gestão de facilitadores (mediadores e conciliadores) do TJRJ.

Insta salientar que está em vigência o convênio celebrado pelo TJRJ, através do NUPEMEC, com a Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, Termo 00302072018, Processo nº 2016-004138, objetivando a capacitação de lideranças da Igreja Católica em métodos adequados de solução de conflitos.

Pela Secretaria de Estado de Cidades e pela Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ) foi proposto convênio de cooperação para criação da Câmara de Resolução de Litígios de Habitação e Regularização Fundiária, Processo 20190167237, em trâmite no NUPEMEC.

Tramitam ainda no NUPEMEC proposta de convênio do Laboratório de Convivência, Processo 20180192588, objetivando a realização de círculos de construção de paz – processos circulares em CEJUSC; e proposta de convênio da Associação Praxis Sistêmica, Processo 20180089089, objetivando realização de sessão de constelação familiar em CEJUSC. Além do Projeto Piloto de Constelação Familiar firmado pelos Juízes Coordenadores dos CEJUSCs de Leopoldina e Santa Cruz, Processo 2016030382.

Existe, ainda, a iniciativa de implementação de Centros Comunitários de Solução de Conflitos em localidades não atendidas por outras instâncias da esfera pública ou privada, com o objetivo de estabelecer uma cultura de não violência e de maior harmonia ao convívio comunitário, em geral, e entre vizinhos e familiares.

Os convênios com tal finalidade envolvem a Capacitação em Mediação Comunitária de lideranças da comunidade, seguindo os preceitos específicos do CNJ para essa matéria.

Com esse intuito, foram realizados três cursos de Mediação Comunitária, capacitando-se 78 (setenta e oito) mediadores para atuar nos Centros de Mediação, bem como para complementar o Projeto de Justiça Cidadã, desenvolvido pelo DEAPE.

Além desses, outros 49 (quarenta e nove) mediadores comunitários já receberam certificação e estão atuando nos sete Centros de Mediação instalados nos vicariatos em convênio com a Arquidiocese do Rio de Janeiro, e em dois centros municipais.

Outra medida que objetiva a solução de conflitos sem que haja judicialização é o cadastro de Câmaras Privadas, as quais, após devido credenciamento neste Tribunal de Justiça, encontram-se aptas ao trabalho em solução consensual judicial e pré-processual, nos moldes do artigo 168 do CPC e do Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 153/2016.

Atualmente, estão cadastradas neste Tribunal de Justiça as seguintes Câmaras Privadas de Mediação:

- Centro de Atendimento de Soluções Alternativas Câmara Privada de Mediação e Arbitragem Ltda. (C.A.S.A.)
- Câmara de Conciliação e Mediação e Arbitragem do Rio de Janeiro (CCMA - RJ)
- MEDIARE - Diálogos e Processos Decisórios
- EQUILIBRE - Gestão de Conflitos Ltda.
- Fundação Getulio Vargas - FGV
- AB – Mediação RJ
- Câmara Brasileira de Resolução de Conflitos – Vamos Conciliar
- Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH)
- Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada (CAMES)
- Câmara Aequitas de Mediação, Conciliação e Arbitragem Ltda.
- PAX – Mediação e Arbitragem
- Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA)
- COMEDIAR – Centro de Mediação e Capacitação Ltda.
- Mediar360 – Gestão Inteligente de Conflitos Ltda.
- Diálogo – Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem
- Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem – MFMPS Ltda.
- Mediação Online Assessoria Administrativa e Tecnológica Ltda.
- GIAR – Centro de Mediação e Capacitação

Registre-se, por oportuno, que regularmente é providenciada a atualização da página do NUPEMEC no portal do Tribunal de Justiça. Através dessa ferramenta, todas as informações relativas à mediação estão disponíveis aos usuários, incluídos avisos, listas de endereços, textos legais, *links* recomendados e toda a normatização sobre a mediação.

Além disso, está disponível, pelo Portal do TJRJ o acesso à mediação pré-processual, onde o cidadão pode requerer a realização desse procedimento, de forma rápida, prática e simples, e sem qualquer ônus, apenas com o preenchimento de singelo formulário.

### **CRIAÇÃO DE POLOS AVANÇADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS EXTRAJUDICIAIS (PASCEs)**

O NUPEMEC também desenvolveu projeto de cooperação mútua entre o TJRJ e os Núcleos de Prática Jurídica das Universidades visando à criação, instalação e funcionamento de Polos Avançados de Solução de Conflito Extrajudiciais (PASCEs), integrantes dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, nos termos da Resolução CNJ nº 125/2010, objetivando a realização de sessões de autocomposição, sem a necessidade do ajuizamento de ações judiciais, com a possibilidade de posterior homologação judicial dos acordos obtidos, de forma a contribuir para a pacificação social, para a democratização do acesso à justiça e para a promoção da cultura da construção do consenso.

Com esse formato, foi instalado o Polo Avançado na Universidade Católica de Petrópolis (UCP), Termo 00303772019, Processo 2016-033395, no qual alunos podem

atuar como mediadores em casos pré-processuais, sob a supervisão do coordenador do Núcleo de Prática Jurídica da Universidade.

Encontram-se em processo de análise para criação de PASCEs as seguintes Universidades: Centro de Ensino Superior de Valença (CESVA) – Processo 2018-0231399, Pontifícia Universidade Católica (PUC) – Processo 20190202262, Faculdade Internacional Signorelli – Processo 2018-0074682 e Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) – Processo 20170144147.

## IMPLEMENTAÇÃO DAS CASAS DA FAMÍLIA

Ser um diferencial no atendimento às questões familiares. Essa é a proposta do projeto estratégico da Casa da Família, iniciativa inédita no país lançada pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) do TJRJ. As primeiras unidades começaram a funcionar em 2017, nos Centros Judiciários de Soluções de Conflitos (CEJUSC) de Santa Cruz e Bangu.

Registre-se que o CEJUSC da Regional da Barra da Tijuca também já conta com uma Casa da Família, recentemente inaugurada.

A filosofia da Casa da Família é procurar resolver os conflitos familiares sem necessidade de processo judicial. Casais que estão se separando poderão contar com psicólogos, assistentes sociais e mediadores que utilizarão métodos de mediação, justiça restaurativa e técnicas de constelação familiar para que os impasses sejam solucionados sem provocar danos em pais, filhos e parentes.

A Casa da Família também atenderá casos em que já existe um processo em tramitação, se um juiz entender que a mediação pode ser a melhor ferramenta de solucionar o litígio envolvendo as partes no processo. Assim, ações de alimentos, visitação e guarda compartilhada poderão ser encaminhadas às unidades. Toda a filosofia da Casa da Família afasta métodos impositivos e dispensa a participação dos advogados.

As Casas da Família são fruto de um projeto piloto bem-sucedido implantado nos CEJUSCs de Santa Cruz, Bangu e Leopoldina. Neles, o índice de solução de casos entre famílias chegou a 96%, com 0% de reincidência. As técnicas de mediação na área familiar tiveram aprovação de 98%, ressaltando-se que também já foram estruturadas as Casas da Família nos CEJUSCs de Jacarepaguá e de São João de Meriti.

## OFICINAS DE PARENTALIDADE

A recomendação nº 50 de 08/05/2014 do Conselho Nacional de Justiça sugere que os Tribunais de Justiça adotem as oficinas de parentalidade como política pública na resolução e prevenção de conflitos familiares. O referido ato recomenda que os magistrados sejam estimulados a encaminhar disputas para a mediação de conflitos em demandas nas quais haja necessidade de preservação ou recomposição de vínculo interpessoal ou social.

As oficinas têm por público-alvo as famílias cujos personagens estejam inseridos em disputas relativas à guarda, visitação (convivência familiar) e alimentos, com o objetivo de

provocar a reflexão acerca das relações familiares e seus diferentes arranjos, com foco nos cuidados e educação dos filhos.

No exercício de 2019 foram realizadas 57 oficinas, com 937 processos remetidos, 737 partes presentes.

## GESTÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E DE GRANDES LITIGANTES

Empresas como Banco Itaú, Banco Bradesco, concessionárias de serviços públicos como Light e Enel; seguradoras e planos de saúde como Amil; construtoras como a Tegra Incorporadora S.A., além de fornecedoras de serviços de telefonia e internet, a partir de compromisso da empresa em adotar sistematicamente todos os meios possíveis de composição prévia em instância administrativa, buscaram o NUPEMEC para participar das Agendas Concentradas de Mediação/Conciliação, proporcionando a redução do acervo de processos existentes neste Tribunal de Justiça.

Com efeito, uma das características da litigância verificada na justiça comum em anos recentes é a grande incidência de demandas repetitivas e a existência de empresas com elevado número de processos ajuizados em seu desfavor. Como as soluções jurídicas em tais casos muitas vezes retomam padrões já estabelecidos em casos anteriores ou ficam vinculadas a julgamentos de recursos pelos Tribunais Superiores, a gestão da massa processual em tais situações é diferenciada.

Para fazer face a esse desafio, o Tribunal desenvolve Agendas Concentradas (Mutirões) para solução dos conflitos por conciliação e mediação. Em 2019, esses eventos contaram com a participação de bancos, concessionárias de serviços públicos, operadoras de planos de saúde e construtoras imobiliárias.

No mês de maio do corrente ano, foi realizada agenda concentrada em processos relacionados a antigos planos econômicos, movidos em face do Banco Itaú S.A. e do Banco Bradesco S.A., nos quais os mediadores judiciais auxiliaram as partes a negociar acordos, obtendo-se o seguinte resultado:

### AGENDA CONCENTRADA – PLANOS ECONÔMICOS: BANCOS ITAÚ E BRADESCO





### AGENDA CONCENTRADA – PROCESSOS MOVIDOS EM FACE DA AMIL S.A. POR ASSOCIADOS ASSISTIDOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA

Em parceria realizada com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, no dia 29.09.2019, o NUPEMEC organizou agenda concentrada com processos selecionados pela Amil S.A. movidos em face da Administradora de Planos de Saúde por assistidos da Defensoria.

Foram pautados 58 processos, realizando-se 38 sessões de mediação, nas quais se alcançaram 18 acordos.

### AGENDA CONCENTRADA – PROCESSOS MOVIDOS EM FACE DA INCORPORADORA TEGRA S.A.

No dia 26.10.2019, o NUPEMEC organizou agenda concentrada com processos selecionados pela Tegra Incorporadora S.A.

Foram pautados 29 processos, realizando-se 15 sessões de mediação, nas quais se alcançaram dez acordos.

### AGENDA CONCENTRADA – MEDIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL SOLICITADA PELA CEHAB-RJ

No dia 06.12.2019, o NUPEMEC organizou agenda concentrada em procedimentos pré-processuais solicitados pela CEHAB-RJ, a fim de promover a regularização da documentação de imóveis de mutuários que já haviam quitado o preço do bem. A regularização será realizada pela CEHAB-RJ sem qualquer ônus para o adquirente do imóvel.

Foram pautados sessenta processos, realizando-se 11 sessões de mediação, nas quais se alcançaram dez acordos.

### SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO – DE 4 A 8 DE NOVEMBRO DE 2019

Em atendimento às determinações do Conselho Nacional de Justiça, a fim de implementar a Semana Nacional da Conciliação, que ocorreu no período compreendido entre os dias 4 e 8 de novembro último, foram realizadas agendas concentradas em processos ajuizados em face da Light S.A. e da operadora de saúde Amil S.A. Também realizaram-se sessões de mediação, em sede pré-processual, em procedimentos relativos à Delta Air Lines e à Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ), alcançando-se os números a seguir transcritos:

04/nov – Processos da Light S.A.	
AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO DESIGNADAS	120
AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO REALIZADAS	70
QUANTIDADE DE ACORDOS HOMOLOGADOS	39
VALORES HOMOLOGADOS	92.262,39
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS	280
PARTICIPANTES MAGISTRADOS	3
PARTICIPANTES CONCILIADORES	10
PARTICIPANTES COLABORADORES	21

<b>05/nov - Processos da Light S.A.</b>	
AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO DESIGNADAS	120
AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO REALIZADAS	69
QUANTIDADE DE ACORDOS HOMOLOGADOS	37
VALORES HOMOLOGADOS	104.230,00
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS	276
PARTICIPANTES MAGISTRADOS	3
PARTICIPANTES CONCILIADORES	12
PARTICIPANTES COLABORADORES	21

<b>06/nov - Processos da Amil S.A.</b>	
AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO DESIGNADAS	97
AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO REALIZADAS	35
QUANTIDADE DE ACORDOS HOMOLOGADOS	12
VALORES HOMOLOGADOS	175.500,00
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS	140
PARTICIPANTES MAGISTRADOS	3
PARTICIPANTES CONCILIADORES	11
PARTICIPANTES COLABORADORES	21

<b>07/nov - Processos da Amil S.A.</b>	
AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO DESIGNADAS	86
AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO REALIZADAS	30
QUANTIDADE DE ACORDOS HOMOLOGADOS	16
VALORES HOMOLOGADOS	452.189,06
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS	120
PARTICIPANTES MAGISTRADOS	3
PARTICIPANTES CONCILIADORES	10
PARTICIPANTES COLABORADORES	21

<b>08/nov - Processos da Amil S.A.</b>	
AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO DESIGNADAS	93
AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO REALIZADAS	12
QUANTIDADE DE ACORDOS HOMOLOGADOS	3
VALORES HOMOLOGADOS	48.000,00
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS	60
PARTICIPANTES MAGISTRADOS	3
PARTICIPANTES CONCILIADORES	8
PARTICIPANTES COLABORADORES	21

## APRIMORAMENTO CONTÍNUO DA QUALIFICAÇÃO DOS MEDIADORES

O NUPEMEC tem especial foco na qualificação dos mediadores, envidando esforços para oferecer capacitação contínua e supervisão. Com esse objetivo, foi criado o **Programa de Aprimoramento de Mediadores (PAM)**. Os encontros propiciam o debate de temas de atualização e consolidação de conhecimentos necessários para uma prática qualificada dos mediadores que atuam nos CEJUSCs.

Neste ano, no referido Programa, foram realizados seis encontros, cujos temas foram:

1. Mediação familiar emancipadora e responsável;
2. Mediação de conflitos nas escolas – Experiência da Argentina;
3. Padrões de competência para mediadores – técnicas presenciais e adaptação ao mundo virtual;
4. Diálogo com relatórios: a construção interdisciplinar na mediação;
5. Mindfulness na resolução de conflitos; e
6. Direito Sistêmico.

De outro ângulo, para promover o debate acerca das novas contribuições na área dos métodos autocompositivos, o NUPEMEC, em parceria com a EMERJ, promoveu sete encontros no **Fórum Métodos de Adequados de Resolução de Conflitos** e dois encontros do Fórum Permanente de Mediação e Conciliação, presidido pelo Des. César Cury, com a participação de magistrados representantes de Tribunais Estaduais, abordando-se temas inovadores, debatidos por palestrantes nacionais e internacionais.

Temas de debate no Fórum Métodos Adequados de Resolução de Conflitos:

- Processos Circulares – Narrativa das Experiências em Processos Circulares ao Longo das Últimas Décadas (13.12.19)
- Métodos Consensuais e Casos Repetitivos: Debates sobre Pesquisas realizadas pelo PPGD da UERJ a partir da vigência do novo CPC (18.11.19) -> 86 presentes
- Dialogando com as Câmaras de Mediação- Casos de Sucesso (05.11.19) -> 86 presentes
- Mediação e Práticas Colaborativas na Alienação Parental (04.11.19)
- Políticas Públicas: A Mediação como Estratégia para uma Paz Sustentável (18.10.19 e 19.10.19) -> 267 presentes
- Mediação e Atividades Jurídicas (26.08.19) -> 293 presentes
- Uma Ruptura Inevitável (03.06.19 e 4.06.19) -> 463 presentes

Cumprido ressaltar que foi realizado o Encontro Estadual de Mediadores e Conciliadores do TJRJ no Município de Niterói, envolvendo a participação de mais de 200 mediadores. O objetivo do Encontro foi promover um amplo debate sobre o Instituto da Mediação, que serviram para a construção, de forma compartilhada, de parâmetros que contribuam com a implantação da Política Pública Estadual de Resolução de Conflitos.

Com efeito, o tema abordado foi “Políticas Públicas: A Mediação como Estratégia Para uma Paz Sustentável”.

Destaque-se que, no exercício de 2018, o NUPMEC contava com 424 Mediadores Judiciais em atividade nos CEJUSCs; e, em 2019, o número se elevou para 630 Mediadores Judiciais, dos quais 152 são novos integrantes do quadro.

Por fim, registre-se que, de acordo com o relatório extraído do Protocolo Administrativo Eletrônico do TJRJ, o NUPMEC, através do e-PROT 7933, recebeu 415 protocolos administrativos, e 1.794 protocolos (andamento de processos administrativos) foram empreendidos no período de 02/01/2019 a 11/12/2019.

## OUVIDORIA GERAL DA JUSTIÇA

A Ouvidoria Geral do TJRJ foi criada em 2005 por iniciativa do Desembargador Manoel Carpena Amorim, em sua gestão como Corregedor-Geral da Justiça, através da Portaria de nº 1953/2005 e da Resolução de nº 07/2005, em sintonia com o art. 103-B, § 7º, da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45.

A Ouvidoria foi elevada à posição de Órgão da Administração Superior do Tribunal de Justiça, através da Resolução nº 06/2006, do Órgão Especial.

De acordo com a Resolução nº 01/2017, a Ouvidoria Geral do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro está subordinada à Presidência do Tribunal de Justiça.

A Ouvidoria serve como canal de comunicação direto entre o cidadão e a Justiça. Assim, a Ouvidoria acolhe o cidadão, atuando por meio da mediação e do diálogo aberto entre a parte, o jurisdicionado, o advogado, o defensor, o promotor e os órgãos jurisdicionais e administrativos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Portanto, não cabe à Ouvidoria resolver os problemas trazidos pelos interessados/cidadãos, ora manifestantes, mas sim ouvi-los e encaminhar suas manifestações/reclamações aos órgãos jurisdicionais e administrativos competentes do Tribunal de Justiça para responder e solucionar a questão proposta em cada manifestação, buscando sempre oportunidades de melhorias do serviço jurisdicional.

Cabe à Ouvidoria Geral, receber, analisar e responder às manifestações encaminhadas por usuários, colaborando na busca de soluções adequadas em tempo hábil, transmitindo ao cidadão as respostas dos órgãos jurisdicionais e administrativos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, garantindo transparência na Administração da Justiça.

Com efeito, essa realização tem sido desenvolvida pela Ouvidoria com muito esmero e profissionalismo atingindo um percentual de 99% (noventa e nove por cento) de casos atendidos e com satisfação do cidadão.

A Ouvidoria Geral interpreta de forma sistêmica as manifestações recebidas com o escopo de buscar oportunidades de melhorias do serviço jurisdicional e propor à Alta Administração mudanças e aperfeiçoamentos para alcançar a melhoria dos serviços.

A Ouvidoria do TJRJ atua em perfeita sintonia com a Ouvidoria do CNJ e perseguindo maior “Transparência”, foram realizadas inúmeras melhorias na divulgação da Ouvidoria no site do PJERJ.

Com relação à Lei de Acesso à Informação (LAI), foram atendidas as recomendações do CNJ para cadastro e registro das informações de identificação do solicitante, nos termos do disposto na Lei nº 12.527/2011 e no Ato Normativo nº 8/2018.

Melhorias introduzidas no sistema:

1. Registro e cadastro de formulário eletrônico com a opção “extrajudicial”;
2. Foi admitida a transformação da reclamação sem processo; já que, uma vez marcada a opção “com processo”, possa ser desmarcada e modificada para a opção “sem processo”, caso este não apareça informado em nenhum local da manifestação.
3. Foi criado no sistema SOU registro e cadastro de identificação do cartório extrajudicial, através da informação do código da serventia, solicitação de melhoria da rotina COAT junto à DGTEC para possibilitar a emissão de relatórios para a Administração.
4. Foi inserida no site do PJERJ informação para que o interessado opte pelo recebimento da resposta em meio físico, com a retirada no local, quando requerido no corpo da manifestação.
5. Foi realizado novo layout e novos cartazes da Ouvidoria, confeccionados para maior divulgação dos serviços prestados por esta Ouvidoria neste biênio, informando os canais de acesso direto do cidadão, os quais foram distribuídos e fixados em todos os Fóruns do Estado do Rio de Janeiro.
6. Outra melhoria de suma relevância garantiu o encaminhamento de manifestações recepcionadas pela Ouvidoria do Ministério Público e enviadas à esta Ouvidoria Geral do PJERJ, antes através de correspondência, e, atualmente através de e-mail, otimizando o trabalho que exigia a transcrição de toda manifestação enviada para o nosso sistema.
7. Foram criadas no site indicações precisa sobre o funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), seu endereço de localização e horários de funcionamento.
8. Foi inserida informação no site sobre o funcionamento de um Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) no qual o cidadão possa enviar pedidos de informação de forma eletrônica.
9. Foi inserida a previsão no site sobre a possibilidade de o interessado apresentar pedido de informação ao SIC por correspondência.
10. Foi criado no sítio eletrônico do PJERJ uma dimensão denominada “Carta de Serviço ao Cidadão”.

As atividades da Ouvidoria Geral tiveram os seguintes resultados:

Manifestações feitas à Ouvidoria – TJRJ				
Dirigidas a	2016	2017	2018*	2019**
Jurisdição 1º grau	36.737	37.281	38.426	36.679
Jurisdição 2º grau	690	863	1.114	1.163
Administração	810	639	992	1.031
Órgãos externos	141	81	192	180
Conteúdo	2016	2017	2018*	2019**
Reclamações	24.238	28.087	29.789	27.050
Dúvidas	13.282	9.861	9.731	11.088
Elogios	453	451	509	446
Denúncias	173	267	308	249
Acesso à informação	140	121	196	138
Sugestões	85	76	141	85
Ouvidoria Mulher	7	3	50	55

\* Jan à Nov/2018 \*\*Jan à Nov/2019

# **GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA**



## 6. GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA

### PROMOÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A implementação de ações estruturadas para fomentar as melhores práticas de sustentabilidade, de responsabilidade social e de promoção da cidadania constitui uma decisão estratégica da gestão e faz parte dos valores institucionais do PJERJ.

### PROJETO ESTRATÉGICO “IDENTIFICAR, REDUZIR E COMPENSAR A EMISSÃO DE CO<sub>2</sub> NO PJERJ”

Projeto de iniciativa do Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (DEAPE), aprovado pela Comissão de Gestão Estratégica e Planejamento (COGEP), que consiste em identificar as emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) de forma a mitigar os impactos do lançamento de gases de efeito estufa na atmosfera e consequente aquecimento global, por meio de práticas compensatórias, calculadas de acordo com o dimensionamento das quantidades de CO<sub>2</sub> geradas pelas atividades desenvolvidas pelo PJERJ. Preliminarmente, o escopo do projeto será restrito ao Fórum da Capital.

### PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS E APLICAÇÃO DE RECURSOS DE PRESTAÇÃO DE PENAS PECUNIÁRIAS

#### Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs)

As CPMAs acompanham e fiscalizam o cumprimento das penas e medidas alternativas determinadas em processos judiciais. Os beneficiários passam por cadastro, atendimento e avaliação psicossocial realizados por equipe técnica multidisciplinar. Em 2019 foram efetuados 56.976<sup>1</sup> atendimentos, incluindo visitas institucionais, reuniões, entrevistas e relatórios. Para viabilizar o caráter socioeducativo das penas e medidas alternativas aplicadas pelas Varas Criminais e Juizados Especiais Criminais, em atendimento ao art. 46 § 2º do Código Penal<sup>2</sup>, além do acompanhamento dos 176 convênios/parceiras<sup>3</sup> em vigor, foram formalizados 92 convênios/parcerias com órgãos públicos e instituições, respectivamente, para recebimento dos apenados e prestadores de serviços comunitários.

---

1 Dados apurados até novembro/19. A partir de 01/11/2019, as Equipes Técnicas Interdisciplinares Criminais passaram a atuar nas Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMA), conforme Provimento CGJ 57/2019, sob a coordenação do Juiz Dirigente do Núcleo Regional respectivo.

2 Decreto 2848/1940 - Código Penal, art. 46 § 2º - A prestação de serviço à comunidade dar-se-á em entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais.

3 Fonte SISMOV, 04/12/2019

## Aplicação de verbas oriundas das prestações de penas pecuniárias

De acordo com a Resolução CNJ 154/2012 e Ato Normativo TJ 1.453/2014, as verbas oriundas das prestações pecuniárias devem retornar à sociedade na forma de serviços e benefícios sociais ou em atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde. No segundo chamamento público<sup>4</sup>, 148 instituições se candidataram para o recebimento dos recursos. Os projetos apresentados estão sob análise da Comissão de Aplicação dos Recursos da Prestação Pecuniária (COAPP), que aguarda também o incremento na captação de recursos, visando atender maior número de instituições pleiteantes, para prosseguir com o certame. A fiscalização do uso dos recursos repassados às instituições aprovadas no primeiro edital<sup>5</sup> foi realizada pelo DEAPE, tendo sido efetuadas 127 visitas entre 2018 e 2019.

## CAMPANHAS INSTITUCIONAIS

- **Campanha de doação de sangue** - Realizada em parceria com o HEMORIO - 76 bolsas de sangue coletadas.
- **Campanha de solidariedade** - Arrecadação de brinquedos para crianças e adolescentes internados na rede da Secretaria de Estado de Saúde.
- **Campanha em prol da SUIPA** (Sociedade União Protetora dos Animais) - Doação de itens, adoção de animais, exposição e venda de produtos. Campanha realizada também no Fórum do Méier.
- **Campanha McDia Feliz**: Captação de recursos por meio da venda antecipada de tickets para aquisição do Big Mac no McDia Feliz. A renda obtida é destinada a instituições de apoio à luta contra o câncer infantojuvenil. No Fórum Central e no Fórum Regional da Barra foram vendidos 85 tickets.

## PROMOÇÃO DA CIDADANIA

### Programa Justiça Cidadã

O programa visa promover a inclusão social e o exercício de uma cidadania mais responsável, crítica e consciente. O objetivo é esclarecer o cidadão sobre seus direitos e deveres, por meio de ações educativas, bem como orientá-lo como proceder para recorrer ao Judiciário na defesa de seus interesses individuais e coletivos. As turmas regulares, especializadas e de reciclagem foram realizadas nos Fóruns da Capital, Méier, Campo Grande e Santa Cruz, com um total de 919 participantes.

### Ações Sociais

O projeto tem como objetivo levar a prestação jurisdicional à população carente, oferecendo serviços como registro tardio, reconhecimento de paternidade, retificação de regis-

4 Edital de Cadastramento Público nº 01/2018, publicado Diário Oficial em 01/10/2018, processo 2018-048657.

5 Edital de Cadastramento Público, proc.2015-179971.

tro, divórcio, guarda e/ou tutela provisória e conversão de união estável em casamento. As ações sociais tiveram como parceiros a Firjan, a Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro e a Merck, beneficiando 873 pessoas.

### Programa de Voluntariado

O Programa alcança estudantes e aposentados da instituição que prestam serviços de forma espontânea e sem contraprestação pecuniária nas unidades do PJERJ, conforme Resolução do Órgão Especial 16/2018<sup>6</sup> e rotina administrativa específica. Atualmente, 61 unidades de 1ª e 2ª instâncias e unidades administrativas<sup>7</sup> da Comarca da Capital e do Interior do Estado recebem voluntários para apoio às suas atividades.

### Feira de Produtos Orgânicos e de Produtos Naturais do PJERJ

A cada 15 dias é realizada a feira orgânica, em parceria com a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), no Fórum Central, com exposição e comércio de produtos cultivados sem a utilização de agrotóxicos, o que ressalta o compromisso do Judiciário em fomentar práticas sustentáveis. Merece destaque a implementação da feira no Fórum do Méier, inaugurada em novembro/2019, tendo sido realizadas duas edições.

### Projeto “Como Vai Você?”



*Evento de inauguração do Projeto Como Vai Você?  
Realizado em 28/06/2019*

O projeto “Como vai você?” foi inaugurado no segundo semestre de 2019, no Abrigo Cristo Redentor, e teve tem como objetivo proporcionar bem-estar aos idosos institucionalizados, bem como reduzir a sensação de abandono, por meio de atividades planejadas e promovidas pelas

psicólogas do DEAPE. As atividades são realizadas com auxílio de voluntários e beneficiaram 234 idosos em cada um dos seis encontros promovidos.

### Projeto BEM-ME-QUER

O Projeto “BEM-ME-QUER” oferece aos juízes das Varas de Família a alternativa de encaminhar as partes envolvidas nos processos judiciais litigiosos para um encontro informativo e reflexivo sobre os conflitos relativos à guarda, convivência, alimentos dos filhos, maus-tratos, bem como dificuldades no exercício das funções parentais. O projeto beneficiou 622 pessoas em 2019.

6 Resolução OE 16/2018 – Institui o Regulamento do Serviço Voluntário Continuado no âmbito do PJERJ do Estado do RJ.

7 Dados extraídos em 12/12/2019.

## Seminário “Encontro entre Pares”

O evento **“Encontro entre Pares: pensando o acolhimento a pessoas em situação de refúgio no RJ”** discutiu temas como a vida das pessoas que escolheram o Rio de Janeiro para refazer suas trajetórias e a busca de melhores caminhos de assistência aos refugiados. Participaram do evento



*Evento realizado em 26/09/2019 no Auditório José Navega Creton*

representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, da Defensoria Pública, da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (MPF), da Pares Cáritas RJ, dentre outros. O evento contou com cerca de 200 participantes.

## PALESTRAS SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O projeto “Sementes da Paz” busca oferecer aos docentes do Estado do RJ orientação sobre o tema Violência Doméstica, a partir de palestras e grupos reflexivos, objetivando o desenvolvimento de um olhar crítico e preventivo na educação dos alunos. Destaca-se a ação realizada em parceria com a Escola de Governo da Prefeitura de Nova Iguaçu, com o tema *“A paz a gente que faz, a paz começa comigo”*, na Casa do Professor, cujo público-alvo foram os educadores da rede de ensino do município. O projeto também foi realizado nas Escolas Municipais Alberto Torres e Tiradentes, e na Escola Dom Pedro I. As palestras realizadas alcançaram o público de 885 pessoas, entre educadores, orientadores, alunos, pais ou responsáveis.

## GESTÃO AMBIENTAL

O DEAPE é responsável pelo acompanhamento das ações relativas ao Plano de Logística Sustentável (PLS), conforme Res. CNJ 201/2015, além da propositura de projetos socioambientais. As informações sobre o consumo e o gasto de determinados materiais e serviços, decorrentes das atividades desenvolvidas pelo PJERJ, são enviadas ao Conselho Nacional de Justiça para publicação no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário. Dentre as ações e as campanhas realizadas em 2019, destacam-se:

- **Papa-pilhas**

A ação, em parceria com o Instituto SICOOB (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil), resultou no recolhimento de mais de uma tonelada de pilhas e baterias, encaminhadas à Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica para o descarte adequado. Além do Fórum da Capital, foram instalados coletores em Nova Iguaçu, Cabo Frio, Nova Friburgo e Volta Redonda.

- **Papa-tampinhas**

Trata-se de contribuição do PJERJ ao projeto “Rodando com Tampinhas”. A iniciativa busca recolher tampinhas plásticas e vendê-las para a compra de cadeiras de rodas para a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR). Em 2019, foram recolhidos aproximadamente 200kg de tampinhas.

- **Papa-cartão**

A ação visa estimular a coleta e a trituração dos cartões de PVC para fins de reciclagem e consequente fabricação de produtos como copos, placas, sinalização, cartões de visitas entre outros, tendo sido recolhidos, desde sua inauguração, em 2018, mais de 10 mil cartões.

- **Seminários e palestras**

Seminário “*Um Olhar Estratégico sobre Segurança Hídrica e de Barragens*”: O encontro tratou de questões relacionadas à segurança das barragens no Estado do RJ. Na ocasião, foi assinado o acordo de cooperação técnico-científica entre o PJERJ, a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e o Instituto de Estado de Meio Ambiente (INEA).

- **Palestra “A Força do Um”**, fez parte da campanha “*Setembro Amarelo*” sobre a conscientização sobre a prevenção do suicídio. Participaram do evento 120 pessoas.
- **Programa de Integração Funcional (PIF)** - Ambientação de 409 novos servidores na disciplina “Sustentabilidade”, com vistas a estimular o comportamento proativo e zelar pelas práticas socioambientais em seus locais de trabalho.

## PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Os programas de inclusão social visam contribuir para uma sociedade mais justa e solidária por meio de ações cujo enfoque é a capacitação para o mercado de trabalho de pessoas, que se encontrem em situação de vulnerabilidade social. As ações também são parte integrante do Plano de Logística Sustentável, que inclui a Responsabilidade Social como um de seus eixos temáticos e são detalhados a seguir:

- Pais Trabalhando – direcionado a pais e mães de família em vulnerabilidade e risco social;
- Jovens Mensageiros – projeto destinado a jovens de 18 a 24 anos, de baixa renda, em sua primeira experiência profissional. Cabe destacar que os jovens atuam no Serviço de Mensageria do PJERJ, e, em 2019, realizaram a movimentação de 7.610.863 expedientes<sup>8</sup>.
- Projetos Justiça pelos Jovens e Começar de Novo – os projetos objetivam a ressocialização de jovens e adultos que cumpriram ou estão em cumprimento de medida socioeducativa ou de pena, através da preparação para o mercado de trabalho formal.

---

8 Dados até dia 30/11/2019, fornecidos pelo Serviço de Mensageria e Malote (SEMGM), da Diretoria Geral de Logística.



# GESTÃO DE PESSOAS



## 7. GESTÃO DE PESSOAS

A Diretoria Geral de Gestão de Pessoas vem pautando sua atuação de acordo com sua Missão - Implementar ações integradas em gestão de pessoas visando ao desenvolvimento e à valorização pessoal e profissional, favorecendo o alcance dos objetivos institucionais.

Nos capítulos a seguir, serão listadas as principais realizações do período, bem como os resultados dos Indicadores e Projetos Estratégicos.

### VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES E DA CARREIRA DE SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA

#### Projeto Estratégico: Ações Integradas de Saúde

O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de ações com vistas à redução da incidência das cinco principais patologias causadoras de afastamentos de magistrados e servidores, bem como das cinco patologias predominantes nos exames periódicos.

PLANEJADO PARA O PERÍODO	REALIZADO NO PERÍODO
47%	47%

Dentre as principais ações realizadas, destaca-se a realização dos exames periódicos e a inauguração do Espaço Amil Saúde, que serão detalhados durante o relatório.

O resultado dos exames periódicos irá originar o planejamento e realização de novas etapas nesse Projeto Estratégico.

### APRIMORAMENTO DA CAPACITAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

#### Projeto Estratégico: Programa de Desenvolvimento Gerencial

O projeto busca a capacitação de gestores das áreas jurisdicional e administrativa nas competências gerenciais definidas na Matriz de Competências Gerenciais do PJERJ.

PLANEJADO PARA O PERÍODO	REALIZADO NO PERÍODO
40%	40%

Durante o ano de 2019, foram realizadas 67 turmas do Programa de Formação Integral de Gestores, com 1.136 concluintes.

## APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS INSTITUCIONAIS

### Projeto Estratégico: Implementação do Novo Sistema GPES (Continuidade)

O objetivo deste projeto é elaborar um novo GPES, que é o sistema utilizado para registro das situações funcionais de magistrados, servidores e colaboradores do PJERJ.

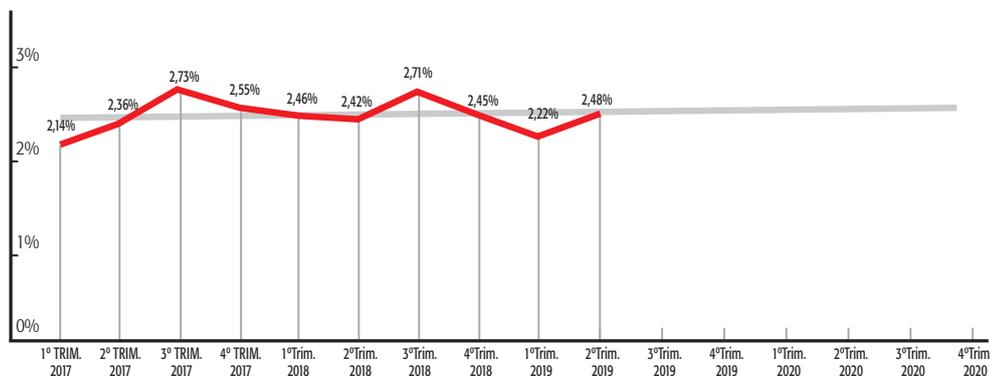
O GPES receberá os bancos de dados dos atuais sistemas (SHM, SHFTJ, SHF, UNIV, JUI e SisConciliador), que possuem tecnologia obsoleta, não permitindo a automação das atividades.

PLANEJADO PARA O PERÍODO	REALIZADO NO PERÍODO
50%	21%

Em 2019, não foi possível atingir as etapas planejadas no projeto, principalmente em razão do término do contrato da fábrica de Software e mudança parcial da equipe.

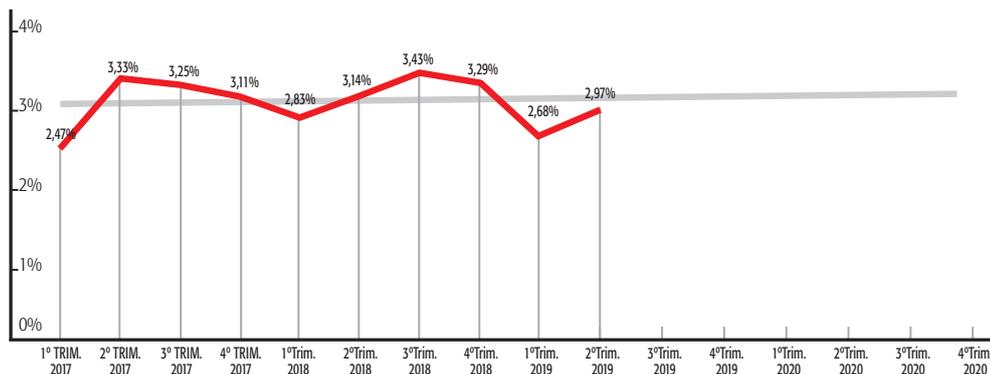
## INDICADORES DA GESTÃO DE PESSOAS

### Absenteísmo de Magistrados e Servidores (Geral)



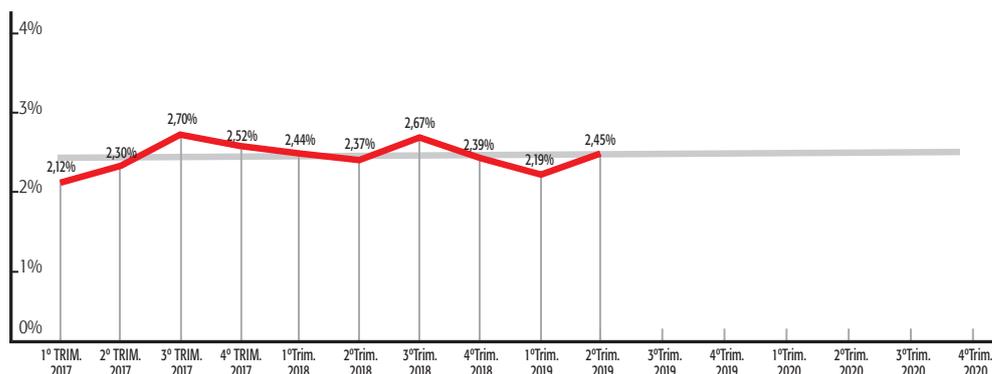
Fonte: Relatório do SDS

### Absenteísmo de Magistrados



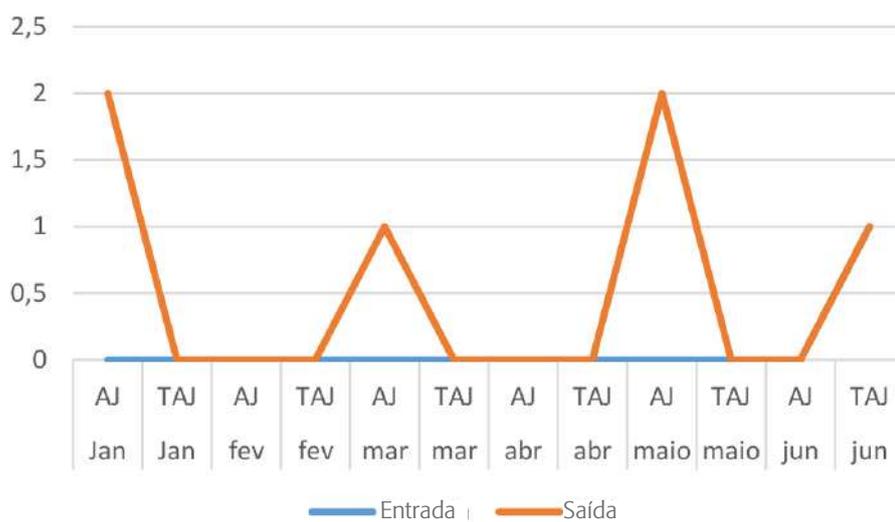
Fonte: Relatório do SDS

## Absenteísmo de Servidores

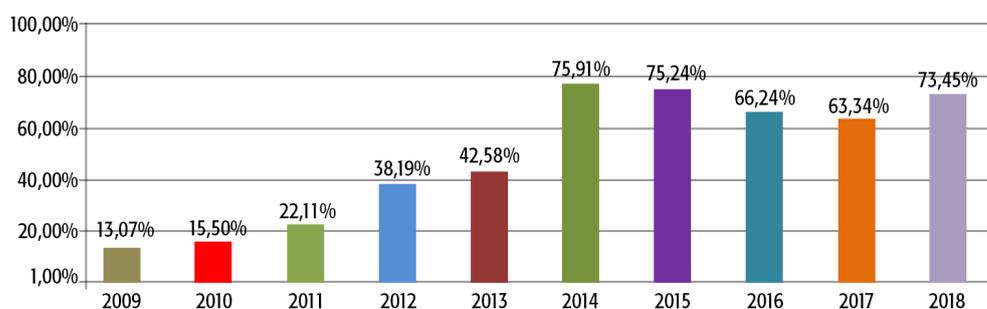


Fonte: Relatório do SDS

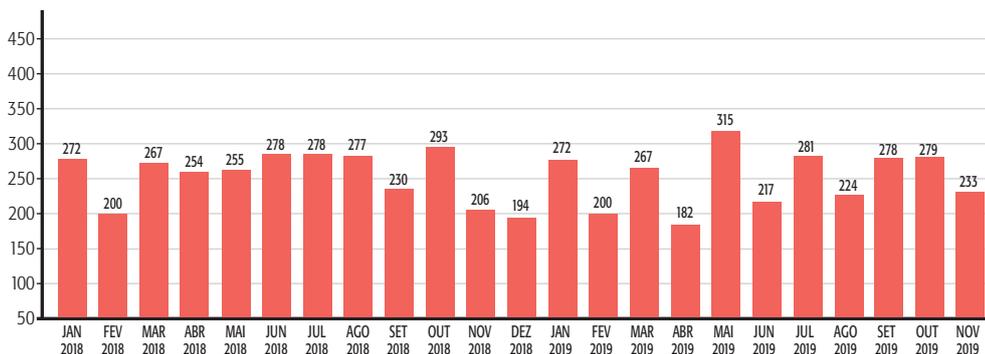
## Renovação da orça de Trabalho (Turnover)



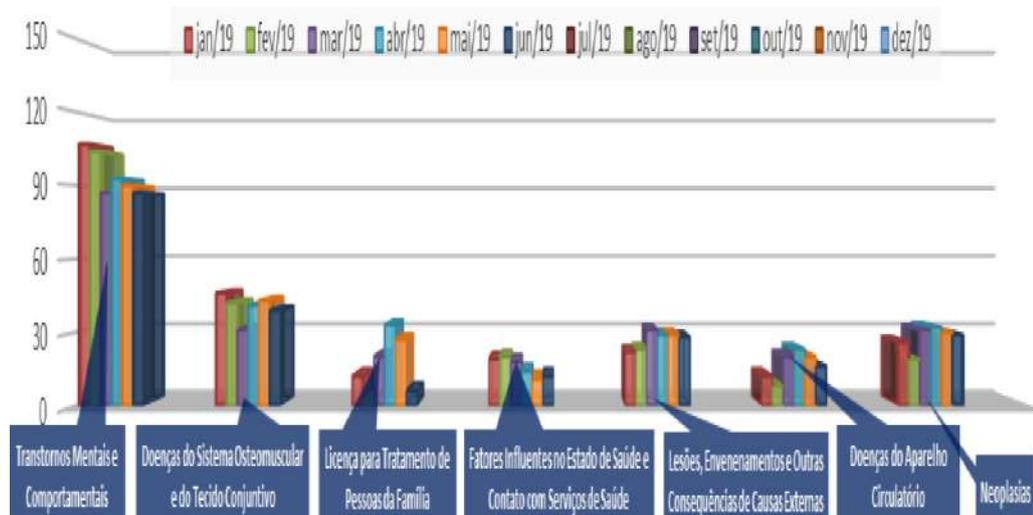
## Índice de Servidores com necessidade de Desenvolvimento de Competência Mapeada



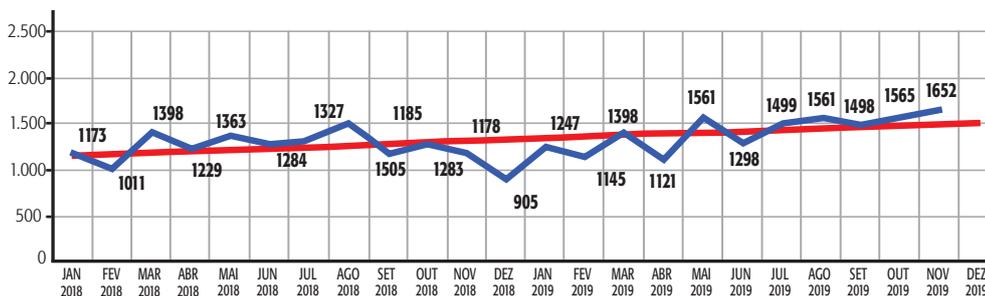
### Atendimentos Periciais



### Licenças Médicas por Tipos



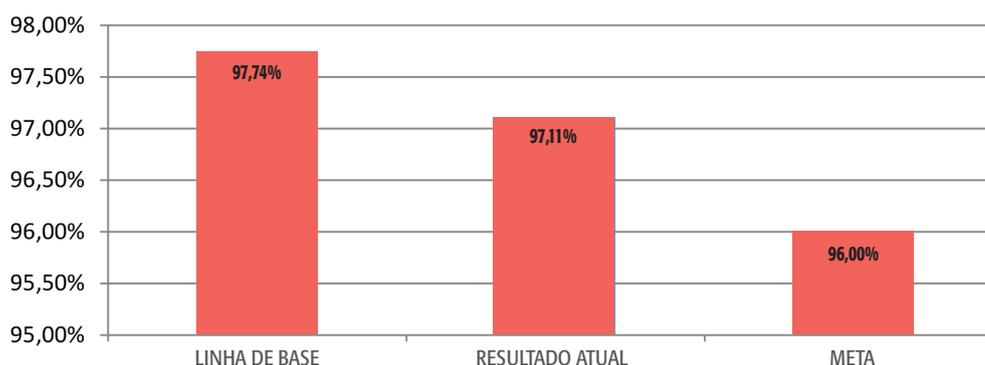
### Atendimentos DESAU



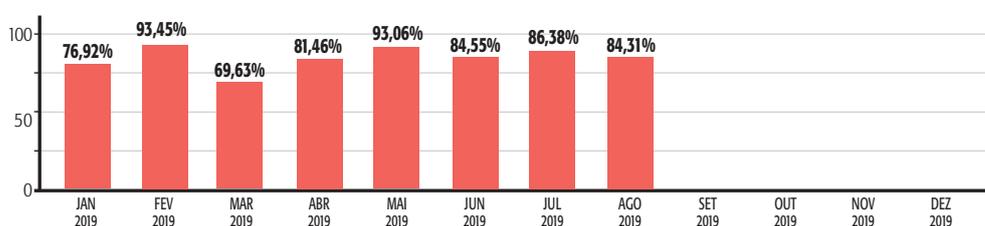
### Lotação de Servidores por Área



## Índice de Satisfação de Participantes de Ações de Capacitação



## Sinistralidade da Amil



## PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

### Promoções por Temporalidade

Com a edição da Lei Estadual nº 8.627, de 19 de novembro de 2019, os critérios de desenvolvimento funcional dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro foram alterados. Com a vigência da lei, os servidores passarão a progredir na carreira a cada dois anos, sem necessidade de aguardar vacância nos padrões superiores.

Estima-se que tal medida acelere, em média, em um terço o tempo para cada servidor alcançar o topo da carreira.

### Convocação de Servidores

Em 2019, foram publicadas oito convocações para provimento dos cargos efetivos. Conforme tabela a seguir, foram convocados 523 candidatos, tendo sido nomeados 410 desse total, conforme tabela abaixo.

CARGO	NÚMERO DE CONVOCADOS	NÚMERO DE NOMEADOS
TAJ	361	277
AJ - EXECUÇÃO DE MANDADOS	62	52
AJ - COMISSÁRIO DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO	2	1
AJ - PSICÓLOGO	54	41
AJ - ASSISTENTE SOCIAL	44	39
<b>TOTAL</b>	<b>523</b>	<b>410</b>

## AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Em 2019, a DGPEs implementou a Avaliação Especial de Desempenho (AED) para avaliação dos servidores em estágio probatório.

No primeiro semestre, o Departamento de Desenvolvimento de Pessoas promoveu, em parceria com a ESAJ, a capacitação para gestores e servidores que seriam avaliados. Além da capacitação, o DEDEP publicou Rotina Administrativa e manual de orientação para realização da AED (RAD-DGPES-075 e MAN-DGPES-075-01).

No segundo semestre, foram convocados para realizar a referida capacitação 153 (centro e cinquenta e três) gestores e 203 (duzentos e três) servidores.

Em setembro e outubro do ano corrente, foram avaliados 80 (oitenta) servidores. Esse foi o primeiro grupo de servidores do PJERJ a ser submetido à AED para aquisição da estabilidade no cargo.

## MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDORES NAS CARREIRAS

Durante o ano de 2019, foram progredidos/promovidos 4.495 servidores, dentre os quais 2.791 Analistas Judiciários e 1.704 Técnicos de Atividade Judiciária.

## PROGRAMA DE INCENTIVO À APOSENTADORIA (PIA)

Nova edição do Programa de Incentivo à Aposentadoria foi realizada, no período compreendido de maio a julho de 2019. O programa teve a adesão de 327 servidores, trazendo economia aos cofres públicos ao evitar o pagamento de verbas como triênio e abono permanência.

### Reajuste de Benefícios

- Implementação de reajustes para os benefícios de servidores, conforme tabela a seguir:

BENEFÍCIO	PERCENTUAL DE REAJUSTE	VIGÊNCIA
Auxílio-Refeição	4,9%	Maio/2019
Auxílio-Locomoção	5,88%	Janeiro/2019
Auxílio Creche/Educação	3,75%	Janeiro/2019

### Principais Realizações – Capacitação de Servidores



A ESAJ completou, em 30 de outubro de 2019, quarenta e cinco anos de existência, marcando a data com o lançamento de um selo comemorativo para ser usado em correspondências, materiais e outros documentos gerados pela escola.

### Foco no Ensino à Distância:

- Início de operação de nova plataforma de ensino à distância Moodle, gratuita, hospedada em servidor próprio do TJ, o que gerou uma economia de cerca de R\$ 400.000,00/ano, custo de contratação de plataforma proprietária;
- Início em março da vigência de contratação de profissionais especializados no desenvolvimento de cursos à distância, duas pedagogas com especialização em design educacional, um designer gráfico e um programador de internet;
- Início da utilização de metodologia híbrida de ensino, a sala de aula invertida, com parte das aulas à distância e parte presencial. Foi realizada, com uso da metodologia, uma turma de capacitação de instrutores.

### Pós-Graduação:

- Finalizado período de aulas de turma de pós-graduação em Direito Penal e Processual Penal com participação de 37 alunos, incluindo dois servidores da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Foram, pela primeira vez, ofertadas vagas para funcionários de outras instituições públicas estaduais.

### Semana do Cérebro:

- Realizado um evento – Semana do Cérebro (Evento mundial que ocorre simultaneamente em mais de 100 instituições de ensino e pesquisa), com duas palestras;

### Capacitação de Gestores:

- Realizadas 67 turmas do Programa de Formação Integral de Gestores, projeto estratégico da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas com 1.136 concluintes;

### Cursos para Colaboradores da Justiça:

- Realizada uma turma do Programa de Aperfeiçoamento em Administração Judicial, com duração de 90 horas e 47 concluintes;
- Realizadas quatro turmas de Formação de Peritos Judiciais, com duração de 30 horas por turma, com 312 concluintes;
- Realizada uma turma de Custas Processuais e GRERJ Eletrônica, voltado para advogados e contadores, com duração de 15 horas, com o total de 35 inscritos;
- Realizada uma turma de GRERJ Eletrônica de Recursos, também voltado a advogados e contadores, com duração de 9 horas e 28 concluintes;
- Gerada, com esses cursos para colaboradores da justiça listados acima, receita líquida para o Fundo Especial, descontado o pagamento de professores, de R\$ 677.806,48.
- Realizadas 10 turmas de Formação de Conciliadores, sendo cinco por videoaula, totalizando 747 concluintes;
- Realização de 20 turmas de Formação de Mediadores.

## Principais Realizações – Saúde de Magistrados e Servidores

O Departamento de Saúde realizou, ao longo do ano de 2019, as seguintes ações de promoção de saúde e educação continuada:

### Ações em parceria com a Amil:

- Campanha Preventiva de Vacinação contra a Gripe, entre os meses de abril e maio, em que cerca de 10 mil doses da vacina foram aplicadas;
- Palestras pela ESAJ, entre os meses de setembro e novembro, abordando os seguintes temas: “Prevenção do Suicídio”, “Prevenção do Câncer de Mama” e “Saúde do Homem”, com 506 participantes;



- Em comemoração ao dia do Servidor Público: palestra ministrada por Hortência Marcari, ex-jogadora de basquete, com o tema “Lições de vida: estratégia, valores e atitudes de uma campeã”, no dia 31/10/2019, com 157 participantes; e Corrida “Saúde e Bem-estar”, no dia 08/12/2019, com 150 inscritos.





- Inauguração do Espaço Amil Saúde em 27/11/2019, com programas de prevenção de doenças e promoção de saúde através de acompanhamento integral, multidisciplinar, incluindo médico de família, com previsão de 2000 atendimentos ao ano.



### Realização de Exame Médico Periódico do PJERJ:

Início do “Primeiro Exame Médico Periódico do PJERJ”, fazendo parte do projeto estratégico da DGPES; do Plano de Logística Sustentável da PJERJ (Iniciativa 3) e em atendimento à Resolução 207/2015, do CNJ. Sua primeira etapa ocorreu no período de 17/09/2019 à 17/10/2019, sendo atendidos 75 servidores dos 119 (63%) servidores elegíveis das Varas de Fazenda Pública. Juntamente com o exame médico, foi aplicado o Protocolo de Avaliação de Riscos Psicossociais no Trabalho (PROART), cujo objetivo é fazer um diagnóstico sobre o contexto de trabalho, detectando ou não a existência de sofrimento psíquico na relação entre o sujeito e o entorno laboral.



### Cultura Pró-ergonômica do PJERJ:

Em prosseguimento ao Projeto de Implantação de Cultura Pró Ergonômica no PJERJ, em março e abril, o Departamento de Saúde realizou as seguintes ações:

- Revisão e confecção de nova apostila de Fundamentos de Ergonomia
- Workshop de Formação de Instrutores – oferecido a 11 servidores, síndicos de seus respectivos Nurs, capacitando-os a ministrarem o curso “Fundamentos de Ergonomia” no Interior.
- Realização de quatro cursos de “Fundamentos de Ergonomia”

Todas as ações tiveram como foco a inclusão e ênfase na importância da Ergonomia Cognitiva e Organizacional no contexto da disseminação de boas práticas ergonômicas, ministradas pela psicóloga Amélia Cristina Alvarez.

Desde setembro, o DESAU está desenvolvendo, junto à 6ª Câmara Cível, projeto de avaliação ergonômica do trabalho. Neste sentido, objetiva-se entender como os conhecimentos de ergonomia, em conjunto com a implantação da certificação, podem contribuir com melhorias na organização do trabalho de uma Câmara, cujos processos são predominantemente eletrônicos. Para isso, representante do DESAU tem participado de reuniões do Grupo de Trabalho de secretários das Câmaras Cíveis (GTCCIV), coordenado pela DGJUR e pelo DEGEF.

# TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



## 8. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No tema da Tecnologia da Informação, buscou-se viabilizar soluções sustentáveis de tecnologia, objetivando contribuir para a celeridade, eficiência e eficácia do PJERJ.

A Administração atual do PJERJ manteve os três objetivos estratégicos vinculados ao referido tema:

1. Aprimoramento da infraestrutura e dos equipamentos de TI;
2. Aprimoramento dos sistemas institucionais;
3. Ampliação do acesso à tecnologia.

Referente ao aprimoramento da infraestrutura e dos equipamentos de TI, temos dois Projetos Estratégicos:

1. Atualização do Parque Tecnológico (continuidade);
2. Estudo para solução de contingência de infraestrutura de TIC.

No aprimoramento dos sistemas institucionais, temos quatro Projetos Estratégicos:

1. Ampliação do Processo Judicial Eletrônico (continuidade)
2. Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe (continuidade)
3. Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos
4. Implantação do Novo Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (SEI) (continuidade)

Quanto à ampliação do acesso à tecnologia observa-se que, aprimorando-se a infraestrutura e os sistemas institucionais, amplia-se o acesso à tecnologia.

Os projetos estratégicos e as atividades desenvolvidas pela Diretoria Geral de Tecnologia da Informação (DGTEC), sob coordenação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), buscam viabilizar soluções sustentáveis de tecnologia e assim contribuir para a celeridade, eficiência e eficácia da Instituição.

A seguir, seguem os resultados referentes ao ano de 2019:

### PE ATUALIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO:

Substituição em andamento dos microcomputadores nas serventias judiciais da Capital. Instalação de segundo monitor nas Varas e Juizados Criminais. Instalação do segundo monitor nas unidades administrativas para utilização do Sistema SEI. Substituição de scanners em andamento em diversas serventias judiciais. Houve cancelamento da aquisição de impressoras e alteração do valor de aquisição dos computadores para desenvolvedores. A substituição dos notebooks dos magistrados foi iniciada, conforme planejado, mas paralisada temporariamente em virtude de atraso no fornecimento,

sendo retomada em janeiro/2020. A redução de 20% da equipe DIETI/DGTEC contribuiu negativamente para o progresso das instalações. De qualquer forma, houve melhora na evolução do indicador em novembro.

### **PE NOVO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO DE USUÁRIOS AOS SISTEMAS CORPORATIVOS:**

Projeto ficou suspenso até que a nova fábrica de desenvolvimento fosse contratada a partir de outubro/2019. Paralisação foi informada à administração superior e a demanda já foi priorizada junto a nova fábrica de desenvolvimento. Nesse momento, está em fase de análise de definições do CNJ.

### **PE AMPLIAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (CONTINUIDADE):**

Foi iniciada a ampliação do Processo Eletrônico Judicial nas Varas Criminais do Estado, restando somente a Capital e a competência Infância e Juventude. Projeto aguardando definição do CGTIC quanto ao cronograma de competência Varas Criminais da Capital e Regionais e Infância e Juventude, para o ano de 2020.

### **PE IMPLANTAÇÃO DO NOVO SISTEMA DE PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – PJE (CONTINUIDADE):**

Após finalização de estudos no biênio anterior, foram iniciadas as atividades de levantamento, desenvolvimento, aquisição de recursos de infraestrutura, treinamentos, configurações de fluxo, imersão de funcionários do TJERJ no CNJ, dentre outras atividades necessárias para implantação de piloto, conforme Ato Normativo Conjunto nº 37/2019, em 09/12/2019, realizado com sucesso. A título de informação, a implantação do Piloto PJe em Maricá está se utilizando de infraestrutura em nuvem, junto ao CNJ, de maneira pioneira dentre os Tribunais.

### **PE ESTUDO PARA SOLUÇÃO DE CONTINGÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TIC:**

Devido ao envolvimento da diretoria em processos de contratação, como Switch Core, Switch de Datacenter, Switches de Acesso, Manutenção e Suporte do Appliance Web Gateway e Aquisição de Solução de Prevenção a Intrusão (IPS), além do foco na preparação da infraestrutura para implantação do PJe em Maricá (projeto piloto) – que mudou de rumo apenas na última hora para a infraestrutura do CNJ, em nuvem –, o projeto se encontra em fase de levantamento e mapeamento das soluções de mercado. Vale salientar que a mudança de estratégia do PJe (nuvem no CNJ) vai possibilitar que sejam avaliadas novas alternativas para os estudos de solução de contingência.

## PE IMPLANTAÇÃO DO NOVO SISTEMA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO (SEI) (CONTINUIDADE):

Projeto foi disponibilizado em produção a todas as Diretorias Gerais, entretanto, falta publicação do Ato Normativo que está sendo analisado e tratado no processo SEI 2019-0613053.

## APRIMORAMENTO DA INFRAESTRUTURA E DOS EQUIPAMENTOS DE TI:

A estrutura tecnológica vem sendo ampliada continuamente, com especial ênfase na ampliação do processo eletrônico, não só como medida de celeridade da prestação jurisdicional e atendimento a requisitos do Novo Código de Processo Civil, como, pode-se antever, pela futura redução dos custos de operação de prédios e de arquivo.

Dentre as ações realizadas na área de Infraestrutura, podemos destacar que foi dobrada a capacidade do link de internet, com duas operadoras distintas, além de ter sido implantado o IP público do TJRJ, o que torna as futuras trocas de provedores de acesso absolutamente transparentes. Isso ainda coloca o PJERJ em conformidade com um requisito de nivelamento da Resolução 211/CNJ.

Também foi finalizado o aumento do licenciamento do Firewall de quatro cores para 16 cores, além de upgrade de memória dos servidores HP (blade) e incremento da capacidade de armazenamento do Storage de documentos (GED).

Informações referentes ao mês de novembro de 2019, para o PJERJ em números:

**Estações de trabalho: 26.563**

**Processo eletrônico – unidades: 704**

### **Totalmente eletrônicas**

1º Grau (incluindo JE e TR): 21

2º Grau: 05

### **Híbridas**

1º Grau (incluindo JE e TR): 647

2º Grau (sem Conselho da Magistratura) 31

**Virtualização de processos: 84,90%**

**Distribuição 1ª e 2ª Instâncias: 231.710**

Processos físicos: 34.993

Processos eletrônicos: 196.717

**Acervo 1ª Instância (sem Dívida Ativa): 3.849.198**

Processos físicos: 1.443.675

Processos eletrônicos: 2.405.523

**Acervo 1ª Instância (com Dívida Ativa): 9.853.933**

Processos físicos: 4.919.236

Processos eletrônicos: 4.934.697

**Acervo 2ª Instância (sem Conselho da Magistratura): 133.967**

Processos físicos: 8.975

Processos eletrônicos: 124.992

# ORÇAMENTO E FINANÇAS



## 9. ORÇAMENTO E FINANÇAS

### APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO PJERJ

#### POLÍTICA DE AUSTERIDADE DO PODER JUDICIÁRIO:

- Despesa de Pessoal - Limite da Despesa – Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF, Plano de Incentivo à Aposentadoria (PIA) – Redução na Despesa de Pessoal (Continuidade).
- Devolução ao Poder Judiciário- Novo acordo realizado em 2017 – Empréstimo ao Governo do Estado do Rio de Janeiro de R\$ 400 milhões realizado em dezembro de 2014 e demais passivos. (Continuidade).
- Necessidade de redução de despesas; contenção de gastos, contingenciamento. (Continuidade).
- Remuneração dos Depósitos Judiciais – Fonte de Recursos 230 – Taxa Selic-base de Cálculos – Fixada em 4,5%, em dezembro de 2019.

#### GASTOS COM PESSOAL – RESPONSABILIDADE FISCAL

No ano, a despesa com pessoal (art. 18 da Lei Complementar 101/2001) apresentou uma variação de 3,20%, comparando os quadrimestres executados. O aumento na despesa do 2º quadrimestre que justifica essa variação se deu pelo pagamento do adiantamento de 50% do 13º salário (R\$ 83,6 milhões), que foi sensibilizado na folha de pagamento de pessoal de julho/2019.

Porém, é importante observar que as despesas vêm se mantendo equilibradas, visto que, ao se expurgar o pagamento extraordinário do adiantamento do 13º salário, a despesa do 2º quadrimestre apresenta uma variação de apenas 0,26% em relação à despesa do 1º quadrimestre.

Cabe ressaltar que foram tomadas medidas para manter o equilíbrio da despesa dos próximos quadrimestres, como a implementação do PIA-2019, em especial, pela reabertura do prazo para adesão ao PIA dos servidores que haviam perdido o prazo inicial de adesão ao PIA permanente. Já a Receita Corrente Líquida apresentou uma queda de 2,17%.

Esse resultado foi influenciado pela queda na arrecadação das receitas tributárias e receita patrimonial. Entretanto, no cenário anual, o resultado se encontra dentro do estabelecido como meta para o ano de 2019, que é um resultado menor que 5,70% (Limite Prudencial – parágrafo único, art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

A evolução das despesas de pessoal em relação à receita corrente líquida (RCL), foi a seguinte.

Período	(a) Receita Corrente Líquida Acumulada – R\$	(b) Despesa de Pessoal Acumulada – R\$	% de ( b ) em relação a ( a ) <sup>1</sup>
1º Quadrimestre 2019	58.457.822.582	2.840.828.514	4,86%
2º Quadrimestre 2019	57.188.773.710	2.931.834.443	5,13%
3º Quadrimestre 2019	N/D	N/D	N/D

## DEVOLUÇÃO AO PODER JUDICIÁRIO – EMPRÉSTIMO AO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DE R\$ 400 MILHÕES (DEZEMBRO/2014), E DEMAIS PASSIVOS

- Não obstante a grave crise financeira-orçamentária, o Poder Judiciário ajuizou, mediante a Ação Ordinária nº 2.173, proposta em janeiro de 2017, no Supremo Tribunal Federal (STF), que resultou no instrumento de transação com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, visando a devolução dos seguintes valores ao TJERJ: a) empréstimo realizado em 2014, no valor de R\$ 400 milhões; b) devolução de depósitos judiciais (Leis Complementares nº 147/2013 e 163/2015) e c) devolução do 13º salário/2017 – ativos e inativos, atualizados pelo UFIR-RJ. Cabe assinalar que as parcelas estão regularmente sendo quitadas pela Secretaria de Fazenda e Planejamento – ERJ, conforme cronograma de desembolso iniciado em janeiro de 2018 e com prazo final em outubro de 2021.

## GOVERNANÇA ORÇAMENTÁRIA

- O Orçamento autorizado para o exercício de 2019, Lei nº 8.271/18, foi estruturado em programas contemplando recursos específicos para a realização dos objetivos estratégicos definidos pelo Tribunal de Justiça em consonância com o Plano de Ação Governamental – Biênio 2019-2020, aprovado pela Resolução TJ/OE/RJ nº 15/2019, em conjunto com o Plano Estratégico do PJERJ. Em alinhamento, portanto, ao estabelecido pela Resolução nº 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário.

Assim sendo, a execução orçamentária do exercício 2019, está dividida em quatro unidades:

- **UO – Unidade Orçamentária – Tribunal de Justiça**, responsável pelas despesas com pessoal e encargos sociais e despesas com auxílios de magistrados e servidores. Fonte de recursos: fontes 100 e 101 (Tesouro) e fonte 230 (recursos próprios) – provenientes da remuneração dos Depósitos Judiciais:

Unidade Orçamentária - UO 03010 - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro					
EXECUÇÃO DA DESPESA - Exercício 2019					
FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
100	<b>Despesas com Pessoal</b>	3.311.961.161,00	3.311.961.161,00	2.593.813.264,81	2.593.804.135,67
	<b>Custeio</b>	174.629.534,00	174.629.534,00	103.178.376,68	103.178.376,68
	<b>Total</b>	3.486.590.695,00	3.486.590.695,00	2.696.991.641,49	2.696.982.512,35
Fonte de Recursos - FR 100 - Provenientes do Tesouro Estadual					

FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
101	<b>Despesas com Pessoal</b>	6.000.000,00	6.000.000,00	-	-
	<b>Custeio</b>	-	-	-	-
	<b>Total</b>	6.000.000,00	6.000.000,00	-	-
Fonte de Recursos - FR 101 - Provenientes do Tesouro Estadual					

FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
230	<b>Despesas com Pessoal</b>	-	-	-	-
	<b>Custeio</b>	753.934.000,00	753.934.000,00	651.843.581,52	538.077.113,57
	<b>Total</b>	753.934.000,00	753.934.000,00	651.843.581,52	538.077.113,57
Fonte: SIAFE-RIO / nov 2019					
Fonte de Recursos - FR 230 - Recursos próprios provenientes do Contrato pela Administração dos recursos relativos aos Depósitos Judiciais					

- **UO – Fundo Especial do Tribunal de Justiça**, responsável pelas despesas com custeio e investimentos do Poder Judiciário. Fonte de recursos 232 (custas, taxas judiciais e extrajudiciais etc.).

Unidade Orçamentária - UO 03610 - Fundo Especial do TJERJ					
EXECUÇÃO DA DESPESA - Exercício 2019					
FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
232	<b>Custeio</b>	767.878.000,00	777.878.000,00	733.112.171,26	598.225.275,47
	<b>Investimento</b>	118.600.000,00	108.600.000,00	41.659.718,34	34.107.740,92
	<b>Inversão</b>	100.000,00	100.000,00	-	-
	<b>Total</b>	886.578.000,00	886.578.000,00	774.771.889,60	632.333.016,39
Fonte : SIAFE-RIO / nov 2019					
Fonte de Recursos - FR 232 - Recursos próprios provenientes de Tributos					

- **UO – Fundo Especial da Escola da Magistratura (EMERJ)**, destinado às despesas com o seu funcionamento – Fonte 230 (recursos próprios):

Unidade Orçamentária - UO 03620 - Fundo Especial da Escola da Magistratura - EMERJ					
EXECUÇÃO DA DESPESA - Exercício 2019					
FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
230	<b>Custeio</b>	8.444.000,00	9.944.000,00	9.301.129,91	7.794.311,11
	<b>Investimento</b>	2.500.000,00	1.000.000,00	211.664,32	208.099,32
	<b>Total</b>	10.944.000,00	10.944.000,00	9.512.794,23	8.002.410,43
Fonte: SIAFE-RIO / nov 2019					

- **UO – Fundo de Apoio aos Registradores (FUNARPEN)**, destinado ao ressarcimento dos atos gratuitos praticados pelos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais (Lei 6.281/2012) - Fonte 230 (recursos próprios):

Unidade Orçamentária - UO 0363 - Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais - FUNARPEN					
EXECUÇÃO DA DESPESA - Exercício 2019					
FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
232	<b>Custeio</b>	50.292.000,00	50.292.000,00	45.448.895,79	38.421.020,36
	<b>Total</b>	50.292.000,00	50.292.000,00	45.448.895,79	38.421.020,36

Fonte: SIAFE-RIO / nov 2019

### DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (2016 A 2019).

A receita do Fundo Especial do Tribunal de Justiça (FETJ), Fonte de Recursos – FR 232, no ano de 2018, em comparação ao ano de 2019, obteve uma pequena majoração, não obstante a grave crise financeira que assola o Brasil, e, em especial, o Estado do Rio de Janeiro, que culminou na aderência ao Regime de Recuperação Fiscal.

UG 036100- FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FR 232								
	2016		2017		2018		2019	
RECEITAS	PREVISÃO	REALIZADA	PREVISÃO	REALIZADA	PREVISÃO	REALIZADA	PREVISÃO	REALIZADA
Correntes	812.769.045,00	793.539.349,53	879.266.379,00	1.017.487.694,10	862.533.000,00	878.425.601,16	886.578.000,00	908.278.020,13
Aplicações Financeiras	-	64.427.678,47	-	40.047.523,24	-	33.505.438,37	-	34.100.067,81
Capital	-	6.817.654,00	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>812.769.045,00</b>	<b>864.784.682,00</b>	<b>879.266.379,00</b>	<b>1.057.535.217,34</b>	<b>862.533.000,00</b>	<b>911.931.039,53</b>	<b>886.578.000,00</b>	<b>942.378.087,94</b>

Fonte : DECON- Sistema SIAFE-RIO. Dados atualizados até novembro de 2019-

No que se refere às receitas do Tribunal – Fonte de Recursos FR 230 (Recursos destinados para atender as despesas com auxílios saúde, alimentação etc.), no ano de 2016, a receita caiu 18,8%. Contudo, com a regularidade dos repasses previstos na Lei Complementar 163/2015, em setembro de 2017, tais receitas foram em parte normalizadas. No exercício de 2019, as receitas da FR 230 apresentam um cenário positivo frente ao que foi previsto. Entretanto, somente com o fechamento total do exercício financeiro de 2019 é que será possível proceder uma análise mais concisa.

UG 030100- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FR 230								
	2016		2017		2018		2019	
RECEITAS	PREVISÃO	REALIZADA	PREVISÃO	REALIZADA	PREVISÃO	REALIZADA	PREVISÃO	REALIZADA
Correntes	665.492.892,00	475.364.343,92	655.652.997,00	902.037.798,77	591.664.000,00	944.839.656,52	753.934.000,00	814.840.445,42
Aplicações Financeiras	-	81.934.560,52	-	43.942.052,91	-	43.304.165,62	-	47.692.990,93
Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>665.492.892,00</b>	<b>557.298.904,44</b>	<b>655.652.997,00</b>	<b>945.979.851,68</b>	<b>591.664.000,00</b>	<b>988.143.822,14</b>	<b>753.934.000,00</b>	<b>862.533.436,35</b>

Fonte : DECON- Sistema SIAFE-RIO. Dados atualizados até novembro de 2019-

## DAS DESPESAS A CARGO DO FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (FETJ) (FONTE 232):

A experiência construída pela Assessoria Técnica (ASTEC) na análise de economicidade, desde maio/2016, acerca dos processos de aquisição e contratações de serviços, vem se mostrando efetiva no atendimento às diretrizes da Presidência do Tribunal visando ao contingenciamento de despesas e otimização dos recursos orçamentários.

Assim, dando prosseguimento à análise dos processos sob a ótica da economicidade, permanece a atuação colaborativa em reuniões para tratativas e ajuste nas metodologias, que refletem no processamento dos órgãos demandantes e que impactam na origem da despesa, resultando em economia e otimização da tramitação processual, buscando maior aderência à realidade.

Ressalte-se que, com a edição do Ato Normativo nº 03/2019, publicado em 21/02/2019, que disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, a análise dos processos efetuada por essa assessoria, no que se refere à economicidade, foi objetivamente respaldadas no âmbito institucional.

As despesas efetuadas com os recursos do FETJ - fonte 232, de custeio e investimentos, no ano de 2019, foram inferiores aos gastos realizados no ano de 2018. Podemos inferir que a implementação da análise de economicidade prévia às contratações, bem como as ações de gestão dos contratos do PJERJ, expõe um cenário de contenção de despesas. Saliente-se, conforme já mencionado, somente com o fechamento (conforme o Sistema Oficial do Estado do Rio de Janeiro- SIAFE-RIO) do exercício financeiro do ano 2019, é que poderemos asseverar a tendência de redução das despesas.

UG 036100 - FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FR 232				
DESPESA LIQUIDADADA	2016	2017	2018	2019*
Pessoal / Encargos	-	-	-	
Correntes	855.451.355,65	692.935.744,57	749.801.968,51	598.225.275,47
Capital	72.765.123,59	90.471.488,08	64.264.068,29	34.107.740,92
<b>TOTAL</b>	<b>928.216.479,24</b>	<b>783.407.232,65</b>	<b>814.066.036,80</b>	<b>632.333.016,39</b>
*Fonte: SIAFE-RIO / nov 2019				

### DESPESAS A CARGO DA FONTE DE RECURSOS 230 (RECURSOS PRÓPRIOS):

As despesas referentes aos auxílios de magistrados e servidores (auxílios saúde, alimentação, educação etc.) têm como principal fonte de recursos do contrato Depósitos Judiciais. Não obstante a despesa liquidada no ano de 2018 ser superior ao do presente exercício financeiro, replicamos que a análise do comportamento das despesas S.M.E. deverá ser concluída quando do encerramento do exercício financeiro de 2019. De qualquer forma, o controle e o monitoramento na mencionada despesa, com base no grave quadro fiscal, deverá ser a linha mestre frente a qualquer espécie de reajuste de benefícios, condicionando esses encargos à prévia existência de lastro orçamentário e financeiro.

UG 030100 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FR 230				
DESPESA LIQUIDADA	2016	2017	2018	2019
Pessoal / Encargos	281.033.301,95	124.120.306,98	125.408.084,44	-
Correntes	542.161.364,28	659.698.890,05	599.373.790,95	538.077.113,57
Capital	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>823.194.666,23</b>	<b>783.819.197,03</b>	<b>724.781.875,39</b>	<b>538.077.113,57</b>
Fonte: SIAFE-RIO / nov 2019				

O Comparativo **Receita x Despesa** – Fontes 232 e 230, com base nos quadros 01 a 04, exhibe, no ano de 2019, um cenário claro de contenção de despesa. No entanto, reprisamos que somente com os dados de dezembro de 2019, poderemos obter o cenário pleno de contenção/redução de gastos.



## OUTRAS INICIATIVAS DE ARRECAÇÃO E INCREMENTOS DE RECEITAS

- Nos ajustes celebrados com as instituições financeiras para administração dos depósitos judiciais, o PJERJ é remunerado com base na Taxa Selic, incidente no valor mensal da Média de Saldos Diários (MSD). Ocorre que, a sucessiva diminuição do valor da Selic, que em dez/2017 chegou a 7% (Taxa Selic), implicou em novos cenários de alterações das remunerações mensais. No ano de 2019, a taxa Selic fechou no mês de dezembro em 4,5%, o menor patamar histórico. Foi o quarto corte seguido de 0,5 ponto.
- A venda da folha em 2017 (folha de pagamento de servidores e magistrados, arrecadação e pagamento de fornecedores) para o Banco Bradesco S.A., que apresentou a melhor proposta com o lance no valor total de R\$ 94.900.000,00, divididos **em cinco parcelas anuais**, sendo a primeira e a segunda recebidas em 2017 e 2018, no valor da 1ª parcela de R\$18.980.000,00. As demais parcelas serão pagas nos anos subsequentes, até 2021.
- Durante o ano de 2019, o Tribunal continuou encaminhando seus débitos a protesto extrajudicial, prática iniciada em 2016, representando um aumento constante na arrecadação dos valores recebidos através da realização da cobrança administrativa.
- No último ano, tivemos vários problemas com o sistema informatizado de cobrança, estando atualmente com uma taxa de 32% na recuperação dos valores cobrados em âmbito administrativo.

Valores recebidos através da realização da Cobrança Administrativa			
ANO	SECAE EXTRAJUDICIAL	SECOB JUDICIAL	TOTAL
2011	R\$ 852.890,40	R\$ 2.588.436,04	R\$ 3.441.326,44
2012	R\$ 989.427,40	R\$ 2.738.955,45	R\$ 3.728.382,85
2013	R\$ 812.099,37	R\$ 2.782.659,84	R\$ 3.594.759,21
2014	R\$ 1.103.061,22	R\$ 3.483.278,06	R\$ 4.586.339,28
2015	R\$ 1.204.094,12	R\$ 5.962.448,43	R\$ 7.166.542,55
2016	R\$ 1.324.334,10	R\$ 12.503.744,98	R\$ 13.828.079,08
2017	R\$ 1.447.608,95	R\$ 13.525.573,82	R\$ 14.973.182,77
2018	R\$ 2.734.345,83	R\$ 18.300.220,44	R\$ 21.034.566,27
*2019	R\$ 2.492.758,46	R\$ 24.220.572,43	R\$ 26.713.330,89
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 12.960.619,85</b>	<b>R\$ 86.105.889,49</b>	<b>R\$ 99.066.509,34</b>

Fonte: Departamento de Arrecadação- DGPCF-DEGAR-  
\*Dados atualizados até novembro de 2019.

- Visando a efetiva arrecadação dos valores de custas e taxa judiciária em processos de execução fiscal, o Tribunal utiliza atualmente quatro tipos de guias compartilhadas, quais sejam: o DARM, compartilhado com o Município do RJ; o DARJ, compartilhado com o Estado do RJ; um boleto bancário compartilhado com 45 municípios; e a GRERJ, compartilhada com seis municípios, possibilitando uma significativa recuperação de receitas para o FETJ.

RECEITAS RECUPERADAS PROVENIENTES DA EXECUÇÃO FISCAL								
	*2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	Total
<b>TOTAL</b>	<b>36.955.191,48</b>	<b>48.808.707,96</b>	<b>37.916.528,18</b>	<b>31.088.391,27</b>	<b>45.201.670,66</b>	<b>27.807.803,33</b>	<b>18.648.295,46</b>	<b>246.426.588,34</b>
Obs.: Nos totais acima, constam somente os Municípios que formalizaram Convênio de Reciprocidade com este TJERJ.								
Fonte: Departamento de Arrecadação- DGPCF-DEGAR-								
*Dados atualizados até novembro de 2019.								

- Cabe ainda informar que a Administração deu seguimento ao rito de cobrança de multas administrativas (*aplicadas em procedimentos apuratórios*). Procedimentos adotados pela Administração com vistas ao recebimento de valores devidos ao PJERJ em razão da aplicação de penalidade de multa pecuniária aplicadas aos fornecedores de bens e serviços. No exercício de 2018, os valores vertidos ao FETJ, totalizaram em R\$ 726.621,37. No ano de 2019, o ingresso dos valores de multas (compensações) foi de R\$ 348.568,17 (média mensal de R\$ 32.000,00 – exercício de 2019) no Fundo Especial do Tribunal de Justiça.

- Consolidando as Iniciativas de Arrecadação e Incrementos de Receitas, segue abaixo o quadro geral, contendo seis ações de aumento de receitas.

	Nome da Ação	Breve Descrição	Observações	2019
DGPCF/ Gabinete	1-RECEBIMENTO DE VALORES VIA PAGAMENTO MULTAS- Aplicadas em Procedimentos Apuratórios	Trata-se de Procedimento administrativo de cobrança de valores devidos ao TJERJ, referente à aplicação da Penalidade de Multa Pecuniária (Lei de Licitações e Contratos).	Observa-se, contudo, que as projeções mencionadas são baseadas no histórico de penalidades aplicadas às empresas contratadas pelo TJ. De toda sorte, as compensações são feitas mediante existência de procedimentos apuratórios e valores a serem faturados pela empresa, o que pode alterar o período projetado. A média	348.568,17
DGPCF/ DEGAR	2-ARRECADAÇÃO - Desenvolvimento da GRERJ compartilhada de dívida ativa, mediante convênio de cooperação técnica.	A GRERJ compartilhada é objeto de convênio realizado entre os Municípios e o TJ, com a finalidade de garantir celeridade e efetividade no recolhimento de custas e taxa ao FETJ, bem como promover a recuperação dos valores de tributos aos Municípios, pelas execuções distribuídas nas serventias judiciais com competência de Dívida Ativa. Atualmente, 55 Municípios possuem convênio firmado com o TJ.	Foi utilizado o índice Focus Bacen IPCA, nas projeções.	40.668.272,90
	3-COBANÇA. Protesto Extrajudicial.	São valores arrecadados, em razão de solicitação da efetivação de protesto extrajudicial, pelo Departamento de Arrecadação, diante da inércia do devedor de pagar custas e taxa, após tratativas infrutíferas realizadas em processos administrativos de cobrança.	Foi utilizado o índice Focus Bacen IPCA, nas projeções.	25.255.185,56
DGPCF	4-Ação Ordinária nº 2.173- homologado pelo STF- Estado do Rio de Janeiro- Ressarcimento de Valores ao PJERJ (Empréstimo 400 milhões- ERJ)	Valor a ser ressarcido ao TJERJ, devidamente atualizado soma o montante de R\$ 502.477.132,65 (quinhentos e dois milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, cento e trinta e dois reais e sessenta e cinco centavos) e que convertido pela UFIR-RJ da época, corresponde a 157.029.011,11 UFIR-RJ. Pagamento em 36 parcelas mensais de 4.361.917 UFIR-RJ. O valor da terceira parcela, com vencimento para dia 15/01/2019, é de R\$14.922.554,16	TOTAL = R\$ 502.477.132,65- Conversão em UFIR	179.070.649,92
DGPCF	5-Mandado de Segurança nº 34.483- RJ-e o valor total utilizado para pagamento da folha de 13º salário de 2018 .	Total de R\$229.049.713,67 (duzentos e vinte e nove milhões, quarenta e nove mil, setecentos e treze reais e sessenta e sete centavos) que serão divididos em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas. UFIR 2019 = 66.952.066,20 UFIR-RJ	TOTAL R\$ 229.049.713,67- Conversão em UFIR	209.962.237,54
DGPCF	6-Licitação VENDA DA FOLHA- Banco Bradesco S/A	PJERJ instaurou o PREGÃO, objetivando a contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários (folha de pagamento de servidores e magistrados, arrecadação e pagamento de fornecedores). O Banco Bradesco foi o vencedor, no valor total de R\$ 94.900.000,00, divididos em cinco parcelas anuais, sendo a primeira recebida em 2017, no valor de R\$18.980.000,00, a segunda parcela em 2018 e as demais parcelas serão pagas nos anos subsequentes, de 2019 até 2021, distribuindo assim os recursos para os próximos gestores deste Poder.	TOTAL = R\$ 94.900.000,00,	18.980.000,00

## MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL E OUTROS RESULTADOS

- O projeto estratégico da DGPCF tem como norte a integração das ações de planejamento, controle e execução orçamentária, financeira e contábil. Após o devido mapeamento dos processos de trabalho e demais fases inerentes a um projeto estratégico, existe a percepção clara de aprimorar a Governança Financeira e Orçamentária do PJERJ. Em 29 de janeiro de 2019, foi iniciada a execução do projeto estratégico da DGPCF, tendo como unidade interveniente a DGTEC, visando a implantação do Sistema de Gestão Fiscal – DGPCF, GRP – Government Resource Planning, que consiste em um sistema de gestão integrado envolvendo orçamento, planejamento, economicidade, contabilidade, financeiro, bem como o Sistema de Custos. Dividido em módulos, o projeto já se encontra em fase de implantação do Planejamento Estratégico (PGP) e do Plano de Ação Governamental (PAG). Em novembro de 2019, os técnicos da DGPCF, DEGEP e os RD e RAS (representante da Direção) foram treinados para a utilização da nova ferramenta, prevista para ser implantada em janeiro de 2020.
- No mês de dezembro/2019, a DGPCF foi auditada (NBR ISO 9001), na qualidade de Unidade de Apoio às unidades certificadas do PJERJ. Foram auditados os processos de trabalho da Assessoria de Planejamento e Orçamento (ASPLO). O mencionado relatório da auditoria, ainda em finalização, confirmou a expertise da unidade no controle eficaz e eficiente nas suas respectivas atribuições, bem como a consequente minimização dos riscos. Cabe acrescentar que os processos de trabalho da ASPLO estão contemplados em grande parte no Sistema GRP, Módulo Orçamento e Planejamento. O primeiro módulo vai entrar em atividade em janeiro de 2020.
- Tais medidas, em conjunto com a implementação de ações de austeridade e contenção de despesas, ao longo do ano de 2019, possibilitaram a existência de disponibilidade financeira das fontes 230 (TJERJ) e 232 (FETJ) no montante abaixo descrito. Cabe acrescentar que os dados são parciais, portanto, sujeitos a novas alterações, tendo em vista que o exercício financeiro de 2019 deverá ser encerrado somente no início de janeiro de 2020 pelo Sistema Oficial do Estado do Rio de Janeiro (SIAFE-RIO).

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS-PJERJ			
FONTES DE RECURSOS: 232 E 230	DISPONIBILIDADE TOTAL 2017 -R\$	DISPONIBILIDADE TOTAL 2018-R\$	DISPONIBILIDADE TOTAL 2019-R\$
<b>DESCRIÇÃO</b>			
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>181.549,53</b>	<b>2.323.920,87</b>	<b>237.280,50</b>
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>930.923.446,53</b>	<b>1.173.642.299,97</b>	<b>1.755.283.510,45</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa - Intra</b>	<b>100.382,54</b>	<b>291.077,84</b>	<b>105.097,71</b>
<b>Total</b>	<b>931.205.378,60</b>	<b>1.176.257.298,68</b>	<b>1.755.625.888,66</b>
<b>Variação percentual anual 2017-2019:</b>		<b>26%</b>	<b>49%</b>
<i>FONTE: SIAFE-RIO- Nov/2019.</i>			
<i>Nota: Foram expurgados os montantes referentes às contas de depósitos judiciais, uma vez que se referem a recursos exclusivos de Terceiros, sendo certo, portanto, que não pertencem ao PJERJ</i>			
<i>Nota 2: O grupo de contas "Caixa e Equivalentes de Caixa Intra" corresponde a valores do Poder Judiciário alocados na Conta Única do Tesouro Estadual, em razão do Convênio da Dívida Ativa</i>			

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS						
	FONTE 232			FONTE 230		
DESCRIÇÃO	2017	2018	2019	2017	2018	*2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	180.968,17	552.122,23	15.160,33	581,36	1.771.798,64	222.120,17
Aplicações Financeiras	521.746.672,44	516.284.768,90	787.778.783,62	409.176.774,09	657.357.531,07	967.504.726,83
Caixa e Equivalentes de Caixa	100.382,54	291.077,84	105.097,71	-	-	-
<b>Total</b>	<b>522.028.023,15</b>	<b>517.127.968,97</b>	<b>787.899.041,66</b>	<b>409.177.355,45</b>	<b>659.129.329,71</b>	<b>967.726.847,00</b>

FONTE: SIAFE-RIO- nov/2019.

Nota: Foram expurgados os montantes referentes às contas de depósitos judiciais, uma vez que se referem a recursos exclusivos de Terceiros, sendo certo, portanto, que não pertencem ao Poder Judiciário.

Nota 2: O grupo de contas "Caixa e Equivalentes de Caixa Intra" corresponde a valores do Poder Judiciário alocados na Conta Única do Tesouro Estadual, em razão do Convênio da Dívida Ativa

## RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO DE CUSTOS (RAC)

- Ressaltamos que o Relatório de Acompanhamento de Custos está com as informações paralisadas desde julho/2017 face à interrupção do atendimento da Informática ao Sistema de Custos. Entretanto, o novo Sistema de Gestão Fiscal – DGPCF, GRP – *Government Resource Planning*, contempla um Sistema de Custos, substituindo assim, em médio prazo, o Sistema de Custos-RAC da DGPCF.

## NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA (NAI)

O Núcleo de Auditoria Interna (NAI) é unidade vinculada diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça e integra o Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário Fluminense, estruturado internamente por meio do Ato Normativo TJ nº 04/2018 e previsto nos artigos 70 e seguintes da Constituição Federal, bem como nos artigos 122 e 129 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro.

A atuação da Auditoria Interna pode ser definida como atividade formal, documentada, independente e objetiva de avaliação (*assurance*) e de consultoria, realizada a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e aprimorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança, tendo por objetivo adicionar valor e melhorar as operações do PJERJ, com foco no futuro (ações preventivas), sem prejuízo da legalidade.

A mencionada avaliação consiste no exame objetivo da evidência obtida pelo auditor com o propósito de fornecer opinião ou conclusões independentes a respeito de operação, função, processo, projeto, sistema, processos de governança, gerenciamento de riscos, controles internos administrativos ou outro ponto relevante, podendo incluir trabalhos de auditoria financeira, operacional, de desempenho, de conformidade e de segurança de sistemas.

A consultoria, por sua vez, pode ser definida como atividade de aconselhamento, treinamento e serviços relacionados, sem que o fato caracterize exame de caso concreto, cuja natureza e escopo são acordados com o solicitante e se destinam a adicionar valor e aperfeiçoar processos de governança, de gestão, de gerenciamento de riscos e de controles internos administrativos,

sem que o auditor interno assuma responsabilidade atrelada à gestão. Essa atividade não se confunde com as de assessoramento jurídico, que competem à Assessoria Jurídica.

Destarte, o NAI elabora o planejamento de suas ações considerando critérios de materialidade, risco, relevância e criticidade, além de solicitações oriundas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ). O planejamento é registrado, aprovado pelo Presidente do TJERJ e franqueado ao público através de dois principais documentos: o Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), que tem abrangência quadrienal, e o Plano Anual de Auditoria (PAA), elaborado a cada exercício.

### **Aprimoramento das Políticas de Controle Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ)**

O Núcleo de Auditoria Interna desenvolve suas atividades através da utilização dos seguintes métodos e abordagens: auditoria interna (conformidade ou operacional); inspeção administrativa; levantamento; vistoria; monitoramento; consultoria e avaliação de gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional.

Essas ações são definidas e planejadas através da observação dos critérios de materialidade, relevância, criticidade e risco, levando-se em consideração, ainda, a força de trabalho disponível e as Ações Coordenadas pelo CNJ, e resultam em um Plano Anual de Auditoria, submetido à aprovação do Presidente do Tribunal de Justiça.

## **RESULTADOS ESTRATÉGICOS**

### **Aprimoramento das Políticas de Controle Interno**

O NAI atuou, de forma pedagógica, junto às unidades executoras do Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ), através da capacitação, na Escola de Administração Judiciária (Esaj), dos gestores e fiscais das parcerias e ajustes firmados entre as Organizações Sociais Civas (OSC) e o Tribunal de Justiça, regidas pela Lei Federal nº 13.019/14 e pela Deliberação TCE-RJ nº 278/17 em relação ao Anexo IX.

Foi ofertado também, na Esaj, por este NAI, curso de capacitação abordando noções de Controle Interno na Administração deste Tribunal aos servidores efetivos.

Por fim, foram expedidos informativos, através de correio eletrônico, endereçados aos servidores e aos órgãos vinculados à unidade gestora deste Tribunal de Justiça apresentando a nova estrutura do NAI e esclarecimentos sobre o conceito de Controle Interno.

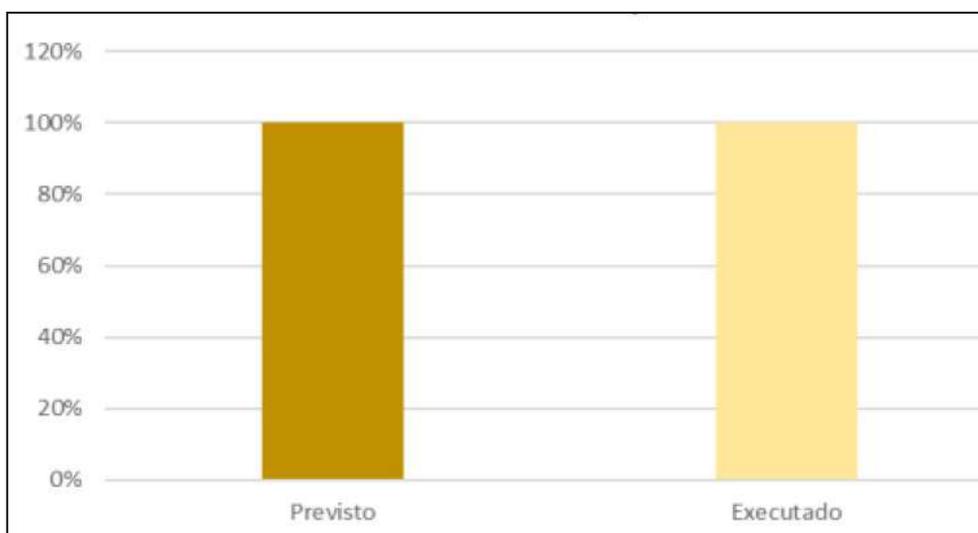
### **Execução do Plano Anual de Auditoria**

Objetivo: demonstrar a execução do PAA aprovado pela Presidência do PJERJ.

No PAA de 2019, atualizado e publicado no Diário Oficial Eletrônico (DJERJ), em 29 de novembro de 2019, foram previstas 16 (dezesesseis) ações/atividades para cada divisão específica, sendo essas ações/atividades divididas em quatro auditorias de conformidade, duas ações/atividades de consultoria, uma ação/atividade de monitoramento, duas auditorias coordenadas pelo CNJ, uma auditoria operacional, três vistorias, uma auditoria de gestão e dois levantamentos.

Cumpra informar que algumas ações/atividades são executadas sob demanda contínua pelo NAI, como, por exemplo, as ações de monitoramento e acompanhamento da gestão. Por tal motivo, apesar de serem computadas no PAA como uma única ação/atividade, sua quantificação, ao final, se dará de acordo com o volume de trabalhos realizados.

### Previsto X Execução



### Grau de Relevância de Decisões Preliminares do Tribunal de Contas do Estado (TCE)

Objetivo: classificar as diligências externas do TCE-RJ segundo o grau de relevância para a Administração do TJERJ.

Relevância: BAIXA – pedido de documentos/informações, sem qualquer indicativo quanto à possível não conformidade do ato; MÉDIA – quando presente algum indicativo de não conformidade do ato; ALTA – quando apontada pelo TCE alguma inconformidade e quando se tratar de decisão pela Notificação ou Citação.

### Grau de Relevância de Decisões Preliminares do TCE-RJ período de 01/01 a 04/12/2019

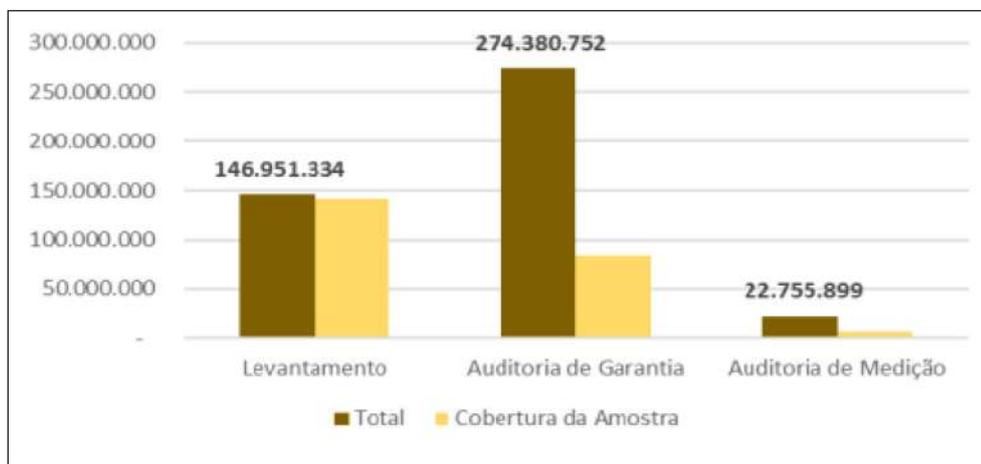


## Análise das Ações de Controle na Execução de Obras e Serviços de Engenharia

Objetivo: demonstrar o alcance das análises realizadas em ações de controle sobre os contratos de obras e serviços de engenharia.

No exercício de 2019, o NAI elaborou levantamento nos três contratos mais expressivos do PJERJ, e realizou auditoria de garantia nos fóruns de Nilópolis e Angra dos Reis e auditoria de medição em um contrato de Niterói.

### Ações de Controle na Execução de Obras e Serviços de Engenharia

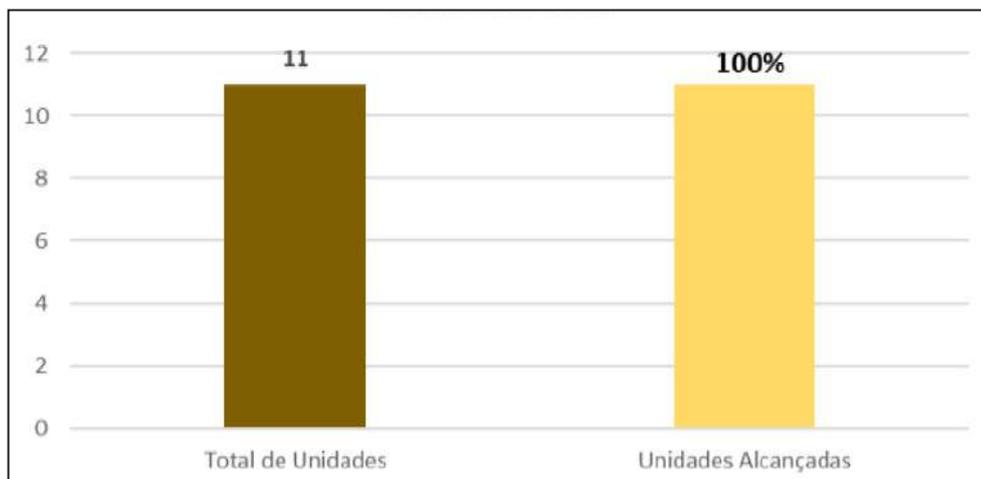


## Alcance das Ações de Controle na Área Administrativa

Objetivo: demonstrar quantas diretorias-gerais tiveram seus processos de trabalho impactados pelas atividades/ações de controle.

Considerando as ações previstas no PAA, atualizado e publicado no DJERJ de 29 de novembro de 2019, bem como o cumprimento integral do projeto estratégico, as ações de controle do NAI alcançaram 100% das diretorias-gerais do PJERJ.

### Alcance das Ações de Controle na Área Administrativa



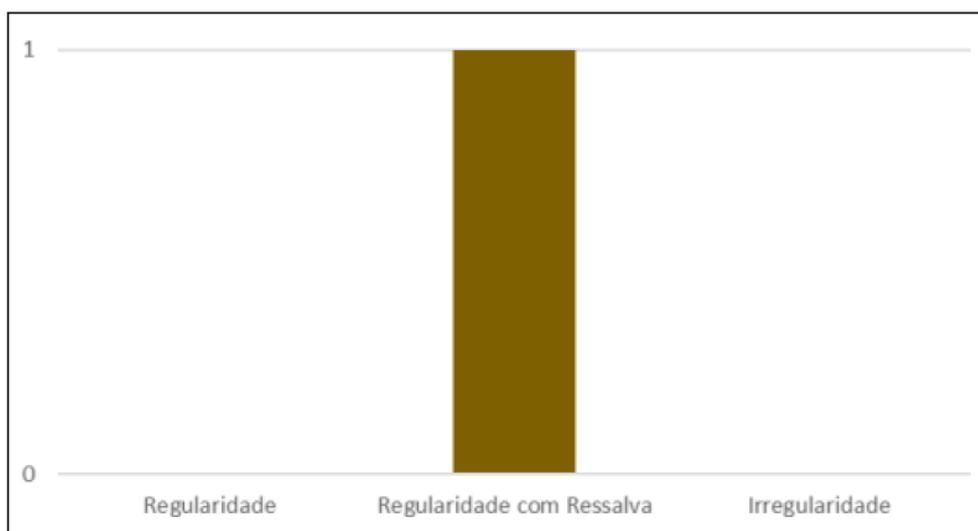
## Prestações de Contas Encaminhadas ao TCE-RJ

Objetivo: demonstrar o resultado das análises das prestações de contas anual de gestão (PCAs) das unidades gestoras do PJERJ, Fundo Especial do Tribunal de Justiça (FETJ), Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro (FUNARPEN), Fundo Especial da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (FEEMERJ), do responsável por bens patrimoniais do PJERJ, dos responsáveis por bens em almoxarifado do PJERJ e FEEMERJ, dos tesoureiros das unidades gestoras do PJERJ, FETJ, FUNARPEN e FEEMERJ.

O NAI, em atendimento ao disposto na Deliberação TCE-RJ nº 278/17 c/c Portaria SGE nº 03/18, encaminhou à Corte de Contas, no exercício de 2019, um processo de PCA referente ao término do exercício financeiro de 2018, que se encontra com a seguinte tramitação na Corte de Contas:

*PROC TJ Nº 2019-085133: ORDENADOR DE DESPESA TJERJ. REGULARIDADE DAS CONTAS COM RESSALVA. Em tramitação no TCE-RJ (103826-7/19).*

### PCA TJERJ



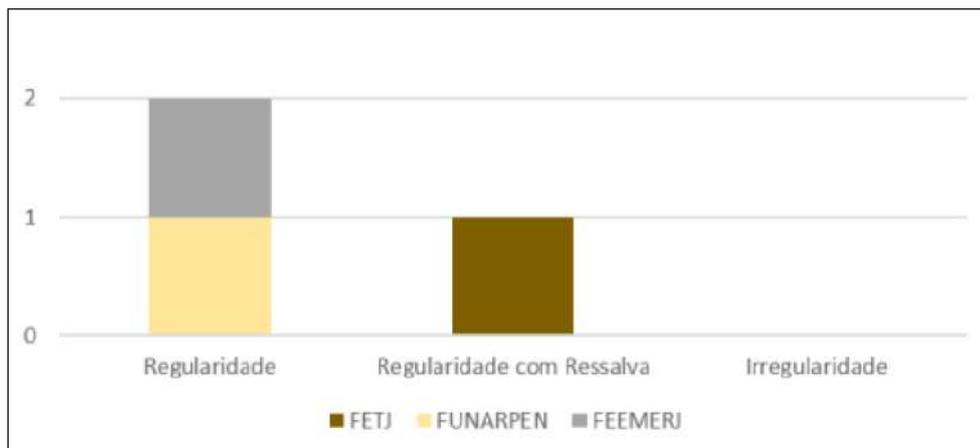
Foram providenciadas as análises das PCAs dos demais Fundos Especiais que permanecerão arquivadas no PJERJ, neste NAI, à disposição do TCE-RJ pelo prazo de cinco anos, conforme dispõe o artigo 8º da Deliberação TCE-RJ nº 278/17. Ao todo, foram avaliados três processos referentes ao término de exercício financeiro de 2018:

*PROC TJ Nº 2019-63663: GESTORES DO FEMERJ. REGULARIDADE DAS CONTAS;*

*PROC TJ Nº 2019-083722: GESTORES DO FUNARPEN. REGULARIDADE DAS CONTAS;*

*PROC TJ Nº 2019-089234: GESTORES DO FETJ. REGULARIDADE DAS CONTAS COM RESSALVAS.*

## PCAs FETJ, FUNARPEN E FEEMERJ



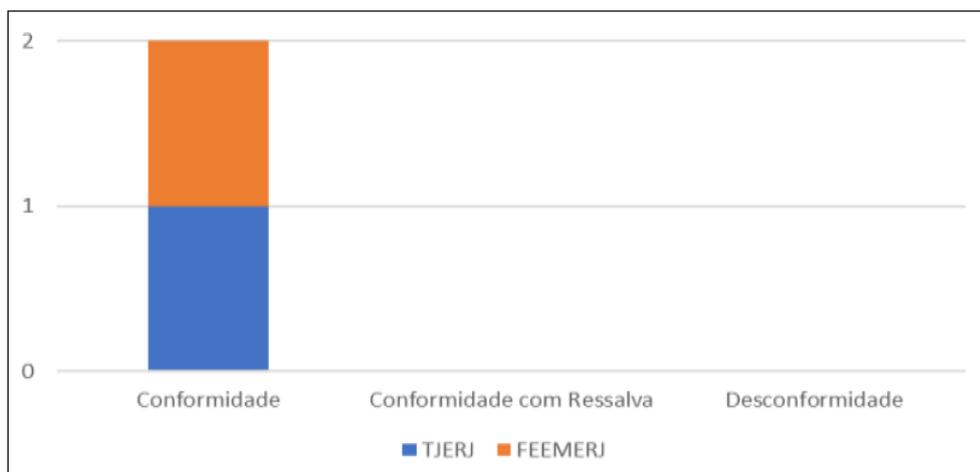
Também foram providenciadas as análises da Relação de Documentos referente aos Bens em Almoarifado e Permanentes. Os referidos processos permanecerão arquivados na Unidade Organizacional Responsável por sua elaboração e ficarão à disposição do TCE-RJ pelo prazo de cinco anos. Ao todo foram analisados três processos referentes ao término de exercício financeiro de 2018:

*PROC TJ Nº 2019-063339: RESPONSÁVEL POR BENS EM ALMOXARIFADO DO FEMERJ. CONFORMIDADE com o anexo VIII da Del. TCE/RJ nº 278/2017;*

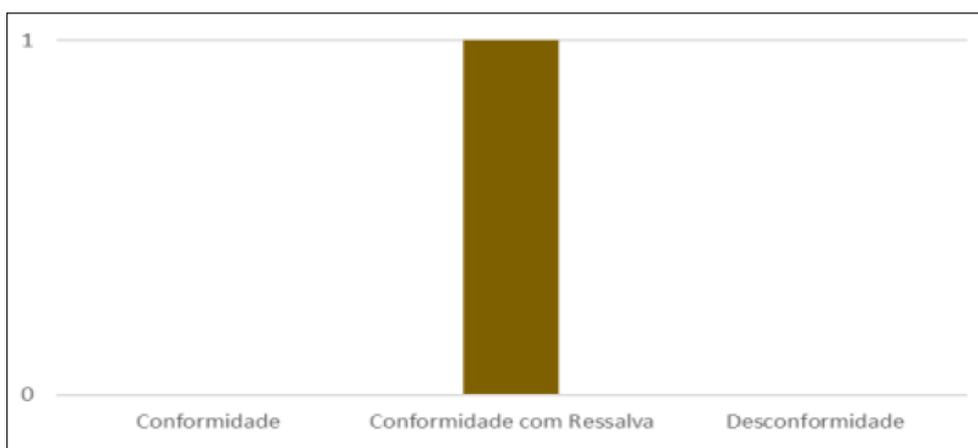
*PROC TJ Nº 2019-080624: RESPONSÁVEL POR BENS EM ALMOXARIFADO TJERJ. CONFORMIDADE com o anexo VIII da Del. TCE/RJ nº 278/2017;*

*PROC TJ Nº 2019-080693: RESPONSÁVEL POR BENS PATRIMONIAIS DO TJERJ. CONFORMIDADE COM RESSALVAS com o anexo VIII da Del. TCE/RJ nº 278/2017.*

## Bens em Almoarifado TJERJ e FEEMERJ



### Bens Patrimoniais TJERJ



Na mesma ótica, quatro processos foram analisados com a Relação de Documentos referente à Tesouraria relativos ao término de exercício financeiro de 2018. Os referidos processos permanecerão arquivados na Unidade Organizacional Responsável por sua elaboração à disposição do TCE-RJ pelo prazo de cinco anos. São eles:

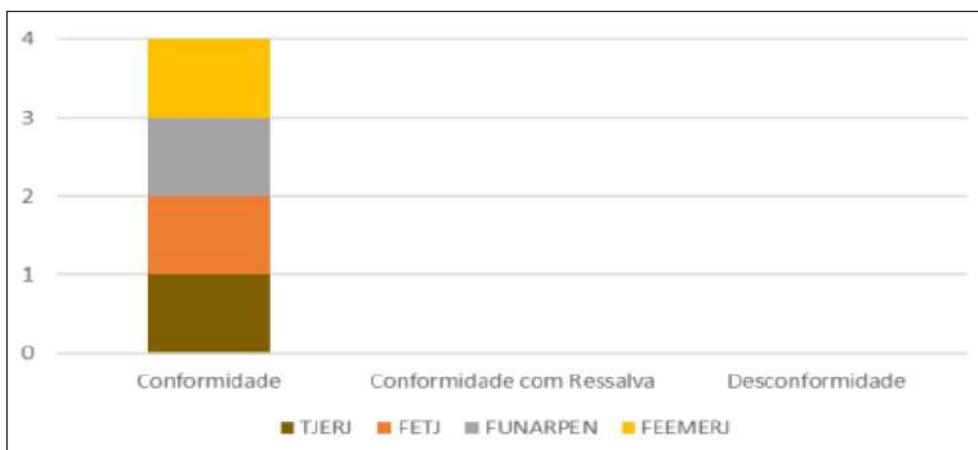
*PROC TJ Nº 2019-081394: TESOUREIRO DO TJERJ. CONFORMIDADE com o anexo VIII da Del. TCE/RJ nº 278/2017;*

*PROC TJ Nº 2019-081392: TESOUREIRO DO FETJ. CONFORMIDADE com o anexo VIII da Del. TCE/RJ nº 278/2017;*

*PROC TJ Nº 2019-063662: TESOUREIRO DO FEMERJ. CONFORMIDADE com o anexo VIII da Del. TCE/RJ nº 278/2017;*

*PROC TJ Nº 2019-081396: TESOUREIRO DO FUNARPEN. CONFORMIDADE com o anexo VIII da Del. TCE/RJ nº 278/2017.*

### Tesoureiro TJERJ, FETJ, FUNARPEN e FEMERJ



## AUDITORIAS

No ano de 2019, foram realizadas as ações previstas no PAA elaborado no exercício anterior, correspondentes aos seguintes trabalhos:

### DIAOP

Processo administrativo TJ nº 2019.001498: Auditoria para verificar achados identificados pelo CNJ em processos de contratação durante a inspeção realizada neste PJERJ em 2017 (processos de inexigibilidade de licitação sem instrução, processos de reajuste sem aditivo e processos de pagamento sem atesto). Essa ação foi realizada com base em seleção amostral de processos do mesmo tipo dos três indicados pelo CNJ. Após uma detida análise do respectivo material, por parte da equipe de auditoria, foram formuladas propostas referentes a achados identificados e a uma oportunidade de melhoria em processos de trabalho, as quais restaram totalmente acolhidas pela Alta Administração;

Processo administrativo TJ nº 2019.0610598: Auditoria Coordenada do CNJ para avaliação da gestão documental. Essa ação tomou como base o programa de trabalho elaborado e dois questionários elaborados pelo CNJ enviados a todos os Tribunais. Foram enviadas ao CNJ as respostas aos dois questionários e formulada proposta referente a um achado identificado, a qual foi acolhida pela Alta Administração.

Processo administrativo TJ nº 2019.017112: Vistoria de garantia da construção do Fórum de Nilópolis entregue no prazo planejado e com todas as propostas de encaminhamento acolhidas pela Alta Administração;

Processo administrativo TJ nº 2019-0600620: Vistoria de Medição na Obra de Substituição das Esquadrias do Prédio das Secretarias do Fórum de Niterói também entregue no prazo e com todas as propostas de encaminhamento acolhidas pela Alta Administração;

Processo administrativo TJ nº 2019-0602068: Levantamento para conhecer os controles internos do PJERJ aplicados aos contratos de serviços de manutenção de engenharia entregue no prazo planejado e com todas as propostas de encaminhamento acolhidas pela Alta Administração;

Processo administrativo TJ nº 2019-0616878: Vistoria de Garantia da Construção do Fórum da Comarca de Angra dos Reis, entregue conforme prazo planejado, mas com as propostas de encaminhamento ainda pendentes de apreciação pela Alta Administração.

### DIAUF (ANTIGA DIAUC)

Processo administrativo TJ nº 2019-004362: Levantamento para conhecer os controles exercidos nos processos de prestação de contas das parcerias e dos convênios com repasse de verbas pelo PJERJ, envolvendo os serviços de Auditoria de Contas e de Auditoria de Conformidade e Inspeção, subordinados à Divisão de Auditoria de Conformidade e Contas, concluído em janeiro de 2019;

Processo administrativo TJ nº 2019-206268: Levantamento para conhecer os controles internos da Gestão Patrimonial e da Gestão Contábil dos bens imóveis do PJERJ. Processo iniciado pela DIAUC e concluído pela DIAUF, em virtude da transformação da Divisão de Auditoria de Contas (DIAUC) em Divisão de Auditoria de Finanças (DIAUF). Essa ação buscou conhecer os controles internos da Gestão Patrimonial e da Gestão Contábil pertinentes aos bens imóveis do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, bem como a estrutura tecnológica e de pessoal para administrar o referido patrimônio, objetivando apresentar uma análise acerca do funcionamento, estrutura e segurança dos controles internos relacionados à gestão patrimonial e contábil, buscando, portanto, identificar as fragilidades existentes e em que nível afetam a aderência às normas e aos procedimentos das áreas executoras, indicando as ações necessárias para aperfeiçoar os processos de trabalho.

### DIMON E ANTIGA DICAC

Processo administrativo TJ nº 2019-074038: Auditoria Coordenada pelo CNJ de Avaliação Contábil, Financeira, Orçamentária, Patrimonial e Operacional, realizada em parceria com o DIMON/SEMOA e o DICAC/SECAC, visando analisar os demonstrativos da execução orçamentária e financeira com foco em quatro temas específicos: Controles de Execução Orçamentária; Transparência; Responsabilidade Institucional e Alinhamento Estratégico.

### MONITORAMENTOS

#### DIMON

Monitoramento de 16 processos de auditoria/prestação de contas anual de gestão abaixo relacionados, com o encaminhamento de 12 relatórios de monitoramento ao Presidente do PJERJ e implementação de 31,25% das Determinações Presidenciais neles elencadas (52% das Determinações Presidenciais encontram-se em fase de implementação e 16,67% destas não foram implementadas pelas unidades auditadas).

Processo administrativo TJ nº 2015-50969: Auditoria de Avaliação de Controles Internos da Fiscalização de Contratos de Prestação de Serviços – PJERJ;

Processo administrativo TJ nº 2016-40007: Vistoria Técnica de garantia da construção do Fórum Regional da Leopoldina;

Processo administrativo TJ nº 2017-126422: Levantamento da Gestão do Plano de Saúde dos Servidores;

Processo administrativo TJ nº 2018-27388: Ação Coordenada de auditoria do CNJ – Levantamento de informações para avaliação de conteúdos estabelecidos para governança, gestão, riscos e controle de TIC;

Processo administrativo TJ nº 2018-91187: Prestação de Contas Anual de Gestão – PJERJ – Exercício 2017;

Processo administrativo TJ nº 2018-55931: Prestação de Contas Anual de Gestão – FETJ – Exercício 2017;

Processo administrativo TJ nº 2018-19339: Vistoria Técnica da Garantia da Construção do Prédio do Fórum da Comarca de Teresópolis;

Processo administrativo TJ nº 2018-146319: Vistoria de medição da obra de complementação da construção do prédio de Iguaba Grande;

Processo administrativo TJ nº 2018-193778: Vistoria de Garantia da Construção do Fórum Regional de Alcântara;

Processo administrativo TJ nº 2018-149302: Auditoria dos procedimentos de concessão de diárias;

Processo administrativo TJ nº 2019-17112: Vistoria Técnica de Garantia da Construção do Fórum Regional de Nilópolis;

Processo administrativo TJ nº 2017-44948: Vistoria Técnica de Garantia da Construção do Fórum Regional de Campo Grande;

Processo administrativo TJ nº 2018-120495: Levantamento para Conhecer os Controles Existentes no PJERJ sobre o Mecanismo de Distribuição de Processos Judiciais de 1ª e 2ª Instâncias;

Processo administrativo TJ nº 2019-600620 – Vistoria de Medição do Prédio das Secretarias de Niterói;

Processo administrativo TJ nº 2017-045799 – Levantamento – Fluxo de Informação e Comunicação referente às Cessões e às Permissões de Uso – DGPCF, DGLOG e DGTEC;

Processo administrativo TJ nº 2011-260432 – Relatório de Auditoria na Gestão Patrimonial do PJERJ.

## ACOMPANHAMENTOS

### DIAGE

Avaliação do RGF do 1º e 2º quadrimestres de 2019 (artigo 55, inciso I, alínea “a”, da LC nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal).

## OUTRAS INICIATIVAS RELEVANTES

### NAI

Reestruturação orgânica do NAI: criação do Gabinete do NAI, extinção da divisão de Capacitação e Controle Administrativo (DICAC), criação da Divisão de Acompanhamento e Conformidade da Gestão (DIAGE) e transformação da Divisão de Auditoria de Conformidade e Contas (DIAUC) na Divisão de Auditoria de Finanças (DIAUF) visando melhor atendimento às demandas institucionais.

## DIAUF (ANTIGA DIAUC)

Relatório com a finalidade de fornecer ao TCE-RJ informações sobre o andamento do processo de implementação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com base na Portaria STN nº 548/15, junto às unidades executoras do Sistema de Controle Interno do PJERJ;

Avaliações de bens não localizados: processos administrativos TJ nº 2014-107095 – 4ª Vara Criminal da Capital; nº 2015-040760 – DEGSEI/DESEP/CISPJ; nº 2016-132608 – 1ª Vara Cível de Alcântara – São Gonçalo; nº 2016-165903 – Juizado Especial Adjunto Cível/Criminal PAT. – Varre-Sai / Natividade; nº 2016-179520 – 1ª Vara de Família de Macaé; nº 2016-180403 – Diretoria Fórum de Saquarema; nº 2016-211340 – DGTEC – Divisão de redes; nº 2017-037393 – Diretoria Fórum Angra dos Reis; nº 2017-082300 – 1ª Vara Cível da Comarca de Resende; nº 2017-084450 – CGJ / Gabinete do Corregedor – Geral; nº 2017-146693 – XXI Juizado Especial Cível; nº 2017-163717 – Direção Fórum Niterói; nº 2018-012857 – X Juizado Especial Cível da Leopoldina; nº 2018-028168 – 3ª Vara da Infância, Juventude e Idoso Madureira; nº 2018-098261 – 10ª Vara de Família da Capital; nº 2018-101321 – 5ª Vara de Fazenda Pública da Capital; nº 2018-102200 – EMERJ/Departamento de Administração;

Avaliação de processos de veículos sinistrados: processo administrativo TJ nº 2016-110008, em que se verificou a existência de diferença a ser paga pela Porto Seguro Cia de Seguros Gerais ao PJERJ, em virtude do contrato referente ao processo administrativo TJ nº 2015-114663, onde, através de esforços administrativos junto às unidades técnicas, foi efetivada a recomposição do erário do FETJ pela referida Seguradora, no valor de R\$ 10.768,80.

## DITEC

Parecer acerca da documentação apresentada pelo CIEE, que encaminhou espécie de simulação de prestação de contas, relativa aos meses de setembro e outubro de 2016 (Processo administrativo TJ nº 2016.200245);

Parecer acerca da análise sobre as respostas apresentadas pelo TCE-RJ à consulta formulada pelo PJERJ (esclarecimentos relacionados à aplicação da Lei Federal nº 13.019/14). Processo administrativo TJ nº 2018-063892;

Parecer sobre regramentos de Controles Internos implementados nas contratações referentes à Tecnologia da Informação deste PJERJ, posteriores aos ajustes objeto das exigências emanadas do TCERJ (Processo administrativo TJ nº 2018-234595);

Autuação do processo administrativo TJ nº 2019-027666, a fim de registrar os credenciamentos efetuados, pela DITEC, do Presidente deste PJERJ, nos sistemas e-TCE e SICODI, bem como do Diretor-Geral da EMERJ, no sistema e-TCE, tendo em vista a nova gestão administrativa desta Corte de Justiça (biênio 2019-2020);

Análise sobre a aplicação, em outros Tribunais, do procedimento de retenção das provisões de encargos trabalhistas em conta vinculada (similar ao disposto na Resolução 169/13 CNJ), às parcerias celebradas com Organizações da Sociedade Civil;

Deflagração do processo administrativo TJ nº 2019.0602680, no sistema SEI, acerca do cumprimento determinado no Ofício TCE/RJ nº 652 - GAP/SGE, que solicitou o preenchimento, no sistema e-TCE, das informações requeridas no âmbito de Auditoria de Levantamento com o objetivo de obter informações sobre obras públicas paralisadas nesta Corte de Justiça (Termo de Solicitação de Informações e Documentos nº 01/TJ-RJ/FISC. 235/2019);

Participação na reunião de encerramento, na Presidência do PJERJ, acerca da implementação da Resolução CNJ nº 169/13 no âmbito desta Corte de Justiça (GT – Ato Executivo 141/18);

Autuação do processo SEI nº 2019-0604863 para atender às exigências do TCE-RJ referente à Auditoria Governamental, com a finalidade de verificar as medidas executadas pelo Governador Estadual decorrentes do Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal; e Atualização da RAD-NAI003, com vigor a partir de 20/05/2019;

Confecção de minuta de Ato alterador, modificando o Ato Executivo TJ 06/18, que trata das parcerias no âmbito deste PJERJ (Processo 2018-063892);

Análise sobre a possibilidade da realização, em outros Tribunais, de convênios com Organizações da Sociedade Civil ou da contratação por meio de chamamento público e suas respectivas repercussões;

Participação em quatro reuniões, na Presidência do PJERJ, para tratar de assuntos referentes à implantação de um Plano de Governança e Código de Ética do PJERJ;

Participação em reunião, na Presidência do PJERJ, acerca da implementação de Ato Normativo regulamentando o sistema SEI no âmbito desta Corte de Justiça, após o encaminhamento de sugestões, por meio do processo SEI 2019-0613053.

## CONCLUSÃO

Os trabalhos de auditoria realizados tiveram como objetivo a apresentação de oportunidades de melhoria e/ou achados, além da atuação na atividade pedagógica e de consultoria, buscando o fortalecimento do ambiente de controle institucional e a padronização dos procedimentos das unidades técnicas em atenção às normas vigentes.

# **ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA**



## 10. ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA

A infraestrutura material para a prestação de serviços à população é provida pela atuação conjunta de diversos setores administrativos do Tribunal, especializados no fornecimento de materiais e serviços, obras e segurança.

A Diretoria Geral de Logística (DGLOG) – que tem como missão prover e gerenciar de forma integrada, eficiente e eficaz os recursos de logística para que as unidades organizacionais do PJERJ realizem a prestação jurisdicional – vem, por meio da Resolução TJ/OE nº 11/2018, que alterou a Resolução TJ/OE nº 01/2017, procedendo ajustes em sua estrutura de cargos, que passou a ser composta de: Gabinete (DGLOG/GBLOG), Assessoria Técnica (DGLOG/ASLOG), Assessoria Jurídica (DGLOG/ASJUR), Órgãos Julgadores de Licitação (DGLOG/OJULI) e mais sete departamentos: Departamento de Contratos e Atos Negociais (DECAN), Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes (DELFA), Departamento de Infraestrutura Operacional (DEIOP), Departamento de Patrimônio e Material (DEPAM), Departamento de Transportes (DETRA), Departamento de Engenharia (DEENG) e Departamento de Execução de Contratos de Prestação de Serviços (DECOP). Ressalte-se que o Serviço de Programação e Produção Gráfica voltou a ser subordinado ao DEPAM, passando a integrar a estrutura da DGLOG.

O tema é tratado, igualmente, pela dimensão da sustentabilidade, que, no Tribunal, cumprindo o disposto na Resolução CNJ nº 201/2015, foi organizada e planejada no Plano de Logística Sustentável (PLS). Os objetivos do PLS, formulados no âmbito da Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade (COSUS), foram desenvolvidos, em grande parte, pelas áreas de engenharia e logística do Tribunal.

Apresentam-se, inicialmente, os projetos e respectivos resultados e também as demais iniciativas referentes à infraestrutura predial, logística e de segurança.

### INFRAESTRUTURA PREDIAL COMO MECANISMO DE EFETIVIDADE JURISDICIONAL

#### Projeto Estratégico: Plano de Obras (continuidade)

O Projeto envolve as seguintes obras:

- Substituição do forro e adequação das instalações do Salão Nobre;
- Reforma das fachadas e substituição das esquadrias do prédio das Secretarias da Comarca de Niterói;
- Reforma e recuperação de fachada e marquise do Fórum da Comarca de Volta Redonda;
- Readequação do Centro Administrativo do PJERJ (CONAB);
- Reforma para modernização do sistema de ar-condicionado do Fórum da Comarca de Cabo Frio;
- Videoconferência e Central de Mandados do Complexo Prisional de Gericinó – Bangu;

- Reforma do sistema da Estação de Tratamento de Esgoto do Fórum da Comarca de Barra Mansa;
- Recuperação da fachada do prédio do Fórum de Teresópolis;
- Gradeamento de janelas e portas do 1º pavimento do Fórum de Nova Friburgo;
- Construção de castelo d'água e reforma do telhado do Fórum de Itatiaia;
- Reforma do muro de contenção na frente do Fórum de Santo Antônio de Pádua;
- Reforma do muro de contenção do Fórum de Três Rios;
- Reparo e complementação do SPDA do Complexo do Fórum Central;
- Substituição de forro e piso, com adequações, do Órgão Especial / Foyer / Corredor Presidência / Salas Sessão Cíveis / Juizes Auxiliares da Presidência e Mezanino Presidência;
- Videoconferência do Complexo Prisional de Japeri;
- Videoconferência do Complexo Prisional de Magé;
- Projeto de saneamento para atender à COSA e para ajustar a construção do fórum de Rio das Ostras;
- Acesso auditórios EMERJ. Reforma hall de acesso térreo e substituição de dois elevadores/máquinas/sistemas;
- Praça dos Expedicionários – execução reforço estrutural das entrelajes com projeto de combate a incêndio;
- Padronização da Segurança Institucional e Acessibilidade – 4º NUR. Readequação todos os prédios;
- Readequação parcial do 6º pavimento para as serventias 11ª, 17ª e 12ª Varas de Fazenda Pública.

## APRIMORAMENTO E MONITORAMENTO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO

### Prestação de serviços de engenharia especializada

- Manutenção, conservação e instalação de sistemas fixos de proteção e combate a incêndio do PJERJ, incluindo a manutenção preventiva, corretiva e análise dos sistemas instalados nas edificações – Serviço iniciado em 02/07/2019, gerenciado e fiscalizado pela Divisão de Manutenção.
- Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio – Região Oceânica – Projeto em planejamento.
- Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio - Ilha do Governador – Projeto em planejamento.

## Obras em Planejamento

### **Recuperação da Fachada do Prédio do Fórum da Comarca de Teresópolis**

Considerando o risco de queda das pedras de granito Branco Itaúnas, inseridas nas fachadas do prédio e que já apresentam fissuras e desgastes, tendo em vista o fato que uma pedra já se desprende colocando em risco serventuários, magistrados e transeuntes do entorno da edificação. O presente projeto tem por objetivo a substituição de todo o granito Branco Itaúnas inserido, e mesmo o granito instalado com massa na marquise por textura branca com regularização das superfícies de aplicação.

Valor inicial planejado de R\$ 600.000,00 e área total da obra de 2.054,11m<sup>2</sup>.

### **Reforma do Muro de Contenção do Fórum da Comarca de Três Rios**

Projeto para execução de muro de contenção por risco eminente de desmoronamento de terra.

Valor inicial planejado de R\$ 360.000,00 e área total da obra de 86,55m<sup>2</sup>.

### **Reforma do Muro de Contenção na Frente do Fórum da Comarca de Santo Antônio de Pádua**

Projeto para reconstrução de muro de contenção por risco de desabamento, tendo devido à queda de uma árvore, o que ocasionou danos estruturais no muro. Após a remoção da árvore, o muro foi escorado (por segurança) até a execução da obra.

Valor inicial planejado de R\$ 360.000,00 e área total da obra de 82,69m<sup>2</sup>.

### **Construção de Castelo D'água e Reforma do Telhado do Fórum da Comarca de Itatiaia**

Projeto para construção de castelo d'água definitivo, uma vez que a atual caixa d'água está provisoriamente em andaimes. Por sua vez, verificou-se a possibilidade de atender à solicitação de segurança e agregar a escada independente para o acesso ao Tribunal do Júri garantindo o seguro deslocamento dos presos no Fórum.

Valor inicial planejado de R\$ 305.000,00 e área total da obra de 413,10m<sup>2</sup>.

### **Videoconferência do Complexo Prisional de Japeri**

O projeto de construção visa criar o Núcleo de Videoconferências de Japeri, que será executado na Casa de Custódia de Japeri na antiga área da Oficina de Pipas. O projeto vem da necessidade de criação do Centro Integrado de Videoconferência, com uma estrutura de duas salas de videoconferência que comportem o maior número de réus simultaneamente, uma sala técnica, uma sala para a Defensoria Pública, uma sala da guarda, e carceragem composta por três celas para que os réus aguardem pela videoconferência, aumentando a segurança e a celeridade do processo.

Valor inicial planejado de R\$ 2.000.000,00 e área total da obra de 252,85m<sup>2</sup>.

### **Videoconferência do Complexo Prisional de Magé**

O projeto de construção visa criar o Núcleo de Videoconferências de Magé, que será executado na Cadeia Pública Romeiro Neto, na área ocupada pelo depósito de lixo. O projeto vem da necessidade de criação do Centro Integrado de Videoconferência, com uma estrutura de duas salas de videoconferência que comportem o maior número de réus simultaneamente, uma sala técnica, uma sala para a Defensoria Pública, uma

sala da guarda e carceragem composta por três celas para que os réus aguardem pela videoconferência, aumentando a segurança e a celeridade do processo.

Valor inicial planejado de R\$ 2.000.000,00 e área total da obra de 282,47m<sup>2</sup>.

**Substituição de Forro e Piso com Adequações: Órgão Especial /  
Foyer / Corredor Presidência / Salas Sessão Cíveis /  
Juizes Auxiliares da Presidência e Mezanino Presidência**

O projeto trata da continuidade do processo de renovação das áreas internas do Fórum Central, a reforma do Órgão Especial, no 10º andar da Lâmina Central, e contempla a substituição do forro do Hall dos Elevadores, em conformidade com o que foi executado durante as obras de readequação para o Hall dos Elevadores dos outros pavimentos.

Nas áreas do Órgão Especial, estão previstas a substituição do forro de madeira e piso em carpete do Foyer. Para o Plenário, substituição do piso de carpete e revestimentos de parede bem como substituição de forro, limpeza e restauração da estrutura decorativa de alumínio do teto com novo projeto de iluminação. Ambos os ambientes descritos anteriormente do Órgão Especial sofreram infestações por cupins, conforme laudo elaborado por empresa especializada, fato determinante na substituição dos sistemas afetados.

Nas áreas de circulação adjacentes ao Órgão Especial, estão previstos limpeza e polimento dos pisos em granito e paredes em mármore, bem como substituição do forro por nova composição, com projeto de iluminação específico. Para a Sala VIP está prevista a substituição de dutos e equipamentos de ar-condicionado com recomposição do teto de gesso existente e substituição do piso em carpete por piso vinílico. Está sendo remanejado o conjunto de quadros dos presidentes do TJ de dentro do Foyer para a área de circulação de acesso à Presidência, local que passará a ser denominado Galeria dos Presidentes.

Buscando atender às solicitações de substituição do piso de carpete motivadas por problemas respiratórios decorrentes da presença do mesmo, haverá a substituição dos carpetes nas Salas de Sessão, na Lâmina III e nas áreas do DEPRE, DGCOM, Circulação, Secretaria Juizes Auxiliares da Presidência, Sala de Reunião e no 11º pavimento da Lâmina I por piso vinílico.

Todo o projeto está dotado de melhorias tecnológicas que visam eficiência, economicidade, conforto, acessibilidade e sustentabilidade, tanto em suas instalações prediais, como no projeto arquitetônico.

Valor inicial planejado de R\$ 10.655.459,00 e área total da obra de 3.184,66m<sup>2</sup>.

**Readequação Parcial do 6º Pavimento para a 11ª, a 17ª  
e a 12ª Varas de Fazenda Pública**

O projeto tem por objeto o cumprimento da Resolução do Órgão Especial que criou por desmembramento a 17ª Vara de Fazenda Pública para que fosse possível dividir o acervo volumoso da 11ª Vara de Fazenda Pública por classe processual e, como consequência, a divisão de espaços físicos, servidores e estagiários.

Para atender tal demanda, faz-se necessário as adequações dos espaços a serem utilizados no 6º pavimento, onde nortearam o princípio basilar do desenvolvimento desse projeto, além da necessidade de modernização e manutenção corretiva, visando trazer conforto e segurança aos usuários.

Inclui-se nesse projeto a padronização da 12ª Vara de Fazenda Pública e a padronização do espaço do III Juizado Especial de Fazenda Pública, contígua a 11ª Vara de Fazenda Pública existente.

Previstas a instalação de pisos elevados com criação de rampas em granito para vencer os desníveis, divisórias, substituição de forro e luminárias bem com a substituição de dutos e equipamentos de ar-condicionado.

Na área do III Juizado Especial Fazendário, será mantido o piso existente devido à padronização dos demais Juizados Especiais no pavimento.

Para viabilizar o projeto de padronização das serventias do 6º pavimento, será necessário o prévio esvaziamento das áreas em etapas com remanejamento inicial dos serviços e serventias (Procuradoria do Estado, III Juizado Especial de Fazenda Pública, 11ª Vara de Fazenda Pública) para viabilizar o remanejamento provisório total da 12ª Vara de Fazenda Pública na área utilizada anteriormente por aquelas serventias, viabilizando a desocupação na área da atual 12ª Vara de Fazenda Pública para início da execução da obra. Todas as obras de remanejamento serão de responsabilidade do PJERJ.

Todo o projeto está dotado de melhorias tecnológicas que visam eficiência, economicidade, conforto, acessibilidade e sustentabilidade.

Valor inicial planejado de R\$ 7.000.000,00 e área total da obra de 2.647,14m².

#### **Padronização de Segurança Institucional e Acessibilidade – 4º NUR**

##### **Readequação de todos os Prédios**

Criação de cronograma para os trabalhos a serem conduzidos no 4º NUR em termos de Segurança Institucional e Acessibilidade para atender ao item correspondente no Cronograma Obras TJERJ 2019-2023.

Execução de check-list de todas as edificações do 4º NUR.

Apresentação de Projeto Básico dos Fóruns de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti.

Valor inicial planejado de R\$ 2.500.000,00.

##### **Reparo e Complementação do SPDA do Complexo do Fórum Central**

Riscos de segurança decorrente dos problemas relativos ao Sistema de Proteção contra Descarga Atmosférica do Fórum Central da Comarca da Capital.

A obra traz como benefício maior segurança para todos que transitam diariamente pelo Fórum Central (magistrados, servidores, jurisdicionados, funcionários e população em geral), e também para os equipamentos eletroeletrônicos.

Valor inicial planejado de R\$ 3.703.000.

##### **Projeto de Saneamento para Atender a “COSA” e para Ajustar a Construção do Fórum da Comarca de Rio das Ostras**

Existência de pendências no âmbito de saneamento e na complementação da obra do Fórum de Rio das Ostras.

A obra traz como benefício a solução dos problemas de saneamento e complementação das obras do Fórum da Comarca de Rio das Ostras.

Valor inicial planejado de R\$ 1.500.000,00.

### **Praça dos Expedicionários – Execução de Reforço Estrutural das Entre Lajes com Projeto de Combate a Incêndio**

Necessidade de melhorias no reforço estrutural, término dos gotejamentos pelo teto, melhorias nas instalações da garagem e na implantação de Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio.

O resultado da obra traz segurança estrutural das entre lajes da praça, fim dos gotejamentos pelo teto, instalações mais condizentes e segurança com a implantação de Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio na garagem.

Valor inicial planejado de R\$ 2.000.000,00.

### **Obras em Andamento**

#### **Readequação do Centro Administrativo do TJERJ (Conab)**

A obra de Readequação do Centro Administrativo do TJERJ (CONAB) atingiu 29,62% de execução até novembro/2019.

Obra de adequação das áreas devolvidas ao PJERJ, pelo município, para instalação da DGTEC, e ajustes nas áreas já ocupadas pelo TJERJ. Os espaços foram readequados ao padrão do Centro Administrativo do TJERJ.

Todos os pavimentos do Centro Administrativo sofrerão intervenção: térreo, mezanino, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º pavimentos e cobertura.

O projeto contempla as instalações e a readequação das redes de lógica e elétrica e do sistema de climatização, além da substituição de todo o cabeamento e a revisão da infraestrutura do sistema de detecção de incêndio e a revisão do sistema de SPDA, a pintura das áreas de circulação nos pavimentos, escadas e áreas que foram devolvidas ao TJERJ, execução de piso elevado, forro removível, paredes drywall e divisórias.



*Execução de pintura das fachadas principal, lateral da Baía de Guanabara e Boulevard*



*Execução de forro removível em fibra mineral, piso elevado, instalações elétricas e especiais e sistema de climatização nas áreas novas*

Em razão da importância histórica e patrimonial do prédio – com a preocupação de que o mesmo não perca suas propriedades originais, tendo em vista que o Prédio em questão é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) e pertence ao Corredor Cultural, renovação urbana pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) –, o TJERJ teve a preocupação de manter a volumetria e as características das fachadas do prédio inalteradas.

### **Reforma para Modernização do Sistema de Ar-Condicionado do Fórum da Comarca de Cabo Frio**



*Fundação da sala do operador, casa de bombas e sala de quadros*



*Vista superior da estrutura da nova central de água gelada*

Obra com prazo inicial de 210 dias, com memorando de início em 11/03/2019. Após prorrogações de prazo necessárias à completa execução do escopo da obra, esta teve o prazo de conclusão previsto para 10/12/2019.

Foi escopo da obra a desativação do sistema de climatização efetuado através de gás e a implantação de um novo sistema com dois chillers elétricos.

Para tanto, foi construída uma central de água gelada no térreo da edificação onde, além dos dois referidos equipamentos encontram-se as motobombas, a sala para operador e a sala de quadros.

Também houve intervenção na subestação transformadora de energia, com a substituição dos transformadores, acréscimo de quadros elétricos e de banco de capacitores e exaustores, necessários ao funcionamento do novo sistema de climatização.

Foram retirados os equipamentos a gás então instalados na cobertura e realizada nova impermeabilização da área.



*Novos Chillers instalados*



*Bombas com isolamento na central e água gelada*



*Íçamento com guindaste para retirada dos equipamentos substituídos na cobertura*

## Obras Concluídas

### **Substituição do Forro e Adequação das Instalações do Salão Nobre**

A obra começou em 16/10/2018, com valor inicial do contrato de R\$ 927.850,00.

Terminou em 03/01/2019, com valor final do contrato de R\$ 946.459,31.

Substituição do forro do Salão Nobre com material menos suscetível à infestação de vetores e pragas, que viabiliza visitas ao entreferro e manutenção das instalações prediais ali presentes (iluminação, ar condicionado, proteção contra incêndio etc).

O material, em ripas de MDF perfurado, foi utilizado no forro, com alta resistência à umidade e ao fogo. Tem desempenho de absorção acústica e, ao mesmo tempo, possui a nobreza pertinente ao espaço, onde são realizadas reuniões, palestras e recepções, com a substituição dos difusores do ar-condicionado no teto.

Os dois lustres foram restaurados por profissional do ramo, com troca do sistema de iluminação para fonte LED. Também novas instalações de luminárias LED integradas substituíram os refletores e trilhos existentes no local.

Foi substituído o rodapé de madeira, suscetível à infestação de vetores e pragas, por material em poliestireno reciclado na cor ébano. Também foram substituídos os



*Antes*

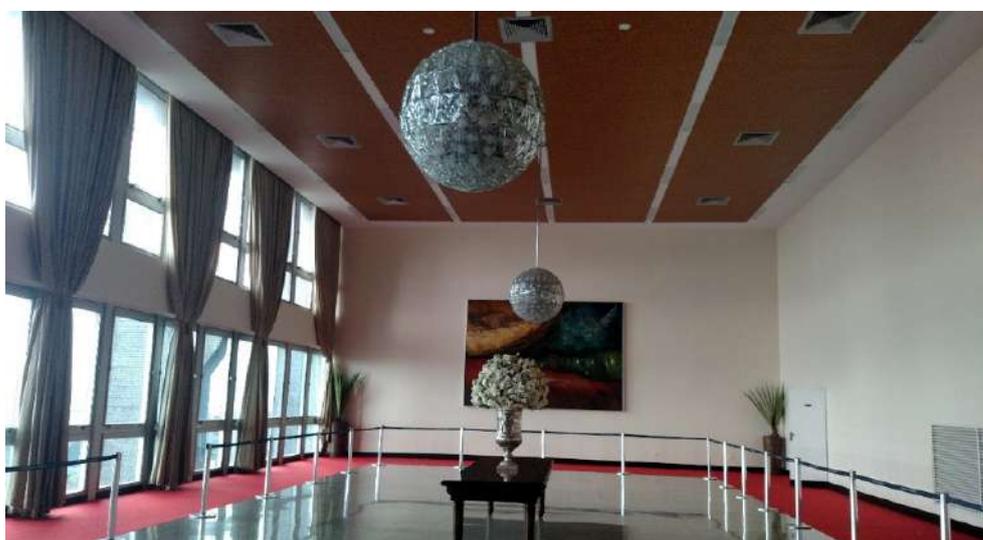
*Polimento do piso em granito*

revestimentos das portas de acesso ao Salão Nobre e de conexão com o Gabinete da Presidência, assim como instalação de painel a esconder a porta do Gabinete do Juiz Auxiliar.

Foi executado polimento do piso em granito, tendo em vista que o mesmo se encontrava sem brilho devido ao tempo de uso e à própria poeira da obra que entranhou no veio da pedra, mesmo com a proteção existente da placa de Madeirit e plástico preto.



*Entrada principal do Salão Nobre*



*Substituição do forro e restauro dos lustres do Salão Nobre*

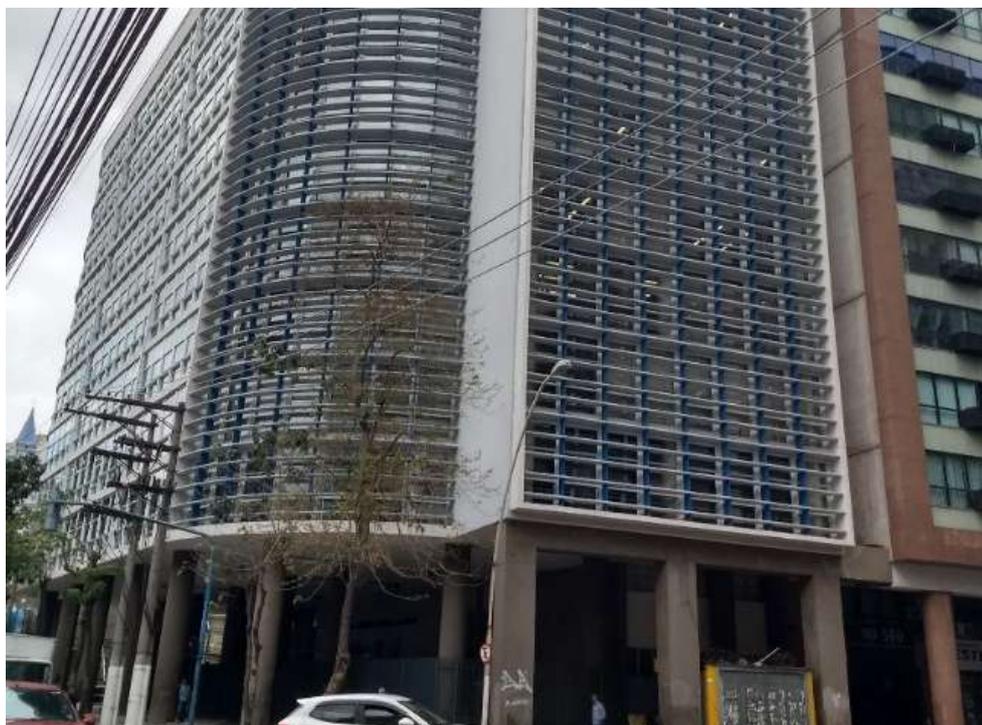
### **Reforma das Fachadas e Substituição das Esquadrias do Prédio das Secretarias da Comarca de Niterói**

A obra começou em 14/05/2018, com valor inicial do contrato de R\$ 6.221.343,73.

Terminou em 24/09/2019, com valor final do contrato de R\$ 5.990.913,18.

Em seu escopo a obra de reforma da fachada em edificações está inserida na Área de Preservação do Ambiente Urbano (APAU), estabelecida pelo Plano Diretor de Niterói, sendo tutelada, a nível municipal, pelo DePAC (Departamento de Preservação do

Patrimônio Cultural), e, a nível estadual, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), através do processo nº E-18/000.164/89. A obra transcorreu com a edificação em funcionamento e teve como serviço principal a substituição das esquadrias de madeira, que estavam degradadas, por novas em alumínio e a recuperação dos brises horizontais e verticais, sempre respeitando e mantendo as características plásticas da fachada.



*Fachada do Prédio das Secretarias (Antes)*



*Foto durante a obra de substituição das esquadrias*

Por se tratar de edificação preservada, a obra contou com algumas peculiaridades, como a obrigatoriedade de aprovações da esquadria junto ao Inepac, e, devido a isso, houve dificuldades na celeridade dessas aprovações das esquadrias e vidros; a necessidade da revisão do projeto das esquadrias para viabilizar sua execução e algumas adequações em relação às proteções de periferia para garantir a segurança de usuários e transeuntes; e a questão da proximidade da rede elétrica da Enel nos níveis do terceiro e do segundo pavimentos e sua demora por parte da equipe da empresa na execução do afastamento, o que provocou a necessidade de prorrogação do prazo da obra em 49 dias.



*Fachada concluída*

### **Reforma e Recuperação de Fachada e Marquise do Fórum da Comarca de Volta Redonda**

A obra começou em 18/02/2019, com valor inicial do contrato de R\$ 325.241,00.

Terminou em 21/08/2019, com valor final do contrato de R\$ 423.706,86.

O projeto constou da demolição de elemento construtivo, sem função estrutural, que causava infiltração de água na fachada atingindo as serventias localizadas no primeiro andar do Fórum de Volta Redonda.



*Após demolição da marquise superior, reconstituição da marquise existente com acabamento em ACM e forro em gesso acartonado*

Após a demolição, foi constatado dano na armadura de alguns pilares por conta da infiltração, sendo necessária a recuperação estrutural dos mesmos.

Na marquise remanescente, foi executada impermeabilização com colocação de raios e descida das tubulações de águas pluviais.

A complementação da marquise, como as tubulações que foram fixadas na fachada, teve caixa de proteção em metalon revestida com Alucobond (Alumínio material composto). O teto recebeu forro de gesso acartonado pintado de branco.

O piso nas áreas de ligação das tubulações foi recomposto em granito cinza andorinha.

### **Reforma do Sistema da Estação de Tratamento de Esgoto do Fórum da Comarca de Barra Mansa**

A obra começou em 26/06/2019, com valor inicial do contrato de R\$ 553.049,32.

Terminou em 07/11/2019, com valor final do contrato de R\$ 603.504,51.

Trata-se da reestruturação do sistema de tratamento de esgoto sanitário existente, considerando as diretrizes do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e as normas da ABNT.

A principal função de um Sistema de Tratamento de Esgoto é transformar a matéria orgânica poluidora em subprodutos, de maneira que o efluente despejado no corpo receptor esteja dentro dos padrões da legislação em vigor, contribuindo, dessa forma, para a redução da poluição do meio ambiente e para melhoria da qualidade de vida da população.

Na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) foi adotado tratamento do tipo fossa séptica de câmara imhoff seguida por filtro anaeróbio e sistema de cloração.

O tratamento preliminar do esgoto bruto é composto por gradeamento, de limpeza manual, medidor de vazão (vertedor triangular – Thompson) e elevatória de esgoto bruto.

O gradeamento, de limpeza manual, tem por finalidade reter sólidos grosseiros que são carreados junto do esgoto.

O esgoto bruto é acumulado no poço da elevatória, que possui duas bombas submersíveis de funcionamento alternado, controlado por painel elétrico automático, e que, no momento de indicação das boias de nível, recalcam o esgoto para tratamento.



*Recuperação dos filtros da ETE*

O esgoto bruto, antes de acessar as fossas sépticas, passa por uma caixa de distribuição através da qual apenas a vazão de dimensionamento da fossa é recebida, sendo a vazão excedente retornada para a elevatória de esgoto bruto. Esse controle é realizado através da altura da tubulação de alimentação de caixa de distribuição e de vertedores Thompson que direcionam o esgoto para os dois módulos de fossas sépticas.

Após a passagem do efluente pelas fossas sépticas, o mesmo é encaminhado para a caixa de distribuição (dois módulos) para os filtros anaeróbios (quatro módulos). A caixa de distribuição é dividida em quatro vertedores Thompson para alimentação uniforme dos filtros.

Após a cloração, o efluente tratado é encaminhado ao corpo hídrico receptor.

Foram executadas escavações para a construção de caixa de grade, elevatória, caixa de registros, poço de distribuição, caixa de cloração, caixa de coleta e instalação de tubulação.

Os filtros e fossas existentes foram desmontados, recuperados e limpos. As tubulações das fossas foram tamponadas.

Foi executada a impermeabilização nos poços das fossas, filtros e elevatória, garantindo a estanqueidade do sistema.



*Finalização da obra com a demonstração da contratada da operação do sistema*

### **Videoconferência e Central de Mandados do Complexo Prisional de Gericinó – Bangu**

Obra de Construção da Central de Cumprimentos de Mandados e Ampliação da Videoconferência existente no Complexo Penitenciário de Gericinó.

A obra, com prazo inicial de 150 dias, teve início em 03/06/2019, com uma prorrogação de prazo de 20 dias, findando em 24/11/2019, sendo inaugurada em 05/12/2019.

A Central de Cumprimentos de Mandados, primeira do Estado, possui instalações de ar-condicionado, lógica e telefonia, mobiliada com seis estações de trabalho, uma copa e dois sanitários.

Para a ampliação da Videoconferência, foram construídas mais duas salas climatizadas, com divisórias, e instaladas câmeras de CFTV, além da reforma das instalações já existentes.

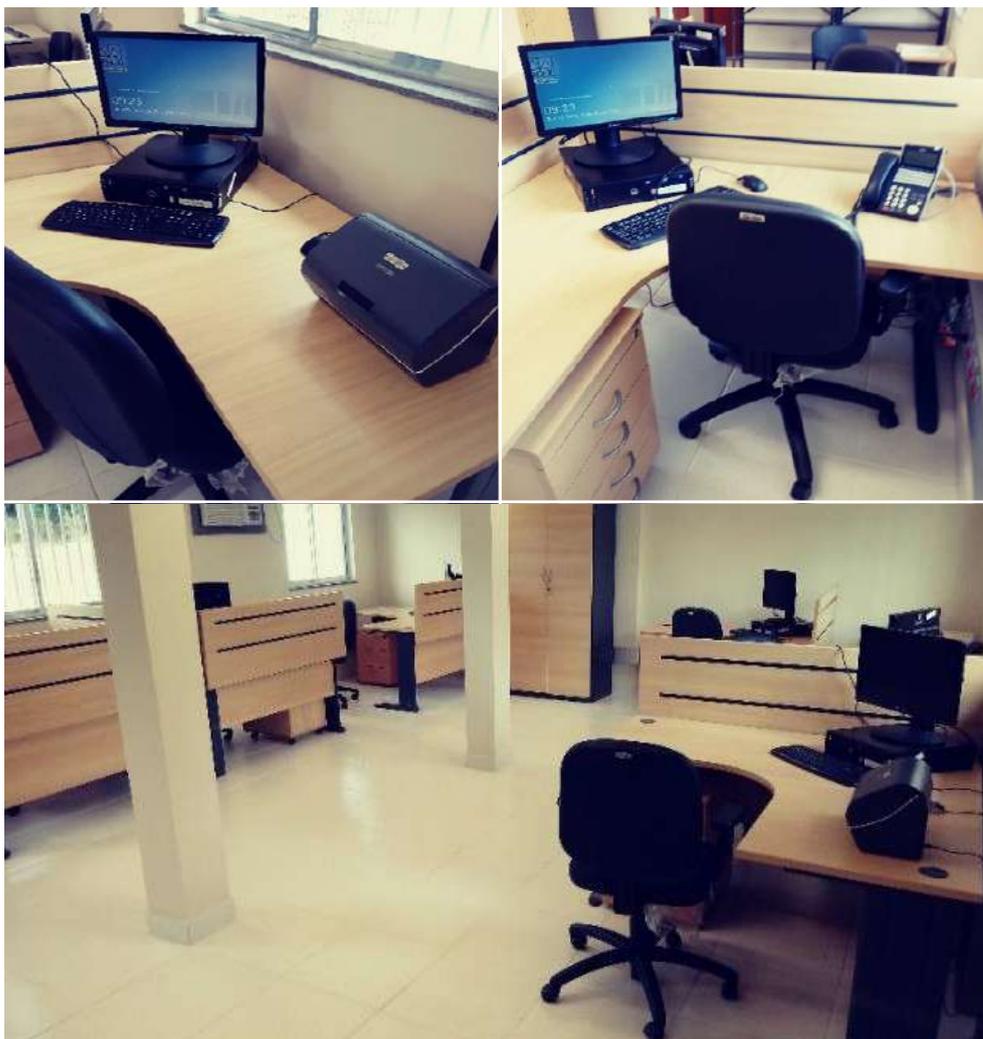
Foram construídas três celas para permanência no aguardo da videoconferência, com capacidade para 30 pessoas em cada uma.



*Circulação das três celas da nova videoconferência, com grades, iluminação e CFTV*



*Novas salas de videoconferência*



*Central de cumprimentos de mandados*

## Outras Obras / Serviços em Andamento

### Serviço de Fornecimento de Tela de Proteção Contra Queda de Placas de Granito, a ser Instalada nas Fachadas do Fórum da Comarca de Teresópolis

Valor total contratado: R\$ 63.200,70

Data de início: 01/08/2019.

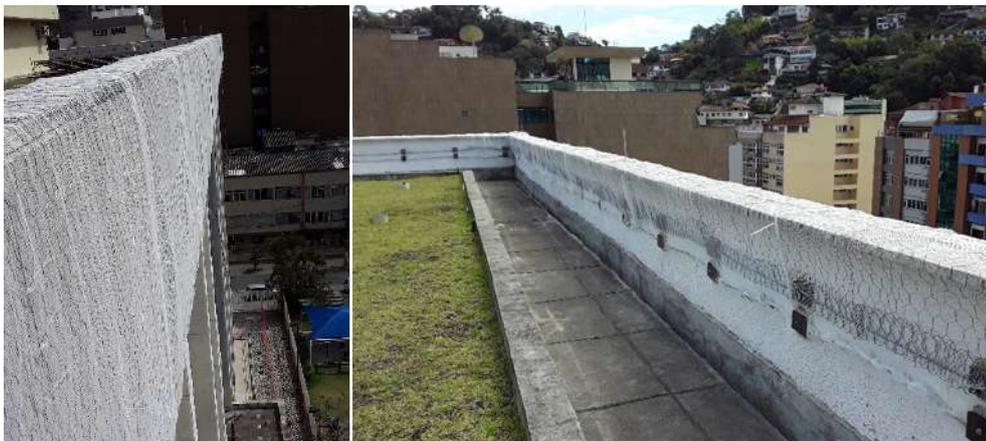
Previsão de término: 27/01/2020.

Prazo: 180 dias.

Contratação emergencial para instalação de telas de proteção em todas as fachadas e áreas com revestimento em granito Branco Itaúnas para proteger serventuários, magistrados e transeuntes do entorno da edificação, considerando o risco de queda das pedras de granito, insertadas nas fachadas do prédio que já apresentam fissuras e desgastes.

Em ocorrência no início de 2019, com o desprendimento de pedaços de placas de pedras de granito do revestimento externo que compõe o perímetro da platibanda do Fórum de Teresópolis, na lateral esquerda da edificação, trecho onde funciona o estacionamento da Prefeitura de Teresópolis.

Considerando o risco iminente de desprendimento de novas placas, uma vez que foram detectadas fissuras e rachaduras no granito, houve necessidade de proteção das fachadas para resguardar a integridade física de usuários e transeuntes que circulam no entorno do prédio.



*Proteção das platibandas na cobertura*



*Proteção dos pilares*



*Proteção das fachadas com revestimento em granito*

O projeto constou da instalação de tela galvanizada “tipo galinheiro” e tela de polietileno “giro inglês” em todas as fachadas onde existe revestimento em granito.

As execuções das proteções foram finalizadas em 31/08/2019, e estão sendo realizadas vistorias mensais para garantir a integridade das telas de proteção.

Aguarda a deflagração da licitação da obra de recuperação da fachada do prédio do Fórum de Teresópolis (processo nº 2019-011.504), autorizada em 20/09/2019.

**Fornecimento de uma Unidade Resfriadora de Líquido de Capacidade Efetiva Mínima de 250 TR, com Condensação a Ar e de Compressores do Tipo Parafuso Elétrico, com Prestação de Serviço de Instalação dos Equipamentos, no Prédio do Fórum da Região Oceânica na Comarca de Niterói**

Valor total contratado de equipamentos: R\$ 520.000,00

Valor total contratado de instalação: R\$ 375.398,97

Data de início: 29/10/2019.

Previsão de término: 25/04/2020.

Prazo: 180 dias.

Substituição de Chiller, que se encontra há 14 anos em operação e exposto a agentes atmosféricos, não apresentando mais condições de atender a demanda térmica e de manter as condições de conforto do fórum.



*Chiller existente*

**Compra de cinco Unidades Resfriadoras de Líquido – Chiller, com Prestação de Serviço e Instalação, no Prédio do Fórum Lâmina III**

Valor total contratado de equipamentos: R\$ 2.827.000,00

Valor total contratado de instalação: R\$ 1.133.000,00

Data de início: 26/11/2019.

Previsão de término: 21/08/2020.

Prazo: 270 dias.

Substituição dos Chillers que foram instalados em dezembro de 2006, operando ininterruptamente até os dias atuais, ou seja, estão há quase 13 anos em funcionamento. Sendo assim, os equipamentos estão no fim da sua vida útil, sem confiabilidade operacional e elevado custo de manutenção, sendo recomendada a sua substituição.



*Chillers existentes*

## Obras / Serviços Concluídos

### Batalhão Especial Prisional (BEP)

Valor total de investimento: R\$ 478.798,00

Data de início: 13/05/2019

Data de conclusão: 15/08/2019

Prazo: 94 dias

Área: 48,58m<sup>2</sup>



*Vista externa*



*Vistas internas das instalações*

**Amil Espaço Saúde**

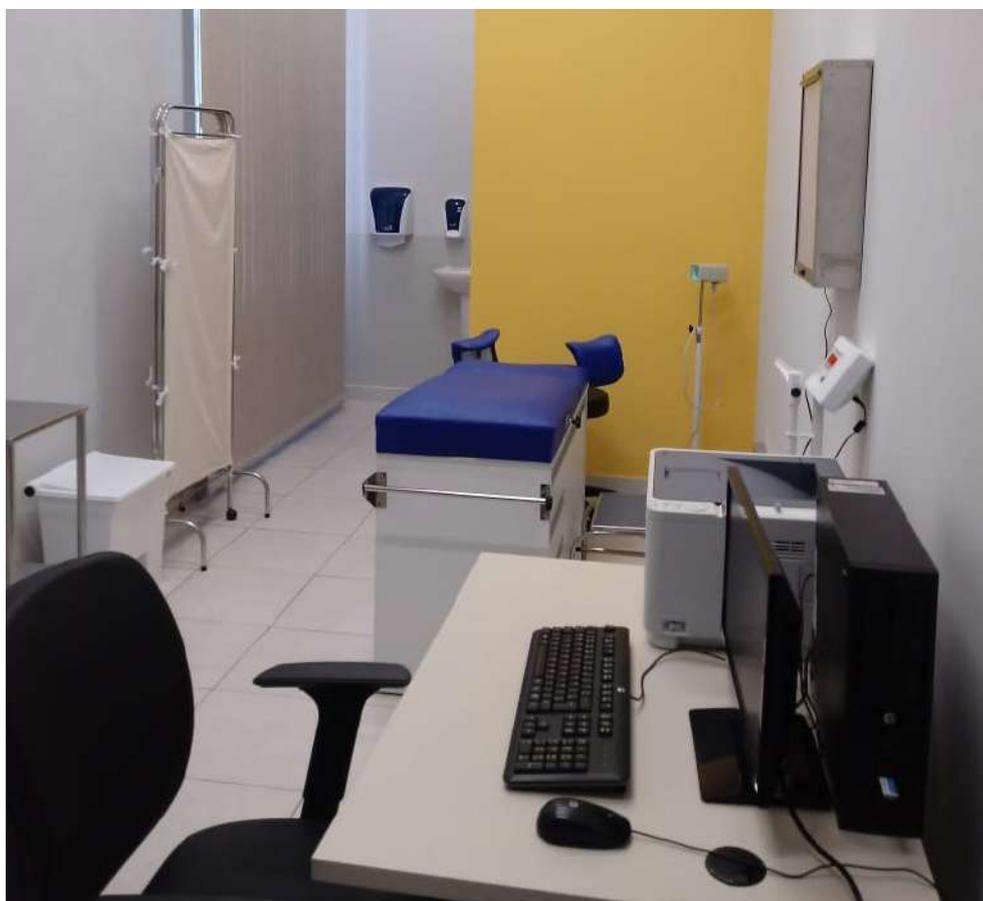
Valor total de investimento: R\$ 516.729,00

Data de início: 12/04/2019

Data de conclusão: 01/08/2019

Prazo: 111 dias

Área: 167,45m<sup>2</sup>



*Vistas internas das instalações*

**Dimex (térreo)**

Valor total de investimento: R\$ 1.169.158,00

Data de início: 02/01/2019

Data de conclusão: 12/07/2019

Prazo: 191 dias



*Vistas internas das instalações*

## Serviços Prioritários

Dentre as cerca de 200 intervenções realizadas/concluídas em período compreendido entre 01/01/2019 e 04/12/2019, destacam-se as abaixo elencadas por se tratarem de serviços de especial interesse da Administração Superior:

- Barra da Tijuca - 3ª Vara de Família Virtual no antigo Auditório;
- Barra da Tijuca - Casa da Família e ampliação do CEJUSC;
- Barra da Tijuca - Projeto Violeta e 7º JVDFM / Cartório;
- Petrópolis-Itaipava-Projeto Violeta;
- Araruama - Projeto Violeta;
- Saquarema - Projeto Violeta;
- Itaboraí - Projeto Violeta;
- Nova Iguaçu – Projeto Sala Lilás – Instituto Médico Legal (IML);
- Bangu – Juízo da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – ETIC;
- Capital - Lâmina II – Implantação da Vara de Combate ao Crime Organizado, no quarto pavimento, e transferência do 3º JECRIM para o sexto pavimento;
- Mesquita - instalação do 5º Juízo Especial de Fazenda Pública;
- Santa Cruz - Controle de acesso;
- Porto Real - Controle de acesso;
- Casemiro de Abreu - Controle de acesso;
- Fórum de Mangaratiba - Controle de acesso;
- Casemiro de Abreu - Controle de acesso.

## Variação de Custo Licitado nas Obras do PJERJ

O gráfico demonstra em percentuais a diferença entre o valor inicial do contrato da licitação e o valor atualizado após alterações contratuais que ocasionem acréscimo ou supressão ao contrato inicial. O indicador se desdobra em Construção/Compra e Reforma/Readequação.

### Construção/Compra



O indicador no terceiro trimestre apresenta percentual zerado, pois a obra de construção da Central de Cumprimentos de Mandados e Aplicação do Centro Integrado de Videoconferência no Complexo Penitenciário de Gericinó foi iniciada em 03/06/2019, e, até o terceiro, trimestre não houve alteração no contrato inicial.

## Reforma /Readequação



O indicador no terceiro trimestre apresenta um aumento em função dos acréscimos de serviços aprovados pela Administração Superior não previstos inicialmente e verificados durante a execução das reformas.

## Segurança

Foi solicitada, pelo Departamento de Patrimônio, a análise dos atuais procedimentos de segurança aplicados na gestão e controle de bens armazenados, encaminhada à Diretoria de Segurança Institucional (Processo 2019-086937). Nesse processo, foi solicitado à DGSEI a análise de todos os procedimentos de segurança praticados atualmente pela DIALM no exercício de suas atividades de guarda, movimentação e saída de materiais, controle de entrada e saída do almoxarifado, segurança do prédio contra incêndios etc.

## Licitações Concluídas

O quantitativo de licitações concluídas em 2019 apresenta um aumento de 9,64% quando comparado ao ano de 2018.

### Licitações Concluídas

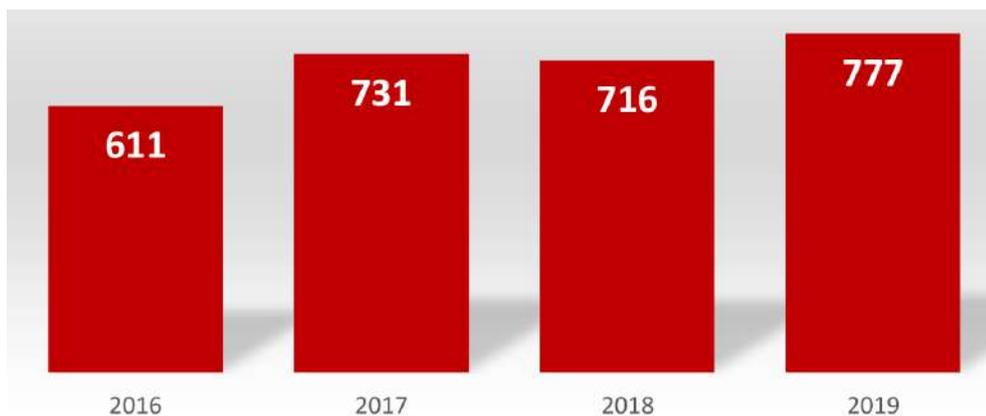


### Ciclo Licitatório – média de dias



No que tange aos termos publicados em 2019, deparamo-nos com um percentual de 7,85% de aumento quando confrontado com o ano anterior.

### Termos Publicados



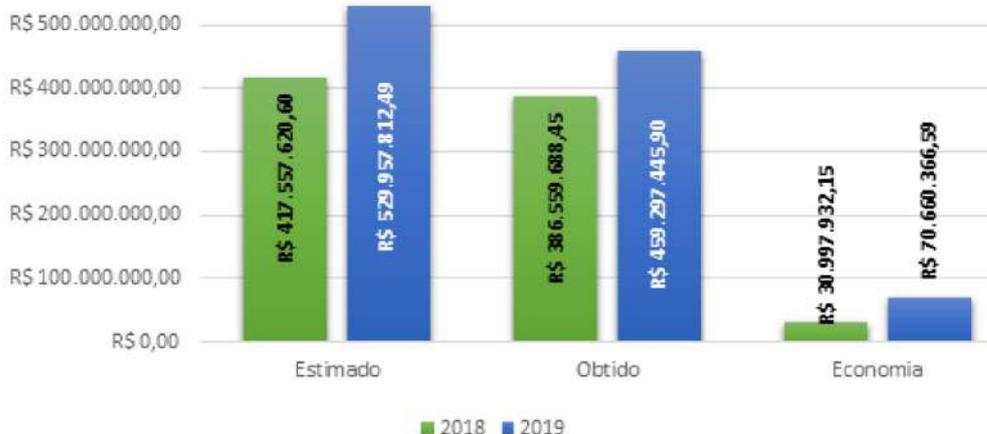
A adoção da plataforma COMPRASNET, indubitavelmente, trouxe inúmeras vantagens para os processos licitatórios do TJERJ, dentre elas: celeridade, transparência, ampliação da competitividade. Por conseguinte, trouxe maior economia para os certames.

Seguem abaixo quadros demonstrativos da economia obtida nas contratações.

### Economicidade nas Licitações

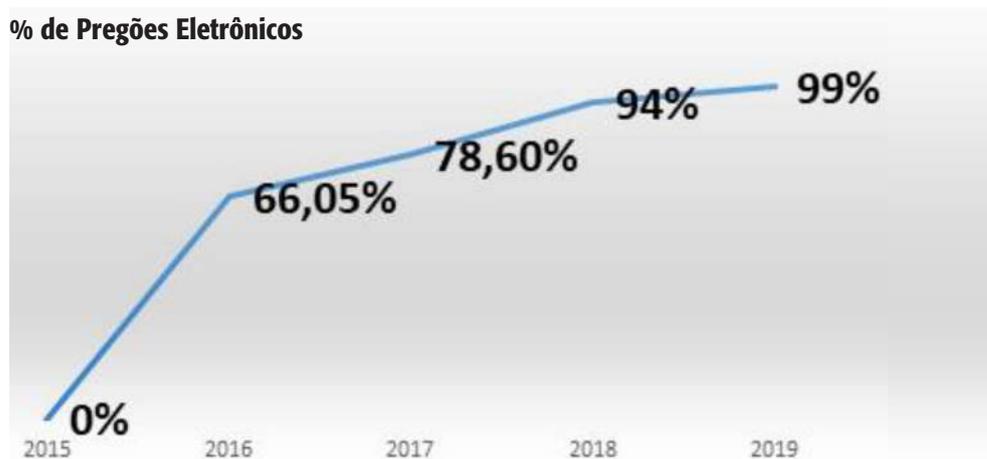


### Economia nas Licitações



### Pregão Eletrônico

Essa modalidade de licitação, mais transparente e competitiva, traz redução de custos e representa, hoje, quase a totalidade dos pregões no âmbito do TJERJ.



### Aprimoramento Logístico do TJERJ

Em relação à logística, o TJERJ estabeleceu ações baseadas nos conceitos de eficiência, eficácia e efetividade. As medidas buscaram desenhar um novo cenário de gestão pública e otimizar os custos operacionais, de forma a prover recursos adequados aos usuários ao menor custo possível, observando assim sustentabilidade social, econômica e ambiental.

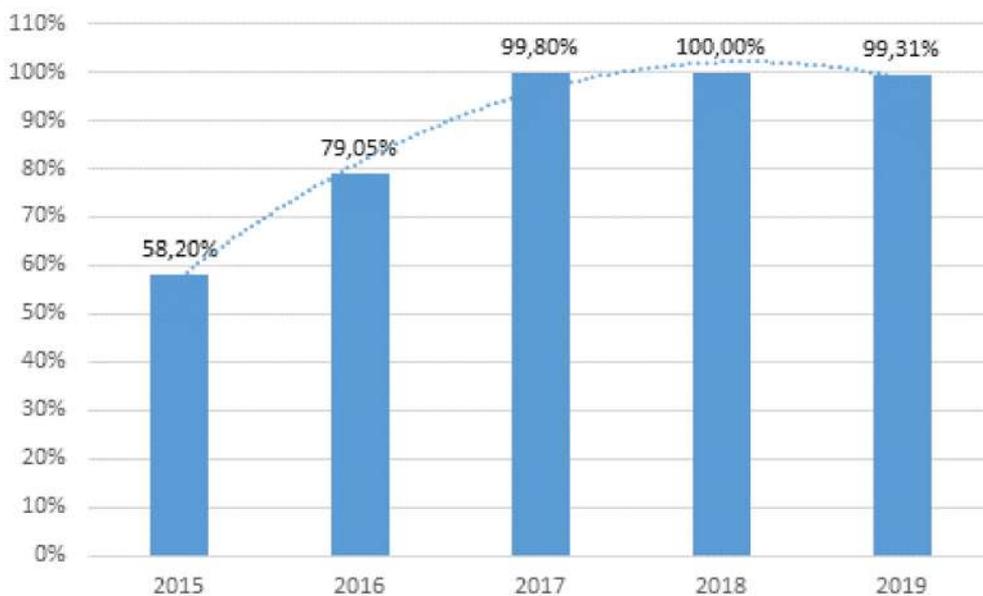
### Índice de Bens Permanentes Inventariados nas Unidades Patrimoniais

Esse indicador confirma a realidade física dos bens permanentes nas UO do TJERJ. Em 2018, foram inventariados 100% de bens permanentes inventariados pelos agentes patrimoniais do PJERJ, no inventário geral obrigatório de 2018, e de 99,31% de bens em 2019, como indicativo da realidade física desses bens nas diversas unidades do PJERJ.

Em conjunto com a ESAJ, foi disponibilizado o curso intitulado “Agente Patrimonial do PJERJ”, com todas as orientações necessárias para o controle patrimonial dos aproximadamente 400.000 (quatrocentos mil) bens permanentes do PJERJ.

Aprimoramento, em conjunto com a DGTEC, do Sistema de Controle Patrimonial (SISPAT) e do Sistema de Inventário (SISINVENT) para garantia de maior fidedignidade das informações referentes ao patrimônio do PJERJ e do melhor tratamento das informações disponibilizadas pelos agentes patrimoniais do PJERJ, o que contribuiu para a redução do número de baixas definitivas de bens por extravio.

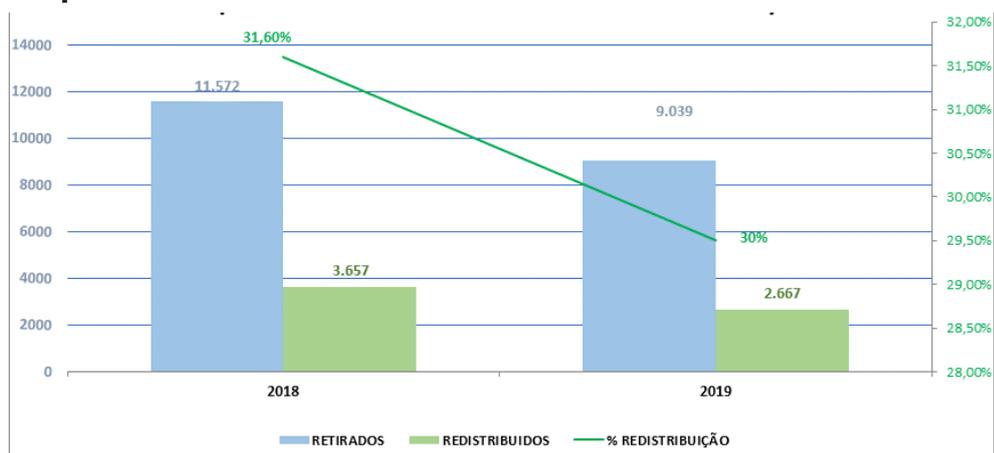
### Índice de Bens Permanentes Inventariados nas Unidades Patrimoniais



### Índice Comparativo de Bens Redistribuídos

Os bens permanentes retirados de unidades do PJERJ são reformados, caso necessário e possível, redistribuídos em bom estado físico para outras unidades. Essa medida representa economia de recursos, uma vez que itens novos deixam de ser adquiridos por compra. Em 2018, observou-se a redistribuição de quase 32% de bens permanentes usados, e, no período compreendido entre 01/01/2019 a 06/12/2019, 30% de bens nas mesmas condições, o que retrata a racionalização de recursos e a atenção à sustentabilidade.

### Comparativo de Bens Redistribuídos no Biênio – 2018-2019



Apontamos um aprimoramento de técnicas para aumento do uso de materiais reaproveitados – dentre eles, itens destinados a descarte – para reparos e confecções autorizadas de bens para o PJERJ, o que gera economicidade.

### Compra compartilhada de papel realizada pelo Ministério Público Estadual com o TJERJ e o TCE

A compra em questão, cujo gerenciador foi o MPRJ, obteve o valor total estimado de R\$ 3.736.617,00 (três milhões, setecentos e trinta e seis mil, seiscentos e dezessete reais), tendo sido obtido, ao fim do certame, o valor total de R\$ 3.699.090,00 (três milhões, seiscentos e noventa e nove mil e noventa reais), aferindo-se, assim, uma economia na ordem de R\$ 37.527,00 (trinta e sete mil, quinhentos e vinte e sete reais), o equivalente a 1%.

No entanto, se comparados os valores atualmente vigentes para esse material, a redução é ainda maior. A ata atual do TJERJ registra o preço de R\$ 14,39 (quatorze reais e trinta e nove centavos), valor esse já bem inferior ao mercado, tendo sido obtido nessa compra compartilhada o valor de R\$ 13,80 (treze reais e oitenta centavos), ou seja, uma redução de 0,59 (cinquenta e nove centavos) por resma, correspondente a 4,10%. Considerado o consumo total do TJERJ, na escala de 203.520 (duzentos e três mil, quinhentas e vinte) resmas, a economia é, em termos absolutos, de R\$ 120.076,80 (cento e vinte mil, setenta e seis reais e oitenta centavos).

### Criação do Portal de Dispensas de Licitação de Compras

Atualmente, na página inicial da intranet, é possível a consulta a todas as compras realizadas mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, com a identificação dos processos, objetos, valores e empresas contratadas. A medida adotada tem por escopo propiciar maior transparência às compras do TJERJ, já que antes apenas as aquisições por licitações encontravam-se disponibilizadas, bem como efetivar a prestação de contas dos valores dispendidos nessas contratações. Os referidos dados se encontram no endereço: página inicial – transparência institucional – controle de dispensa de licitação, constando atualmente os dados do primeiro semestre de 2019.

### Logística Reversa de Cartuchos

No ano de 2019, aferiu-se a devolução de 21.239 (vinte e um mil, duzentos e trinta e nove) cartuchos de tonners e cilindros, incluindo todos os modelos e marcas, aos respectivos fabricantes, cumprindo-se, assim, o compromisso do TJERJ com a sustentabilidade por meio da logística reversa de insumos.

### Telemetria

Na área de transporte, vale destacar a utilização do sistema de telemetria, que viabiliza o recebimento de informações relativas ao uso dos veículos oficiais de serviço, importantes para o controle, a fiscalização e o aprimoramento da gestão da frota do TJERJ.

O equipamento permite a coleta eletrônica de informações relativas ao uso do veículo oficial e propicia ao Departamento a fiscalização de ocorrências como excesso de velocidade, uso em horários indevidos, trajeto, aceleração brusca, dentre outros. A partir da análise desses dados, o Departamento fundamenta ações que necessitam ser tomadas tanto no que tange à conduta dos motoristas, quanto a utilização dos veículos e suas condições.

Atualmente, a frota de veículos conta com o quantitativo de 250 equipamentos de telemetria instalados, adotando-se como critério de definição dos veículos nos quais os respectivos equipamentos seriam instalados, aqueles sobre os quais havia maior fragilidade na fiscalização, quais sejam, os veículos cedidos aos Fóruns Regionais e às Comarcas do Interior. Outra parcela dos equipamentos foi instalada nos veículos destinados aos atendimentos às solicitações de transportes, utilizados pelo DETRA/DIATE/SESOT, tendo em vista o grande número de atendimentos registrados a esse título e de usuários contemplados.

Como resultado da implantação da telemetria, até o presente momento, podemos apontar uma redução de quase 50% nas ocorrências de excesso de velocidade registradas e a diminuição do número de multas recebidas, o que representa ganho para a imagem do Tribunal, e, sobretudo, para a segurança dos usuários.

Diante dos resultados obtidos, está em fase de instalação mais 274 equipamentos de telemetria, expandindo-se o serviço para o quantitativo total de 424 veículos oficiais de serviço da frota deste PJERJ.

## Correios

Em 2019 ocorreu a entrega das novas instalações da DIMEX, no dia 01/07/2019 e, assim, foi atendida a mais importante necessidade desta unidade certificada.

Merece destaque, a continuidade da redução de custos referentes às postagens de correspondências na modalidade postal das comunicações administrativas e judiciais do Poder Judiciário. Conforme demonstrado na planilha abaixo, referente ao período de novembro de 2018 a outubro de 2019, em razão de reiterada orientação aos usuários sobre a importância da utilização das correspondências postadas em âmbito municipal, da modalidade de remessa local com comprovante de entrega, em substituição à modalidade registrada com aviso de recebimento, obteve-se a redução de custo, o que resultou na economia de R\$ 4.627.650,48 (quatro milhões, seiscentos e vinte e sete mil, seiscentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos), com a utilização dessa outra modalidade de postagem.

## Economicidade com Postagens no Âmbito Municipal

<b>CORRESPONDÊNCIAS POSTADAS – Tarifas com vigência de 31/10/2018 a 30/01/2019</b>	
<b>MODALIDADE</b>	<b>VALOR</b>
Remessa local com comprovante de entrega	R\$7,39
Registrada com aviso de recebimento	R\$13,35

*\*Período: de outubro/2018 a janeiro/2019*

**CORRESPONDÊNCIAS POSTADAS – Tarifas com vigência a partir de 31/01/2019**

MODALIDADE	VALOR
Remessa local com comprovante de entrega	R\$7,39
Registrada com aviso de recebimento	R\$13,45

\*Período: de janeiro/2019 a outubro/2019

**QUANTITATIVO DE CORRESPONDÊNCIAS POSTADAS**

MÊS/ANO	REGISTRADA COM AR	REMESSA LOCAL	ECONOMIA*
Nov/2016	49.939	85.870	R\$ 511.785,20
Dez/2016	39.864	64.954	R\$ 387.125,84
Jan/2017	69.553	43.963	R\$ 262.019,48
Fev/2017	64.686	47.598	R\$ 288.443,88
Mar/2017	58.438	50.929	R\$ 308.629,74
Abr/2017	60.655	63.870	R\$ 387.052,20
Mai/2017	79.063	63.514	R\$ 384.894,84
Jun/2017	56.399	59.101	R\$ 358.152,06
Jul/2017	78.963	75.753	R\$ 459.063,18
Ago/2017	73.270	85.622	R\$ 518.869,32
Set/2017	67.588	53.022	R\$ 321.313,32
Out/2017	69.656	72.657	R\$ 440.301,42
			<b>R\$ 4.627.650,48</b>

\*Economia devido à postagem de Remessa Local em substituição à Carta Registrada com AR

**E- Carta**

Atendendo ao Projeto Estratégico do Poder Judiciário, o e-Carta, que consiste na implementação de uma nova modalidade de processamento das comunicações judiciais, automatizando o envio de correspondências como citações e intimações por meio eletrônico.

**Demonstrativo do quantitativo de postagens no período de novembro/2018 a outubro/2019.**

## Negociações Realizadas nos Contratos de Prestação de Serviços Gerando Economia para o PJERJ

A Divisão de Contratos e Prestação de Serviços (DICON), com o apoio da DGLOG, da DGPCF e das Unidades Demandantes, no momento das prorrogações, vem indagando às empresas contratadas sobre a possibilidade de renúncia total ou parcial dos pedidos de reajustes anuais, sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados, no intuito de diminuir os valores praticados nos contratos.

Considerando a economia mensal no valor de cada contrato e o período para a sua duração, no primeiro trimestre do ano de 2019, houve uma redução total de R\$ 5.746.774,33 (cinco milhões, setecentos e quarenta e seis mil, setecentos e setenta e quatro reais e trinta e três centavos), gerando um percentual mensal de economia de - 2,0880% e no segundo trimestre, uma redução total de R\$ 165.667,70 (cento e sessenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e sete reais e setenta centavos), gerando um percentual mensal de economia de - 0,6632%, conforme se verifica nas tabelas 1 e 2.

Somando-se os dois períodos, obtém-se uma redução total de R\$ 5.912.442,03 (cinco milhões, novecentos e doze mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e três centavos), conforme as tabelas a seguir.

Tabela 1 – 1º semestre de 2019:

PROCESSO	CONTRATO	OBJETO	EMPRESA	PRORROGAÇÃO (P) REAJUSTE (R)	Nº DE MESES	PERÍODO REAJUSTADO/ PRORROGADO	VALOR (A) MENSAL PROPOSTO PELA EMPRESA	VALOR (B) MENSAL NEGOCIADO PELO TJ	REDUÇÃO MENSAL % (B/A)	REDUÇÃO NO PERÍODO R\$
222.255/15	003/162/16	Plano de Saúde	Amil	R (ANS)	12m	01/05/19 a 30/04/20	R\$ 16.845.535,24	R\$ 16.386.109,17	-2,7273%	R\$ 5.513.112,84
158.705/15	003/095/17	Suporte Técnico de Software	Ingram	P	24m	10/03/19 a 09/03/21	R\$ 118.119,34	R\$ 110.000,00	-6,8738%	R\$ 194.864,16
76.434/16	003/233/17	Transporte e Mudança	ETIS	R (IPCA)	27m e 8d	23/02/19 a 31/05/21	R\$ 407.043,79	R\$ 406.976,97	-0,0164%	R\$ 1.821,96
244.495/12	003/011/14	Segurança Patrimonial	MAX	R (IPCA)	10m e 12d	01/03/19 a 12/01/20	R\$ 2.901.759,26	R\$ 2.899.569,46	-0,0755%	R\$ 22.773,92
200.712/14	003/263/15	Controle Estacionamento - 1ª Fase Controle Estacionamento - 2ª Fase	Appa	R (IPCA)	8m 6m	01/04/18 a 30/11/18 01/12/18 a 31/05/19	R\$ 582.753,84 R\$ 589.549,89	R\$ 582.235,03 R\$ 589.025,11	-0,0890% -0,0890%	R\$ 4.150,48 R\$ 3.148,68
178.789/15	003/050/17	Técnico de Telefonia	MPE Engenharia	R (IPCA)	3m	01/11/18 a 31/01/19	R\$ 861.344,15	R\$ 860.790,95	-0,0642%	R\$ 1.659,60
187.281/14	003/0438/15	Software de Segur. Firewall Check Point	Actar	R	12m	01/06/17 a 01/05/18	R\$ 4.902,04	R\$ 4.765,98	-2,7756%	R\$ 1.632,72
167.356/13	003/089/14	Equipamentos Biomédicos Phillips	Global Med	P	12m	25/02/19 a 24/02/20	R\$ 3.168,74	R\$ 3.053,43	-3,6390%	R\$ 1.383,72
109.002/15	003/462/16	Manutenção de Viaturas	Nova Rio Serv. Gerais	R (IPCA)	13m e 2d	29/07/18 a 31/08/19	R\$ 209.672,09	R\$ 209.578,96	-0,0444%	R\$ 1.216,90
062.045/14	003/565/14	Limpeza 7º NUR	Lourenço Maia	R (IPCA)	3m e 8d	23/07/18 a 31/10/18	R\$ 82.580,10	R\$ 82.315,05	-0,3210%	R\$ 865,83
039.713/18	003/306/18	Afiação de Facas	Guarani	R (IPCA)	12m	07/06/19 a 06/06/20	R\$ 326,96	R\$ 315,00	-3,6579%	R\$ 143,52
<b>Totalização - 1º Semestre 2019</b>								<b>R\$ 5.746.774,33</b>		

\*Fonte: Planilha de comparativo do valor proposto x negociado.

Tabela 2 – 2º semestre de 2019:

PROCESSO	CONTRATO	OBJETO	EMPRESA	ACÃO: PRORROGAÇÃO (P) REAJUSTE (R)	Nº DE MESES	PERÍODO REAJUSTADO/ PRORROGADO	VALOR (A) MENSAL PROPOSTO PELA EMPRESA	VALOR (B) MENSAL NEGOCIADO PELO TJ	REDUÇÃO MENSAL % (B/A)	REDUÇÃO NO PERÍODO R\$
223.997/15	003/434/15	Clipping Jornalístico Eletrônico	Vídeo Clipping	R (IPCA)	12m	01/09/19 a 31/08/20	R\$ 8.884,97	R\$ 8.466,67	-4,7080%	R\$ 5.019,60
41.594/15	003/268/15	Normas Técnicas Brasileiras	ABNT	Repac. Neg.	12m	05/07/19 a 04/07/20	R\$ 1.678,33	R\$ 1.333,33	-20,5561%	R\$ 4.140,00
134.100/17	003/555/17	Suporte a Logística (1ª fase)	Mastervig	R (IPCA)	4m e 17d	01/11/18 a 17/03/19	R\$ 352.952,98	R\$ 352.896,07	-0,0161%	R\$ 259,89
		Suporte a Logística (2ª fase)		R (IPCA)	4m e 13d	18/03/19 a 31/07/19	R\$ 361.446,36	R\$ 361.389,45	-0,0157%	R\$ 252,30
		Suporte a Logística (3ª fase)		R (IPCA)	4m e 1d	01/08/19 a 01/12/19	R\$ 377.782,88	R\$ 377.725,97	-0,0151%	R\$ 229,54
107.722/15	003/636/16	Manutenção de Centrais Telefônicas	Newscon	P	15m	01/09/19 a 30/11/20	R\$ 2.940,86	R\$ 2.845,08	-3,2569%	R\$ 1.436,70
051.371/17	003/479/17	Locação de Contêineres	Novo Horizonte – NHJP + R (IPCA)		14m	01/09/18 a 31/10/19	R\$ 2.431,43	R\$ 2.333,58	-4,0244%	R\$ 1.369,90
158.702/15	003/556/16	Software de Visualização de Processos	Deparison	Repac. Neg.	24m	01/11/19 a 31/10/20	R\$ 1.692,28	R\$ 1.117,28	-33,9778%	R\$ 13.800,00
				IPCA	29m	01/06/17 a 31/10/19	R\$ 5.323,77	R\$ 5.138,92	-3,4722%	R\$ 5.360,65
				IPCA	17m	01/06/18 a 31/10/19	R\$ 5.285,63	R\$ 5.138,92	-2,7756%	R\$ 2.494,07
				IPCA	5m	01/06/19 a 31/10/19	R\$ 5.378,31	R\$ 5.138,92	-4,4510%	R\$ 1.196,95
				IPCA	24m	01/11/19 a 31/10/21	R\$ 2.585,48	R\$ 2.470,41	-4,4506%	R\$ 2.761,68
089.031/19	003/645/14	Limpeza 13º NUR	Cemax	R (IPCA)	4m e 19d	01/07/19 a 19/11/19	R\$ 335.465,31	R\$ 333.746,55	-0,5124%	R\$ 7.963,59
063.883/16	003/721/16	Licenças Red Hat Enterprise	System Manager	IPCA	15m	01/10/18 a 01/12/19	R\$ 46.392,49	R\$ 44.383,90	-4,3296%	R\$ 30.128,85
075.358/15	003/083/18	Plataforma Gerenciadora de Conteúdo (CMS) Liferay	Vertigo	IPCA	12m	01/01/20 a 31/12/20	R\$ 51.953,96	R\$ 49.704,58	-4,3296%	R\$ 26.992,56
085.024/15	003/089/16	Suporte Técnico dos Sistemas de Vídeo Conferência de Audiências – DGTEC	Kenta	IPCA	25m e 20d	26/12/18 a 15/02/21	R\$ 158.882,07	R\$ 157.246,00	-1,0297%	R\$ 41.992,46
<b>Totalização - 2º Semestre 2019</b>								<b>R\$ 165.667,70</b>		

\*Fonte: Planilha de comparativo do valor proposto x negociado.

## Negociações Realizadas nas Locações Gerando Economia para o PJERJ

A Divisão de Instrução e Análise Contratual (DIANC), diante da crise econômica que afetou o mercado imobiliário, emvidou esforços visando adequar os valores dos aluguéis à nova realidade do mercado imobiliário, tendo como base o laudo de avaliação elaborado pelo DEENG de acordo com a NBR-14653-2.

As tabelas abaixo apresentam o resultado das negociações realizadas entre o DECAN/ DIANC e os proprietários dos imóveis atualmente locados por este Tribunal de Justiça, quando das respectivas prorrogações contratuais.

### Negociações com os Valores dos Aluguéis

LOCAÇÃO	VALOR MENSAL DO ALUGUEL ANTERIOR À PRORROGAÇÃO	VALOR MENSAL DO ALUGUEL POSTERIOR À PRORROGAÇÃO	PRAZO (MESES)	DATA (PRORROGAÇÃO)	PORCENTAGEM DE ECONOMIA MENSAL	ECONOMIA MENSAL	ECONOMIA TOTAL O PERÍODO DA PRORROGAÇÃO)
Antonio da Silva Correia (Praça da Bandeira)	R\$ 21.700,00	R\$ 18.000,00	36	04/09/2019	-17,05%	R\$ 3.700,00	R\$ 133.200,00
Mário Scali (São José do Vale do Rio Preto)	R\$ 7.070,00	R\$ 6.300,00	24	01/10/2019	-10,89%	R\$ 770,00	R\$ 18.480,00
Valores totais economizados em razão das negociações procedidas pelo DECAN/DIANC/SECOD – Janeiro a Novembro/19 = R\$ 151.680,00 atualizado até 06/12/19.							

\*Fonte: Planilha de Negociações Realizadas nas Locações - dados colhidos até 30/11/19.

Sendo assim, o valor economizado com os aluguéis nas negociações foi de R\$ 151.680,00 (cento e cinquenta e um mil, seiscentos e oitenta reais), considerando a economia mensal no valor dos aluguéis e o prazo da prorrogação, gerando um percentual mensal de economia de 27,94%.

## Negociações com os Valores dos Encargos em Decorrência das Glosas

### Planilha demonstrativa de Economicidade nas Locações

LOCAÇÃO	VALOR COBRADO PELO LOCADOR	VALOR ENCAMINHADO PARA REEMBOLSO	PORCENTAGEM DA ECONOMIA	ECONOMIA TOTAL
Cia. de Transportes (Tijuca)	R\$ 25.005,21	R\$ 24.226,41	-3,11%	R\$ 778,80
Isidro Orlando Oliver (Maricá)	R\$ 544,69	R\$ 230,95	-57,60%	R\$ 313,74
Antonio da Silva Correia (Praça da Bandeira)	R\$ 19.751,14	R\$ 14.938,50	-24,37%	R\$ 4.812,64
Mário Scali (São José do Vale do Rio Preto)	R\$ 581,31	R\$ 408,94	-29,65%	R\$ 172,37
Álvaro Dias Soares (Seropédica) lojas 101 a 111 e sala 203	R\$ 10.720,51	R\$ 10.414,59	-2,85%	R\$ 305,92
Álvaro Dias Soares (Seropédica) Sala 302	R\$ 1.024,26	R\$ 995,02	-2,85%	R\$ 29,24
Valores totais economizados em razão de glosas procedidas pelo DECAN/DIANC/SECOD nos encargos de locações – de Janeiro a Novembro/2019 – atualizado em 06/12/2019.				<b>R\$ 6.412,71</b>

\*Fonte: Planilha de Negociações realizadas nas locações - dados colhidos até 30/11/19.

A tabela anterior demonstra o valor economizado com os encargos de locação em decorrência das glosas efetuadas pela DIANC nas faturas, após a conferência minuciosa dos valores a serem reembolsados ao locador, resultando em um total de R\$ 6.412,71 (seis mil, quatrocentos e doze reais e setenta e um centavos), gerando um percentual de economia mensal de 120,43%.

### Negociações com os Valores dos Encargos em Decorrência das Devoluções de Valores

No ano de 2019, não houve a ocorrência de devolução de valores concernentes aos encargos, uma vez que somente foram repassados aos locatários os valores devidos, de acordo com as obrigações do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro previstas na locação, conforme consta na Planilha de Negociações realizadas nas locações (dados colhidos até 30/11/2019).

Somando-se a tabela acima, obtém-se uma redução total nos valores das locações e encargos de R\$ 158.092,71 (cento e cinquenta e oito mil, noventa e dois reais e setenta e um centavos).

### Redução de Valores em Contratação Emergencial

Ainda objetivando a adequação dos contratos à nova realidade do Estado, os valores das contratações emergenciais, baseados na estimativa dos custos, foram menores que os valores que estavam sendo executados nas contratações anteriores, de mesmo objeto, conforme demonstrado abaixo, perfazendo uma redução mensal de aproximadamente R\$ 135.558,78 (cento e trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e setenta e oito centavos):

PROCESSO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	PRAZO	VALOR MENSAL CONTRATADO	VALOR MENSAL ANTERIORMENTE CONTRATADO	REDUÇÃO MENSAL	VARIAÇÃO
250.471/2018	Serviços de limpeza e jardinagem para atender o 5º Núcleo Regional (NUR)	Vinil Serviços e Manutenção de Caldeiraria Ltda.	180 dias	R\$ 237.375,86	R\$ 265.292,79	R\$ 27.916,93	-10,52%
8644/2019	Manutenção de sistemas de segurança em telefonia e segurança eletrônica.	GPC Engenharia Ltda.	180 dias	R\$ 787.666,77	R\$ 860.790,95	R\$ 73.124,18	-8,49%
14.662/2019	Serviços de limpeza e jardinagem para atender o 2º Núcleo Regional (NUR)	Cemax Administração e Serviço Ltda.	180 dias	R\$ 473.505,53	R\$ 508.023,20	R\$ 34.517,67	-6,79%
<b>REDUÇÃO TOTAL MENSAL</b>						<b>R\$ 135.558,78</b>	

\*Fonte: Planilha de contratações emergenciais da DGLOG/DECAN/DIANC – dados colhidos até 30/11/19.

## Plano de Logística Sustentável (PLS)

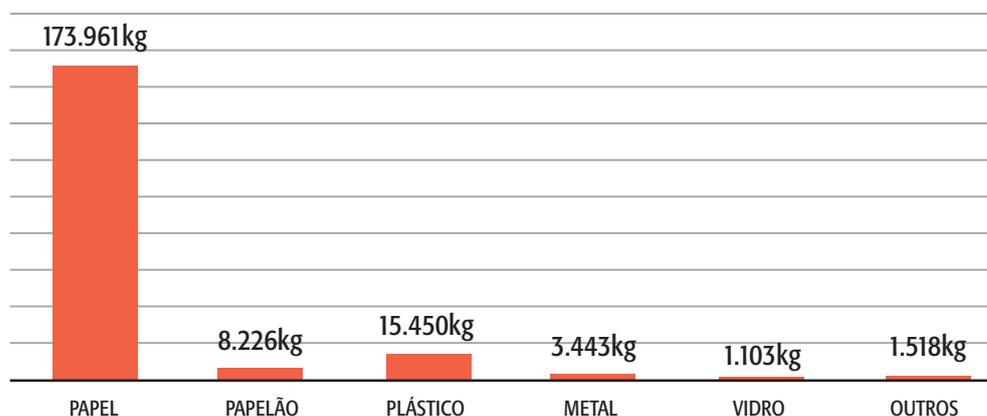
### Coleta Seletiva de Recicláveis

Na área de infraestrutura predial, a DGLOG vem participando ativamente do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro através do Grupo de Trabalho responsável pelo Eixo Temático II – Gestão Adequada de Resíduos.

Como frutos desse trabalho, foi estabelecida a coleta seletiva de recicláveis nos prédios que compõem o Complexo do Foro Central da Capital e nos do 12º (Leopoldina-Zona Norte) e 13º (Barra-Zona Oeste) Núcleos Regionais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ).

Do início da coleta seletiva, em maio de 2017, até novembro de 2019, 241 toneladas de resíduos recicláveis deixaram de ser destinados aos aterros sanitários, contribuindo, assim, para o aumento da sua vida útil e para a diminuição da demanda por recursos naturais na medida em que abastece as indústrias recicladoras para reinserção dos resíduos em suas ou em outras cadeias produtivas em substituição ao uso de matérias-primas virgens.

#### Resultado da Coleta Seletiva – Período de 2017 a 2019



Os resíduos recicláveis são destinados às Cooperativas de Catadores que formalizaram termo de compromisso com o PJERJ realizando a inclusão socioeconômica de catadores. Ao organizar a cadeia produtiva da reciclagem, com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis, o PJERJ propicia condições de trabalho adequadas, renda digna por seu trabalho e tem-se um exemplo de desenvolvimento sustentável, equilibrando-se as questões econômicas com justiça social e sustentabilidade ambiental.

## Recursos Relativos ao Consumo de Água, Energia e Papel

### Consumo de Papel

O monitoramento do consumo das serventias e unidades organizacionais do TJERJ e a respectiva revisão do perfil de consumo possibilitaram a redução do consumo de papel ao longo dos três últimos anos, como demonstra a tabela a seguir:

ANO	CONSUMO ANUAL	MEDIA MENSAL
2017	228.049	19.004
2018	214.868	17.906
2019	210.122	17.510

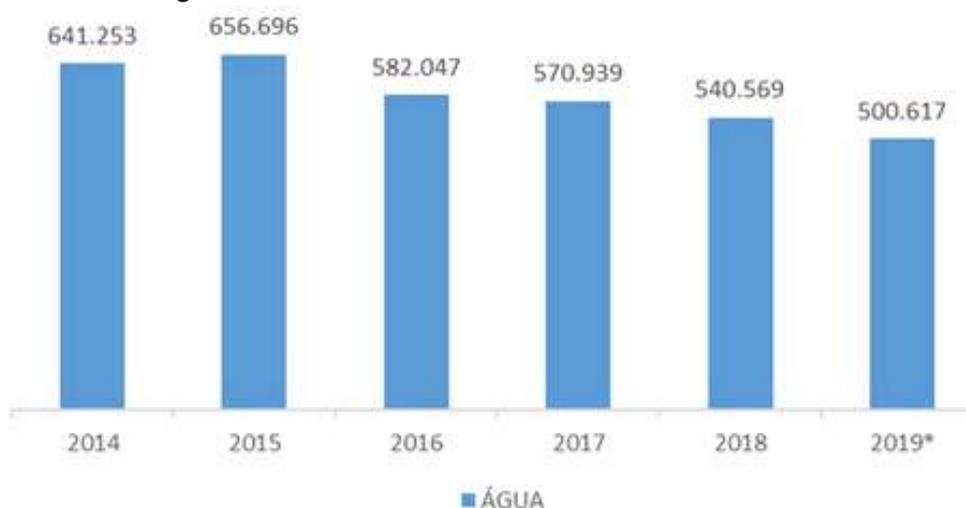
## Consumo de Água e Energia

Os Relatórios de Consumo são elaborados por NUR e cada um deles contém gráficos para o acompanhamento do consumo de água e energia elétrica (comparando o consumo atual com os últimos dois anos) que são acompanhados de análises de dados. O objetivo é o exame de conjuntos de resultados numéricos observando valores instantâneos e tendências, comparando-os com referências estabelecidas a fim de fundamentar a tomada de decisão.

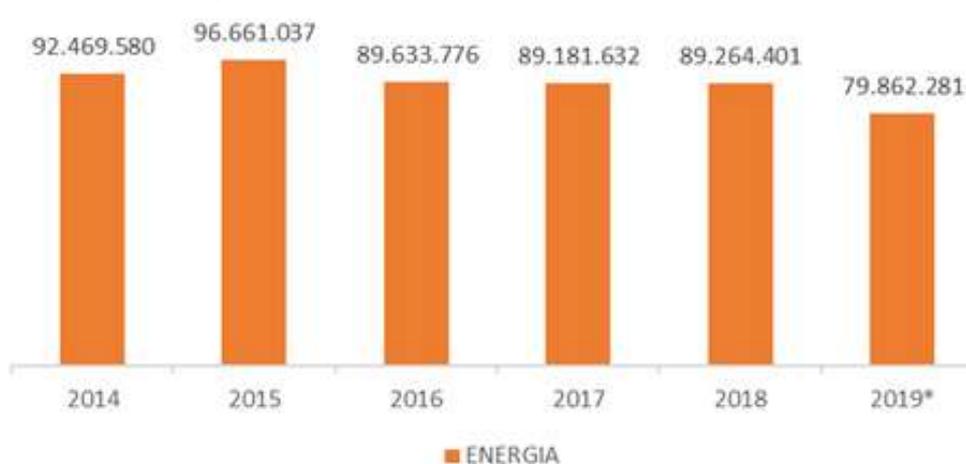
Periodicamente são emitidos informativos eletrônicos com dicas para redução do consumo de energia elétrica e de água. Esses informativos fornecem subsídios aos gestores dos prédios para a tomada de decisão quanto ao consumo responsável de recursos naturais.

Acredita-se que essas ações tenham contribuído com a redução do consumo de água e de energia ao longo do período de 2014 a 2019 (dados até outubro) conforme pode ser observado nos gráficos abaixo:

### Consumo de Água em m<sup>3</sup>



### Consumo de Energia em KWh



\* Dados atualizados até outubro de 2019

Além dessas medidas, até outubro de 2019, conseguimos gerar uma economia objetiva de R\$ 51.058,05 através de negociações e contestações realizadas pelo SEGAM após a análise das faturas de consumo (água, energia elétrica e gás).

## PARCERIAS IMPORTANTES FIRMADAS EM 2019

### Convênios com Repasse de Verba

#### **Proc. nº 002.120-2019 – Jovens Mensageiros**

OBJETO: Conjugação de esforços para promover a inserção no mercado de trabalho e a elevação da escolaridade de jovens em situação de risco social e/ou oriundos de famílias de baixa renda, na faixa etária entre 18 e 24 anos e que estejam com ensino médio completo ou em curso, proporcionando uma experiência profissional, supervisionada, por até dois anos, para exercer as atividades previstas no Projeto Jovens Mensageiros, nas unidades organizacionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro que tenham previsão para execução dessas atividades.

RELEVÂNCIA: o TJERJ contribui para a inclusão social de jovens que vivem em situação de vulnerabilidade econômica, social e cultural, mediante a oportunidade de serem inseridos numa relação de trabalho produtiva, através de projetos de cunho social desenvolvidos. Destaca-se que a referida parceria tem por finalidade viabilizar e sistematizar o preenchimento de vagas relativas aos postos do Projeto Jovens Mensageiros, através da celebração da parceria com cunho social.

#### **Proc. nº 612.920/2019 – Conselho dos Tribunais de Justiça**

OBJETO: Regulamentar os termos e condições para que o TJERJ integre o Conselho dos Tribunais de Justiça, contribuindo para a consecução de seus propósitos de interesse eminentemente público.

RELEVÂNCIA: A participação do TJERJ no Conselho dos Tribunais de Justiça visa otimizar a prestação do serviço jurisdicional à sociedade, uma vez que, no âmbito da entidade, são propostos, discutidos e deliberados programas e práticas com potencial de resolução de problemas comuns à justiça estadual em todo o território brasileiro.

Destaca-se que a celebração deste convênio tem por objetivo promover a integração e a articulação do TJERJ com os demais Tribunais de Justiça, no desiderato de aperfeiçoar a prestação do serviço jurisdicional e fortalecer o Poder Judiciário, inclusive no que tange às relações institucionais com os outros Poderes.

### Convênios sem Repasse de Verba

#### **Proc. nº 2016/093.236 – Grupo IBMEC Educacional S.A.**

OBJETO: Concessão de descontos nas mensalidades dos cursos ministrados pelas instituições de ensino das quais o IBMEC é mantenedor, para os beneficiários informados no item 2.1.a da cláusula segunda.

RELEVÂNCIA: Disponibilizar aos beneficiários, descontos nas mensalidades dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino mantidas pelo conveniente, o que fomenta o constante aprimoramento intelectual, e, conseqüentemente, contribui para o aperfeiçoamento do serviço prestado pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro à sociedade.

#### **Proc. nº 2018/060.719 – Tribunal Regional Federal da 4ª Região.**

OBJETO: Cessão do direito de uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), criado pelo TRF4.

RELEVÂNCIA: Implantar, integrar e aperfeiçoar um novo sistema ao TJERJ.

**Proc. nº 2018/226.920 – ADOTE-Grupo de Apoio à Adoção de Rio das Ostras**

OBJETO: Implantar Grupos Reflexivos preparando os pretendentes para concretização de adoções legais, saudáveis e para sempre, em parceria com a Vara de Família, da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca de Rio das Ostras e em atendimento ao art. 9º do Ato Executivo nº 4.065/2009 do TJ.

RELEVÂNCIA: O projeto atua como um elemento facilitador para o encontro afetivo entre a criança e a família adotiva, favorecendo uma experiência fecunda e criativa (gestação emocional).

**Proc. nº 2018/043.178 – Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro-UNIRIO**

OBJETO: Promoção de encontros com adolescentes em cumprimento de medidas socio-educativas na Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas (VEMSE) da Comarca da Capital, e com profissionais envolvidos no cumprimento dessas práticas, com a participação da UNIRIO, objetivando favorecer o desenvolvimento da cidadania e da cultura, com vistas à pacificação responsável dos conflitos sociais.

RELEVÂNCIA: O TJERJ atuar em estreita cooperação, visando o alcance dos objetivos comuns em prol da humanização e de maior efetividade do atendimento e do acompanhamento oferecido pela VEMSE aos adolescentes em cumprimento de medidas socio-educativas.

**Proc. nº 2018/095.393 – Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon)**

OBJETO: Promover ações conjuntas para o incentivo e aperfeiçoamento de métodos auto-compositivos de solução de conflitos de consumo voltados para redução e prevenção dos litígios judicializados, através do uso da plataforma CONSUMIDOR.GOV.BR.

RELEVÂNCIA: Constitui-se meio adequado para diminuir substancialmente o número de processos judiciais, com maior rapidez, por meio de procedimento simplificado e informal e com maior satisfação das partes, que são convidadas a encontrar um caminho comum que melhor atenda seus interesses, além de possibilitar a prevenção de novos conflitos.

**Proc. nº 2018/170.648 – Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro**

OBJETO: Instauração da Comissão de Valorização da Primeira Infância visando à implementação de políticas e ações voltadas para a valorização da Primeira Infância no Sistema de Justiça, através de integração técnica e operacional entre os partícipes.

RELEVÂNCIA: Desenvolver ações capazes de destacar a importância da paternidade e da maternidade para o desenvolvimento da criança.

**Proc. nº 2018/243.828 – Fundação Getulio Vargas**

OBJETO: Disponibilização, customização e implantação de Plataforma Digital para implantação e operação de Centro Integrado de Solução de Conflitos em setores especializados.

RELEVÂNCIA: O Centro Integrado de Solução de Conflitos desonerará o Poder Judiciário dos custos de gestão de processos consensuais. A finalidade é que só cheguem ao judiciário questões que não sejam passíveis de pacificação por outros mecanismos, os quais sempre serão pautados pela consensualidade.

**Proc. nº 2019/050.136 – Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde (SES)**

OBJETO: Fornecimento de subsídios técnico-normativos para análise de pedidos de liminar e tutela provisória nas ações que tenham por objeto o fornecimento, pelo Poder Público, de medicamentos, insumos para saúde, insumos nutricionais, tratamentos médicos e procedimentos médicos não emergenciais (consulta, exames, cirurgias e internação hospitalar) feito às serventias com competência fazendária da Comarca da Capital, bem como emissão de pareceres técnicos para os pedidos judiciais de urgência/emergência durante o Plantão Judiciário.

RELEVÂNCIA: TJERJ receber técnicos da área da saúde para atuar auxiliando os magistrados nas ações que tenham por objeto o fornecimento, pelo Poder Público, de medicamentos, insumos para saúde, insumos nutricionais, tratamentos médicos e procedimentos médicos não emergenciais (consulta, exames, cirurgias e internação hospitalar).

**Proc. nº 2019/066.857 – Amil Assistência Médica Internacional S/A.**

OBJETO: Oferecer cuidado integral in loco exclusivo para os beneficiários da carteira Amil do Tribunal através do modelo de atenção primária à saúde e coordenação de cuidados integrado à medicina ocupacional.

RELEVÂNCIA: TJERJ receber serviço médico ambulatorial na especialidade de Medicina de Família e Comunidade.

**Proc. nº 2019/605.549 – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Leste Fluminense (Conleste)**

OBJETO: Cooperação e intercâmbio entre as partes com vistas ao desenvolvimento de projetos e atividades voltadas para assegurar o cumprimento e a efetividade da Lei 10.097/2000, que estabelece as normas para contratação de menor aprendiz no âmbito dos municípios integrantes da Conleste.

RELEVÂNCIA: Realizar atividades de capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade, através do programa de aprendizagem, com a criação de políticas e atividades especificamente criadas e voltadas para esse público, é dever do Poder Executivo, entretanto, o Judiciário tem a sua parte de responsabilidade, devendo fomentar essas práticas e articular com os diversos atores envolvidos na busca desse objetivo.

**Proc. nº 2019/143.407 – Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEPM)**

OBJETO: Cooperação mútua entre os partícipes para a implementação do Programa Patrulha Maria da Penha – Guardiões da Vida, em todos os batalhões de área da PMERJ. Suas principais atribuições são o atendimento e o monitoramento de mulheres com Medidas Protetivas de Urgência deferidas pelo Poder Judiciário, bem como a fiscalização de seu cumprimento pelos agressores.

RELEVÂNCIA: Atuar de modo integrado com a PMERJ visando reduzir a reincidência e renitência dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher em todo Estado do Rio de Janeiro.

**Proc. nº 2019/159.349 – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)**

OBJETO: Cooperação mútua entre os partícipes para a implementação do Programa Mãos EmPENHadas contra a Violência no Estado do Rio de Janeiro.

**RELEVÂNCIA:** Realizar parceria entre o TJERJ e entidades governamentais e não governamentais nas áreas de segurança pública, assistência social, saúde, trabalho e educação para efetivação de programas de prevenção e combate a todas as formas de violência contra a mulher.

**Proc. nº 2019/101.345 – Sindicato das Empresas de Ônibus da Cidade do Rio de Janeiro (Rio Ônibus)**

**OBJETO:** Fornecimento de lotes de passagens de ônibus a serem utilizadas por presidiários recém-libertos do sistema carcerário e do sistema de audiências e custódias, no âmbito do Município do Rio de Janeiro, no momento da saída do estabelecimento prisional. Esse número é ampliado sempre que isso se fizer necessário.

**RELEVÂNCIA:** Disponibilização de lote com 1.000 (mil) passagens de ônibus mensais.

**Proc. nº 2019/162.308 – Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RJ)**

**OBJETO:** Cooperação e intercâmbio entre as partes com a finalidade de desenvolver parceria voltada para encaminhamento de jovens, em vulnerabilidade social, indicados pelos Juízos competentes, objetivando contratá-los como aprendizes nos escritórios de advocacia situados no Estado do Rio de Janeiro, visando assegurar o cumprimento e a efetividade da Lei 10.097/2000, que estabelece normas para contratação de aprendiz.

**RELEVÂNCIA:** Contribuição não somente para viabilizar sonhos e perspectivas de vida, mas também para a geração de bens; e, no caso de jovens, em conflito com a lei, para a diminuição do índice de reincidência.

**Proc. nº 2019/159.913 – Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor)**

**OBJETO:** Implementação do Projeto “transportando Para Aprendizagem” através do fornecimento de cartões eletrônicos, com crédito de passagens de ônibus convencional municipal e/ou intermunicipal, para jovens indicados pelos Juízos competentes, objetivando viabilizar o acesso de aprendizes aos cursos de formação técnico-profissionais metódicos, de forma a assegurar o cumprimento e a efetividade da Lei 10.097/2000.

**RELEVÂNCIA:** Fornecer cartões eletrônicos de passagens, de forma gratuita, para 100% dos jovens aprendizes indicados pelos Juízos competentes nos municípios abrangidos pela Fetranspor.

**Proc. nº 2019/154.553 – Município de Araruama**

**OBJETO:** Cooperação técnica e material para a expansão do Projeto Violeta, vencedor da XI edição do Prêmio Innovare em 2014, a fim de promover a garantia de segurança e de proteção máxima de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, acelerando o acesso à Justiça daquelas que estão com sua integridade física, e até mesmo com a vida, em risco mediante a conjugação de esforços para apoio e atuação de equipe multidisciplinar a ser integrada por profissionais especializados pela Prefeitura de Araruama para o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da referida Comarca.

**RELEVÂNCIA:** Prestar atendimento prévio à vítima que for encaminhada diretamente pela Delegacia Legal, através de profissionais da equipe multidisciplinar disponibilizados pela Prefeitura de Araruama para atuação no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Especial Adjunto Criminal da referida comarca.

**Proc. nº 2019/616.048 – Governo do Estado do Rio de Janeiro/ Secretaria de Estado de Saúde (SES)**

OBJETO: Conjugação de esforços para apoio e atuação de equipe multidisciplinar a ser integrada por profissionais especializados da área psicossocial (psicólogos e assistentes sociais) disponibilizados pela SES para os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que tenha o Projeto Violeta implementado.

RELEVÂNCIA: A equipe técnica disponibilizada pela SES atuará em, pelo menos, 40% dos processos dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher alcançados no objeto.

**Proc. nº 2019/102.323 – Município de Rio das Ostras**

OBJETO: Cooperação técnica e material objetivando implantar o Programa de Conciliação de Débitos Fiscais, denominado Programa Concilia Rio das Ostras, nos termos da Lei Municipal nº 2235/2019, que será levado a efeito por meio da realização de diversas medidas implantadas conjuntamente entre os partícipes de forma a propiciar aos contribuintes e ao Fisco Municipal a solução de conflitos instaurados nas execuções fiscais ajuizadas, inscritos e não inscritos em Dívida Ativa, dos créditos tributários e não tributários pelo MUNICÍPIO, no âmbito dos órgãos de autocomposição estabelecidos ou a serem implantados pelo TRIBUNAL.

RELEVÂNCIA: Reduzir o acervo das execuções fiscais. Recuperar créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, conforme disposto na lei municipal. Recuperar custas e taxa judiciária na tentativa de evitar que acarrete a prescrição intercorrente.

**Proc. nº 2019/137.397 – Município de São João de Meriti**

OBJETO: Cooperação técnica e material objetivando implantar o Programa de Conciliação de Débitos Fiscais, denominado Programa Concilia São João de Meriti, nos termos da Lei Municipal nº 2196/2018, que será levado a efeito por meio da realização de diversas medidas implantadas conjuntamente entre os partícipes, de forma a propiciar aos contribuintes e ao Fisco Municipal a solução de conflitos instaurados nas execuções fiscais ajuizadas, inscritos e não inscritos em Dívida Ativa, de créditos tributários e não tributários pelo município, no âmbito dos órgãos de autocomposição estabelecidos ou a serem implantados pelo Tribunal.

RELEVÂNCIA: Reduzir o acervo das execuções fiscais. Recuperar créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, conforme disposto na lei municipal. Recuperar custas e taxa judiciária na tentativa de evitar que acarrete a prescrição intercorrente.

**Proc. nº 2019/611.456 – Município de Petrópolis**

OBJETO: Cooperação técnica e material objetivando implantar o Programa de Conciliação de Débitos Fiscais, denominado Programa Fique em Dia, nos termos da Lei Municipal nº 7828/2019, visando resolver os conflitos oriundos da cobrança de créditos fiscais de titularidade do município, no âmbito dos órgãos de autocomposição estabelecida ou a serem implantados pelo Tribunal.

RELEVÂNCIA: Reduzir o acervo das execuções fiscais. Recuperar créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, conforme disposto na lei municipal. Recuperar custas e taxa judiciária.

**Proc. nº 2019-616421 – Município de Santo Antônio de Pádua**

OBJETO: Cooperação técnica e material objetivando implantar o Programa de Conciliação de Débitos Fiscais, denominado Programa Concilia Contribuinte Legal, nos termos da Lei Municipal nº 3976/2019, visando resolver conflitos oriundos da cobrança de créditos fiscais de titularidade do município no âmbito dos órgãos de autocomposição estabelecida ou a serem implantados pelo Tribunal, conforme o Plano de Trabalho (documento eletrônico nº 0141209) anexado ao mencionado processo, que integra esse termo, independentemente de transcrição, para todos os modos, fins e efeitos legais.

RELEVÂNCIA: Reduzir o acervo das execuções fiscais; recuperar os créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, conforme disposto na Lei Municipal; recuperar as custas e a taxa judiciária na tentativa de evitar que acarrete a prescrição intercorrente.

**Proc. nº 2019-620766 – Município de Natividade**

OBJETO: Cooperação técnica e material entre os partícipes, para implantação do programa de conciliação de débitos fiscais denominado Programa Concilia Natividade visando resolver conflitos oriundos da cobrança de créditos fiscais de titularidade do município no âmbito dos órgãos de autocomposição estabelecida ou a serem implantados pelo Tribunal.

RELEVÂNCIA: Reduzir o acervo das execuções fiscais; recuperar os créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, conforme disposto na lei municipal; recuperar as custas e a taxa judiciária na tentativa de se evitar que acarrete a prescrição intercorrente.

**Proc. nº 2019/620.522 – Município de Nova Iguaçu**

OBJETO: Cooperação técnica e material objetivando implantar o Programa de Conciliação de Débitos Fiscais, denominado Programa Concilia Nova Iguaçu, nos termos da Lei Municipal nº 71/2019, visando resolver os conflitos oriundos da cobrança de créditos fiscais de titularidade do município, no âmbito dos órgãos de autocomposição estabelecida ou a serem implantados pelo Tribunal.

RELEVÂNCIA: Reduzir o acervo das execuções fiscais; recuperar os créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, conforme disposto na lei municipal; recuperar as custas e a taxa judiciária na tentativa de evitar que acarrete a prescrição intercorrente.

**Proc. nº 2019/621.201 – Município de São Gonçalo**

OBJETO: Cooperação técnica e material objetivando implantar o Programa de Conciliação de Débitos Fiscais, denominado Programa Concilia São Gonçalo, que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e o Município de São Gonçalo.

RELEVÂNCIA: Reduzir o acervo das execuções fiscais; recuperar os créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, conforme disposto na lei municipal; recuperar as custas e a taxa judiciária na tentativa de evitar que acarrete a prescrição intercorrente.

**Proc. nº 2019/620.800 – Município de Rio Bonito**

OBJETO: Cooperação técnica e material objetivando implantar o Programa de Conciliação de Débitos Fiscais, denominado Programa Concilia Rio Bonito, que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e o Município de Rio Bonito.

RELEVÂNCIA: Reduzir o acervo das execuções fiscais; recuperar os créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, conforme disposto na lei municipal; recuperar as custas e a taxa judiciária na tentativa de evitar que acarrete a prescrição intercorrente.

**Proc. nº 2019/621.380 – Município de Magé**

OBJETO: Cooperação técnica e material objetivando implantar o Programa de Conciliação de Débitos Fiscais, denominado Programa Concilia Magé, que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e o Município de Magé.

RELEVÂNCIA: Reduzir o acervo das execuções fiscais; recuperar os créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, conforme disposto na lei municipal; recuperar as custas e a taxa judiciária na tentativa de evitar que acarrete a prescrição intercorrente.

**Proc. nº 2019/621.645 – Município de Campos dos Goytacazes**

OBJETO: Cooperação técnica e material entre os partícipes para implantação do programa de conciliação de débitos fiscais denominado Programa Concilia Campos, nos termos da Lei Municipal nº 8939/2019, visando resolver os conflitos oriundos da cobrança de créditos fiscais de titularidade do município, no âmbito dos órgãos de autocomposição estabelecida ou a serem implantados pelo Tribunal, conforme o Plano de Trabalho do mencionado processo que integra esse termo, independentemente de transcrição, para todos os modos, fins e efeitos legais.

RELEVÂNCIA: Reduzir o acervo das execuções fiscais; recuperar créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, conforme disposto na Lei Municipal. Recuperar as custas e a taxa judiciária na tentativa de evitar que acarrete a prescrição intercorrente.

**Proc. nº 2019/628.709 – Município de Italva**

OBJETO: Cooperação técnica e material objetivando implantar o Programa de Conciliação de Débitos Fiscais, denominado Programa Concilia Itálva, nos termos da Lei Municipal nº 1195/2019, visando resolver os conflitos oriundos da cobrança de créditos fiscais de titularidade do município no âmbito dos órgãos de autocomposição estabelecida ou a serem implantados pelo Tribunal, conforme o Plano de Trabalho anexado ao mencionado processo que integra esse termo, independentemente de transcrição, para todos os modos, fins e efeitos legais.

RELEVÂNCIA: Reduzir o acervo das execuções fiscais; recuperar créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, conforme disposto na Lei Municipal; recuperar as custas e a taxa judiciária na tentativa de evitar que acarrete a prescrição intercorrente.

**Demais Iniciativas sobre Infraestrutura, Obras e Logística****Unificação do Teleatendimento dos Serviços Prestados pela DGLOG  
(Projeto Estratégico)**

Criação de uma Central de Solicitações para centralizar os serviços prestados pela DGLOG (DEIOP, DEPAM, DETRA e DEENG). Visa otimizar a comunicação da DGLOG com os usuários internos do PJERJ e obter informações gerenciais mais precisas dos contratos, por exemplo, de limpeza, manutenção predial, transporte e fornecimento de material de consumo e mobiliário, visando inclusive detectar eventual duplicidade ou sobreposição de solicitação.



**DIRETORIA GERAL DE SEGURANÇA  
INSTITUCIONAL (DGSEI)**



## 11. DIRETORIA GERAL DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (DGSEI)

### Missão

Prover segurança e tranquilidade para todas as pessoas envolvidas na prestação jurisdicional.

### Visão

Ser uma equipe de provimento dos serviços de segurança judicial reconhecida por sua excelência.

### DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PATRIMONIAL (DESEP)

O Departamento de Segurança Patrimonial (DESEP) é uma unidade organizacional subordinada à Diretoria Geral de Segurança Institucional (DGSEI), por sua vez subordinada à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ).

**Projeto estratégico** - Aprimorar a segurança nas instalações físicas do PJRJ através da expansão na implementação do Sistema de Controle de Acesso. Esse projeto visa impedir que armas de fogo e objetos que ofereçam risco a magistrados, servidores e usuários acessem as instalações físicas do PJRJ.

### Controle de acesso

O controle de acesso de usuários às unidades do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro constitui-se em estratégia fundamental na garantia da segurança, uma vez que envolve a aplicação de tecnologias modernas visando coibir o ingresso de materiais que tragam riscos à integridade física de magistrados, serventuários e do público em geral.

Do total de 99 (noventa e nove) edificações do PJRJ, 70 (setenta) unidades contam com o serviço de controle de acesso em funcionamento, o que equivale a 62,63%, conforme se verifica na tabela abaixo.

TOTAL DE UNIDADES JUDICIAIS	99	%
Controle de acesso implementado	70	62,63
Previsão para o biênio 2019/2020	5	5,05

\* Prevista a implementação do controle de acesso em cinco fóruns no biênio 2019-2020, o que representa 5,05% do total de 99 (noventa e nove) fóruns.

### Acautelamento e apreensões de materiais

- **42.074** (quarenta e dois mil e setenta e quatro) armas de fogo foram acauteladas e **68.534** (sessenta e oito mil, quinhentos e trinta e quatro) objetos diversos (facas, tesouras, alicates, canivetes, estiletes) apreendidos em 2019.

UNIDADES	OBJETOS APREENDIDOS	ARMAS DE FOGO ACAUTELADAS
Capital	4.156	8.430
Bangu	774	1.213
Barra da Tijuca	994	371
Campo Grande	320	361
Cidade Nova - Anexo	72	0
Jacarepaguá	4.110	741
Leopoldina	2.039	216
Madureira	312	770
Meier	1.138	267
Comarcas do Interior	54.619	29.705
<b>TOTAL</b>	<b>68.534</b>	<b>42.074</b>

## Atuação do policiamento externo

No policiamento da área externa do PJERJ, diga-se, entorno das Lâminas I, II, III, IV e V, Praça XV no trajeto ao Centro Administrativo e Praça dos Expedicionários, são usados como apoio logístico quatro veículos elétricos e três SEGWAY, fornecidos pelo PJERJ.

Além disso, compõe o policiamento externo uma viatura policial militar, durante o período de 24 horas, para atender as ocorrências de prisão geradas pelo efetivo policial da DGSEI e demais demandas inerentes ao PJERJ.

## Movimentação de presos na carceragem

### Movimentação de presos em dependências do PJERJ

**TOTAL 2019 - 16.018**



### Movimentação de presos em comarcas e regionais do PJERJ

**TOTAL 2019 - 43.911**



## DIVISÃO DE COMBATE A INCÊNDIO (DICIN)

OCORRÊNCIAS ATENDIDAS	
TIPO	ANO 2019
Aviso de falso incêndio	67
Auxílio Técnico	20
Desabamento	0
Escoamento	3
Escapamento de Gás	0
Resgate em elevador	61
Salvamento em edificação	124
Salvamento em via pública	6
Prevenção	17
Mal súbito	59
Aviso de falsa ocorrência	1
Arrombamento	3
Tentativa de suicídio	1
Incêndio	15
Outros	26
TOTAL DE ATENDIMENTOS	403

### Palestras, exercícios simulados e cursos ministrados pela DICIN em 2019

PALESTRAS E EXERCÍCIOS SIMULADOS DE ABANDONO DE ÁREA			
ANO	Ato executivo	Edificações atendidas	Público treinado
2019	240/2018 e 76/2019	21	955
CURSO DE BOMBEIRO VOLUNTÁRIO DE INCÊNDIO			
ANO	Quantidade de cursos		Quantidade de alunos
2019	3		47

### DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES (DETEL)

O DETEL possui as seguintes atribuições:

- Planejar, gerenciar e controlar a execução, preventiva e corretiva, interagindo com a Diretoria Geral de Logística, de projetos de instalações físicas na área de telecomunicações, visando à segurança da execução de atividades jurisdicionais e extrajudiciais;
- Elaborar projetos pertinentes a medidas, procedimentos e ampliação da capacidade física de equipamentos de segurança e de telecomunicações, voltados para a execução de atividades jurisdicionais e extrajudiciais;
- Acompanhar processos licitatórios, zelando para que os materiais e equipamentos cotados atendam às especificações do projeto, sem comprometimento da segurança;
- Executar, preventiva e corretivamente, varreduras em sistemas de telecomunicações internos e externos, que garantam a segurança pessoal e de instalações físicas, no desempenho de atividades jurisdicionais ou extrajudiciais;
- Executar, preventiva e corretivamente, procedimentos de vigilância eletrônica que garantam segurança pessoal e das instalações físicas, no desempenho de atividades jurisdicionais e extrajudiciais;
- Garantir a segurança e a funcionalidade dos sistemas e processos de comunicação interna e externa do Poder Judiciário;
- Ministrar periodicamente, para magistrados e serventuários, treinamento para prevenção e identificação de situações que ameacem a privacidade na utilização de telefonia celular e fixa, e de telecomunicações em geral.

## EDIFICAÇÕES DO PJERJ COM O CONTROLE DE ACESSO IMPLEMENTADO

ORDEM	EDIFICAÇÕES	MÊS	ANO
01	Fórum Central	Agosto	2004
02	Fórum Central – Lâmina II		
03	Fórum Central – Lâmina III	Dezembro	2006
04	Niterói (Fórum novo)	Abril	2009
05	Fórum Central – Lâmina IV		
06	Fórum Central – Lâmina V	Novembro	2010
07	Leopoldina		
08	São Gonçalo	Setembro	2011
09	Fórum Central – EMERJ		
10	Bangu	Julho	2012
11	Barra da Tijuca	Novembro	
12	Campos de Goytacazes	Junho	2013
13	Duque de Caxias	Março	
14	Barra Mansa	Outubro	
15	Mesquita		2014
16	Meier	Janeiro	
17	Madeg		
18	Niterói (Região Oceânica)		
19	Rio Bonito		
20	Teresópolis		
21	Araruama	Fevereiro	
22	Belford Roxo		
23	Cabo Frio		
24	Macaé		
25	Madureira		
26	Jacarepaguá	Março	
27	Aicantara	Abril	
28	Japeri		
29	Volta Redonda	Maio	
30	Nova Friburgo		
31	Nilópolis	Junho	
32	Petrópolis		
33	Itaboraí	Julho	
34	Queimados		
35	Resende	Agosto	
36	São João de Meriti		
37	Fórum Central - Plantão Judiciário	Setembro	
38	Cachoeira de Macacu		
39	Guaipimirim	Outubro	
40	São João de Meriti - Anexo		
41	Búzios		
42	Itaipava	Novembro	
43	Três Rios		
44	São Pedro da Aldeia		
45	Itaguaí		
46	Niterói - Prédio das Secretarias	Dezembro	
47	Rio das Ostras	Março	
48	Maricá		
49	Nova Iguaçu	17/11	2015
50	Nova Iguaçu – Anexo	25/11	
51	Saquarema	25/11	
52	Santo Antônio de Pádua	01/12	Dezembro
53	Campo grande	02/12	
54	Itaperuna	08/12	
55	Bom Jesus de Itabapoana	15/12	
56	Miracema	15/12	
57	Vassouras	03/03	2016
58	Barra do Pirai	15/03	
59	São Fidélis	20/07	2016
60	Paraíba do Sul	21/07	
61	Vila Inhomirim	29/08	
62	Ilha do Governador	03/10	
63	Juizado da Infância e Juventude (Praça Onze)	06/10	
64	Pavuna	21/11	2017
65	Valença	23/11	
66	2ª Vara da Infância e Juventude – Gamboa	01/02	2017
67	Angra dos Reis	08/03	2018
68	Anaíal do Cabo	25/10	
69	Iguaba Grande	25/10	
70	Santa Cruz	08/04	2019

## Projetos estratégicos

### Expansão do sistema de videoconferência em audiências nas varas criminais do PJERJ

- Ampliação em andamento para atendimento de audiências criminais visando a redução do quantitativo de presos nas dependências do PJERJ; aumento do nível de segurança de magistrados, servidores e usuários do PJERJ; dispensa de logística para o deslocamento do preso; redução de custos pela Secretaria de Segurança Pública com o transporte de presos; redução do risco à população em virtude da diminuição dos deslocamentos de presos de alta periculosidade em vias públicas;
- Em dezembro de 2019, duas salas foram implantadas no Presídio de Gericinó.

### Índice de varas criminais com sistema de audiência por videoconferência (Resolução 198 CNJ)



Indicador - Esse indicador teve um aumento no último trimestre de 2019 por conta da conclusão das obras do Presídio de Gericinó. Porém, ainda é esperada a finalização das obras de infraestrutura dos Presídios de Japeri e Volta Redonda.



### Previsão para 2020

- Implantação de salas de videoconferências nos Presídios em Magé e Japeri;
- Expansão do Sistema de Controle de Acesso nas unidades com a previsão de aquisição de oito equipamentos Scanner de Raio-X (projeto em andamento);
- Solução de Monitoramento de Alarme de Pânico em Comarcas e Regionais do Estado do Rio de Janeiro;
- Ampliação do Sistema de Alarme de Pânico nas Comarcas e Regionais do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, Alcântara, Bangu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo e Magé já foram concluídos em 2019. Para o ano de 2020, há a previsão de São Gonçalo, Nova Iguaçu, Queimados, Jacarepaguá, Japeri, Leopoldina, Guapimirim e Nilópolis.

### Resumo dos equipamentos instalados

SEGURANÇA	2019/2020
Monitoramento por CFTV	147
Edificações com Controle de Acesso	70
Edificações com Sistema de Alarmes	124
Câmeras instaladas nas edificações	4143
Salas de Videoconferência (audiências e cursos e três kits Móveis para atendimento itinerante)	65

Obs.: Salas de Videoconferência: 65 salas, sendo 20 para cursos e palestras, 42 para audiências criminais (incluindo a ampliação do Presídio de Gericinó) e três kits móveis para atendimento itinerante.

### Projetos implementados e/ou em fase de implementação em 2019/2020

- **Ampliação do Sistema de Alarme de Pânico nas Comarcas e Regionais do Estado do Rio de Janeiro**  
Niterói, Alcântara, Bangu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo e Magé concluídos em 2019.  
Para 2020, há a previsão de São Gonçalo, Nova Iguaçu, Queimados, Jacarepaguá, Japeri, Leopoldina, Guapimirim e Nilópolis. Serviço em andamento em acordo com o cronograma do Projeto Estratégico enviado para o DEGEP.
- **Atualização tecnológica da Solução de Monitoramento de Imagens para IP nas Lâminas 1 e 2**  
Projeto em andamento com aquisição de equipamentos de infraestrutura de rede e câmeras. O processo 2019-0629668 trata da aquisição de materiais de infraestrutura de rede.
- **Atualização tecnológica dos equipamentos do Serviço de Edição de Filmaagem do DETEL**  
Processo em andamento na fase de especificações técnicas e definição de lista para o procedimento licitatório. Processo 2019-064866

- Implantação do Sistema de Gravação Audiovisual nas Câmaras Cíveis das Lâminas 3 e 4**  
Aquisição dos equipamentos realizada em 2019. A instalação será realizada no 1º semestre de 2020. Processo em fase de julgamento de pregão eletrônico sob o número 97/2019.
- Atualização do Sistema de Automação de Rádio na Sonorização Ambiente**  
Sistema de sonorização ambiente em fase de levantamento de recursos e disponibilidade de equipe para avançar em 2020 para atendimento ao Ato Normativo 14/2019.
- Estudo de viabilidade técnica para Sistema de Reconhecimento Facial nos acessos restritos**  
Prova de conceito realizada em 2019. Aguardando orientação para prosseguimento da possível implantação.
- Projeto de Monitoramento das Carceragens que atendem ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**  
Projeto em andamento atendendo orientação e prioridades do DESEP.
- Ampliação da capacidade de atendimento para a Solução de Videoconferência**  
Processo finalizado em 2019 objetivando o aumento da equipe técnica de atendimento às agendas coordenadas pela ESAJ/DGJUR/NUDECA/EMERJ.
- Atualização tecnológica dos equipamentos de sonorização que atendem ao Órgão Especial**  
Processo em andamento 2019-622822 que visa licitação da obra de modernização do Órgão Especial. Isso implica em necessidade de atualização dos sistemas audiovisuais no decorrer de 2020.
- Cooperação Técnica com o Tribunal Regional Eleitoral para atendimento a Solução de Monitoramento de Imagens dos prédios administrativos**  
Cooperação para acompanhamento e instalação do sistema de CFTV nos polos administrativos do TRE no Estado do Rio de Janeiro.
- Contratação de suporte técnico e atualização contínua dos softwares que gerenciam e operam a Solução de Monitoramento de CFTV implantada no Centro Integrado de Segurança do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**  
Processo em fase final para licitação do contrato de manutenção e atualização dos aplicativos associados ao software que gerencia as imagens no CISPJ.

SERVIÇO DE CFTV - 2019		
	SISTEMAS	CÂMERAS
Complexo Judiciário	85	1099
Foruns Regionais	35	566
Comarcas	127	2364
Carceragens	8	114
TOTAL	255	4143

LOCAIS	
Capital	27
Fóruns Regionais	20
Carceragens	7
Fórum Interior 2º Nur	12
Fórum Interior 3º Nur	7
Fórum Interior 4º Nur	14
Fórum Interior 5º Nur	11
Fórum Interior 6º Nur	7
Fórum Interior 7º Nur	8
Fórum Interior 8º Nur	6
Fórum Interior 9º Nur	11
Fórum Interior 10º Nur	9
Fórum Interior 11º Nur	8
TOTAL	147

## SETOR DE SEGURANÇA EM TELEFONIA (SETEL)

### Redução de custos

- **Telefonia Fixa**

Tendo em vista os baixos valores de tarifas de telefonia fixa obtidos em licitação realizada pelo Ministério do Planejamento para prestação do serviço de telefonia fixa com troncos digitais em âmbito nacional, foi realizada adesão à Ata de Registro de Preços dessa licitação, contratando a empresa Claro, vencedora do atendimento para o Estado do Rio de Janeiro.

No entanto, por limitação de quantitativo determinada na Ata de Registro de Preços e das localidades atendidas pela empresa Claro, foram incluídas na adesão 50 unidades do PJERJ dotadas de centrais telefônicas, permanecendo as demais 58 unidades atendidas pela empresa Oi/Telemar, por contrato existente.

**Devido ao tempo necessário** para a empresa Claro adequar sua rede de forma a atender as unidades do PJERJ especificadas, **a redução esperada de valor** ainda não se realizou, **chegando, entretanto, a 15%. Para o ano de 2020**, há previsão de **redução de até 50% do valor de 2019**.

- **Telefonia Móvel**

Em novembro de 2018, a prestação do serviço de telefonia móvel para os magistrados, foi migrada da empresa Nextel para a empresa Claro, vencedora da licitação. Em maio deste ano, não foi renovado o contrato com a empresa TIM para prestação de serviço de telefonia

móvel para a Administração tendo suas linhas migradas para o contrato da empresa Claro, justificado por apresentar tarifas inferiores ao contrato da TIM. O valor total despendido com telefonia móvel em 2019 se apresenta 15% inferior ao valor despendido em 2018.

Para 2020, não devem ocorrer reduções considerando o incremento de solicitações para atendimento de serventias judiciais, não previstas anteriormente.

### Situação em Dezembro/2019

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	OBS.
Unidades atendidas em endereços distintos	142	
Unidades dotadas com centrais telefônicas	115	
Unidades dotadas com centrais telefônicas, com tarifação e programação centralizada	108	Incluídos todos os Fóruns
Unidades sem centrais telefônicas, atendidas diretamente por linhas analógicas ou ramais IP remotos	24	
Canais digitais contratados	3090	
Linhas analógicas contratadas	130	
Circuitos banda larga fixa	44	
Ramais ativos	12.549	
Linhas de telefonia móvel	1027	

## DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (DESIN)

O Departamento de Segurança Institucional é responsável pelo planejamento, gerenciamento e controle da execução preventiva e corretiva de ações de segurança pessoal e de instalações, quando da realização de eventos internos e externos de que participem magistrados, bem como em situações de exceções, assim caracterizadas pela Presidência do Tribunal de Justiça e/ou pela Comissão de Segurança Institucional do Poder Judiciário. Também é atribuição deste Departamento a coordenação da realização de vistoria prévia dos locais selecionados para a realização de eventos, adotando medidas de contingência relacionadas à segurança pessoal e de instalações e à garantia da segurança do Poder Judiciário e de seus membros em situações excepcionais de contingência.

### Escoltas e segurança

São disponibilizadas equipes de segurança, formadas por efetivo deste Departamento, para o atendimento de situações contingenciais, gestão de medidas protetivas e atendimentos a eventos, que promoveram em 2019:

- 397 atendimentos contingenciais;
- 450 atendimentos a ministros do STJ, STF, autoridades do CNJ e de outros estados;
- 278 atendimentos a eventos especiais;
- 512 atendimentos à Justiça Itinerante;
- Gestão de medidas protetivas institucionais e por risco ou ameaça;
- Avaliação de risco pessoal e institucional;
- Orientações de segurança preventiva a magistrados e servidores.

### Plantão

São disponibilizadas equipes para pronto emprego em:

- Atendimentos 24h;
- Atendimentos de contingências;
- Controle de equipes de proteção.

### Cursos e treinamentos

O DESIN investe na capacitação de seu efetivo de maneira a se manter atualizado, habilitando a equipe de instrução própria, multiplicadora do conhecimento específico recebido, possibilitando levar a magistrados e servidores um treinamento de qualidade a um custo muito inferior ao da iniciativa privada ou de outros órgãos públicos, direcionado à realidade específica do nosso público interno.

**Capacitação do efetivo da DGSEI**

Foram ministrados internamente oito cursos, instruções e treinamentos para iniciação e nivelamento dos agentes da DGSEI.

**Capacitação de magistrados**

Foram realizadas 18 instruções para magistrados.

**Capacitação para oficiais de Justiça**

Foram ministrados três cursos para 75 Oficiais de Justiça, com previsão de mais um no dia 17/12.

**Interação com órgãos conveniados**

Com o intuito de facilitar a interação entre magistrados e serventuários com órgãos externos conveniados, o DESIN atuou como facilitador e promoveu em 2019:

- 3.343 atendimentos mediante interação com órgãos conveniados, quais sejam, Consulados, Polícia Federal e Exército Brasileiro.

**Convênios / Acordos**

- **Supremo Tribunal Federal (STF)**  
Acordo de Cooperação Nº 26 / 2010
- **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**  
Acordo de Cooperação Técnica Nº 18 / 2010
- **Departamento de trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN)**  
Convênio Nº 003 / 233 / 2012
- **Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE)**  
Termo Nº 003 / 404 / 2015
- **Batalhão de Choque (PMERJ)**  
Convênio de Cooperação Técnica Nº 003 / 0472 / 2016



# COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO



## 12. COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

### VALORIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO MECANISMO DE EFETIVIDADE JURISDICIONAL

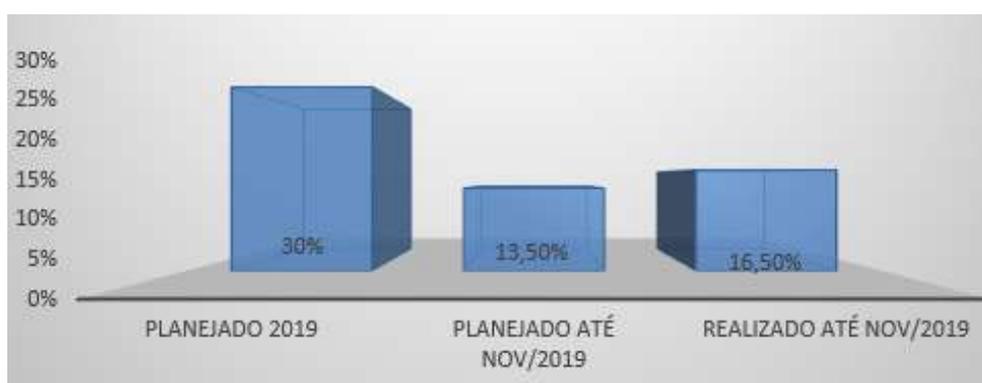
#### **Projeto Estratégico: Ambientes de Colaboração Virtual no Portal do Conhecimento**

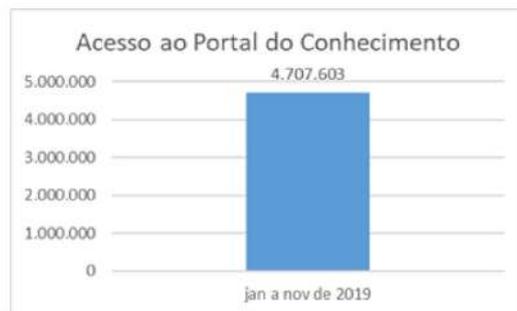
Visando ampliar os mecanismos de apoio aos processos de tomada de decisão das atividades jurisdicionais e administrativas, e com o auxílio de ferramentas tecnológicas que permitam fomentar, coletivamente, a criação de conhecimento, a sua retenção e o seu compartilhamento, foi estabelecido o Projeto Estratégico *Ambientes de Colaboração Virtual no Portal do Conhecimento*.

O projeto aponta como principais benefícios o estímulo à troca de conhecimento e de experiências nas áreas judicial e administrativa, o incentivo ao registro e à adoção de boas práticas e a ampliação da comunicação do PJERJ com a sociedade civil. Prevê ainda a criação de ambientes tecnológicos para criação e compartilhamento de conhecimentos, tais como: *wiki, comunidades de práticas, gamificação, vídeos e teasers*.

Até novembro de 2019, o projeto atingiu o percentual de 16,50% do total planejado de 30%.

#### Acompanhamento do Projeto Estratégico Ambientes de Colaboração Virtual no Portal do Conhecimento





matérias e imagens especialmente preparadas para a disseminação do conhecimento jurídico produzido no âmbito do Tribunal de Justiça, além de outros conteúdos de conhecimento sistematizados e disponibilizados em diversos espaços do Portal, que podem ser acessados a partir do sítio institucional do Tribunal de Justiça ou pelo endereço eletrônico <http://conhecimento.tjrj.jus.br/>.

## IMPLANTAÇÃO DO PORTAL DO CONHECIMENTO DO PJERJ

No dia 15 de janeiro de 2019, foi lançado o *Portal do Conhecimento do PJERJ*.

O Portal é um repositório virtual de conteúdos organizados estruturalmente – constituído de acervos selecionados de jurisprudência, doutrina e legislação – visando à construção, à retenção e ao compartilhamento de conhecimentos auxiliares à realização das atividades jurídico-administrativas da Instituição, assim como visando bem informar à sociedade civil, cujos interesses estão relacionados às ações do Poder Judiciário. Até o mês de novembro, foram contabilizados mais de 4.7 milhões de acessos, com média mensal de, aproximadamente, 428 mil acessos.

O Portal do Conhecimento apresenta uma série de inovações, dentre as quais merece destaque a área destinada à publicação de

## NOVA PÁGINA DE CONSULTA DO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO (DJERJ)

Outra grande mudança ocorreu na página de consulta ao Diário da Justiça Eletrônico (DJERJ), cujo leiaute foi completamente modificado. A nova página do DJERJ traz, além de um visual mais moderno, novidades na hora de fazer uma pesquisa.

Uma das ferramentas de consulta é o Índice, que disponibiliza os cinco cadernos do DJERJ e suas respectivas estruturas. Nessa opção, é possível fazer o download da íntegra do Caderno I – Administrativo.

As outras duas formas de pesquisa são pelo número da OAB ou pelo número do processo. Essas opções oferecem um novo recurso de busca. Agora, é possível pesquisar por períodos de abrangência de até um ano. As mudanças na página têm como objetivo tornar a navegação mais fluida e possibilitar uma busca rápida e intuitiva.

## Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro

O Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro (DJERJ) é o meio oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Judiciário Estadual, que substituiu a versão impressa, desde 1º de setembro de 2008. As edições anteriores a esta data deverão ser consultadas diretamente na página da Imprensa Oficial.

PERGUNTAS FREQUENTES

Índice
OAB
Processo

Data de Publicação:  Caderno: I - Administrativo

Estrutura do Caderno:

Caderno I - Administrativo

- Atos e Despachos do Presidente
- Divisão de Precatórios Judiciais
- Diretoria-Geral de Apoio Aos Órgãos Jurisdicionais
- Diretoria-Geral de Logística
- Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes
- Órgão Julgador de Licitação

VISUALIZAR A ÍNTEGRA DO CADERNO I - ADMINISTRATIVO
PESQUISAR

CLIQUE AQUI PARA VISUALIZAR A ERRATA DO CADERNO I - ADMINISTRATIVO PUBLICADO NO DJERJ EM 08/06/2015, DISPONIBILIZADO NO DIA 05/06/2015.

## COMUNICAÇÃO E CULTURA

### Projeto Estratégico: Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico do PJERJ

#### Público participante das atividades do CCMJ

PLANILHA DE INDICADORES												
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir de Internet é copia não controlada.												
UNIDADE ORGANIZACIONAL	DGCOM/CCM		INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR DE PROJEITO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		X		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE	
TITULO	Comunicação Institucional		OBJETIVO ESTRATÉGICO		Incentivar o funcionamento interno e com a sociedade civil							
INDICADOR	Público participante das atividades do CCMJ.		PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE		GeT as ações do CCMJ							
FINALIDADE	Promover a reflexão sobre valores de justiça e cidadania, incentivar o interesse pela história e pelo funcionamento do judiciário e aproximar o cidadão das diversas manifestações artísticas e da produção de conhecimento estimulando a aproximação da sociedade com o Judiciário.										SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO	Status
PERIODICIDADE	Mensal		INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO		INDICADOR DE DESEMPENHO		X		INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE	
FÓRMULA	[(E (pesquisadores atendidos)) + (E (visitantes espontâneos API Rio)) + (E (visitantes espontâneos API Niterói))] + [(I (participantes Agenda Cultural) API Rio) + (I (participantes Agenda Cultural) API Niterói)]										SINTESE DE MELHORIA	Maior e menor
META	10.500											Passivo
ORDEM DOS DADOS												
Banco de dados CCMJ												
UNIDADE DE MEDIDA												
Pessoas												
RESULTADO NO PERÍODO												
RESULTADO DE PERÍODO - 2019												
EVALUAÇÃO RESULTADO - POWER CCMJ												
UNIDADE DE BASE (Resultado Anterior)	10.418											
RESULTADO ATUAL	22.909											
META 2019	10.500											
ANÁLISE CRÍTICA												
Até novembro, o CCMJ recebeu/atendeu 22.909 pessoas. O resultado, apesar de parcial, já é maior do que o do ano passado. O indicador evolui de forma ascendente. As exposições, visitas mediadas, visitantes espontâneos, concertos, projetos parceiros, pesquisadores atendidos, novas parcerias e aumento do público no API Niterói contribuíram com maior influência para o cumprimento da meta anual.												
AÇÕES GERENCIAIS												
Planejar a Agenda Cultural do PJERJ mensalmente e adotar as ações necessárias para a realização das atividades. Acompanhar a evolução do histórico para mensurar a próxima meta anual.												
Responsável pela emissão do relatório: Sergio Ricardo von Sydow												
Responsável aprovação e divulgação: Sergio Ricardo von Sydow												
Data: 30/12/2019												

O Museu da Justiça-Centro Cultural do Poder Judiciário recebeu/atendeu 22.909 pessoas até novembro de 2019, sendo este, apesar de parcial, o melhor resultado encontrado na série histórica desde a sua primeira medição em 2017, ano em que houve a criação da nova estrutura unificando o antigo Museu da Justiça e o CCPJ-Rio.

Esse resultado é maior do que o dobro do ano passado e se deve, principalmente, ao aumento das atividades oferecidas ao público por meio do estabelecimento de novas parcerias incorporadas aos programas de sucesso anteriores.

No campo da música, por exemplo, passamos a realizar o programa internacional Música no Museu. Essa iniciativa, unida ao consagrado Música no Palácio, com curadoria da UFRJ, e ao Programa Palácio Convida ampliou a frequência do público.



*Projetos parceiros – Música No Museu  
Rio Harp Festival Navaye Mehr Band*



*Opereta  
"O Gato de Botas"*

Outra ação foi aumentar a frequência de exposições, inclusive selecionando e levando para o Antigo Palácio da Justiça de Niterói algumas das apresentadas no APJ-Rio.

Abordamos a importância da reflexão sobre sustentabilidade e meio ambiente na exposição "Absurdos Insustentáveis – A Arte como agente transformador na preservação do Meio Ambiente"; a sensibilização sobre a prevenção e combate à violência contra a mulher nas exposições "Mulheres – A hora e a voz" e "Nunca me Calarei"; e o poder das emoções nos 100 anos da história da Alemanha na exposição "O Poder das Emoções – Alemanha 19/19", em parceria com o Instituto Goethe e o Consulado Geral da Alemanha. Passamos a incentivar o público a conhecer o nosso acervo por meio de mostras de documentos judiciais como "Da Resistência à Liberdade – O protagonismo do escravo", com ações civis de liberdade, autos processuais de crimes e insurreições praticadas por escravos, "O assassinato de Angela Diniz" e "O Homicídio de Euclides da Cunha".



*Absurdos Insustentáveis  
(Núcleo de Arte da Urca)*



*"Da Resistência a Liberdade"  
(Colégio Estadual Aurelino Leal)*

Essas exposições contaram com visitas mediadas pelo setor Educativo do CCMJ, aumentando a participação do público, que já procurava e participava regularmente do programa “Da Pedra ao Palácio”.

Em 2019, o acervo em exposição no Antigo Palácio da Justiça do Rio (APJ-Rio) foi identificado pela primeira vez com o código QR Code, que permite que o visitante ou pesquisador possa obter mais informações sobre a pessoa, local ou objeto pesquisado, bastando para isso que o celular esteja conectado à Internet. As informações estão disponíveis em português e inglês.

Criamos novos programas, como o “Do Direito à Literatura – Encontros Literários Interdisciplinares”; demos continuidade à parceria da peça teatral “Casa da Família”; realizamos, em parceria com o Instituto dos Magistrados do Brasil (IMB), a primeira Feira Literária da Magistratura (FLIMAG); incentivamos o uso do Salão Histórico do I Tribunal do Júri para realização de júris simulados por magistrados e universidades; recebemos, pela primeira vez, o Projeto Jovens Cientistas; e participamos, também pela primeira vez, do Festival Desculpe Incomodar, promovendo atividades culturais para pessoas em vulnerabilidade social, sendo conferido ao CCMJ o selo social expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos da Cidade do Rio de Janeiro.



*Teatro no Palácio – Batalhão Boi Brincante*



*QR Code*

O ano de 2019 também ficou marcado como o do início do projeto Caminhos do Brasil Memória, em que o Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário se uniu a outros dez museus e espaços culturais do Centro Histórico – Praça XV para oferecer atividades culturais integradas num circuito histórico.

PLANILHA DE INDICADORES																																																																																																																													
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir do sistema é copia não controlada.																																																																																																																													
UNIDADE ORGANIZACIONAL	DGCOM/CCM	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE PRODUTO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		INDICADOR DE EFETIVIDADE DE TRABALHO		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE																																																																																																																				
TEMA	Comunicação Institucional		ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA		Incentivo à comunicação interna e com a sociedade civil		X																																																																																																																						
INDICADOR	Público participante das atividades do CCMJ		PRODUTO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE		Gerir as ações do CCMJ																																																																																																																								
FINALIDADE	Promover a reflexão sobre valores de justiça e cidadania. Incentivar o interesse pela história e pelo funcionamento do judiciário e aproximar o cidadão das diversas manifestações artísticas e da produção de conhecimento estimulando a participação da sociedade com o Judiciário.																																																																																																																												
PERIODICIDADE	Mensal		INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO		INDICADOR DE DESEMPENHO		X		INDICADOR DE EFETIVIDADE				STATUS																																																																																																																
FÓRMULA	[(I (pesquisadores atendidos)) + (II (visitantes espontâneos APJ-Niterói)) + (III (visitantes espontâneos APJ-Niterói)) + (IV (participantes Agenda Cultural) APJ-Niterói)]																																																																																																																												
METRA	10.500																																																																																																																												
UNIDADE DE MEDIDA: Pessoas																																																																																																																													
RESULTADOS NO PERÍODO																																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th>2018</th> <th>2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>514</td> <td>656</td> <td>740</td> <td>553</td> <td>649</td> <td>548</td> <td>504</td> <td>512</td> <td>1.071</td> <td>1.071</td> <td>821</td> <td>1.089</td> <td>1.408</td> <td>10.418</td> </tr> <tr> <td>592</td> <td>819</td> <td>1.056</td> <td>1.420</td> <td>2.160</td> <td>1.179</td> <td>2.499</td> <td>2.995</td> <td>3.450</td> <td>3.354</td> <td>3.097</td> <td>2.997</td> <td>2.997</td> <td>22.909</td> </tr> <tr> <td>415</td> <td>576</td> <td>1.130</td> <td>1.319</td> <td>1.754</td> <td>655</td> <td>1.839</td> <td>1.952</td> <td>2.350</td> <td>2.581</td> <td>2.110</td> <td>2.110</td> <td>2.110</td> <td>17.159</td> </tr> <tr> <td>25</td> <td>47</td> <td>31</td> <td>22</td> <td>97</td> <td>92</td> <td>131</td> <td>317</td> <td>309</td> <td>496</td> <td>252</td> <td>252</td> <td>252</td> <td>2.305</td> </tr> <tr> <td>100</td> <td>115</td> <td>144</td> <td>127</td> <td>150</td> <td>23</td> <td>361</td> <td>454</td> <td>74</td> <td>102</td> <td>231</td> <td>231</td> <td>231</td> <td>1.891</td> </tr> <tr> <td>14</td> <td>47</td> <td>31</td> <td>22</td> <td>87</td> <td>0</td> <td>79</td> <td>76</td> <td>10</td> <td>19</td> <td>13</td> <td>13</td> <td>13</td> <td>521</td> </tr> <tr> <td>28</td> <td>54</td> <td>23</td> <td>19</td> <td>82</td> <td>113</td> <td>102</td> <td>178</td> <td>154</td> <td>100</td> <td>151</td> <td>151</td> <td>151</td> <td>983</td> </tr> </tbody> </table>														2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	514	656	740	553	649	548	504	512	1.071	1.071	821	1.089	1.408	10.418	592	819	1.056	1.420	2.160	1.179	2.499	2.995	3.450	3.354	3.097	2.997	2.997	22.909	415	576	1.130	1.319	1.754	655	1.839	1.952	2.350	2.581	2.110	2.110	2.110	17.159	25	47	31	22	97	92	131	317	309	496	252	252	252	2.305	100	115	144	127	150	23	361	454	74	102	231	231	231	1.891	14	47	31	22	87	0	79	76	10	19	13	13	13	521	28	54	23	19	82	113	102	178	154	100	151	151	151	983
2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019																																																																																																																
514	656	740	553	649	548	504	512	1.071	1.071	821	1.089	1.408	10.418																																																																																																																
592	819	1.056	1.420	2.160	1.179	2.499	2.995	3.450	3.354	3.097	2.997	2.997	22.909																																																																																																																
415	576	1.130	1.319	1.754	655	1.839	1.952	2.350	2.581	2.110	2.110	2.110	17.159																																																																																																																
25	47	31	22	97	92	131	317	309	496	252	252	252	2.305																																																																																																																
100	115	144	127	150	23	361	454	74	102	231	231	231	1.891																																																																																																																
14	47	31	22	87	0	79	76	10	19	13	13	13	521																																																																																																																
28	54	23	19	82	113	102	178	154	100	151	151	151	983																																																																																																																
ANÁLISE CRÍTICA	Até novembro, o CCMJ recebeu/rendeu 22.909 pessoas. O resultado, apesar de parcial, já é melhor do que o dobro da ano passado. O indicador evolui de forma ascendente. As exposições, visitas mediadas, visitantes espontâneos, comícios, projetos parciais, pesquisadores atendidos, novas parcerias e aumento do público no APJ-Niterói contribuíram com maior influência para o cumprimento da meta anual.																																																																																																																												
AÇÕES GERENCIAIS	Planejar a Agenda Cultural do PIERJ mensalmente e adotar as ações necessárias para a realização das atividades. Acompanhar a evolução do histórico para mensurar a próxima meta anual.																																																																																																																												
Responsável pela emissão do relatório:		Sergio Ricardo von Sydow				Responsável (aprovação e divulgação):				Sergio Ricardo von Sydow				Data:	16/12/2019																																																																																																														

PLANILHA DE INDICADORES																																																																																																																												
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir do sistema é copia não controlada.																																																																																																																												
UNIDADE ORGANIZACIONAL	DGCOM/DEGEA	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE PRODUTO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		INDICADOR DE EFETIVIDADE DE TRABALHO		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE																																																																																																																			
TEMA	Orçamentos e Finanças		OBJETIVO ESTRATÉGICO		Aprimoramento da governança financeira e organizacional do PIERJ		X																																																																																																																					
INDICADOR	Quantidade de Documentos Descartados		PRODUTO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE		Eliminar Documentos no DEGEA (RAD-DGCOM-012)																																																																																																																							
FINALIDADE	Acompanhar a atividade de descarte de processos indicados pelo sistema realizada na rede de arquivos do PIERJ																																																																																																																											
PERIODICIDADE	Mensal		INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO		INDICADOR DE DESEMPENHO		X		INDICADOR DE EFETIVIDADE				STATUS																																																																																																															
FÓRMULA	[(I (documentos descartados pelo SEADE)) + (II (documentos descartados pelo SEAIT)) + (III (documentos descartados pelo Arquivo de Rio Bonito))]																																																																																																																											
METRA	Descartar 600.000 até 31/12/2019																																																																																																																											
UNIDADE DE MEDIDA: Documentos (descartados)																																																																																																																												
RESULTADOS NO PERÍODO																																																																																																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>2018</th> <th>2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>148.156</td> <td>315.755</td> <td>153.666</td> <td>75.885</td> <td>96.409</td> <td>130.196</td> <td>150.262</td> <td>149.998</td> <td>149.999</td> <td>124.518</td> <td>96.854</td> <td>51.995</td> <td>118.941</td> <td>1.403.773</td> </tr> <tr> <td>9.877</td> <td>7.717</td> <td>7.578</td> <td>9.059</td> <td>6.433</td> <td>8.680</td> <td>10.017</td> <td>10.000</td> <td>10.000</td> <td>6.301</td> <td>6.457</td> <td>3.466</td> <td>7.759</td> <td>93.585</td> </tr> <tr> <td>87.101</td> <td>52.815</td> <td>59.792</td> <td>42.077</td> <td>46.072</td> <td>33.851</td> <td>47.486</td> <td>27.625</td> <td>34.153</td> <td>39.986</td> <td>38.835</td> <td>45.061</td> <td>505.791</td> </tr> <tr> <td>SEADE</td> <td>85.844</td> <td>51.950</td> <td>55.781</td> <td>41.779</td> <td>45.253</td> <td>33.264</td> <td>46.859</td> <td>25.708</td> <td>31.815</td> <td>38.794</td> <td>31.842</td> <td>44.626</td> <td>490.889</td> </tr> <tr> <td>SEAIT</td> <td>1.247</td> <td>270</td> <td>3.048</td> <td>174</td> <td>777</td> <td>563</td> <td>600</td> <td>1.875</td> <td>2.319</td> <td>867</td> <td>623</td> <td>1.124</td> <td>12.363</td> </tr> <tr> <td>SEABM</td> <td>10</td> <td>393</td> <td>963</td> <td>124</td> <td>42</td> <td>24</td> <td>27</td> <td>42</td> <td>19</td> <td>323</td> <td>370</td> <td>231</td> <td>2.541</td> </tr> <tr> <td>Estimativa de cabanos-arquivos eliminados</td> <td>5.807</td> <td>3.521</td> <td>3.846</td> <td>2.805</td> <td>3.938</td> <td>2.257</td> <td>3.166</td> <td>1.842</td> <td>2.277</td> <td>2.464</td> <td>2.466</td> <td>3.065</td> <td>33.720</td> </tr> </tbody> </table>														2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	148.156	315.755	153.666	75.885	96.409	130.196	150.262	149.998	149.999	124.518	96.854	51.995	118.941	1.403.773	9.877	7.717	7.578	9.059	6.433	8.680	10.017	10.000	10.000	6.301	6.457	3.466	7.759	93.585	87.101	52.815	59.792	42.077	46.072	33.851	47.486	27.625	34.153	39.986	38.835	45.061	505.791	SEADE	85.844	51.950	55.781	41.779	45.253	33.264	46.859	25.708	31.815	38.794	31.842	44.626	490.889	SEAIT	1.247	270	3.048	174	777	563	600	1.875	2.319	867	623	1.124	12.363	SEABM	10	393	963	124	42	24	27	42	19	323	370	231	2.541	Estimativa de cabanos-arquivos eliminados	5.807	3.521	3.846	2.805	3.938	2.257	3.166	1.842	2.277	2.464	2.466	3.065	33.720
2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019																																																																																																															
148.156	315.755	153.666	75.885	96.409	130.196	150.262	149.998	149.999	124.518	96.854	51.995	118.941	1.403.773																																																																																																															
9.877	7.717	7.578	9.059	6.433	8.680	10.017	10.000	10.000	6.301	6.457	3.466	7.759	93.585																																																																																																															
87.101	52.815	59.792	42.077	46.072	33.851	47.486	27.625	34.153	39.986	38.835	45.061	505.791																																																																																																																
SEADE	85.844	51.950	55.781	41.779	45.253	33.264	46.859	25.708	31.815	38.794	31.842	44.626	490.889																																																																																																															
SEAIT	1.247	270	3.048	174	777	563	600	1.875	2.319	867	623	1.124	12.363																																																																																																															
SEABM	10	393	963	124	42	24	27	42	19	323	370	231	2.541																																																																																																															
Estimativa de cabanos-arquivos eliminados	5.807	3.521	3.846	2.805	3.938	2.257	3.166	1.842	2.277	2.464	2.466	3.065	33.720																																																																																																															
ANÁLISE CRÍTICA	O total de processos descartados em Novembro/2019 foi 7,88% inferior ao total de processos descartados em Outubro/2019, 43,78% inferior à meta mensal estabelecida (65.521 processos) e 61,97% inferior ao obtido em Novembro de 2018. O total de processos eliminados até o mês em referência atinge 84,30% de meta do objetivo de qualidade. Foram eliminados – em média – 1.939 processos/dia, considerando que no período houve 19 dias úteis. No mês em tela foi priorizada a eliminação de processos originários dos Executivos Fiscais, Juizados Especiais Cíveis, Juizado Especial Cível e Civil Sem Resolução do Mérito, Civil e Agravo do Instrumento arquivados na empresa contratada (Milton) e no Arquivo Central. Considerando em média o armazenamento de 15 processos por caixa-arquivo, o DEGEA conseguiu eliminar 2.456 caixas-arquivos neste mês.																																																																																																																											

	Resultados				Comparativos		
	Mês atual	Meta	Mês Anterior	Período Anterior	mês atual x meta	mês atual x mês anterior	mês atual x período anterior
Total de Processos Descartados	36.835	65.521	39.986	96.854	-43,78%	-7,88%	-61,97%

## COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

O desafio da Comunicação Institucional tem sido aprimorar a comunicação com a sociedade e fortalecer a comunicação com o público interno. Visando melhorar a comunicação com o público externo, trabalhamos em três eixos: informação por meio da produção de cartilhas explicando o funcionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para leigos e como lidar com a imprensa para magistrados e servidores; propagação do conhecimento com a contratação do serviço de mailing (plataforma com banco de contatos de mais de 50.000 jornalistas e influenciadores permanentemente atualizado) e desenvolvimento de campanhas para as redes sociais. Já em relação à comunicação com o público interno, normatizamos a divulgação de spots na rádio interna dos fóruns, dos perfis oficiais institucionais nas mídias sociais e demos início ao projeto do aplicativo “Meu TJ” com o objetivo de utilizar essas ferramentas como canais de comunicação entre a Administração, magistrados e servidores.

## INCENTIVO À COMUNICAÇÃO INTERNA E COM A SOCIEDADE CIVIL

### Projeto Estratégico: Fortalecimento da Comunicação com o Público Interno

O objetivo do projeto estratégico de Fortalecimento da Comunicação com o Público Interno (aplicativo “Meu TJ”) é promover a aproximação entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e seus servidores e magistrados através de um canal direto de comunicação.

Até dezembro de 2019, o projeto foi apresentado à Diretoria Geral de Gestão de Pessoas, para verificação e definição do conteúdo que poderá ser disponibilizado, e à Diretoria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados para o desenvolvimento do aplicativo.

## APRIMORAMENTO DA COMUNICAÇÃO COM A MÍDIA

### Projeto Estratégico: Aprimoramento da comunicação com a sociedade

Com o projeto estratégico de Aprimoramento da Comunicação com a Sociedade, buscamos a melhoria da imagem institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro por meio do entendimento pela sociedade da função e da importância do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e do reconhecimento da eficiência e produtividade da instituição. Foram produzidas cartilhas para explicar para os jornalistas e para a sociedade o funcionamento do PJERJ e para os servidores e magistrados sobre como lidar com a imprensa. Contratamos o serviço de mailing para efetivar a divulgação de releases, pautas e notas produzidas pelo Departamento de Comunicação Institucional e desenvolvemos pautas especiais e campanhas para as redes sociais.

## INDICADORES DAS ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE IMPRENSA

De janeiro a novembro de 2019, o Departamento de Comunicação Institucional (Assessoria de Imprensa) produziu 738 releases e 368 notas, prestou 1.398 atendimentos ao público interno e 3.500 à imprensa e alcançou 3.823 inserções institucionais na mídia. Foram publicadas ainda na imprensa, nesse mesmo período, 19.184 matérias institucionais positivas e 830 negativas, totalizando um índice de 95,85% de matérias positivas.

Em relação às mídias sociais, fechamos os números com resultados excelentes: Total de pessoas alcançadas no Facebook institucional: 5.213.622. Interações (curtidas, compartilhamentos, comentários e cliques em links: 306.752. Reações positivas: 35.501. Reações negativas: 469. No Instagram, alcançamos 2.993.139 pessoas.

## ALGUMAS DAS MATÉRIAS PUBLICADAS

**NOVOS SERVIDORES** – O Tribunal de Justiça ganhou mais de 400 servidores. Após realização de estudo orçamentário e financeiro, foi feita a convocação de aprovados no concurso de 2014. Medida necessária por causa da aposentadoria de mais de 600 servidores. Haverá concurso público para juízes substitutos (já em andamento) e para servidores.

**Primeira parcela do 13º** foi paga dia 29 de julho. A segunda, no dia 6/12. E o bônus de Natal, dia 9/12. Desde 2015, magistrados e servidores não recebiam em julho a primeira parcela do 13º salário.

**Evolução funcional** – Por unanimidade, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio aprovou, no início de outubro, a Minuta de Anteprojeto de Lei que permite a progressão funcional/promoção dos servidores do Judiciário Fluminense a cada dois anos. A lei foi aprovada pela Alerj cerca de dez dias depois e sancionada pelo governador no mesmo dia. Até então, após empenho pessoal do presidente do PJERJ, desembargador Claudio de Mello Tavares, a progressão e promoção dos serventuários só ocorria com a vacância desses cargos. Com a alteração, a evolução funcional passará a ocorrer a cada dois anos, inicialmente, observados os demais critérios a serem definidos em regulamento, dentre os quais a exigência de capacitação continuada pela Esaj. O prazo de evolução funcional será prolongado para três anos, caso o total de servidores efetivos ativos seja maior que 12.900 e menor que 13.300, e para quatro anos, se esse número for igual ou maior que 13.300. Toda a despesa continuará sendo paga pelo próprio Judiciário.

**Tribunal de Justiça rescinde contratos e garante pagamento a terceirizados, em março** – Os funcionários terceirizados ligados às empresas Laquix e Ambiental Service que prestava serviços ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro receberam os pagamentos diretamente em suas contas. A verba destinada à empresa foi retida e paga diretamente a cada funcionário através do banco Bradesco. Mais de 10 contratos foram rescindidos e os terceirizados aproveitados em outras empresas, que assumiram os serviços seguindo as leis que regem licitações.

**AMIL** – O reajuste foi fixado em 7%, bem abaixo na inflação médica reconhecida pela Agência Nacional de Saúde (ANS), que foi de 11%. Para compensar o descredenciamento da Rede d’Or, a Amil disponibilizou aos servidores o Samaritano e o pró-Cardíaco. Foi implantado o Espaço Saúde Amil para acompanhamento da saúde dos servidores como forma de prevenção de doenças. O programa é espelhado no Médico de Família. Cuidar da saúde, não da doença.

**IMPLANTAÇÃO DO PJe** – O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro iniciou dia 09/12, pelo Fórum de Maricá, na Região Metropolitana, a implementação do Processo Judicial eletrônico (PJe). A iniciativa é um programa piloto do sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De acordo com o juiz auxiliar da Presidência do TJRJ Fábio Porto, esse é o primeiro passo de uma grande jornada para um Judiciário efetivo, célere, com gestão de processos, auxiliado pela tecnologia do PJe – um modelo de política pública de plataforma digital.

O magistrado destacou que o PJe já foi instituído como política pública, e que hoje há mais de 30 milhões de processos informatizados em tribunais em todo o Brasil. Ele acrescentou que o programa piloto é fundamental para trazer de vez a informatização para o TJRJ, e, conseqüentemente, aprimorar a prestação jurisdicional.

**RESUMO SOBRE O PJe** – O Processo Judicial Eletrônico (PJe) foi lançado oficialmente em 21 de junho de 2011, pelo então presidente do CNJ, Cezar Peluso. No dia seguinte (22/6), presidentes de tribunais de todo o país participaram de uma apresentação detalhada do sistema e receberam um manual para auxiliar os técnicos na instalação dos softwares. O evento foi transmitido ao vivo pelo portal do CNJ e contou com 1.315 acessos, sendo 135 simultâneos. Além disso, 32 tribunais retransmitiram a apresentação via streaming aos seus servidores.

Desde 3 de fevereiro de 2014, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está usando exclusivamente o Processo Judicial Eletrônico (PJe) para o trâmite de novos processos. Os que estão em andamento também estão sendo migrados do sistema e-CNJ para o PJe.

**MEDIAÇÃO** – TJRJ inaugurou, em abril, a primeira Central de Mediação da Vara da Infância, Juventude e do Idoso.

**COMBATE AO CRIME ORGANIZADO** – Os desembargadores do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro aprovaram em julho, por maioria (23 votos a 2), a transformação da 25ª Vara Criminal da Capital em especializada para julgamento de processos de lavagem de dinheiro e atos praticados por organizações criminosas. A inauguração da nova Vara aconteceu em 12 de setembro.

**CENTRAL DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA DE BENFICA** – Foi ampliada em 14 de agosto. Até então, a Central de Custódia de Benfica possuía duas carceragens masculinas com um total de 60 vagas e uma feminina, com 10 vagas. A partir de agosto, a unidade passou a contar com cinco carceragens masculinas, para um total de até 210 presos; uma feminina, para até 30 mulheres; e uma para militares e policiais presos.

Além de reformas na estrutura, houve melhorias também no fluxo de trabalho. Uma parceria selada com as secretarias municipal e estadual de Saúde vai permitir que o preso passe por uma anamnese médica – procedimento que permite ao paciente relatar seu histórico clínico – que resultará em um prontuário com informações sobre sua saúde. Isso impedirá que presos com alguma doença contagiosa, por exemplo, entrem no sistema prisional sem tratamento prévio e ainda contaminem outras pessoas.

**COMPLEXO DE GERICINÓ GANHA CENTRAL DE MANDADOS E CENTRO INTEGRADO DE VIDEOCONFERÊNCIA É AMPLIADO** – Foi inaugurado dia 05/12 a Central de Mandados e a expansão do Centro Integrado de Videoconferência no Complexo Penitenciário de Gericinó, na Zona Oeste do Rio. As obras, em um pavimento térreo, com área de 279,62 m<sup>2</sup>, foram realizadas através de convênio de cooperação técnica com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) e fazem parte de uma série de iniciativas para a melhoria do sistema prisional.

Iniciada em junho, a obra foi finalizada em novembro de 2019. Com mais cinco salas, o Centro Integrado de Videoconferência agora conta com sete salas para a realização de audiências por via digital. O local também abriga uma carceragem com três celas com capacidade total para 90 pessoas. Nelas ficam os internos que serão ouvidos em videoconferência.

Cinco oficiais de justiça trabalham diariamente na nova Central de Mandados, uma realização pioneira do Tribunal de Justiça do Rio. A medida facilita o trabalho dos oficiais de justiça para intimar os detentos e entregar alvarás de soltura. Uma economia de tempo e de orçamento, evitando deslocamento desnecessário entre os fóruns, cumprindo no próprio complexo as decisões dos juízes.

Uma parceria firmada com a Rio Ônibus garantiu passagens de ônibus aos apenados que deixam o sistema penitenciário e não têm dinheiro para retornar para casa.

**PACTO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA** – O Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sudeste aconteceu dias 2 e 3/12), com a participação do presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli. O evento, em São Paulo, recebeu mais de mil inscrições e reunindo especialistas para discutir políticas públicas e projetos em defesa dos direitos das crianças de 0 a 6 anos. Durante a programação, mais 30 parceiros assinaram o Pacto Nacional pela Primeira Infância, entre eles o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Janeiro.

**PROJETO ‘ENTREGAR DE FORMA LEGAL É PROTEGER’ É PREMIADO PELO CNJ** O Projeto Entregar de Forma Legal é Proteger, da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas de Infância e Juventude e Idoso (Cevij) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, foi um dos três ganhadores do Prêmio do CNJ como melhores projetos voltados para a Primeira Infância do Brasil. Ao todo, concorreram ao prêmio 42 projetos de todos os estados da federação na categoria Sistema de Justiça.

O projeto resulta de estudos e trabalhos com as pessoas que são atendidas pelas Varas da Infância e da Juventude fluminense e com a rede de atendimento. As experiências demonstraram haver despreparo e falta de informação da população, da rede de

atendimento e proteção, igrejas, entidades de acolhimento e de internação e do sistema carcerário sobre o que fazer quando uma gestante, uma mãe, ou os pais, não querem a gravidez ou seus próprios filhos.

Ao contrário do abandono, do aborto, dos maus-tratos, do homicídio, infanticídio, abuso sexual, físico ou moral, encaminhar uma criança para uma Vara da Infância, da Juventude e do Idoso é situação prevista e amparada pela legislação vigente, cabendo ao Poder Judiciário e a rede de atendimento promover apoio e orientação psicossocial, através de equipe interdisciplinar, para reflexão e amadurecimento da decisão dos pais biológicos.

**SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA** – A 15ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, realizada de 25 a 29 de novembro, movimentou 3.794 processos com a emissão de 1.626 sentenças em casos de violência doméstica.

No período também foram concedidas 700 medidas protetivas de urgência para garantir a segurança da vítima de violência doméstica, determinando o afastamento do agressor.

De acordo com dados da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Coem), 85 magistrados estiveram envolvidos no evento. Além de mais de mil audiências, foram realizadas 15 sessões de Júri de violência contra a mulher.

Promovido pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais, o Programa Justiça pela Paz em Casa busca ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). A iniciativa, que conta com três edições por ano (em março, agosto e novembro), começou em 2015.

**PATRULHA MARIA DA PENHA** – A cor lilás se uniu ao tradicional azul e branco em algumas viaturas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: Patrulha Maria da Penha – Guardiões da Vida, programa lançado no início de agosto pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) em parceria com a PM, para atender casos de violência contra a mulher em todo o estado do Rio, fiscalizando o cumprimento de medidas protetivas.

**MÃOS EMPENHADAS** – O programa Mãos EmPENHADAs Contra a Violência, lançado em 12 de agosto, treinou uma rede de profissionais de beleza para apoiar na conscientização e no esclarecimento às vítimas. Uma ação preventiva para ampliar e fortalecer a rede de enfrentamento a esse tipo de violência, dando visibilidade às questões de gênero.

**PROJETO VIOLETA EM ARARUAMA** – As instalações do Projeto Violeta foram inauguradas dia 18/11, em Araruama, no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. O novo núcleo de atendimento às vítimas de violência doméstica conta com a participação de defensores públicos, promotores e assistentes sociais que atuam na comarca. Depois de registrar a queixa na delegacia e solicitar as medidas protetivas de urgência, a vítima é encaminhada para o Projeto Violeta, que agiliza a sua proteção.

O objetivo do Projeto Violeta é garantir a segurança e a proteção de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, acelerando o acesso à Justiça daquelas que estão com sua integridade e, até mesmo, com a vida em risco. Todo o processo deve ser concluído em cerca de quatro horas: a vítima registra o caso na delegacia, que o

encaminha de imediato para apreciação do juiz. Depois de ser ouvida e orientada por uma equipe multidisciplinar, ela sai do Juizado com uma decisão judicial em mãos.

**CEJUVIDA** – Criada em 2010 para garantir o encaminhamento seguro e célere de mulheres vítimas de violência doméstica e de seus filhos menores às casas-abrigo após o expediente forense, nos fins de semana e feriados, a Central de Acolhimento da Mulher Vítima de Violência Doméstica (Cejuvida) realizou, de janeiro a setembro de 2019, 1.486 atendimentos.

Na unidade de acolhimento temporário que funciona integrada ao Plantão Judiciário, há uma equipe composta por servidores formados em Psicologia e Assistência Social com experiência em violência doméstica. Dois motoristas munidos de radiotransmissor e carros do Tribunal de Justiça do Rio completam a equipe de apoio. Em caso de necessidade, podem, inclusive, buscar a vítima na delegacia caso esteja localizada a uma distância de até 150km do Plantão Judiciário da Capital.

**JUSTIÇA ITINERANTE COMPLETA 15 ANOS** – Do pequeno carro de som – que percorreu, em 2004, as ruas de Tanguá anunciando o pioneiro atendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro naquele município em unidade móvel – aos ônibus que já rodaram mais de 900 mil quilômetros pelas estradas fluminenses, foram 1.267.885 atendimentos.

Nos seus 15 anos de existência, o Programa Justiça Itinerante venceu mais do que distâncias geográficas entre o Judiciário e a população do estado. Ele tirou da invisibilidade famílias inteiras, como a da dona de casa Lenir Conceição Silva; deu nova identidade aos que escolheram o próprio gênero; levou cidadania a quem sequer pode caminhar com as próprias pernas; e abriu portas para realização de sonhos dos que nunca desistem da própria vida. Foram mais de um milhão de atendimentos, mais de um milhão de sorrisos que marcaram para sempre magistrados, servidores e colaboradores do Programa.

Obs: A Assessoria de Imprensa produziu uma série de vídeos contando algumas dessas histórias e publicou as matérias no site do TJERJ.

**DÍVIDA ATIVA** – Dívida Ativa foi tema de reunião entre TJRJ, TCE, prefeitos, secretários de Fazenda e procuradores. Convênios foram firmados com mais de 20 prefeituras garantindo aos devedores de impostos municipais, como IPTU e ISS descontos de até 100% em juros e multas e parcelamento em até 24 meses. Alguns municípios que aderiram ao programa: Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Campos dos Goytacazes, Volta Redonda, Cabo Frio, Queimados, Rio das Ostras, Maricá, Macaé, São João de Meriti, São Gonçalo, Niterói, Belford Roxo. Os municípios arrecadam mais e as prefeituras podem prestar melhores serviços à população.

**PRECATÓRIOS** – Através da Divisão de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, boa parte dos municípios fluminenses (incluindo a capital) passou a pagar seus precatórios com maior agilidade.

## JUSTIÇA EM NÚMEROS

**\* TJRJ lidera Índice de Atendimento à Demanda entre os maiores tribunais estaduais do país** – Com o índice de 133,4%, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) atingiu, em 2018, um patamar significativo no Índice de Atendimento à Demanda (IAD), classificando-se em primeiro lugar entre os tribunais estaduais de grande porte, à frente de São Paulo (em 2º lugar, com 120,6%), Paraná (em 3º, com 117,7%), Minas Gerais (em 4º, com 110,6%) e Rio Grande do Sul (em 5º, com 97,1%).

**\*Justiça em Números: TJRJ é o mais produtivo do país pelo décimo ano seguido** – Pelo décimo ano consecutivo, magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro Rio (TJRJ) são campeões de produtividade dentre os 27 tribunais estaduais do país.

**PRIMEIRA CENTRAL DE MEDIAÇÃO DA VARA DA INFÂNCIA, JUVENTUDE E DO IDOSO** – O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupe-mec) inaugurou, dia 29/4, o primeiro Centro Judiciário de Resolução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da Vara da Infância, Juventude e do Idoso, na Cidade Nova, Centro do Rio.

**LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO** – O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) publicou, dia 21/2, o Ato Normativo nº 03/2019, que disciplina a licitação na modalidade pregão, responsável hoje por mais de 96% dos certames realizados pela Corte. A medida é um marco para os gestores do Tribunal que trabalham diretamente ou têm contato com as licitações e contratos.

Além de determinar a utilização preferencial da modalidade pregão, principalmente eletrônico, o texto reforça a preocupação do Poder Judiciário fluminense com a economia em escala e o desenvolvimento sustentável. Para isso, sempre que possível, será privilegiada a realização de compras compartilhadas com outros órgãos públicos, devendo o Tribunal, preferencialmente, figurar como órgão gerenciador da contratação.

**PROJETO AMBIENTAL “RODANDO COM TAMPINHAS”** – O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro entregou 150 kg de tampinhas plásticas recolhidas dos coletores instalados em prédios do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital. Foi a terceira coleta da série. No dia 5 de junho, o TJRJ aderiu, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, ao projeto “Rodando com Tampinhas”, idealizado por um grupo de voluntários da Paróquia São José, na Lagoa, e coordenado pela Pastoral do Desenvolvimento Sustentável.

O projeto tem 100% da renda da venda das tampinhas destinada à compra de cadeiras de rodas para a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR). A campanha no TJRJ é supervisionada pela Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade (COSUS) e do Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (DEAPE).

A ação é permanente e coordenada pela Divisão de Gestão Ambiental do Departamento de Ações Pro-Sustentabilidade do Deape. Desde o início da campanha, a adesão dos servidores e usuários do TJRJ tem sido grande, apontando um crescimento de 66% no total de tampinhas recolhidas.

A exemplo de outros projetos que participa, como o “Papa-Cartão” e o “Papa-Pilhas”, para descarte seguro de cartões, pilhas e baterias, o Tribunal tem apoiado ações que impactam diretamente na qualidade de vida das pessoas. A adesão ao projeto “Rodando com Tampinhas” visa promover a inclusão social para pessoas que necessitam de cadeiras de rodas, bem como a consciência ambiental evitando que o plástico seja descartado incorretamente, uma vez que dura mais de 200 anos para se decompor.

**GOVERNO DO ESTADO** – O presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Claudio de Mello Tavares, tomou posse como governador em exercício do Estado do Rio de Janeiro, na sexta-feira (22/11) ficando no cargo até domingo. Sancionou dois projetos de lei e assinou um decreto:

1. Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo estadual, a operacionalização da Carta de Serviços ao Cidadão, importante instrumento de controle, seja para o Estado, seja para os cidadãos, dos serviços prestados pelo Governo. Visa ampliar o controle social e informar os serviços prestados por órgãos ou entidades do Poder Executivo, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de atendimento. Todos os órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional, empresas de economia mista, controladas direta ou indiretamente pelo Estado, deverão elaborar e divulgar sua Carta de Serviços ao Cidadão, bem como divulgá-las para a população.
2. **Leis Sancionadas** incentivam a prevenção e a luta contra doenças que afetam cidadãos fluminenses: o câncer de mama e de útero, e a Síndrome de Burnout.

A primeira, de autoria do deputado estadual Átila Nunes, institui, no Estado do Rio de Janeiro, o dia 19 de outubro como o Dia Estadual de Combate ao Câncer de Mama e do Colo do Útero; a Campanha de Prevenção Outubro Rosa, a ser comemorada durante todo o mês de outubro; e a Caminhada Anual de Conscientização do Movimento Outubro Rosa, a ser realizada no último domingo de outubro.

A segunda lei, de autoria do deputado Carlos Macedo, cria a Campanha Permanente de Combate à Síndrome de Burnout, também conhecida como estresse crônico, que deverá ser desenvolvida pelo Governo do Estado para difundir orientações sobre combate e sintomas da doença, inclusive visando o tratamento na rede pública. A lei também inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado a semana de Combate à Síndrome de Burnout, a ser realizada na primeira semana do mês maio.









**PODER JUDICIÁRIO**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**